UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EDINALDO COSTA DE ANDRADE

**Uma travessia aprendente: trajetórias e desafios que marcam a
transformação do trabalho político-pedagógico da Cáritas Brasileira
em uma pedagogia da participação popular**

São Paulo
2010

EDINALDO COSTA DE ANDRADE

**Uma travessia aprendente: trajetórias e desafios que marcam a
transformação do trabalho político-pedagógico da Cáritas Brasileira
em uma pedagogia da participação popular**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo como requisito para
obtenção do título de mestre em Educação.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Portella
Kruppa.

São Paulo
2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.09 Andrade, Edinaldo Costa de
A553t Uma travessia aprendente : trajetórias e desafios que marcam a
transformação do trabalho político-pedagógico da Cáritas Brasileira em
uma pedagogia da participação popular / Edinaldo Costa de Andrade ;
orientação Sônia Maria Portela Kruppa. São Paulo : s.n., 2010.
239 p. : il., grafs.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação.
Área de Concentração : Estado, Sociedade e Educação) - - Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo.

1. Educação popular 2. Instituições sociais 3. Políticas públicas I.
Kruppa, Sônia Maria Portela , orient.

Edinaldo Costa de Andrade

Uma travessia aprendente: trajetórias e desafios que marcam a transformação do trabalho político-pedagógico da Cáritas Brasileira em uma pedagogia da participação popular.

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo como requisito para obtenção
do título de Mestre em Educação

Área de concentração: Estado, Sociedade e Educação

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Portella Kruppa

Instituição: FE-USP

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

**Aos/as agentes da rede Cáritas Brasileira que fazem dessa
experiência educativa “um beco pra liberdade se fazer”.**

**À minha mãe, Neusa Costa de Andrade, que sempre me
estimulou na busca do saber e que hoje me acompanha
d’um outro mundo.**

AGRADECIMENTOS

À amiga orientadora Profa. Sônia Maria Portela Kruppa que acreditou no valor acadêmico desse projeto de pesquisa e se dispõe a participar nessa travessia, orientando-me numa dinâmica de diálogo, ricas provocações e incentivo permanente ao exercício de uma prática autônoma e militante na construção do conhecimento.

*“... desejo que a vida lhe abrace
no dia em que você precisar de companhia
e que o vento lhe sopra pistas
sobre onde encontrar paixões e sonhos”
(C. Dias)*

Aos professores Celso de Rui Beisiegel e Maria da Glória Gohn pelas ricas orientações e incentivo durante a etapa de qualificação desse trabalho de pesquisa.

*“E a palavra, uma vez lançada
voa irrevogável”
(Horácio)*

Aos professores, funcionários e alunos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, pelas amizades tecidas e pelos saberes compartilhados.

*“O saber não basta, temos de o aplicar
A vontade não basta, temos de atuar”
(Goethe)*

Aos meus queridos amigos e queridas amigas pelo estímulo, carinho e colaboração nesse tempo de travessia.

*“Amigo, Amiga, pra mim é só isto:
É a pessoa com a gente gosta de conversar
Do igual ao igual desarmado
O de que um tira prazer de estar próximo”
(Guimarães Rosa)*

À minha família, que mesmo não entendendo porque “esse menino precisa tanto estudar...”, sempre procuraram compreender minhas ausências e valorizar minhas escolhas.

*“Minha mãe me deu ao mundo
de maneira singular
me dizendo uma sentença:
pra eu sempre pedir licença,
mas nunca deixar de entrar”
(C. Veloso)*

Aos/às agentes (e também ex-agentes) da Cáritas Brasileira, com especial carinho aqueles e aquelas que compartilharam comigo um pouco das suas histórias, dos seus saberes, das suas utopias e dos aprendizados vivenciados nesse trabalho militante.

*“vamos andar com todas as bandeiras
trançadas de maneiras que não haja solidão...
vamos andar pra chegar a vida.”
(Sílvio Rodriguez)*

Às lideranças e agentes sociais das dioceses de Iguatú, Tianguá, Fortaleza e Limoeiro do Norte, no estado Ceará, pelas entrevistas concedidas e pelas palavras de ternura e de estímulos que recebi no decorrer dessa pesquisa de campo.

*“Organizar a esperança
conduzir a tempestade
criar sem pedir
um mundo de liberdade”
(Pedro Tierra)*

À querida Joana, pelo seu olhar revisor e terno sobre os textos produzidos no decorrer desse processo de pesquisa.

*“Dançar com ausências
aproveitar companhias
queimar com paixões
viver o Instante
sem desistir de mudar o mundo.”
(F. Rocha)*

Ao povo brasileiro, que financiou grande parte dessa pesquisa e oxalá que esse estudo possa se transformar em alguma faísca de contribuição para a transformação da realidade social do nosso país.

*“Pelos dentes apertados
pela raiva contida
Pelo nó na garganta
pelas bocas que não cantam
pelo beijo clandestino
pelo verso censurado
pelo jovem exilado
pelos nomes proibidos
eu te chamo, liberdade
Pelas terras invadidas
pelos povos conquistados
pelos homens explorados
pelos mortos na fogueira
pelo justo injustiçado
pelo herói assassinado
pelos fogos apagados
Eu te chamo, Liberdade”
(Elouard/Pagliaro)*

*“o real não está na saída
nem na partida,
ele se dispõe para gente
é no meio da **travessia**”*

(Guimarães Rosa)

*“Como foi possível, uma instituição como a Cáritas,
herdeira de contradições próprias da relação sociopolítica
da sua origem do campo religioso católico, dar os passos que deu?”*

*Como ela conseguiu romper com um modelo original de assistência,
que dentro do espírito e visão da época se caracterizou
pelo assistencialismo?*

*Com que influências ela foi assumindo uma metodologia
de pastoral de promoção e organização libertadora
construindo práticas formadoras de cidadania com
as pessoas empobrecidas?*

*Que fatores estimularam rupturas criando condições para
afirmar-se, embora com contradições, como uma instituição
capaz de ser parceira na luta por transformações sociais?”*

**(Dom Demétrio Valentini, presidente da Cáritas Brasileira,
no prefácio do livro “Cáritas Brasileira: 50 anos promovendo
solidariedade”)**

RESUMO

ANDRADE, Costa de Andrade. **Uma travessia aprendente: trajetórias e desafios que marcam a transformação do trabalho político-pedagógico da Cáritas Brasileira em uma pedagogia da participação popular**. 2010, (239 p.). Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

A prática político-pedagógica da Cáritas Brasileira, marcada na seu início pela sua natureza assistencialista e em descompassos com a educação popular, esta fortemente associada ao processo de construção dos movimentos sociais populares, passou por um processo de transformações a partir da sua proximidade e envolvimento com comunidades, movimentos e organizações sociais ligadas ao campo da educação popular, que a levou, gradualmente, a se consolidar como um modelo educativo de caráter transformador e emancipatório, afirmando-se, hoje, como uma importante organização de assessoria popular. Esse projeto de pesquisa se propõe a fazer uma travessia sobre os meandros da história do trabalho social da Cáritas e sua relação aprendente com a educação popular, procurando compreender os significados e sentidos da sua prática político-pedagógica em cada uma das diferentes fases do seu trabalho social. Além de me propor a realizar um trabalho de sistematização e análise do percurso histórico da Cáritas no Brasil (1956- 2007) e sua interação com a educação popular, achei importante, também, desenvolver um processo de reflexão em torno de um dos seus programas de ação atual: o Programa de Políticas Públicas (2000-2007), aprofundando as concepções, objetivos e estratégias utilizadas na ação desse programa como expressão da fase atual do trabalho social da Cáritas e como resposta aos desafios e exigências que se colocam nesse período para a construção da participação popular diante do contexto de hegemonia neoliberal e fragmentação e desmobilização das forças sociais populares. Além de me referenciar na rica bibliográfica existentes sobre o debate da educação popular como uma pedagogia da participação popular, realizei uma atividade de pesquisa no interior da Cáritas, a partir do trabalho de seleção e análise documental e entrevistas realizadas com seus agentes das instâncias regionais e nacional e com lideranças e agentes sociais dos movimentos e comunidades apoiados com a ação desse programa analisado, como procedimentos metodológicos para viabilização dos objetivos propostos. O amplo trabalho social desenvolvido pela Cáritas e as trajetórias e desafios que marcam a sua transformação em uma pedagogia da participação popular, apresentados aqui nesse trabalho, são ricas contribuições para o processo de análise da história do trabalho social da Igreja, dos movimentos e organizações sociais e da própria educação popular.

Palavras Chaves: Educação Popular, Instituições Sociais, Políticas Públicas

ABSTRACT

ANDRADE, Costa de Andrade. **The learning passage; trajectories and challenges that marks the transformation of political and pedagogical work of Caritas – Brazil in the pedagogy of popular participation.** 2010. (239 p.) Dissertation (Master) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

The political and pedagogical practice of Caritas-Brazil, marked its origin through its assistentialist nature and immoderation with the popular education, is strongly associated to the construction process of social movements, passed through a transformation process from its proximity and involvement with the communities, movements and social organizations linked to the popular education field, that gradually, became consolidated as a popular educative model and as a character transformer and emancipator, affirming itself, today, as an important organization of popular assessor. This research project proposes to make a trajectory through the history of social work of Caritas-Brazil and its learning relationship with the popular education, seeking to understand the significance and meaning of its political and pedagogical practice in each of the different phases of its social work. Besides the proposal of achieving a work of systematization and analysis of historical trajectory of Caritas-Brazil (1956-2007) and its interaction with the popular education, I perceive it important, to develop a process of reflection with regards to some of these programmes of the moment: the Programme of Public Politics (2000-2007), examining carefully the various conceptions, objectives and strategies utilized in executing this programme with the expression of the present phase of social work of Caritas and as an answer to the various challenges and demands that are put in place in the construction of popular participation in the sight of neoliberal hegemony and the fragmentation and demobilization of popular social forces. Besides the rich bibliographical reference about the debate on popular education as pedagogy of popular participation, a research work was accomplished in the interior of Caritas, from work selection and documental analysis and interviews conducted with some agents from regional and national solicitations and with the leadership and social agents of movements and communities assisted with the execution of this programme analysed as a methodological procedure for the viabilisation of the proposed objectives. The social work developed by Caritas and its trajectories and challenges that mark its transformation into the pedagogy of popular participation, presented in this work, are valuable contributions to the process of analysis of the history of social work of the Church, and of movements and social organizations and of popular self-education.

Keywords: Popular Education, Social Institutions, Public Politics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
0.1 A CÁRITAS E A EDUCAÇÃO POPULAR: UMA TRAVESSIA APRENDENTE....	11
0.2 ALGUMAS HIPÓTESES ORIENTADORAS DO TRABALHO DE PESQUISA.....	13
0.3 OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
0.4 REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	25
0.5 ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS NA DISSERTAÇÃO.....	27
1 PERCURSOS HISTÓRICO-TEÓRICOS DE TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM UMA PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	30
1.1 OS ANTAGONISMOS POLÍTICOS NO PENSAR/FAZER A EDUCAÇÃO DO POVO: DO CONTROLE À EMANCIPAÇÃO.....	31
1.2 A “EDUCAÇÃO DO POVO” NO CONTEXTO BRASILEIRO: DA INSTRUÇÃO BÁSICA “PARA O POVO” A UM MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO “COM O POVO”	34
1.2.1 PERCURSOS TEÓRICO-PRÁTICOS DE CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR COMO UMA PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	38
1.2.2 A EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO ATUAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO COMO PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	56
2 A TRAJETÓRIA DA CÁRITAS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO POPULAR: CAMINHOS DE DESCOMPASSOS, TENSÕES E APRENDIZADOS NA TRANSFORMAÇÃO DA SUA PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA EM UMA PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	66
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA ORIGEM E IDENTIDADE INTERNACIONAL DA CÁRITAS E DA SUA CRIAÇÃO NO BRASIL.....	66
2.2 AS DIFERENTES FASES DO TRABALHO SOCIAL DA CÁRITAS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO APRENDENTE COM A EDUCAÇÃO POPULAR.....	72
2.2.1 A FASE ASSISTENCIAL: A AÇÃO EMERGENCIAL CARITATIVA COMO BASE DO TRABALHO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA CÁRITAS.....	74
2.2.2 A FASE PROMOCIONAL: A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	79
2.2.3 A FASE DA SOLIDARIEDADE LIBERTADORA: A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS COMO FERRAMENTA DE QUALIFICAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS ESPAÇOS DE MOBILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	90

2.3	ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DA CÁRITAS NO PERÍODO DE 2000 A 2007.....	97
3	A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS E A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO ATUAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2000-2007).....	101
3.1	DIFERENTES VISÕES E CAMINHOS NA INCORPORAÇÃO DOS ESPAÇOS DE MOBILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO NOVO HORIZONTE POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	102
3.2	ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CÁRITAS BRASILEIRA.....	107
3.3	A ESCUTA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES: ANÁLISE DOS SIGNIFICADOS E RESULTADOS DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO- CÁRITAS REGIONAL CEARÁ.....	131
3.3.1	HISTÓRICO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO: CONTEXTOS E FINALIDADES.....	134
3.3.2	A FALA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO: MOTIVAÇÕES, VIVÊNCIAS E RESULTADOS DO PROCESSO FORMATIVO.....	138
3.3.3	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS, A PARTIR DESSA EXPERIÊNCIA PRÁTICA, PARA AÇÕES DE FORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	179
4	A TÍTULO DE CONCLUSÃO: REFLEXÕES SOBRE ALGUMAS QUESTÕES E DESAFIOS QUE PERMANECEM NA TRAVESSIA APRENDENTE DA CÁRITAS BRASILEIRA COM A EDUCAÇÃO POPULAR.....	188
4.1	A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS E A SUA IDENTIDADE ECLESIAL E ORGANIZAÇÃO EM REDE.....	189
4.2	A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	195
4.3	A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS E A REFUNDAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	199
4.4	A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS E A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO DE SOCIEDADE.....	211
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	233

INTRODUÇÃO

0.1 - A CÁRITAS E A EDUCAÇÃO POPULAR: UMA TRAVESSIA APRENDENTE

A educação popular é compreendida aqui como uma práxis educativa que foi se construindo como um campo de conhecimento e de intervenção social, numa interação dialética entre teoria e prática, no decorrer da história de luta e mobilização política das forças sociais populares no Brasil e na América Latina, orientada por um ideal de construção de um projeto político popular e democrático. Uma proposta político-pedagógica que provocou um processo de transformação nos ideários e nas metodologias utilizadas pelas práticas educativas populares, a partir do seu vínculo direto com as demandas de conscientização e politização das camadas populares, afirmando-se como uma pedagogia da participação popular¹.

A Cáritas Brasileira, um organismo social da Igreja Católica, possui uma história de relação bastante singular com essa perspectiva de educação popular. Enquanto que a trajetória de parte dos movimentos e organizações sociais, inclusive de um setor da Igreja Católica, se confunde com o percurso de construção e afirmação da educação popular como uma pedagogia da participação popular, a da Cáritas se desenvolve em um contexto de descompassos, contradições e aprendizados com essa proposta político-pedagógica.

Uma relação denominada aqui de “travessia aprendente”, pois essa dinâmica de contrastes e convergências foi determinante e decisiva na transformação da prática político-pedagógica da Cáritas que, gradualmente rompe com a natureza assistencialista do seu trabalho social, que a colocava em descompassos com o horizonte da educação popular, e a insere em uma envolvente e desafiante história de solidariedade e

¹ Fávero (2006, p.9) utiliza esse termo como um dos elementos chaves na análise da prática educativa do MEB- Movimento de Educação de Base (1961/1966): “*Pelo compromisso assumido com o povo e pela dimensão política decorrente desse compromisso, a prática educativa do MEB converteu-se numa original pedagogia da participação popular*” (grifo nosso). Para o autor essa pedagogia se exprimia por duas categorias fundamentais: “*formação das consciências (conscientização) e de organização e animação de grupos de base (politização)*” (FÁVERO, 2006, p.9). Nesse sentido, aproprio-me desse termo, utilizado pelo autor para qualificar uma prática de educação popular específica, para definir o conjunto dessas práticas comprometidas com a construção do protagonismo popular na transformação do modelo de sociedade vigente.

compromisso com o trabalho educativo de promoção e emancipação das camadas populares, na perspectiva da pedagogia da participação popular.

A intenção de pesquisar a natureza e o caráter do trabalho social da Cáritas, além de se justificar pela ampla capilaridade geográfica e também pela importância sócio-política do trabalho desenvolvido por essa instituição, foi motivada, principalmente, pelo interesse em compreender os significados, conteúdos, vivências, tensões, aprendizados e sínteses compartilhadas no interior dessa sua travessia aprendente com a educação popular. Entender porque e como essa instituição, herdeira das contradições próprias do campo religioso católico e, marcada por uma prática social assistencialista foi assumindo, no interior dessa travessia, novas concepções e posturas para o conjunto do seu trabalho social, possibilitando-lhe vivenciar e sistematizar, gradualmente, um modelo político-pedagógico afinado com a educação popular.

Refletir, também, em que medida as contribuições e os aprendizados dessa travessia influenciaram nas opções políticas e metodológicas assumidas pela Cáritas diante do contexto de descenso e desmobilização que afetaram as forças sociais populares a partir da década de 90, como consequência das crises que assolaram as experiências socialistas históricas e da ofensiva ideológica e prática do capitalismo neoliberal. De que modo ela consegue manter o ritmo das transformações e avanços que vinha imprimindo na sua prática político-pedagógica, diante das novas questões e desafios que a nova conjuntura colocava para a participação popular e para as possibilidades de construção de um projeto alternativo de sociedade.

Entrelaça-se a esse conjunto de questões motivadoras, um outro elemento: parte dessas reflexões e inquietações referentes ao trabalho social da Cáritas e sua relação com a educação popular são decorrentes do meu envolvimento com essa instituição e sua prática educativa, pois, entre os períodos de 2002 a 2006, tive uma atuação direta como agente dessa instituição, na função de assessor técnico no Secretariado Regional Minas Gerais² e com participação ativa em diferentes fóruns, comissões e grupos de

² Fui assessor regional da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais no período de 2002 a 2006, acompanhando mais diretamente os programas de Políticas Públicas e de Mobilização e Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis.

trabalhos nacionais da Cáritas Brasileira³ e articulações do Secretariado Latino-Americano da Cáritas (SELAC)⁴.

A inserção e o comprometimento com esses espaços exerceram uma influência importante na minha formação como sujeito político: o amadurecimento das minhas convicções políticas, da minha relação/identificação com as camadas populares e com a educação popular, e dos horizontes de transformação social que orientam o meu agir político. Proporcionou-me, também, uma melhor compreensão do trabalho social desenvolvido pela Cáritas, captando, nesse espaço de tempo, as contradições, os aprendizados e avanços que foram sendo gestados no interior da sua prática político-pedagógica, do seu modelo organizacional e da sua relação institucional com a Igreja Católica, e o significado e a importância desse trabalho para a história de organização dos setores populares e para a educação popular.

Nesse sentido, toda essa carga de vivências, aprendizados e identificações orientam as motivações e finalidades desse exercício de pesquisa para além de um interesse meramente teórico frente a um fator social empírico. Ele é, também, um esforço de compreensão e sistematização de uma prática vivenciada; das inquietações, tensões e aprendizados que marcaram a minha trajetória no interior da práxis político-pedagógica dessa instituição, transformando, dessa forma, o exercício dessa pesquisa como uma exigência de reflexão de uma prática vivenciada, que também faz parte dessa travessia aprendente.

0.2 - ALGUMAS HIPÓTESES ORIENTADORAS DO TRABALHO DE PESQUISA

No decorrer deste exercício de reflexão sobre as trajetórias e desafios presentes no processo de transformação do trabalho social da Cáritas Brasileira em uma pedagogia da participação popular, algumas hipóteses fundamentais, que foram adquirindo uma melhor sistematização e fundamentação no processo de pesquisa, me serviram de faróis orientadores nessa travessia envolvente, complexa e desafiante sobre

³ Participei de forma mais sistemática dos seguintes espaços nacionais da Cáritas Brasileira: Comissão Nacional de Políticas Públicas; Grupo de Trabalho responsável pela criação do Programa Nacional de Apoio à Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis; do Grupo de Trabalho sobre Gênero, Raça, além da participação nos fóruns nacionais de planejamento e avaliação.

⁴ Em âmbito internacional, participei de forma sistemática do Grupo de Trabalho sobre Gênero do Secretariado Latino-Americano e Caribenho da Cáritas, além de participações pontuais em seminários e oficinas sobre outras temáticas.

os percursos e as diferentes conotações assumidas pela práxis educativa dessa instituição. A primeira hipótese que levanto e que, de certa forma, é um dos elementos principais a orientar o desenvolvimento desse trabalho de pesquisa, é a seguinte:

A progressiva vinculação do trabalho social da Cáritas com um conjunto de forças sociais e políticas ligadas à educação popular, e conseqüentemente ao campo popular democrático, desencadeou um dinâmico movimento de disputas, tensões e aprendizados sobre os sentidos e significados do seu trabalho social, levando-a um processo permanente de transformação e ressignificação da sua proposta político-pedagógica.

Mesmo sendo reconhecida (e bastante questionada) no decorrer da sua primeira década no Brasil como uma organização da Igreja Católica responsável pela distribuição de donativos doados pelo governo norte-americano por meio do programa “Aliança para a Paz e o Progresso”, a Cáritas foi, gradualmente, incorporando outras formas e conteúdos ao seu trabalho social que a levaram a um permanente processo de avaliação e atualização dos sentidos, finalidades e metodologias utilizados na sua ação político-pedagógica. Essa renovação e enriquecimento da sua prática educativa deram-se pela sua aproximação e envolvimento com a diversidade de forças políticas e sociais oriundas e/ou identificadas com a educação popular e com o campo popular democrático, compreendido aqui “um campo de forças políticas e culturais, que guarda relação com a economia [...] (e) seu objetivo central é a luta pelo aprofundamento da democracia substantiva e pela constituição de um projeto alternativo de sociedade” (PALUDO, 2001, p.18).

Essas relações trouxeram para o interior do trabalho social da Cáritas uma diversidade de temáticas, frentes de lutas e relações políticas que disseminadas e articuladas no interior da sua rede, contribuíram para a formação do caráter bastante plural da sua atuação sócio-política. Essa atuação se diferenciava bastante do trabalho social realizado por outras organizações de assessoria popular ligadas à Igreja Católica, a exemplo da CPT (Comissão Pastoral da Terra), que se destacou por uma atuação específica com a questão da terra, e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), com seu engajamento na defesa dos direitos dos povos indígenas.

Essa condição plural e bastante heterogênea do seu trabalho social, além de assegurar um maior reconhecimento e visibilidade no interior da Igreja Católica e junto a outros setores da sociedade brasileira, proporcionou, acima de tudo, um rico e

desafiante cenário de disputas, críticas, tensões e aprendizados em torno dos sentidos, finalidades e alcance do seu trabalho social. Um debate permanente, realizado a partir da sua ação prática e das questões e contribuições trazidas pelas forças sociais parceiras e apoiadas, sobre a natureza e o caráter do seu trabalho social, sobre as bases político-ideológicas em que ele se fundamenta e se orienta.

Várias modalidades e iniciativas de apoio, acompanhamento e participação nos diferentes projetos de produção e organização comunitária, nas lutas e mobilizações populares, específicas e/ou gerais, nos espaços de controle social das políticas públicas, foram enriquecendo e desafiando o trabalho social da Cáritas, demandando um exercício permanente de debate e aprofundamento das visões e posicionamentos políticos, bem como dos procedimentos metodológicos que identificam e qualificam o seu modelo político-pedagógico na relação com esses diferentes sujeitos e realidades sociais.

Essas transformações ocorridas no interior de uma instituição como a Cáritas, vinculada institucionalmente à Igreja Católica, marcada por um modelo de organização vertical, milenar e permeada de tantas contradições e ambigüidades, e com um legado de trabalho assistencialista, não ocorreram dentro de um movimento linear e harmônico. Elas se expressaram em um ambiente de disputas e tensões, pois ao mesmo tempo em que a Cáritas buscava explicitar e avançar em um modelo político-pedagógico que a aproximasse mais das visões e finalidades dos movimentos e organizações sociais com os quais compartilhava o seu agir político e social, ela tinha, também, a interferência das visões e opções políticas assumidas pela hierarquia da Igreja Católica, e também pelas mentalidades dos agentes que compunham a sua rede.

Nem sempre essas relações eram marcadas por convergências. Existiam, também, bastantes divergências internas, desencadeando muitas vezes conflitos no interior das próprias equipes, nas suas diferentes instâncias, e/ou na relação dessas equipes com a hierarquia da Igreja (padres, religiosos/as e bispos). Todavia, vale ressaltar que as mudanças ocorridas na Igreja Católica, a partir do Vaticano II (1962-1965) e das conferências episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), promoveram, principalmente durante as décadas de 70 e 80, uma sintonia entre as transformações assumidas no interior o trabalho social da Cáritas e as visões e opções de parte da hierarquia católica, corroborando ainda mais para o avanço do seu trabalho político-pedagógico.

Outro elemento que contribuiu para o processo de renovação da sua prática político-pedagógica a partir da interação com o conjunto de forças sociais populares foi

a sua forma de relação com os organismos de cooperação internacional. O fato de contar com o apoio financeiro de importantes agências de cooperação internacional ligadas à Igreja Católica (com destaque para a Misereor e as Cáritas Europeias), que contribuíam na sustentação integral da sua estrutura político-administrativa (infra-estrutura física, recursos humanos etc.) e do seu trabalho político-pedagógico junto às camadas populares, foi importante para sua aproximação e envolvimento em diferentes frentes e estratégias de lutas assumidas pelos movimentos e organizações sociais⁵, além de torná-la independente dos fundos estatais, possibilitando-lhe uma relativa autonomia política.

Esses recursos eram captados por meio de projetos trienais que tinham temáticas, objetivos, estratégias, atividades e resultados definidos e que deveriam ser executados no decorrer daquele período estipulado. Contudo, a relação de proximidade e credibilidade da Cáritas com esses organismos internacionais permitia o remanejamento de parte desses recursos para atender demandas surgidas na conjuntura de luta desses movimentos, comunidades e grupos organizados e que não estavam, inicialmente, contemplados nos projetos aprovados⁶. Essa condição possibilitou o apoio e envolvimento da Cáritas na construção e fortalecimento de vários novos movimentos sociais e grupos organizados, oxigenando o seu modelo político-pedagógico com as novas demandas e as questões trazidas pelas práxis desses novos sujeitos políticos coletivos, mantendo-se numa interação fecunda e participante com as diferentes

⁵ Além dos ricos aprendizados e transformações que essa relação possibilitou para a prática político-pedagógica, permaneceu, também, uma representação da Cáritas, por parte desses movimentos, grupos e comunidades organizados, como uma agência de financiamento aos seus projetos de organização, formação e mobilização política. Essa representação instrumentalizada da Cáritas dificultou, muitas vezes, o seu reconhecimento como uma organização de assessoria popular, que circunscreve a sua ação não apenas no âmbito do financiamento a projetos de produção e formação e/ou atividades de mobilização e articulação política, mas que pode, também, em parceria com este conjunto de movimentos e organizações sociais, contribuir no âmbito político-pedagógico, atuando nos espaços de debate e elaboração das estratégias, metodologias e ações em vista da construção e fortalecimento da participação popular e de um novo projeto alternativo de sociedade.

⁶ Importante situar que, a partir da década de 90, alguns desses organismos de cooperação internacional vão começar a discutir a inclusão de alguns critérios para o apoio financeiro dos programas e projetos desenvolvidos pela Cáritas. Entre esses elementos destacam-se, a atenção para a inclusão dos temas transversais (gêneros, geração, raça/etnia, cultura de paz etc.); a capacidade de incidências nas políticas públicas e a incorporação de métodos mais eficazes na gestão dos projetos, possibilitando uma melhor mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados e impactos dessas ações apoiadas. Além dessas exigências não terem sido impostas como uma “camisa de força” sobre o seu trabalho social, a Cáritas ainda tinha uma importante margem de credibilidade e, conseqüente, liberdade, para fazer o remanejamento, quando necessário, de parte desses recursos, garantindo, dessa forma, a permanência das condições materiais e políticas para o apoio às demandas trazidas pelas conjunturas de lutas dos movimentos, grupos e comunidades organizadas.

iniciativas e desafios colocados para a construção da participação popular, dentro das especificidades conjunturais da realidade brasileira.

Essa capacidade material e política da Cáritas de interagir com diferentes iniciativas e espaços de educação popular, contribuindo e se enriquecendo com o conjunto de temáticas, visões, concepções e inovações metodológicas trazidas pelas práxis social e política desses movimentos e organizações sociais, como forma de lidar com os desafios colocados no interior da realidade brasileira, nos permite chegar a uma segunda hipótese, que é na verdade derivada da primeira hipótese.

Ao incorporar, no final da década de 90, a agenda das políticas públicas como elemento estratégico do seu trabalho social, dentro de uma visão integrada entre os espaços de controle social e mobilização popular, a Cáritas consegue manter os avanços e atualização da sua prática político-pedagógica no interior de uma conjuntura de impasses e crises que afetou as experiências de educação popular e, conseqüentemente, o próprio campo popular democrático.

Após duas décadas de construção de uma travessia marcada por um rico processo de organização e combatividade política de setores organizados das camadas populares, a década de 90 marca o início de uma nova fase dessa travessia, como consequência central da nova ofensiva ideológica e prática do capitalismo neoliberal. Isso ocasionou um crescente processo de fragmentação e desmobilização das forças sociais populares. Os discursos e as práticas que parte dos movimentos e organizações sociais foi construindo como estratégias para lidar com essa nova conjuntura, estão cheios de dissonâncias, polarizações e sectarismos. Centram, muitas vezes, suas forças em falsas querelas ou disputas secundárias, deixando de agir “no centro da vida social, no coração da sociedade capitalista” (WOOD, 2003, p.227).

Um dessas dissonâncias expressa-se nas diferentes visões e posturas que essas forças sociais vão lidar com as conquistas alcançadas no interior da Constituição de 1988, principalmente em relação aos mecanismos de participação popular, garantidos como fruto das proposições e pressão popular durante o processo constituinte. Parte dessas forças considera esses espaços como “novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese [...] dotados de potencial de transformação política” (GOHN, 2007, p.85). São interpretados como importantes arenas de proposição, disputas, negociação e pressão por políticas públicas estruturantes e

integradas a uma perspectiva de transformação social, podendo exercer um papel de enfrentamento e alternativo à lógica privatizante e despolitizadora do projeto neoliberal.

A qualificação das camadas populares para atuar nesses novos espaços, dominando suas linguagens, suas regras e a leitura das forças e interesses neles existentes, passa a ocupar uma preocupação central nas práticas política- pedagógicas desses movimentos e organizações sociais identificados com essa perspectiva. Investem em diferentes processos formativos e de articulação política, visando desenvolver e aprimorar as habilidades políticas dos sujeitos participantes para lidar com o conhecimento “técnico” das políticas públicas, com o burocratismos do Estado, com as disputas existentes entre os próprios setores da sociedade civil e na relação dessa com o próprio Estado, com as práticas de manipulações, assédios e cooptações, potencializando, também, a capacidade de proposição, de negociação e fiscalização dos representantes das camadas populares sobre as ações públicas assumidas e implementadas pelo Estado.

Outros setores das forças sociais populares, bastante influenciados por alguns aspectos das teorias reprodutivistas na representação do Estado e, também, pela relação com a história recente da violência ditatorial do Estado brasileiro, desenvolveram outras leituras e posturas na relação com esses novos espaços de participação popular institucionalizados. Identificaram esses espaços como mecanismos de controle do Estado sobre a ação política dos movimentos e organizações sociais, desenvolvendo no seu interior estratégias de cooptação e manipulação sobre os representantes das camadas populares e substituindo a disputa de classes existentes na sociedade por uma visão homogênea de uma sociedade civil, que é na verdade marcadas por interesses distintos e bastante antagônicos. Um espaço, que segundo eles, não altera a cultura política e as relações de poder existentes, apenas garante uma falsa visão de democracia e de cidadania pela formalidade da participação popular, necessária para a reprodução da legitimidade e credibilidade do Estado e dos interesses capitalistas a ele aliados.

Diante dessa leitura e da recusa à participação nesses espaços institucionalizados, assumem as formas e os conteúdos das mobilizações populares como experiências construídas e legitimadas historicamente pela luta popular, como o lugar da autêntica participação popular, como o espaço de autonomia e da resistência política, garantidor de uma visão crítica e integral dos problemas sociais e da unidade política necessária para a sua transformação. É uma participação que se desenvolve concretamente nas experiências comunitárias e alternativas de base, nas marchas, nas greves, nas ocupações, nas articulações autônomas de setores organizados, como

estratégias de formação, organização e mobilização das camadas populares e de pressão sobre o Estado e de diálogo e sensibilização do conjunto da sociedade.

A Cáritas Brasileira, assim como outras organizações de assessoria popular, não ficou isenta dessas dissonâncias e polarizações que afetaram o campo popular em relação à agenda das políticas públicas e sua interação com a ofensiva da nova pedagogia da hegemonia neoliberal. Ela também vivenciou no seu interior, a partir das visões dos seus agentes, essa visão dicotômica entre os espaços de mobilização popular e os de controle social das políticas públicas.

Como o seu modelo educativo foi se elaborando no interior da sua prática, incorporando e enriquecendo-se com as contribuições trazidas pelas experiências de organização e luta dos sujeitos políticos coletivos apoiados por seus programas e projetos específicos, existia um ambiente favorável para incorporar esses novos referenciais políticos e metodológicos que se colocavam para a participação popular sem, necessariamente, abandonar as experiências construídas nas décadas anteriores e que foram fundamentais no processo de politização das camadas populares e democratização da sociedade brasileira.

Dessa forma, ela busca articular a construção da participação popular em torno das práticas de mobilização e dos novos espaços de controle social das políticas públicas, interpretando essas duas formas e conteúdos da participação popular como um caminho estratégico na luta pela garantia e ampliação dos direitos, na refundação do Estado e na construção de um novo projeto societário. Visa contribuir na superação das falsas dicotomias presentes nos debates das forças sociais populares sobre os sentidos, finalidades e alcances dessa nova agenda política.

A interação e articulação política entre as temáticas e agendas de lutas desses dois espaços, orientadas por um horizonte comum de transformação social, poderá contribuir, de acordo com a visão da Cáritas, na mitigação dos efeitos da fragmentação, da despolitização, da divisão e dos sectarismos que tem debilitado política e ideologicamente o papel ofensivo e propositivo das forças sociais populares. Poderá articular, dialeticamente, a “rua” com o “escritório”, a reivindicação com a proposição, a pressão com a negociação, o específico com o geral, o local com o global.

Essa nova orientação do seu trabalho político-pedagógico ainda são caminhos de apostas e experimentações, que lidam com significativos obstáculos e desafios, sejam de ordem mais estrutural como, também, conjuntural. No âmbito estrutural um dos destaques é a cultura política patrimonialista, clientelista e de traços autoritário, presente na realidade brasileira, que limita bastante o desenvolvimento da participação popular,

seja nos espaços de controle social como, também de mobilização popular, dificultando, também, a articulação e interação entre essas duas esferas.

Em termos conjunturais, mas interligados à dimensão estrutural, são as barreiras ideológicas e práticas que o neoliberalismo vem colocando para a ação política das forças sociais populares, principalmente a partir da sua nova pedagogia da hegemonia. Essa nova pedagogia é uma estratégia de educação para o consenso e que se articula em três eixos fundamentais: despolitização das camadas populares; fragmentação e desmobilização dos aparelhos históricos de organização dos setores populares e estímulos e apoio a novos modelos de associativismos de natureza extra-econômica; e a apropriação e ressignificação das categorias, discursos e práticas históricas do campo popular.

Internamente, a Cáritas tem que lidar, também, com outros desafios. Um desses é o aumento crescente dos espaços e iniciativas que demandam seu apoio e a participação, levando-a a assumir e a se envolver com uma diversidade de ações. Isso desencadeia uma série de problemas para a sua prática político-pedagógica: ativismos dos seus agentes, dificultando um acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas nas bases e ausência de espaços e tempo para reflexão e aprofundamento sobre os significados e sentidos dessas experiências; enfraquecimento dos processos participativos nos debates e decisões assumidas no interior da rede; risco de substituir o protagonismo dos movimentos, grupos e comunidades apoiadas e de cair na armadilha da “terceirização” das políticas públicas diante das constantes demandas e solicitações, por parte do Estado e também dos movimentos e organizações sociais, para assumir a execução de programas e projetos de responsabilidade do Estado.

Apesar desses desafios de naturezas tão abrangentes e impactantes sobre a prática político-pedagógica da Cáritas, pode-se afirmar que os caminhos trilhados por ela em torno da agenda das políticas públicas, articulando os espaços de controle social e mobilização popular, vêm-se confirmando como uma escolha coerente com os desafios da realidade e com os desafios e exigências postos para a construção da participação popular na arena pública e como. Configurando-se, também, como uma importante contribuição teórica e prática para o processo de ressignificação e refundamentação da educação popular e do próprio campo popular democrático.

0.3 – OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quando estamos mergulhados no interior de uma experiência que transformamos em objeto de pesquisa, o nosso comprometimento com este objeto é um fator de prementes desafios no exercício de realização dessa pesquisa, conforme explicita Souza (1984 apud FÁVERO, 2006, p.12):

Trabalhar sobre um tema que tenha feito parte da nossa experiência pessoal pode introduzir alguns desvios em sua análise. Não é difícil limitar-se ao plano de simples testemunho, ou tender à apologia, seja a uma severa autocrítica que não consegue evitar condicionamentos emocionais. Será possível ver de “de fora” aquilo que se viveu “por dentro”?

Sob a influência, no início desse processo, de uma concepção de pesquisa que situa a experiência como um nível inferior de construção do conhecimento, só podendo produzir o mais grosseiro “senso comum”, uma matéria-prima ideologicamente contaminada, fui desafiado, nesse exercício de pesquisa, a repensar a relação da teoria com a experiência, que não era apenas do(s) outro(s) que estava(m) sendo analisado(s), mas, na qual eu também fazia parte, impregnado de tantas memórias, sentimentos, aprendizados e expectativas que marcam o percurso histórico dessa experiência.

A relação com essa experiência não me impediu de estabelecer um certo distanciamento e alcançar um nível de objetividade nas reflexões e sistematizações realizadas, tendo condição de analisar os limites e fecundidades existentes, mas tendo consciência, também, que essa análise sofre as influências do olhar construído a partir do meu envolvimento, identificação e interesse em enfatizar a contribuição positiva dessa experiência para o debate sobre a educação popular no contexto atual.

O processo de orientação, articulado numa dinâmica de diálogos e aprendizados mútuos, e o momento de qualificação do projeto de pesquisa ajudaram-me a perceber que a contribuição dessa pesquisa não estava na utilização dessa experiência como um fator empírico que tinha como finalidade dar um pouco de concretude histórica a uma discussão teórica que pretendia fazer. A possibilidade da sua novidade e da sua contribuição acadêmica encontrava-se no interior da própria experiência, pois conforme afirma Paludo (2001, p.17):

A lógica investigativa é inicialmente caótica, requer e vai ganhando coerência na medida em que o pesquisador apreende - mergulha- no objeto e consegue

ir dando densidade analítica e coerência argumentativa na busca da sua compreensão e explicitação.

Essas importantes contribuições instigaram-me a construir um caminho de análise das questões propostas pela pesquisa a partir dos dados empíricos da experiência, coletados em um instigante e revelador trabalho de campo. Muito mais do que aprisionar esses dados empíricos em teorias definidas a priori, o desafio era mergulhar nesses dados, buscando extrair as informações necessárias para responder as questões suscitadas no meu projeto de pesquisa, confrontando-os e complementando com os referenciais teóricos já selecionados e/ou incorporados no processo de investigação dos dados empíricos. Dessa forma, os procedimentos metodológicos utilizados estão bastante interligados aos objetivos propostos no projeto de pesquisa:

Objetivo I_ Analisar os percursos de transformação e afirmação do trabalho social da Cáritas Brasileira em uma pedagogia da participação popular, evidenciando os descompassos, tensões e aprendizados, resultantes da sua história de relação com a educação popular.

A proposta desse objetivo é levantar a história do trabalho social da Cáritas no Brasil, analisando os elementos de descompassos, contradições e aprendizados que marcam a sua “relação aprendente” com a educação popular nas três fases do seu trabalho social: assistencial, promocional e solidariedade libertadora, interpretados como um caminho de acúmulos e transformação da sua prática político-pedagógica.

Os procedimentos metodológicos utilizados na viabilização das intenções contidas nesse objetivo ordenaram-se por dois caminhos distintos e complementares: como busco analisar as transformações ocorridas na prática social da Cáritas a partir da sua relação com a educação popular, optei como ponto de partida inicial a realização de um trabalho de revisão bibliográfica sobre a história e fundamentos teóricos dessa concepção de educação popular, situando os percursos histórico-teóricos de sua transformação em uma pedagogia da participação popular.

Em seguida, orientado por essa concepção de educação popular, mergulhei na história da Cáritas no Brasil, a partir da seleção, categorização e análise de parte dos seus documentos e registros (relatórios, cartilhas, revistas, livros etc.) e outros materiais bibliográficos produzidos por organizações sociais e pesquisadores que também refletem sobre o trabalho social da Cáritas no Brasil, com o intuito de analisar as mudanças ocorridas na sua prática político-pedagógica, os fatores e questões que

suscitaram essas mudanças e em que sentido elas se aproximam e se identificam com a perspectiva de educação popular, assumida aqui nesse trabalho de pesquisa.

Mergulhar na rica e complexa história da Cáritas, buscando relacionar sua prática político-pedagógica com a educação popular, foi uma travessia surpreendente e de ricos aprendizados, confirmando cada vez mais a importância e a necessidade de se estudar a trajetória histórica trilhada por essa instituição no Brasil, que se enriqueceu e contribuiu de forma efetiva com os diferentes processos educativos de conscientização e politização das camadas populares. Uma história que, muitas vezes, é vista e analisada de forma “preconceituosa”, principalmente no meio acadêmico, por causa da marca assistencialista que caracterizou a primeira fase do seu trabalho social e, por ser ligada institucionalmente à Igreja Católica, deixando de conhecer “uma preciosa história de uma das mais importantes experiências de auto-libertação coletiva patrocinada pela Igreja e protagonizada por comunidades de classes populares” segundo Paul Singer no prefácio do livro sobre os 20 anos da Economia Popular Solidária na Cáritas Brasileira⁷.

Vivenciei, também, alguns limites e impasses, provocados, principalmente, pelo pouco material sistematizado sobre a história da Cáritas, em especial por parte de pesquisadores e/ou instituições que não estejam vinculados a ela, o que me proporcionaria um diálogo sobre outros olhares e interpretações sobre os sentidos e o alcance do trabalho social da Cáritas. Todavia, acredito que isso não tenha afetado a qualidade do trabalho desenvolvido frente a esse objetivo. Constatado, também, que a existência de pouco trabalho de pesquisa em torno dessa temática aponta para um importante campo a ser explorado por pesquisas interessadas em analisar a história do trabalho social da Igreja Católica, da relação dos seus organismos e pastorais sociais com a educação popular e com o campo popular e democrático.

Objetivo II_ Desenvolver um processo de reflexão sobre a atual fase do trabalho social da Cáritas, a partir do estudo de caso do seu Programa de Políticas Públicas, identificando e problematizando suas concepções, estratégias e metodologias utilizadas para a construção da participação popular no contexto de transformações da realidade brasileira e da própria educação popular.

⁷ Cf. **Cáritas Brasileira**, 20 anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

Conforme apresento no estudo da trajetória da Cáritas no Brasil, a sua atual fase, denominada de “*Solidariedade Libertadora*” e cujo marco histórico se dá a partir da década de 90, representa um ponto de chegada e um ponto de partida da sua relação com a educação popular. Ao mesmo tempo em que sua prática político-pedagógica passa por um processo crescente de proximidade e identificação com os objetivos e experiências desenvolvidas em torno da educação popular, e do próprio campo popular e democrático, ela vai se defrontar nesse mesmo período com uma conjuntura de crises e impasses que assolam a educação popular e o campo político ao qual está ligada intrinsecamente, como resultado de fortes mudanças ocorridas no interior da sociedade brasileira, desencadeadas principalmente pelos novos marcos da democracia e cidadania embutidos na Constituição de 1988, e pela ofensiva ideológica e prática do capitalismo neoliberal, que atinge o seu ápice, aqui, no início da década de 90.

Diante desse contexto de crise e impasses das forças sociais populares, a Cáritas foi tecendo um caminho alternativo que pudesse garantir a vitalidade do seu trabalho social, optando por articular a construção da participação popular em torno dos processos de mobilização popular e controle social das políticas públicas, aproveitando para vincular as práticas históricas de mobilização popular com os novos espaços de participação, garantidos constitucionalmente, para defender e ampliar os direitos assegurados e ameaçados pela nova lógica neoliberal, articulando e potencializando essas ações como caminhos estratégicos de (re) construção da unidade política entre as forças sociais populares e de um novo projeto societário.

O Programa de Políticas Públicas da Cáritas, constituído em 1999, durante o I Congresso e XII Assembléia Nacional, foi uma das apostas políticas e metodológicas assumidas pela rede Cáritas⁸, para lidar com esses novos desafios e assumido como uma referência pedagógica, de caráter transversal, para a sensibilização e envolvimento do conjunto da rede com a agenda das políticas públicas. Tinha, também, como preocupação central a contribuição do trabalho social da Cáritas no enfrentamento da situação de fragmentação e desmobilização que assolava, já nesse período, as forças sociais populares, provocadas principalmente pela ação ideológica do neoliberalismo e,

⁸Nesse período, também, a Cáritas constrói os seus programas de Apoio e Valorização da Economia Solidária e de Convivência com o Semi-Árido, como resultados das experiências e aprendizados desenvolvidos no interior dos PACS (Projetos Alternativos Comunitários) e das campanhas de ajuda emergenciais ao problema da seca no semi-árido brasileiro. São articuladas como propostas de desenvolvimento sustentáveis e alternativas ao modelo de produção e de relações sociais capitalistas e à cultura política oligárquica e clientelista que sustenta e se reproduz na concentração fundiária e nas políticas e programas oficiais de “combate à seca”.

também, pela crise dos paradigmas emancipatórios, a partir da derrocada das experiências do socialismo real.

Os procedimentos metodológicos utilizados para viabilizar as questões colocadas por esse segundo objetivo foram articulados da seguinte forma: realizei um rápido trabalho de revisão bibliográfica, trazendo algumas abordagens de pesquisadores sobre as diferentes formas de envolvimento dos movimentos e organizações sociais na construção da participação popular em torno das agendas das políticas públicas. Em seguida, facilitado pelas questões debatidas pelos diferentes pesquisadores sobre a agenda das políticas públicas, procurei, a partir da seleção, categorização e análise de documentos e registros internos da Cáritas e das entrevistas realizadas com agentes das instâncias regionais e nacionais⁹, apreender os fatores históricos, políticos e ideológicos que motivaram a incorporação da agenda das políticas no interior da sua prática político-pedagógica, cujos desdobramentos levaram a criação do Programa de Políticas Públicas.

Preocupado em qualificar as questões trazidas pelos discursos contidos nos documentos internos e nas falas dos agentes entrevistados, com as experiências práticas desenvolvidas pelo programa de Políticas Públicas, optei por realizar um trabalho de pesquisa de campo com agentes e lideranças comunitárias participantes de um programa de formação continuada em políticas públicas e orçamento organizado pela Cáritas Regional Ceará¹⁰.

0.4 - REFERENCIAIS TEÓRICOS

Os referenciais teóricos que serviram como importantes chaves de leitura e interpretação das transformações ocorridas na prática social da Cáritas no interior de uma travessia aprendente com a educação popular foram sendo definidos no desenvolvimento do processo de pesquisa. Algumas referências teóricas já estavam

⁹ Entrevistei assessores de quatro regionais da Cáritas Brasileira (Ceará, Maranhão, Rio Grande do Sul e Norte II (correspondente aos estados do Pará e Amapá) durante o Encontro Fórum Nacional de Avaliação e Planejamento da Rede Cáritas, em Brasília, nos períodos de 01 a 05 março de 2008. Entre os meses de março a abril, durante o processo de análise documental da Cáritas consegui realizar entrevista com dois assessores nacionais, em Brasília, e em maio, por meio do uso de correio eletrônico, consegui entrevistar uma terceira pessoa da assessora nacional, que havia se desligado recentemente do trabalho da Cáritas.

¹⁰ As entrevistas com lideranças comunitárias e agentes sociais das dioceses de Iguatú, Tianguá, Limoeiro do Norte e Fortaleza foram realizadas entre os dias 11 a 29 de fevereiro de 2008, nas cidades onde moram e atuam essas pessoas.

presentes desde o processo de formulação do pré-projeto de pesquisa, outras foram sendo acrescentadas a partir das disciplinas e atividades programadas em que participei, outras pelos diálogos e contribuições surgidas no processo de qualificação e por fim, o próprio exercício de análise do material empírico demandou a inclusão de novas referências teóricas.

No exercício de seleção da ampla bibliografia disponível sobre a temática da educação popular como uma pedagogia da participação popular optei por dialogar com as importantes contribuições dos autores: Celso de Rui Beisiegel (1974, 2006, 2008), Carlos Rodrigues Brandão (1986, 1987, 2002, 2002b), Osmar Fávero (2005), Paulo Freire (2003, 2005 e 2007) e Conceição Paludo (2001). São bibliografias permeadas de olhares diferenciados e complementares, sobre a educação popular e sua contribuição no processo de politização das camadas populares. Diferentes visões impregnadas pela prática militante (teórica e prática) desses autores com a educação popular. Agrega-se a esses, a contribuição de outros autores que em diferentes períodos exercitaram um rico trabalho de aprofundamento e sistematização do fazer político e pedagógico da educação popular.

Essas ricas contribuições bibliográficas sobre a educação popular foram importantes também no meu trabalho de análise das trajetórias de transformações da prática político-pedagógica da Cáritas, podendo relacionar essas mudanças com as concepções político-pedagógicas que orientavam as práticas de educação em cada contexto analisado, refletindo de que forma elas contribuía para o avanço do trabalho educativo da Cáritas, proporcionando-lhe uma maior proximidade e identificação com a educação popular.

Ao analisar o atual período da Cáritas, a partir do estudo de caso do seu programa de Políticas Públicas, tomei como referência os estudos realizados pelas pesquisadoras Maria da Glória Gol (2001, 2003, 2005, 2007 e 2008), Lúcia Maria Vanderlei Neves (2005), Conceição Paludo (2001, 2005) e Ellen Meiksins Wood (2003), entre outros. O enfoque dados por essas autoras sobre as transformações ocorridas no padrão de sociabilidade capitalista, as suas adaptações ao contexto da sociedade brasileira e os seus impactos nas práticas políticas dos movimentos e organizações sociais ofereceram importantes subsídios teóricos para refletir sobre os impactos dessas mudanças sobre a prática político-pedagógica da Cáritas e as estratégias assumidas por ela para garantir a vitalidade do seu trabalho social e contribuir no processo de ressignificação das práticas de educação popular, e do próprio campo democrático popular.

Outros autores/as, levando em consideração as suas especificidades temáticas e originalidades teóricas, se somam a estas referências teóricas apresentadas. Merecem destaque os artigos, comunicação e debates produzidos pelo setor de Educação Popular da ANPED (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação), principalmente nas suas reuniões anuais, onde tenho procurado participado regularmente, buscando dialogar com as novas abordagens teóricas e metodológicas de diferentes pesquisadores/as imbuídos desta perspectiva emancipadora da educação popular.

0.6- ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS NA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em quatro capítulos, dispostos da seguinte forma:

1º Capítulo: faço um breve apanhado do percurso histórico-teórico de formação e afirmação da educação popular como uma pedagogia da participação popular. Situo sinteticamente, nesse capítulo, o aparecimento da educação do povo como uma demanda trazida pelas novas mudanças ocasionadas pelo surgimento e desenvolvimento do padrão de sociabilidade capitalista, destacando os antagonismos e disputas existentes entre as diferentes forças políticas e culturais sobre os sentidos, as finalidades e as formas de viabilizar essa proposta de educação. Em seguida, analiso o surgimento dessa discussão no interior da sociedade brasileira, a partir do século XIX, procurando compreender os diferentes interesses, concepções e projetos que se movem no interior desse debate. Destaco, no interior desse processo, uma perspectiva de educação popular que, articulada por forças políticas e culturais ligadas ou em parceria com as camadas populares, foi se traduzindo, historicamente, dentro de relação dialética entre teoria e prática, numa original pedagogia da participação popular. Perspectiva que exerceu um papel decisivo no processo de politização de importantes setores dessas camadas e que vem enfrentando, no contexto atual, sérios desafios teórico-práticos na construção da participação popular frente à ação ideológica e prática do neoliberalismo e diante da crise dos horizontes históricos de emancipação humana.

2º Capítulo: apresento a trajetória do trabalho social da Cáritas no Brasil, marcada por descompassos, tensões e aprendizados na sua relação com essa perspectiva de educação popular. Situo, rapidamente, aspectos históricos – políticos que marcam a

origem e identidade da Cáritas em nível internacional e sua chegada ao Brasil. Em seguida, realizo uma reflexão mais aprofundada sobre os modelos político-pedagógicos presente nas diferentes fases do seu trabalho social: assistencial, promocional e de solidariedade libertadora, como resultados da sua interação dialética com as práticas de educação popular e com o campo popular democrático.

3º Capítulo: faço uma análise da fase atual do trabalho social da Cáritas, a partir do programa de Políticas Públicas, como uma ação planejada e implementada no conjunto da sua rede, como resposta aos novos desafios que se colocam para a construção da participação popular, a partir da década de 90. Levanto, sinteticamente, algumas abordagens teóricas sobre as diferentes posições dos movimentos e organizações sociais diante do surgimento da agenda das políticas públicas como eixo central para a construção e expressão da participação popular. Em seguida, analiso o processo de constituição do programa de políticas públicas como um caminho estratégico construído no interior da práxis da Cáritas para lidar com os novos e velhos desafios que se colocam para a construção da participação popular e para a transformação da sociedade brasileira. Por último, a partir do estudo de caso do Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas e Orçamento e em escuta e diálogo com sujeitos participantes desse processo formativo (lideranças e agentes sociais), analiso a representação que esses sujeitos fazem dessa ação continuada de formação para a qualificação do seu engajamento político e social.

4º Capítulo- A guisa de conclusão destaco algumas questões que sintetizam o conjunto dos desafios vivenciados no interior do trabalho social da Cáritas Brasileira no contexto atual e que exercem uma influência fundamental para a continuidade do processo de transformação e atualização da prática político-pedagógica da Cáritas como uma pedagogia da participação popular.

O mergulho na história da Cáritas e das transformações ocorridas no seu modelo de trabalho político-pedagógico como resultado das travessias compartilhadas – e confrontadas! – com as concepções e vivências disseminadas pela educação popular como uma pedagogia da participação popular, foi um exercício de pesquisa bastante envolvente, de ricos aprendizados e significativos desafios, exigindo não só o esforço de assegurar um certo distanciamento sobre uma história da qual também me sinto parte, como também demandando a realização de alguns recortes temporais e espaciais sobre a riqueza, amplitude e complexidade que caracterizam a história do seu trabalho social no Brasil. Com isso, correndo, muitas vezes, o risco de deixar de lado ou abordar

tangencialmente alguns aspectos importantes dessa trajetória e da sua contribuição para a politização das camadas populares e a democratização da sociedade brasileira.

Nesse sentido, sempre tive consciência – e não menos, inquietações! – que esse trabalho significa apenas mais uma travessia pesquisante sobre a história e o legado político- pedagógico de uma organização que foi capaz de ir se modificando com os apelos da realidade trazidos, principalmente, pelos setores das camadas populares, em meio às contradições que marcam a sua identidade e origem institucional. Esse trabalho é mais uma porta “entreaberta” para que outros pesquisadores possam se debruçar, também, sobre essa história e oxalá possa construir novas perguntas e, principalmente, novas respostas que possam contribuir para a construção de um novo olhar sobre a história dessa instituição e da importância da sua prática educativa para a construção do protagonismo popular e para a renovação da própria educação popular.

1. PERCURSOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DE TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM UMA PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

A motivação central para a realização desse exercício de pesquisa dá-se pelo interesse em refletir as mudanças ocorridas no trabalho político-pedagógico da Cáritas Brasileira a partir da sua relação e interação com a educação popular, buscando apreender os elementos de descompassos, contradições e aprendizados que marcam essa travessia aprendente entre o trabalho social da Cáritas e os movimentos e organizações sociais vinculados a essa prática educativa interpretada, aqui, como uma pedagogia da participação popular.

Nesse sentido, antes de adentrar no estudo mais específico da história do trabalho social da Cáritas e das causas e sentidos das suas mutações, acho necessário realizar um levantamento, a partir da bibliografia existente, sobre os percursos histórico-teóricos de transformação e afirmação da educação popular como uma pedagogia da participação popular, buscando distinguir essa concepção de outras perspectivas de educação popular que fazem parte da história educacional brasileira.

É uma reflexão que no contexto atual se torna cada vez mais pertinente diante da polifonia dos discursos e práticas que têm reivindicado para si a identidade e filiação ao campo da educação popular, simplesmente pelo fato de exercer alguma ação educativa com as camadas populares, destituídas, em grande parte, de uma prática pedagógica democrática, contextualizada, crítica e orientada por uma intencionalidade transformadora. Daí a pertinência em refletir sobre os pressupostos político-pedagógicos dessa perspectiva de educação popular, possibilitando distingui-la de outras propostas e práticas de educação popular, em evidência no contexto atual e que nem sempre convergem com as formas e conteúdos que marcaram essa experiência de pensar e fazer a educação do povo.

Apresento nesse primeiro capítulo um panorama histórico do surgimento da educação popular, ou educação do povo, e os embates e disputas que permearam o seu debate, a partir do desenvolvimento do projeto de sociabilidade capitalista, tanto em nível internacional como no interior da sociedade brasileira. Situo, também, como a

educação popular foi se construindo, a partir da experiência brasileira, em sintonia aprendente com outras experiências em desenvolvimento na América Latina e em outras partes do mundo, em uma pedagogia da participação popular, transformando uma perspectiva de educação básica “para o povo” em um movimento de educação “com o povo”, particularmente “vinculada aos esforços transformadores dos setores, processos e movimentos sociais e políticos [...] que sofrem e lutam por eliminar as assimetrias de todo tipo” (JARA, 2005, p.242-243).

1.1 – OS ANTAGONISMOS POLÍTICOS NO PENSAR/FAZER A EDUCAÇÃO DO POVO: DO CONTROLE À EMANCIPAÇÃO

A sociedade é, no seu todo, uma situação educativa. Os seus objetivos educacionais “não podem ser adequadamente entendidos quando separados das situações que cada época é obrigada a enfrentar e da ordem social para a qual eles são formulados” (MANHEIM, 1970, p.89). Esses objetivos podem ser acionados tanto como mecanismos de manutenção ou de transformação no interior da ordem social em que são constituídos, efetivando-se a partir de “uma série de mediações [...] que podem tanto desvelar como encobrir o sentido real das relações sociais” (SANTOS, 2008, p.40).

Em cada período histórico, os objetivos educacionais são orientados e determinados pelas mudanças ocorridas nos padrões de produção e reprodução da vida material e social, podendo servir como mecanismo para sua legitimação e reprodução ou, também, como possibilidade de sua crítica e sua transformação.

Portanto, é um equívoco centrar a discussão educacional numa abstração em, se ela é ou não é reprodutora, se ela é ou não é transformadora, se ela é ou pode ser revolucionária. Como a sociedade não é homogênea, como está permeada de contradições de lutas e antagonismos de classe, a educação se transforma de acordo com o movimento da sociedade, que ao se transformar-se e ser transformada, também possibilita uma educação de tipo diferente, adequada à nova realidade. Assim cada época e em cada sociedade, a educação “reflete” as condições do desenvolvimento social, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a relação de forças entre as classes envolvidas. (ORSO, 2008, p.54-55)

Nesse sentido, a apreensão dos reais sentidos, finalidades e alcance de um projeto ou prática educativa só pode ser compreendida a partir do estudo e análise das

relações materiais e sociais que se estabelecem no interior de cada sociedade e das contradições, antagonismos e consensos que marcam esse campo de relações.

Frente às transformações promovidas pelo surgimento e desenvolvimento do modelo de sociabilidade capitalista, que provocou uma revolução não apenas nos meios de produção, mas também nas relações sociais, convertendo todas as forças sociais existentes em “elementos propulsores da sociedade regida pela lógica da produção de mercadorias” (SANTOS, 2008, p.43), a educação tornou-se o principal instrumento para ajustar os espíritos humanos à nova ordem social e política subjacente ao modelo de produção capitalista.

É uma educação voltada para a reprodução e legitimação de visões e valores do modelo sociabilidade capitalista, que diferente dos outros modelos de sociabilidade não podia mais legitimar o seu poder e a dominação subjacente a ele por meio das justificativas divinas ou das desigualdades hereditárias dos status sociais. Em teoria, nesse novo modelo todos os homens eram livres, capazes de gozar de direitos, sendo que o novo contrato social deveria ser resultado do “acordo entre homens livres e iguais em status, embora não necessariamente em poder” (MARSHALL, 1967, p.79), exigindo dessa forma uma ação pedagógica que

[...] corresponda à essa sociedade, que tem na alienação da força de trabalho e, conseqüentemente, na alienação da consciência como um meio de reproduzir e se perpetuar. [...] Uma educação voltada para estimular o individualismo, para fomentar a competição, para enaltecer a concorrência, para premiar pela produtividade e punir pelos resultados não desejados, permitindo, assim, selecionar os mais aptos e mais adaptados, de acordo com os valores vigentes nessa sociedade- uma educação para a subserviência “(ORSO, 2008, p. 51-52)

Uma educação que também deixa espaços para a contradição, para a disputa, dado que a sociedade não é um bloco monolítico e nenhuma hegemonia se petrifica ao ponto de impedir uma ação contra-hegemônica. Uma educação que expressa significativos embates entre sua perspectiva educacional como mecanismos de controle, disciplinamento e subserviência e as concepções e interesses de grupos antagônicos que vêem a educação como espaço de construção da autonomia, da liberdade e da emancipação dos homens e mulheres.

É impulsionado por essas mudanças e como resposta às novas demandas e exigências, permeadas do contraditório, levantadas por diferentes forças políticas e

culturais no interior do modelo de sociedade capitalista, que emerge a educação do povo¹¹ como uma agenda pública.

[...] Se na velha ordem era Deus quem vencia o Diabo, era a virtude que dominava o vício, e era a graça divina que criava o novo homem livre – “livres pela graça de Deus” –, na nova ordem deveria ser a educação quem venceria a barbárie, afastaria as trevas da ignorância e constituiria o cidadão. Enfim, da educação se espera o milagre de configurar o novo homem livre para o novo mercado econômico, social e político. (ARROYO, 2007, p. 36-37)

Imprimiam à educação a tarefa de “domar” as paixões e ameaças existentes no meio popular, capacitando-os para o uso das prerrogativas cidadãs cedidas e controladas pelas elites políticas e econômicas, disciplinando-os para garantir uma maior produtividade do seu trabalho e obediência aos valores e normas dos padrões de sociabilidade burguesa¹².

Essa perspectiva de educação refletia bem a representação que as classes dominantes tinham do povo, sendo considerado não “apenas como pobres, objeto de caridade, nem como ignorantes, objeto de educação, mas foram considerados como classes perigosas, objeto de temor, de caridade, filantropia e educação” (ARROYO, 2007, p.47). Eram aqueles que segundo Locke¹³ (1959 apud MACPHERSON, p.229) “viviam apenas de mãos para a boca” e, por isso, precisavam se adequar aos novos padrões de “civildade” e “moralidade” da classe hegemônica, como resposta às necessidades de desenvolvimento permanente da sua estrutura de produção material e social.

As camadas populares, presas historicamente a modelos societários em que o “status era a marca distintiva de classe e a medida de desigualdade” (MARSHALL, 1967, p.64), enxergaram nesse novo modelo de sociabilidade, a partir do seu discurso da igualdade formal entre todos os homens, um espaço de construção da liberdade e de mobilidade social, sendo a educação um importante instrumento para a viabilização desses anseios do povo. Dessa forma, essas camadas populares vão passar a demandar a

¹¹ O povo é compreendido aqui como as classes subalternas, os “de fora”, que “carregam a marca da exploração e da exclusão econômica, da discriminação cultural e da dominação política” (PALUDO, 2001, p.34). Segundo Locke era “uma classe normal e numerosa na economia [...] e que não tinham outra propriedade que não o seu trabalho” (MACPHERSON, 1979, p.228-229).

¹² Adam Smith, um dos ideólogos do projeto capitalista, define bem os benefícios alcançados pela educação básica do povo: “[...] *quanto mais instruído ele for, tanto menos estará sujeito às ilusões do entusiasmo e da superstição, que entre nações ignorantes, muitas vezes dão origem às mais temíveis desordens. Além disso, um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e obtuso*” (SMITH, 1996, p.218).

¹³ LOCKE, Jonh. **Works** (Vol. II). Londres: 1959, 6ª edição.

educação não apenas como condição para sua integração a esse novo padrão de produção e reprodução social, mas também como possibilidade da sua superação e construção de novos padrões civilizatórios e de liberdade¹⁴.

A educação popular vai ser representada e praticada, pelo povo e seus aliados, na perspectiva da sua emancipação humana e como importante mediação político-pedagógica na ofensiva contra-hegemônica dessas forças ao padrão social vigente. Além de denunciar o caráter disciplinador e de controle ideológico presente nas propostas educativas dos setores capitalistas, essa outra perspectiva, cujo exercício histórico foi permeado por uma pluralidade de idéias e modelos de intervenção, caracterizou como um fecundo espaço de elaboração teórica e experimentação prática de uma educação democrática e libertadora das camadas populares.

Uma educação que, superando as falsas dicotomias entre educação profissional e educação propedêutica, entre educação e política, entre trabalho, estudo e lazer, possa possibilitar ao povo um “aprendizado pelo qual o ser social incorpora certos conhecimentos que lhe permitem compreender e agir sobre a realidade que o cerca, é um ato que marca a própria materialidade do homem” (SANTOS, 2008, p.39), exercendo uma importante contribuição nos espaços de luta entre as forças sociais e culturais que disputam a direção política da sociedade a partir dos interesses das camadas populares.

1.2 - A “EDUCAÇÃO DO POVO” NO CONTEXTO BRASILEIRO: DA INSTRUÇÃO BÁSICA “PARA O POVO” A UM MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO “COM O POVO”

A emergência do debate sobre a necessidade da educação do povo na sociedade brasileira ocorre com maior evidência no final do século XIX¹⁵, onde o

¹⁴ Segundo Martins (2005, p. 138) a proposta de educação do povo elaborada por Gramsci, um dos ideólogos dessa outra perspectiva pedagógica, está relacionada a dois grandes objetivos: “1) *conhecer qual é a visão de mundo que orienta a vida das diferentes classes e grupos sociais, e a de seus indivíduos, além de tentar desvelar como essas visões são elaboradas, disseminadas e “cimentadas” no meio social;* 2) *conceber um processo pelo qual se poderá superar a visão de mundo das classes subalternas, promovendo uma elevação cultural delas, uma “catarsis”, que possibilite aos subalternos tornarem-se uma “uma classe para si”, o movimento necessário à reforma moral e intelectual [...]*”.

¹⁵ Beisiegel (1974, p.6) relata que desde o Brasil Império já existia um regulamento de instrução primária e secundária do Município da Corte, que “fixava-se, aí, além do reconhecimento do direito dos cidadãos à instrução elementar, também a idéia de obrigatoriedade da frequência às escolas primárias”. Essa

Brasil, fazendo um esforço para acompanhar as mudanças históricas que estavam em ebulição na Europa, “liberta os escravos, institui a República e o trabalho livre” (PALUDO, 2001, p.24). Mesmo tendo sido influenciado pelas idéias liberais¹⁶, vindas da Europa, esse debate e sua materialização em propostas e projetos práticos, vai desenrolar-se dentro das especificidades estruturais e conjunturais da sociedade brasileira. Enquanto que em algumas regiões da Europa, a demanda de educação do povo foi determinada diretamente pelas mudanças ocorridas nas relações de produção e os seus desdobramentos na vida social; aqui ocorreu justamente o inverso: “é na qualidade de instrumentos de intervenção na evolução da vida social que estas práticas educativas são introduzidas no país” (BEISIEGEL, 1974, p.33).

Configura-se como uma proposta pedagógica vinculada aos objetivos de modernização do país aos padrões de sociabilidade capitalista, encarregada de garantir a “instrução” do homem brasileiro de acordo com as novas exigências do padrão de produção e organização social capitalista, ‘sendo ao mesmo tempo um componente intrínseco à sociedade que se pretendia realizar e, também, o principal instrumento de preparação dos homens para a construção dessa ordem social particular’(BEISIEGEL 1979 apud BEISIEGEL, 2008, p.19).

A força dessas idéias ocupa parte da agenda de debate do processo constituinte realizado em 1923, sendo que na nova constituição, que foi outorgada no ano seguinte, a instrução primária gratuita a todos os cidadãos foi incorporada como um importante direito, sob a responsabilidade do Estado, para a qualificação do povo para as novas exigências dessa sociedade que se pretendia construir. Nesse sentido, as possibilidades de mudanças sociais estavam vinculadas à dinamização e consolidação de um projeto educacional, no qual se inclui a necessidade de escolarização do povo, conforme afirma Silva¹⁷ (1959 apud BEISIEGEL, 1974, p.33):

afirmação confirma que o debate da educação do povo já se fazia presente antes mesmo das mudanças ocorridas no final do século XIX ,como estratégia de modernização capitalista da sociedade brasileira.

¹⁶ A recepção e desenvolvimento do pensamento liberal no Brasil sofreram as influências das particularidades sociais e políticas que caracterizavam o país nesse período “*Importadas, no Brasil, as idéias liberais ganharam conotações particulares: a Igreja, nesta época um aliado circunstancial, será tolerante – é entre o clero, aliás, que se recrutam muitos e expressivos adeptos das novas idéias. O ataque ao absolutismo, por sua vez, a princípio aparece como meio de expressão do anti-colonialismo e, depois conquistada a independência, nas lutas contra o Imperador e seus partidários, vê dar forma às reações contrárias às ameaças de re-colonização do país [...] mediante a subordinação dos direitos da igualdade às imposições do direito de propriedade, o liberalismo no Brasil, nestes primeiros tempos, realizaria a difícil conciliação entre as idéias da igualdade e a base escrava da economia colonial*” (BEISIEGEL, 1974, p.38).

¹⁷ SILVA, Geraldo Bastos. *Introdução à crítica do ensino secundário*. Rio de Janeiro: MEC, 1959.

É nesse período que se difunde a idéia segundo a qual a educação forma o homem brasileiro e o transforma num elemento de produção necessário à vida econômica do país e importante para a elevação dos padrões de vida individuais [...] A implantação dos pré-requisitos do capitalismo no Brasil – principais sinais de desenvolvimento urbano- industrial – estimulou por antecipação, o aparecimento de um clima social, cuja nota característica consistia num desejo de prosperidade nacional. No campo da escolarização, isto se traduziu sob a forma de preocupação com o ensino técnico-profissional, capaz de formar mão-de-obra nacional e fazer da civilização brasileira, uma civilização eminentemente “prática, como “práticas” eram as mais modernas e avançadas civilizações do mundo contemporâneo.

Importante situar que o interesse pela a educação do povo, antes mesmo de representar uma real aspiração por parte deste, representou, em grande parte, uma imposição da elite política e econômica, com vistas a responder ao seu projeto de sociabilidade moderna dentro dos marcos capitalista, cabendo ao Estado brasileiro um papel destacado como agente responsável pela garantia das condições legais, físico-financeiras e pedagógicas necessárias para assegurar o processo de educação das camadas populares.

A educação para o povo, no Brasil, é sobretudo um produto da atuação do poder público. Afora a epopéia jesuítica dos primeiros tempos da colonização e também alguns outros exemplos da ação privada do ensino elementar de crianças, adolescentes e adultos, a educação “popular” sempre se apresentou como uma tarefa da iniciativa oficial. Por isso mesmo, tanto as suas origens quanto os momentos mais significativos de sua evolução, no país, apenas se esclarecem quando analisadas no contexto das orientações globais da atuação do Estado. (BEISIEGEL, 1974, p.56)

Dessa forma, a experiências de educação pública que foram se constituindo nesse período, sob a tutela do Estado, incorporadas não apenas como um direito de todos, mas também como um dever, além de ter que lidar com as precariedades do próprio Estado no atendimento ao que ele mesmo se propunha realizar, representavam também um descompasso com a realidade social do país e, conseqüentemente, com os anseios e aspirações de grande parte da população.

Esperava-se, entretanto, que pela esfera da cultura, via a universalização da educação escolar, fosse resolvido o problema social. Ao caos social – pobreza, miséria e ignorância – deveria contrapor-se uma nova civilização, e a educação foi chamada a edificar tal façanha. Não se vislumbrava naquela época [...] que a esfera da economia e da política, juntamente com uma cultura que, entre outros aspectos, desvalorizava a população pobre, constituíam os reais obstáculos à mudança. (PALUDO, 2001, p.77)

Essa busca de modernização capitalista da sociedade brasileira, articulando a educação à realização de um processo de mudança social, não possibilitou um processo de socialização do poder econômico e político, pelo contrário, reforçou cada vez mais as

suas assimetrias e injustiças, mantendo-se indissociados o poder, o patrimônio e a hierarquia, colaborando para o aprofundamento e legitimação das condições de pobreza e dominação de grande parte do povo.

As propostas educacionais, influenciadas por essas visões e interesses, vão expressar o dualismo que marca a realidade social brasileira: uma educação propedêutica, voltada para a formação das elites, futuros dirigentes econômicos e políticos da nação e portadores dos valores e atitudes necessárias para o novo padrão de civilidade exigido pela nova sociedade a ser construída; e o ensino público elementar e, em grande parte, de caráter profissionalizante, para as camadas populares, colocado como uma condição fundamental para a sua inclusão precária e controlada nesse processo de mudança social que se aspirava construir.

O processo de construção de uma hegemonia é um caminho cheio de curvas, repleto de contradições, deixando que outras visões de mundo também disputem o modelo de organização social que se pretende construir, a partir dos seus interesses de classe ou de fração delas. Dessa forma, o processo de construção de uma agenda pública de educação destinada ao povo, não expressou apenas a visão das elites econômicas e intelectuais identificadas com aquele modelo de educação dualista. Ela trouxe à tona, também, as aspirações e interesses das camadas populares e dos setores do campo acadêmico e político, com elas comprometidos, desencadeando um movimento de disputas e antagonismos políticos sobre os sentidos, formas e finalidades a ser alcançados por essa ação educativa destinada ao povo.

No interior dessas disputas, conflitos e consensos provisórios a educação popular foi assumindo novos contornos nas suas formas e conteúdos. De uma educação básica “para o povo”, de caráter segregador e comprometida com a manutenção do status quo, ela foi avançando, numa interação dialética entre prática e teoria, para uma educação “com o povo”, definindo-se como “toda a educação que se realiza junto a estes setores [...] como uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas” (PALUDO, 2001, p.82).

Partindo dessa compreensão do processo histórico da educação popular como um processo de disputas, conflitos e consensos construídos em torno das diferentes, e na maioria das vezes antagônicas, visões e interesses que diferentes forças sociais tinham sobre o projeto de modernização da sociedade brasileira, vou desenvolver uma reflexão dos percursos teórico-práticos trilhados pelas forças sociais populares e seus aliados, na construção e afirmação da educação popular como uma pedagogia da participação

popular, como resposta contra-hegemônica ao modelo dual de educação e ao projeto de sociedade capitalista a qual está vinculado.

1.2.1- PERCURSOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DE CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR COMO UMA PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Jara (1995, p.241-242) descreve as experiências de educação popular, orientadas pela perspectiva da pedagogia da participação popular, como *um fenômeno sociocultural* e, ao mesmo tempo, como uma *concepção de educação*:

[...] como *fenômeno sociocultural*, a educação popular faz referência a uma multiplicidade de práticas com características diversas e complexas, que têm em comum uma intencionalidade transformadora. Essas práticas nem sempre são coerentes, nem foram avaliadas suficientemente. Expressam diferentes modalidades e tipos de ação que podem ir desde uma maior informalidade até ser parte de uma política pública oficial. Em muitas ocasiões, passam despercebidas e, inclusive, algumas não são reconhecidas pelos seus praticantes como ações educacionais. Às vezes, são desconsideradas e desvalorizadas. Outras vezes, são utilizadas pelo próprio sistema, o qual dizem confrontar. Muitas estão repletas de inovações e produzem importantes novidades, outras se tornaram reféns da rotina e repetem moldes e modelos estereotipados. Entre elas, há práticas que articulam o micro e o macro, o local e o global, que vinculam dimensões organizadoras, investigadoras, pedagógicas e comunicativas em um mesmo processo dinâmico integral e transdisciplinar. Há outras restritas aos trabalhos grupais e comunitários concentradas em alguma dimensão particular e sem uma explícita visão de complexidade. Estas práticas estiveram, desde a sua origem, acompanhadas de múltiplos esforços de teorização e reflexão, por parte de seus praticantes, assim como de pesquisadores externos. Esforços que trataram de explicá-la, fundamentá-la ou projetá-la intencionalmente. São, enfim, práticas e propostas teórico-metodológicas carregadas de empenho e utopia que atuam respondendo a necessidades concretas e imediatas, ao mesmo tempo em que aspiram à construção de novas relações humanas. [...] Como *concepção educacional*, a educação popular não possui um corpo de categorias sistematizado em todos seus extremos. Entretanto, podemos afirmar que aponta à construção de um novo paradigma educacional, que se opõe a um modelo de educação autoritário, de reprodução, predominantemente escolarizado e que desassocia a teoria da prática. Nesta busca conceitual confluem diversas contribuições e correntes teóricas. Está apoiada em uma *filosofia da práxis educacional* entendida como um processo político-pedagógico centrado no ser humano como sujeito histórico transformador, que se constitui socialmente nas relações com os outros seres humanos e com o mundo. Por isso, esta concepção educacional está baseada em *princípios políticos* que apostam na construção de relações de poder equitativas e justas nos diferentes âmbitos da vida e em uma *pedagogia crítica e criadora*, que busca o desenvolvimento pleno de todas as capacidades humanas: cognitivas, psicomotoras, emocionais, intelectuais e valorativas.

A reflexão realizada pelo autor nos ajuda a compreender que a educação popular enquanto um fenômeno sociocultural é uma concepção de educação que não

está presa a um conjunto de teorias, regras, princípios e formas definidas de forma a priori ou sedimentada pelas idéias produzidas por um grupo de intelectuais em um determinado contexto. Ainda que ela esteja, desde o início, vinculada a uma intencionalidade transformadora, seja das condições sócio-culturais em que viviam as camadas populares como também das concepções e práticas de educação vigentes, desenvolvidas, principalmente, no interior dos espaços escolares.

Ela foi se construindo, compreendendo suas finalidades e aprimorando suas metodologias dentro do movimento vivo da história e em sintonia crítica e dialógica com diferentes condicionantes existentes no interior da sociedade brasileira, em um desafio permanente de atualizar e dinamizar as suas teorias e suas práticas para responder aos desafios trazidos, pelas mudanças conjunturais, à sua finalidade central: a emancipação humana das camadas populares.

Ela é expressão das diferentes experiências de luta e participação política das classes populares, partindo de um princípio diferenciador das propostas de “educação para o povo”: Enquanto essa última apontava a educação como o principal fator de mudança social, deixando inalteradas as estruturas históricas de desigualdade e injustiça social que assolavam a sociedade brasileira; a primeira não deixa de reivindicar o potencial de transformação existente na educação, mas reconhece que ela sozinha não fará a mudança social, enquanto não for pensada e praticada a partir dos desafios históricos e estruturais que configuram a organização da sociedade, sendo que “a educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania (FREIRE, 1995, p.74).

Segue, abaixo, uma descrição e análise das diferentes fases e significados políticos e pedagógicos desse percurso teórico-prático de construção e afirmação da educação popular como uma pedagogia da participação popular, no interior de um movimento dialético e criativo que “reconhece e assume novos desafios e previsões [...] (e) não permite construir o novo a menos que seja a partir da sistematização e reflexão crítica de sua prática histórica” (HURTADO, 2005, p.154).

A) - As escolas operárias socialistas e anarquistas: a autogestão no pensar/fazer a educação do povo

Sem deixar de reconhecer a existências de focos, diretos ou indiretos, de uma ação contra-hegemônica no pensar/fazer a educação do povo na época do Brasil Colônia

e no próprio Brasil Império¹⁸ optei por iniciar a análise desse processo a partir das experiências desenvolvidas nas escolas socialistas e anarquistas, presentes desde a primeira década da República, por considerar que elas trazem dois elementos importantes: uma ação dirigida diretamente pelos próprios trabalhadores e por ter uma proposta de intervenção específica e direta no campo da educação do povo.

A primeira fase do período republicano da sociedade brasileira pouco alterou as estruturas desiguais e injustas de organização do poder econômico e político na sociedade brasileira, em especial a posição das camadas populares no interior dessas relações sociais. A Constituição de 1891 reafirmou a natureza conservadora e segregadora desse novo modelo de sociedade em desenvolvimento, ao excluir os analfabetos, as mulheres, os mendigos, os soldados e os religiosos do exercer seus direitos políticos por meio do voto.

A opção de desenvolvimento econômico permanecia agro-exportadora, orientada e dependente do mercado externo, e viabilizada pela concentração fundiária, pelas relações de trabalho análogas ao trabalho escravo e pelo mandonismo político das oligarquias rurais. Na cidade começa a ganhar corpo um processo de industrialização, mobilizando um grande número de trabalhadores – emigrantes e imigrantes – e provocando o início de um processo de urbanização desordenado.

Diante da situação precária de trabalho nas indústrias, da ausência do poder público no atendimento às necessidades básicas (moradia, saúde, educação etc.) e da perseguição e violência do Estado, os trabalhadores urbanos vão ser, nesse período, os principais protagonistas nos processos de luta e mobilização das camadas populares, sob o comando de organizações operárias de caráter socialista e anarco-sindicalista.

A luta pela educação do povo, como uma aspiração real por parte desses, ganha destaque a partir das escolas autogestionárias, enquanto experiências organizadas e gestadas pelos próprios operários, conforme nos relata Brandão (2002, p.149):

Entre fins do século XIX e os começos do XX, surgiram em bairros operários de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, projetos de educação realizados através de pequenas escolas de trabalhadores destinadas a operários adultos e a filhos de operários. Escolas de vocação anarquista e, em menor escala, comunistas, foram sendo criadas em bairros à volta das fábricas.

¹⁸ As várias lutas e revoluções populares no decorrer destes períodos da história brasileira, ainda que muitas vezes não explicitassem seus objetivos em torno da educação, foram experiências políticas e culturais que, contando com a participação das camadas mais baixas, dos “não-cidadãos”, podem ser compreendidas como “escola de cidadania, como educação política do povo” (BENEVIDES, 1991, p.21).

A primeira influência no processo de organização destas escolas operárias deu-se por parte dos socialistas que detinham o controle sobre o movimento operário. Tinham como reivindicação básica o “ensino técnico-profissional, laico/gratuito e com a extensão do ensino básico” (PALUDO, 2001, p.82). Essa reivindicação refletia a influência do pensamento educacional dos movimentos operários europeus, que, também, se pautavam pela defesa da escola pública e gratuita e pela associação entre educação e o mundo do trabalho.

Os seus projetos educativos, entre os quais se destacavam as Bibliotecas Populares e as Escolas Operárias, foram “mantidos pelas entidades operárias e também por recursos buscados no poder público, disputados com as entidades religiosas” (PALUDO, 2001, p.82). Isso confirma que a proposta de autogestão das escolas operárias não prescindia da responsabilidade do Estado brasileiro no cumprimento das suas obrigações com a educação da classe trabalhadora, ainda que buscasse assegurar a autonomia da sua grade curricular e do modelo de organização da gestão das escolas, sob o comando direto dos trabalhadores. Essa relação com o Estado não foi tão profícua assim, pois a maioria dessas escolas tem um histórico de constante perseguição política, por parte desse mesmo Estado, principalmente sobre suas lideranças e intelectuais que apoiavam ou participavam dessas experiências autogestionárias de educação.

A natureza oligárquica da nossa república representou sérias dificuldades para uma maior penetração das idéias socialistas via parlamento e abriram possibilidades para o maior crescimento das idéias libertárias (anarquistas e anarco-sindicalistas) no Brasil. Como essas forças em ascensão não priorizavam a participação político-partidária, e sim a ação direta, suas idéias foram ganhando influência neste período (1910-1922), identificando-se como movimentos “contra a ordem”, e passaram a exercer um papel hegemônico no interior das escolas autogestionárias.

A proposta de educação, agora sob o comando dos libertários, incorporou um novo viés: “contra o Estado, contra o capital, contra a Igreja e a favor da Liberdade” (PALUDO, 2001, p.83), radicalizando as proposta de autogestão das escolas operárias, vistas como reflexo do ideal de sociedade aspirado por esses grupos. Abdicaram da luta pelo ensino público e gratuito, a exemplo dos socialistas, por considerar que o ensino público era intimamente comprometido com os interesses da burguesia industrial e da Igreja. Influenciados pela “Educação Racionalista”, elaborada pelo pensador espanhol Francisco Ferrer, os princípios pedagógicos que fundamentavam a sua prática educativa estavam centrados nas seguintes finalidades: “educação integral – desenvolvimento do ser humano por inteiro; racional – fundada na razão e não na fé; mista – para ambos os

sexos; solidária – formação de homens livres e respeitadores da liberdade alheia” (PALUDO, 2001, p.84).

Próximo à década de 1920, marcada por intensas manifestações grevistas, a perseguição política aos militantes libertários se acentua, sendo fechada a maior parte das suas escolas, apesar do intenso processo de luta e resistência.

As escolas operárias socialistas e anarquistas trouxeram importantes contribuições teóricas e práticas sobre os sentidos e as finalidades da educação do povo, ainda que tenham também expressado algumas contradições, como na “transplantação” cultural das idéias e práticas dos movimentos operários socialistas e anarquistas, não tendo muitas vezes uma preocupação com sua adaptação às especificidades sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira, em especial, do mundo das camadas populares; outra questão foi que a oposição sistemática à escola pública, principalmente pela vertente anarquista, gerou um descompasso entre a luta por uma educação autônoma e libertadora por parte dos operários e os anseios de parcela significativa do povo que começavam a reivindicar escola para seus filhos.

Essas experiências de educação autogestionária e libertadora, sob o comando dos trabalhadores, representaram o nascedouro de uma nova compreensão teórico-prática da educação popular como uma pedagogia da participação popular, ao relacionar a ação educativa

[...] à esfera do trabalho; à melhoria da qualidade de vida; à dimensão organizativa dos trabalhadores; à ação social reivindicatória e/ou transformadora das classes subalternas; à instrução; à necessidade de mudanças na esfera da política e da economia, além da cultural; aos métodos de ensino; à formação humana e com a possibilidade de construção de uma sociedade, onde além da liberdade, se tivesse justiça social. Enfim, a construção de um outro projeto de sociedade que se diferenciava daquele que ia se configurando “(PALUDO, 2001, p.86).

Brandão (2002, p.144) avalia o legado deixado por esse movimento pedagógico como “um primeiro momento em que uma experiência pedagógica com o perfil alternativo e transgressivo de uma educação popular foi realizada entre nós” e que exerceu influência direta na definição das formas e conteúdos das novas experiências de educação popular que foram desenvolvidas em outros períodos.

B) O movimento de cultura e educação popular: a educação a serviço da conscientização e politização das camadas populares

A opção de enfatizarmos as experiências de educação do povo a partir da década de 50, não significa que nas duas décadas precedidas não tenham sido desenvolvidas importantes experiências teórico-práticas de educação popular, como contraponto à visão hegemônica de uma educação dualista e disciplinadora das camadas populares. O debate e mobilização em defesa da escola pública, laica e de caráter universalizante, articulado pelo Movimento dos Pioneiros da Educação, com maior incidência a partir da década de 30, com atuação expressiva de importantes intelectuais da sociedade brasileira como Anísio Teixeira e Lourenço Filho, é um dos exemplos importantes e que vão exercer influências nas concepções e formas que a educação popular vai assumir no interior do movimento de cultural e educação popular.

A escolha deste salto histórico dá-se pelo interesse em analisar experiências marcadas diretamente pela perspectiva da pedagogia da participação popular, desde uma confluência de visões, interesses e iniciativas entre setores organizados das camadas populares com intelectuais e setores progressistas ligados às instituições sociais e políticas (Igreja, universidades, partidos, governos de esquerda etc.).

Para compreendermos os elementos desencadeadores e dinamizadores da educação do povo como um movimento de cultura e educação popular e sua relação com a pedagogia da participação popular é importante relacioná-los com os fatores sociais, políticos e culturais presentes no Brasil, naquele período, percebendo, inclusive como que, dentro de uma relação dialética, essas experiências não só foram influenciadas por esses fatores, mas, também, exerceram uma influência direta sobre eles.

A sociedade brasileira no período de 1946 a 1964 vive uma fase de interregno democrático, marcado pela elaboração de nova constituição (1946), que recoloca em cena os direitos civis e políticos, principalmente na reorganização dos partidos políticos e extensão dos votos a todos brasileiros e brasileiras alfabetizados. Todavia, o restabelecimento do jogo democrático tinha seus limites, devido à persistência da “prática de violência e arbitrariedades contra lideranças, as intervenções nos sindicatos, a proibição de greves, paralisações, comícios e manifestações, intensamente utilizada durante o governo Dutra (1946-1950)” (LUCA, 2003, p.482). Além disso, o Partido Comunista tem o seu registro cassado em 1947 e seus deputados perdem seus mandatos.

Apesar das práticas de violências e proibições, as camadas populares, em um movimento crescente nos espaços urbanos, vão ter uma importante participação na vida política do país, através da luta por melhores salários e contra a carestia, provocada principalmente pela política de produção de consumo duráveis, implementada em maior escala pelo governo Juscelino Kubitschek, que desencadeou o aumento da procura por produtos agrícolas, e consequentemente, o aumento do custo de vida.

Essas lutas populares localizadas mais nos espaços urbanos vão se somar com as lutas dos trabalhadores rurais, que expropriados das suas terras pelos grandes empreendimentos agrícolas, que contavam generosos incentivos fiscais, vão se organizar em associações, tendo destaque para as Ligas Camponesas, que fundadas inicialmente em Pernambuco, estenderam-se por vários estados do país, “colocando na ordem do dia a questão da reforma agrária e da melhoria efetiva das condições de vida e trabalho nas áreas rurais” (LUCA, 2003, p.483).

No âmbito internacional, as polarizações advindas da Guerra Fria, cuja expressão regional dava-se pela vitória da Revolução Cubana (1959), colaboravam para o acirramento das tensões políticas entre as forças de esquerda e de direita e no interior das próprias forças de esquerda.

À esquerda, num dos pólos no amplo leque de projetos então coexistentes, a conjuntura alimentava as esperanças de transformação de transformação de uma ordem social vista como injusta e inaceitável. A nova ordem seria alcançada pela reforma das estruturas, em algumas propostas, ou em outras, por soluções revolucionárias. No outro extremo, à “direita”, tanto externa quanto internamente, entre os defensores da ordem temia-se que, em virtude das difíceis condições da vida popular, o Nordeste brasileiro viesse a constituir-se numa segunda Cuba (BEISIEGEL In: prefácio de FÁVERO, 2006)

O binômio desenvolvimento/educação é a palavra de ordem desse período, impulsionado principalmente pela ação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) que, desde sua criação, incorporou como plataforma política a mobilização dos países do terceiro mundo para a realização de programas nacionais de educação, articulados como importantes alavancas no processo de desenvolvimento destas regiões marcadas pelo atraso econômico e por altos índices de analfabetismo. De acordo com Fávero (2006, p.23) essa relação estava calcada numa concepção de desenvolvimento

[...] como decorrente da evolução normal da sociedade, assumindo o progresso das nações desenvolvidas como padrão a ser alcançado por todos os países. Tudo se passaria como se a melhoria do nível de vida de uma população estivesse na estrita dependência e na relação direta do esforço de superação dos problemas locais, a partir da tomada de consciência desses problemas e de ações concretas [...].

Sob esse paradigma de desenvolvimento serão articulados no país diferentes programas de educação de base, com foco prioritário na alfabetização de jovens e adultos, que segundo Beisiegel (2008, p.29) articulavam-se a uma concepção de educação de base que

[...] era entendida como o processo educativo “destinado a proporcionar a cada indivíduo os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo, em técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura – como leitura, a escrita, a aritmética elementar, noções de ciências, de vida social, de civismo, de higiene – e com os quais, segundo suas capacidades, cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social”. O processo de modo algum poderia ser reduzido à mera alfabetização. Era necessário começar pela leitura e pela escrita, para depois conduzir à aquisição de hábitos de “boa leitura”, e de “boa reflexão sobre ela, ao mesmo tempo que reforçar as noções dos valores sociais, cívicos e morais, já existentes em cada aluno e desenvolvê-lo no sentido de melhor ajustamento social”.

Nesse período, foram criadas ou apoiadas, financeiramente e politicamente, pelo Estado brasileiro, várias iniciativas de educação de base, orientadas sob a lógica desenvolvimentista, enquanto forma de intervir e conduzir os conflitos sociais e políticos, potencializados pela ameaça comunista, sendo, portanto “conduzidos, em grande parte, sob a orientação de lideranças estudantis de esquerda ao menos virtualmente contestadoras do sistema capitalista” (BEISIEGEL, 1974, p.161). Sendo esses objetivos vinculados, também, às demandas políticas de “ampliação das bases populares de sustentação dos grupos no poder” (BEISIEGEL, 1974, p.161).

A Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (1945), a Campanha Nacional de Educação Rural (1952) e o Sistema de Rádio-Educativo Nacional - SIRENA (1958), organizadas pelo governo federal em parceria com os governos estaduais, foram respostas concretas do Estado a essa perspectiva de educação. Também alguns governos locais, de tendências mais à esquerda, desenvolveram experiências similares, em parceria com intelectuais e organizações sociais, a exemplo do Movimento de Cultura Popular de Recife (1960) e a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” de Natal (1961).

Também a Igreja Católica mobilizada por essa concepção de educação e de desenvolvimento, vinculada a sua preocupação com a ameaça do “fantasma do comunismo”, principalmente no campo brasileiro, vai desenvolver projetos de educação de base, financiados, em grande parte, com recursos estatais e também das agências de cooperação internacional.

Existe um rico debate teórico sobre as reais motivações que levaram a Igreja a incorporar na sua prática sócio-pastoral uma perspectiva de mudança social. Como uma instituição comprometida, historicamente, com a legitimação e reprodução da ordem

vigente, assume uma perspectiva crítica e de enfrentamento desta ordem, articulada numa ideologia de transformação social, tornando-se caixa de ressonância de muitos movimentos e iniciativas populares comprometidos com essas mudanças? Bruneau (1974) analisa essa aproximação da Igreja com a educação de base como uma estratégia para garantir seu poder de influência no interior de uma sociedade em transição¹⁹. De acordo com ele, a Igreja se torna ativa onde se sente mais ameaçada, onde a sua influência é colocada em risco, não sendo casual que o foco das suas ações, neste período, vai se dar principalmente nos campos da organização e sindicalismo rural, de educação de base, da universidade e das escolas secundárias e da ala esquerda dos partidos políticos, ou seja, ela reagiu “mais ativamente onde percebia que tinha influência a perder (zonas rurais e educação) ou onde havia possibilidades de ganhá-la (ala esquerda dos partidos)” (BRUNEAU, 1974, p. 145), concluindo que existe uma correlação direta entre “a reação da Igreja em direção à mudança social e as ameaças de natureza política à geração e exercício da influência” (BRUNEAU, 1974, p.145).

Romano (1979) também vai no mesmo rumo dessa análise, agregando à ela o seu acentuado veio crítico a Igreja, ao definir essa mudança de posição frente os problemas sociais como um movimento de auto-reprodução da própria instituição, que “afastada dos centros de decisão e poder na sociedade moderna, se volta contra ela, buscando em outros grupos, que não os dominantes, os novos alentos para revigorar o seu poder positivo” (ROMANO, 1979, p.49). Segundo ele, a ação social da Igreja não significa uma reação à nova ordem, da qual foi excluída, mas como “recriação de si diante da negação posta pelo outro” (ROMANO, 1979, p.76).

Lima²⁰ (1979 apud FÁVERO, 2006, p.42) faz uma crítica à centralidade da análise da mudança social como uma estratégia de manutenção e renovação do seu poder de influência. Segundo ele, esse tipo de análise impede de se ver os importantes passos da Igreja na história brasileira, não favorecendo uma análise da

[...] ligação entre a ação do grupo episcopal, clerical e leigo progressista com a estrutura social em movimento, prevalecendo a análise da ideologia desse

¹⁹ Bruneau (1974, p.115) contextualiza da seguinte forma os elementos dessa transição e sua ameaça para a legitimidade do poder de influência da Igreja: “*Como a Igreja se apoiava nas estruturas e recursos do Estado para sua definição de influência, era-lhe totalmente impossível manter-se à distância enquanto o Presidente Kubitschek empurrava o país para frente, enquanto Quadros tergiversava se finalmente abandonava o governo e enquanto Goulart deixava a ação derivar para uma crescente radicalização. A Igreja, necessariamente, tinha que se envolver para assegurar mais poder. Até mesmo nos níveis locais, as coisas estavam mudando à medida que os velhos grupos locais de poder eram arrastados na trama nacional, dependendo, assim, menos da Igreja para a sua legitimidade*”.

²⁰ LIMA, Luis Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979.

grupo dentro da igreja. “Não estabelece o conteúdo de classe da ação tanto dos bispos e padres quanto dos leigos engajados, necessários para compreender as diferenças entre os dois grupos e o comportamento da Igreja no seu conjunto”.

Deixando de lado o debate sobre as motivações e interesses que aproximaram a Igreja Católica com o campo da educação e cultural popular, pode-se verificar que essa aproximação proporcionou o surgimento de ricas experiências de educação de base e que até hoje são reconhecidas como importantes referências teórico-práticas de educação popular. Destacaram-se, nesse sentido, as iniciativas de educação de base desenvolvidas pelo Serviço Arquidiocesano de Radiodifusão de Natal (1958) e pelo Sistema Rádio-Educativo de Sergipe (1959) e posteriormente, o Movimento de Educação de Base – MEB (1961), enquanto uma ação de educação radiofônica de abrangência nacional e integrada às experiências já em desenvolvimento.

Importante situar, também, as experiências de educação e cultura popular desenvolvidas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que neste período estava sob o controle da Ação Popular, força política ligada a estudantes ligados a Juventude Universitária Católica (JUC), braço estudantil universitário da Ação Católica, ligada a Igreja Católica. Através dos Centros Populares de Cultura, os estudantes visavam atingir os adultos analfabetos do campo e da cidade, transformando o processo de alfabetização numa estratégia na conscientização e organização política das comunidades. Muitas dessas experiências foram, também, apoiadas, financeiramente e politicamente, pelo Estado brasileiro.

Agrega-se ao conjunto dessas experiências teórico-práticas de educação de base, que foi gradualmente articulando a educação com a cultura popular, as originais contribuições político-pedagógicas do pensamento e práticas desenvolvidas pelo educador Paulo Freire, influenciando e sendo influenciado por esse mosaico de iniciativas de educação e cultura popular. Segundo Beisiegel (1974, p.165), o educador “há mais de quinze anos vinha acumulando experiências no trato da alfabetização de adultos em áreas urbanas e rurais, ensaiara métodos, técnicas e processos de comunicação”.

Aponta que a originalidade do pensamento pedagógico de Paulo Freire não estava contida na “afirmação da necessidade de adequar o processo educativo às características do meio” (BEISIEGEL, 1974, p.163), preocupação já presente nas elaborações teóricas e prática de outros educadores e que, portanto não configurava nenhuma originalidade, apesar do permanente desafio de construir uma educação contextualizada. A originalidade da sua práxis político-pedagógica manifestava-se no

“modo de realizar esta associação necessariamente como intrínseca do processo educativo” (BEISIEGEL, 1974, p.163), eliminando o divórcio existente entre a educação escolar e a vida real dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem:

Em seu método, o educador inegavelmente conseguiu eliminar aquele caráter de “superposição” do ensino à realidade, vivida pelos educandos. O embasamento dos trabalhos na pesquisa dos modos de vida e do “universo vocabular” das localidades, os critérios de seleção das “palavras geradoras” e a orientação do desenvolvimento das atividades, sempre apoiadas naquilo que os participantes podiam afirmar a propósito “do que estavam vendo” na figura projetada, garantiam o relacionamento entre tudo o que ocorria no interior dos “círculos de cultura” e as vivências dos educandos. (BEISIEGEL, 2008, p.207)

É a valorização, enquanto potencial heurístico, daquilo que Freire vai denominar como “leitura do mundo”, impregnada na práxis cotidiana dos homens e mulheres das camadas populares, como algo que precede e colabora, substancialmente, na “leitura da palavra” e que implica, de forma consequente, no desvelamento do mundo e dos próprios sujeitos.

O método possibilita que os sujeitos re-conheçam a condição de “desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realização histórica” (FREIRE, 2005, p.32), transformando-se, consequentemente em “sujeitos da denúncia do mundo, para sua transformação” (FREIRE, 2005, p.195). Dessa forma seu método fornecia caminhos e possibilidades de transformação da educação popular em prática voltada para a formação de agentes de mudança social, vinculando-se com as aspirações dos diferentes grupos e organizações sociais que buscavam a construir as suas práticas de educação e cultura popular numa ação conscientizadora e politizadora das camadas populares, como uma pedagogia da participação popular:

Envolvendo os membros dos “círculos de cultura” no exame e na discussão de aspectos das vivências individuais e coletivas, em que se exprimiam as determinações locais, regionais e nacionais dos problemas e das dificuldades da vida popular, os procedimentos então adotados na alfabetização já estavam conduzindo ao *exercício da participação*. Em outras palavras, ao examinarem e discutirem as causas das expressões locais do subdesenvolvimento, os adultos estavam ensaiando os primeiros movimentos de sua integração no processo de desenvolvimento. As discussões sobre as *consequências do voto* não tinham outro significado. A *reordenação da sociedade pelo voto consciente do povo* era o corolário esperado de uma ação educativa orientada para a autovalorização e a “conscientização do votante”[...] respondiam à procura de *uma educação comprometida com a democratização fundamental da sociedade* [...] “(BEISIEGEL, 2008, p.208).

Todo esse ambiente de inovações e experimentações teórico-práticas no pensar/fazer a educação do povo, sua conscientização e politização, no qual a práxis de Paulo Freire exerceu um papel destacado, articulada entre si, representou não apenas uma revolução paradigmática no campo da educação, e mais especificamente na

educação das camadas populares, mas significou um real movimento político e cultural, no interior das suas diferenças, especificidades e contradições, com capacidade de alterar qualitativamente as correlações de forças históricas existentes na sociedade brasileira, colocando-se como uma real ameaça a “ordem social estabelecida”:

De uma ou de outra forma comprometidos com a transformação da sociedade, os diversos movimentos, o MEB, as Ligas Camponesas, a sindicalização rural, a “Campanha de pé no chão...”, o próprio MCP, além de outros empreendimentos e, num plano mais geral, o movimento estudantil, notadamente a JUC, e a “política populista”, cada um deles ampliava as possibilidades de atuação e de influência de cada um dos outros, e todos, em conjunto, davam substância a um processo então visualizado como uma perigosa ameaça aos fundamentos da “ordem” social interna, com sérios reflexos também no denominado “equilíbrio” internacional do poder. Nunca, como nesta época, foram tão acentuados os temores provocados dentro e fora do país pelas ameaças de “cubanização” do Nordeste e da “comunização” de toda a sociedade (BEISIEGEL, 2008, p.359)

Fávero (2006, p.121) ao realizar uma análise da direção política e da postura metodológica vivenciada na prática educativa do MEB (Movimento de Educação de Base), explicita alguns elementos políticos e metodológicos comuns à práxis de grande parte dessas experiências de educação e cultura popular:

Uma direção política que se traduzia numa opção pelo trabalho educativo junto às populações rurais mais necessitadas, visando a sua organização em classe, para reagir à exploração econômica. A ação educativa era realizada em nome da justiça e em termos das exigências mínimas do cumprimento das leis (direito à organização, respeito aos contratos coletivos de trabalho e às formas de posse da terra, etc. Essa direção política compreendia a necessidade de “reformas radicais”[...] Uma postura metodológica que perpassava todas as atividades, normalmente expressa sob a designação do não-diretismo²¹, mas que compreendia procedimentos bem cuidados, cujas raízes vinham da Ação Católica: o trabalho e a vida em equipe, o compromisso com o movimento e com a população necessitada; o método de ação, expresso no ver-julgar-agir,[...] a revisão constante das atividades, etc.

A articulação dessas experiências educativas como um instrumento prático de conscientização e politização das camadas populares, direcionando a força da organização e mobilização dessas camadas rumo a projetos políticos que se opunham, de forma moderada ou radical, com o poder das forças sociais e políticas que controlavam, historicamente, a sociedade brasileira, contribuíram na exacerbação dos conflitos e tensões políticas que atravessava a sociedade brasileira.

²¹ Beisiegel (2008, p.237), ao analisar a relação entre diretividade e não-diretividade na práxis político-pedagógica de Paulo Freire, e que serve, também, de parâmetro para se analisar o conjunto das demais experiências de educação e cultura popular, aponta que ela se deu dentro de um campo de tensões teórico-práticas “*pelo confronto entre orientações ao menos virtualmente conflitantes: num dos pólos, a permanente busca de uma educação inequivocadamente não-impositiva, não-doadora, não-domesticadora; no outro, a igualmente reiterada afirmação da procura de uma educação comprometida com projetos bem definidos de realização do homem, da democratização fundamental da sociedade e do desenvolvimento nacional independente*”.

O golpe militar de 1964 foi uma resposta planejada das forças dominantes para reagir a essa ameaça de “comunização” da sociedade brasileira. Ele jogou todo seu aparato político-repressivo sobre essas experiências, desencadeando um feroz processo de perseguição, prisões e exílios sobre as lideranças e intelectuais que com elas estavam envolvidos. Os militares concebiam, de forma imprecisa e simplificadora, essas experiências como uma ameaça direta à “ordem estabelecida” por se vincularem a um único projeto/finalidade: a “cubanização” do Brasil, sendo, que as interpretações equivocadas dessas experiências, de acordo com Beisiegel (2008, p.323)

[...] acabaram por adquirir algum significado, pois vieram a definir, na confusão reinante entre as posições, ao menos, um tênue denominador comum, um laço de solidariedade identificando, por um lado, os que haviam de uma ou de outra forma embarcado na empreitada da transformação “pacífica” ou “revolucionária” da sociedade e, no pólo antagônico, os que haviam firmado posição contra a “iminente” desordem social “que visualizavam como consequência da atuação dos contrários”.

C) A educação popular como práxis político-pedagógica dos movimentos sociais: da educação de base aos movimentos de base

A educação do povo sob a perspectiva da pedagogia popular via-se sufocada e desmobilizada no interior do aparato repressivo da ditadura militar, “demonizada” como uma proposta que fugia dos seus objetivos educacionais e que tinha claros interesses políticos em fazer da educação do povo, em especial dos jovens e adultos, uma ação revolucionária, nos moldes ocorridos em Cuba.

Sob os impactos dessa ação repressiva da ditadura militar, estendida a todos aqueles sujeitos e organizações sociais que representavam uma possibilidade de ameaça à “segurança nacional”, essa perspectiva de educação popular foi se refazendo dentro de uma certa clandestinidade, utilizando-se de diversas sutilezas e astúcias na explicitação dos seus objetivos, nas linguagens e métodos utilizados, e em permanente sintonia com as novas conjunturas e os desafios trazidos para a construção da participação popular.

O espaço central de desenvolvimento dessas experiências, cujos marcos se dão no interior da década de 70, não será mais o campo brasileiro, como foi nas décadas de 50 a 60, mas, sim, os locais de moradia e trabalho das camadas populares, situadas nos espaços urbanos, influenciando e sendo influenciadas pelas lutas e mobilizações em torno desses direitos e se afirmando, cada vez mais, como uma pedagogia da participação popular.

O progressivo processo de migração, ocorrido nas últimas décadas, como consequência do aprofundamento do projeto de desenvolvimento industrial no centro-sul do país, e, também, pela implementação dos grandes projetos de agro-exportação que estimularam a grilagem, a violência no campo e a expulsão de grandes contingentes de trabalhadores rurais, provocou um inchaço nos grandes centros urbanos. Essa migração para as cidades trouxe a luta por moradia e por trabalho como eixos centrais das camadas populares, aliados aos desafios de democratização da sociedade brasileira, sob os auspícios de uma ditadura militar.

Alguns autores, como Scherer-Warren (1987, p.41), identificam nessas novas formas de organização e mobilização das camadas populares um importante marco divisor entre as práticas dos movimentos sociais tradicionais e os novos movimentos sociais:

Sem dúvida, esta separação entre o “tradicional” e o “novo” é uma construção que atende fins heurísticos. Os movimentos sociais concretos expressam de forma variada, e em maior ou menor grau, a continuidade ou descontinuidade em relação à cultura política tradicional. Todavia, a partir do período mencionado, juntamente com a proliferação de movimentos sociais, muito dentre esses lutam contra as formas tradicionais de se fazer política neste país e propõem novas formas de ação política, ainda que às vezes com uma dificuldade inicial em ultrapassar o nível do discurso.

Telles (1987, p.61-62), dialogando com essa mesma perspectiva de análise, destaca alguns elementos identificadores dessa “novidade” presente nas identidades e práticas organizativas das camadas populares nos espaços urbanos:

[...] A nova ênfase na sociedade parece ter permitido a construção de novos critérios para o reconhecimento dos trabalhadores, para além dos sindicatos e partidos políticos, onde tradicionalmente, se procurou identificar e avaliar sua presença na sociedade. A moradia e seu mundo de sociabilidades, o bairro e seus “pequenos” dramas cotidianos, montados em torno das condições imediatas de vida e em torno das chamadas carências urbanas ganhavam nova visibilidade, armando o cenário reconhecível que fazia aparecer os trabalhadores como sujeitos de práticas, cujo sentido estava na possibilidade que estas sugeriam de uma revitalização da sociedade contra a institucionalidade vigente. Se eram novos os critérios que comandavam a visibilidade do social, era também nova a forma pela qual se elaborava a percepção da própria política, passando-se a reconhecer como tal ações que não necessariamente alcançavam expressões institucionalizadas em nível das relações de poder articulados em torno do Estado.

A política não fica apenas restrita ao campo do Estado, mas se desenvolve e se alarga, em termo de concepções e práticas, no interior das diferentes formas e estratégias construídas pelas camadas populares na luta pela direito à moradia, ao trabalho, ao transporte público, por creche, etc., criando pontes entre as demandas

específicas e pontuais desses sujeitos com as exigências e desafios de democratização da sociedade brasileira.

A partir desse período, com maior acento, na década de 80, ocorre o (re) surgimento de diferentes instrumentos de organização e articulação política das camadas populares: as Comunidades Eclesiais de Base, o Novo Sindicalismo, os Centros de Educação e Promoção Popular e o Partido dos Trabalhadores (PT). Toda esta ebulição social e política ocorrida no cotidiano das camadas populares, a partir das suas diferentes experiências organização e mobilização popular, vai fornecer o caldo cultural para a representação e articulação dessas forças em um campo comum, denominados por muitos estudiosos de “campo democrático e popular”. Segundo Paludo (2001, p.46) esse novo campo de identidade política e cultural das camadas populares, define-se sob os seguintes aspectos:

O Campo Democrático Popular representa, no espaço social ou no interior do Bloco Histórico, a articulação e congregação de forças políticas e culturais com capacidade de intervenção política e organizativa. Apesar das especificidades das práticas sociais, de identidade, composição social e projetos, O Campo Democrático Popular orientava-se para a luta pela democratização formal e para o aprofundamento desta democracia, que consiste na partilha do poder político, econômico e cultural, apontando já neste período para a necessidade do alargamento e universalização dos direitos civis, políticos e sociais [...] Além disso, o Campo Democrático Popular se orienta pela autonomia dos diferentes sujeitos sociais – Partido, Estado, Movimento – pelo rompimento de relações hierárquicas entre direção e base, pelas formas de participação direta do popular na reflexão, decisão, execução e controle das deliberações, enfatiza o caráter pedagógico das relações, apontando claramente para traços culturais inovadores.

A retomada da educação popular com maior ênfase nos espaços urbanos, articulada as diferentes formas de lutas cotidianas das comunidades populares por melhores condições de moradia, trabalho, escola, transporte público, entre outras necessidades básicas, ocorre a partir do legado teórico-prático deixado pelas experiências de educação e cultura popular construídos no interregno democrático. Entretanto, além do deslocamento do seu espaço central de atuação – do campo para os grandes centros urbanos – ela vai apresentar, também, outros elementos diferenciadores daquelas experiências.

Um desses elementos diferenciadores é a forma de organização da prática educativa. Não são mais vinculadas, ainda que não prescindam deles, aos programas de alfabetização de jovens e adultos, como fora determinante no período anteriormente analisado. A ação educativa está fortemente associada às demandas de construção dos movimentos populares, construindo um vínculo bastante estreito entre as práticas de educação popular e as demandas e iniciativas de organização e mobilização popular.

A ação educativa deveria contribuir para a construção da organização dos diversos movimentos sociais populares. [...] as práticas de educação popular eram orientadas por um conjunto de valores ético/políticos, dentro os quais destacam-se a construção de sujeitos populares (bases, lideranças, direções, formação de educadores das classes populares) capazes de serem os construtores da sua própria história de libertação sendo protagonistas destes processos: a busca de justiça e solidariedade; e a busca da vivência de relações democráticas, participativas, transparentes, a autonomia e a democracia de base (PALUDO, 2001, p.99)

Essa vinculação da educação popular às demandas da organização popular, com maior ênfase nos espaços urbanos, traduz-se, não apenas em torno de programas sistemáticos e/ou pontuais de formação, mas, também, pelo caráter educativo existentes no interior da própria práxis desses movimentos, uma educação autoconstruída, que segundo Gohn (2005, p.51) emerge das seguintes fontes:

1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício de poder; 2) Da aprendizagem gerada no exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe; 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas; 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam o movimento; 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. O desconhecimento de grande parte dos “doutores de gabinete” de questões elementares do exercício cotidiano do poder revela os fundamentos desse poder: a defesa de interesses de grupos e camadas.

A educação do povo, nesse sentido, passa a ser, cada vez mais, interpretada e praticada como uma pedagogia da participação popular, como ação político-pedagógica que estimulasse o saber, a organização e a participação das camadas populares, onde o ato educativo não é apenas uma estratégia de formação com vistas a qualificar a participação das camadas populares nos espaços públicos, mas é também, fundamentalmente, o saber extraído no exercício dessa prática política, transformando-se, de acordo com Brandão (1986, p.58), em um “movimento político de expressão pedagógica e em uma expressão pedagógica dos movimentos sociais”.

Outro elemento diferenciador desse novo tempo da educação popular será a sua relação com o Estado. As experiências desenvolvidas no interregno democrático estavam umbilicalmente envolvidas com o Estado, a partir do apoio, financeiro e político, de governos populistas que enxergavam essas propostas de educação para o povo como importantes estratégias de sustentação e apoio político aos seus programas de reformas no interior da sociedade capitalista, direcionando os rumos das tensões e conflitos políticos internos existentes naquela época.

Na década de 70 e parte da década 80, o Estado, ainda sob os escombros da ditadura militar, aparece como um aparato autoritário, lugar de repressão e violência

sobre as iniciativas de organização e mobilização das camadas populares, impondo uma quebra na relação tática e conjuntural que se estabeleceu entre parte dos movimentos de educação e cultura popular com os governos populistas durante o interregno democrático (1950-1964) e isso reforça, cada vez mais, o afastamento dos novos sujeitos sociopolíticos do debate da escola pública, vista como meros aparelhos a serviço da reprodução da ordem.

Endossada principalmente pelas Teorias Reprodutivistas, que consideram a escola como aparelho reprodutor das ideologias do Estado, esta visão ganha força e é alentada pelo ciclo de ditaduras e uso parcial da educação escolar pelas elites, sob a égide da ideologia da segurança nacional, em todo o continente latino-americano. É nesse momento que a Educação Popular ganha a posição de uma concepção que associa os processos educativos à ação política e social das classes subalternas, com vista à transformação social, apesar e para além da multiplicidade de correntes que a conformam, esta constitui a centralidade que lhe confere sentido. (PALUDO, 2001, p.96)

Ao mesmo tempo em que esses fatores conjunturais, aliados com as teorias reprodutivistas, colaboraram na construção e afirmação da educação direcionada as demandas políticas e sociais das camadas populares, transformando-se cada vez mais em uma importante pedagogia da participação popular, ela acaba por deixar de lado o debate e a luta pela educação pública²², abdicando de uma importante pauta e espaço de construção da cidadania brasileira e estratégico na disputa de uma concepção de educação para o povo vinculada à construção de um projeto político de sociedade mais democrático, igualitário e justo.

Diante da ausência de apoio político e, principalmente financeiro, por parte do Estado, as experiências de educação popular vinculadas às práticas de organização popular vão depender do apoio das organizações de cooperação internacional, intermediados, em grande parte pela Igreja Católica, que sob o impacto do Concílio Vaticano II, das conferências episcopais latino-americanas e caribenhas, ocorridas em Medellín (1968) e em Puebla (1979), aprofunda a sua ligação com as camadas populares, a partir da sua “opção preferencial pelos pobres”, expressos, em termos teóricos na “Teologia da Libertação” e, em termos práticos, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

²² Paludo (2001, p.103) enfatiza que, já no final dos anos 80, essa dicotomia entre educação escolar e educação popular passa por um novo direcionamento: “[...] começam a existir acordos maiores com relação a políticas educacionais alternativas e as construções didático-pedagógicas pautadas pela concepção de Educação Popular. A expressão destas identidades na diversidade e na pluralidade que as constitui pode ser verificada no movimento político realizado no processo constituinte que culminou com a Constituição de 1988. Aí nesse movimento, encontram-se as mais diversas organizações populares e da sociedade civil, juntamente com o movimento dos educadores comprometidos com uma escola desprivatizada, inclusiva, pública e de qualidade, para as classes populares”.

O modelo organizativo e forma de atuação das CEBs estão diretamente ligados aos espaços de organização popular, sendo ela uma grande caixa de ressonância das diferentes lutas e mobilizações existentes nos centros urbanos, e também no campo, ainda que em menor destaque:

[...] na década de 1970, novos movimentos de bairro começam a tomar força, organizados em sua maioria como CEBs, única forma de organização possível naquela conjuntura política que via com suspeita os antigos canais políticos de mobilização [...] A sua atuação não se restringe apenas aos movimentos que lutam pelas questões urbanas. Elas penetram no novo sindicalismo urbano, no movimento das mulheres, no movimento dos jovens e outros. [...] Também tem sido criadas em áreas rurais. Desenvolvem, assim, formas de distribuição do poder dentro do grupo e estimulam formas de vida socializada, tais como mutirões, as caixinhas comunitárias, etc. (SCHERER-WARREN, 1987, p.42-43)

Claro que a proposta das CEBs como novos espaços político-pedagógicos que valorizam e estimulam a participação, fomentando e articulando as lutas das diferentes comunidades e grupos sociais organizados, confronta-se com a tradição vertical e patriarcal da Igreja Católica, expressando-se em diferentes tensionamentos, seja internamente, entre as forças progressistas e as forças conversadoras existentes na Igreja, e externamente, na relação com forças e grupos que se pautavam por temas contrários aos dogmas e posições políticas oficiais da Igreja.

Nos anos 80, a Igreja perde a sua centralidade na organização política dos movimentos sociais e nas práticas educativas a eles inerentes. Passa a dividir espaço com o Partido dos Trabalhadores (PT), expressão político-partidária do conjunto dessas forças do campo democrático e popular, que passa, também, a desenvolver diversos espaços de formação, organização e mobilização política de amplos setores das camadas populares.

Essa perspectiva de educação popular que foi sendo tecida no interior da práxis dos movimentos sociais, envolvendo diferentes sujeitos, constituindo diferentes formas metodológicas de intervenção, impregnada, também, de conflitos, disputas e contradições, assim como todo processo político-pedagógico que se propõe a percorrer os caminhos tortuosos, incertos e surpreendentes da história das relações humanas e seus projetos de realização, pessoal e coletivo; exerceu um importante papel, já iniciado durante o interregno democrático e suspenso pela ditadura militar, no processo de politização das camadas populares e na própria democratização da sociedade brasileira, alargando e renovando os modos de agir, as concepções e representações da política e dos espaços da sua realização.

1.2.2- A EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO ATUAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO COMO PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Desde os anos 90, de forma mais acentuada, a educação popular como uma pedagogia da participação popular encontra-se num campo permeado de desafios e perspectivas, como decorrência das mudanças ocorridas no interior da sociedade brasileira. O processo de democratização, cujo marco legal dá-se com a Constituição de 1988 e o avanço da ofensiva neoliberal, representam dois grandes marcos dessas mudanças, com naturezas distintas, mas entrelaçados entre si e que provocaram alterações significativas na forma de organizar a participação popular e suas finalidades e horizontes de transformação social.

As forças sociais populares organizadas em um campo democrático e popular, articulado pelas práticas de educação popular, direcionando também, numa relação dialética, as formas e conteúdos dessas práticas educativas, exerceram uma importante ação ofensiva no processo de democratização da sociedade brasileira, culminando com importantes conquistas no processo constituinte e na carta constitucional dele resultante:

[...] O movimento popular prossegue na ofensiva até a Constituinte de 1988[...] Toda reivindicação anterior ganhou foros de direito, na letra da Carta Maior. O direito ao trabalho, o direito à auto-organização (os assalariados já haviam criado esse direito, ao criarem as centrais sindicais, proibidas legalmente então), o direito à saúde, o direito à educação, o direito da criança e do adolescente, o direito à terra, o direito ao *habeas corpus* (a talvez mais antiga negação do corpo na formação da sociedade brasileira), o direito ao *habeas data* (talvez a mais antiga negação, a da fala, a do discurso), o direito a uma velhice digna e respeitada, enfim todas as reivindicações que significam *política* como o processo mediante o qual se põe em xeque a repartição da riqueza apenas entre os proprietários, ganhou uma forma talvez mais acabada que as condições históricas permitiam (OLIVEIRA, 1999, p.65- grifo do autor)

O significado e o alcance prático dessas conquistas e a capacidade de mobilização das camadas populares vai ser gradualmente afetado pelo movimento de organização do capitalismo em nível internacional e suas repercussões no interior da sociedade, expresso na sua versão neoliberal²³.

²³ Segundo Anderson (1995, p.11) o neoliberalismo, enquanto uma nova etapa de organização do sistema capitalista, se orienta pelos seguintes objetivos político- ideológicos: “[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária com a contenção

O neoliberalismo é a forma de reorganização do modelo de produção e reprodução social capitalista para enfrentar a crise que assolava as economias dos seus países centrais desde a década de 70 e para anular a ação ofensiva das forças políticas que lhe eram contrárias e que se encontravam bastante debilitadas, no novo contexto, pela crise que ocorria no interior das experiências históricas socialistas. Nesse sentido, é uma ofensiva ideológica e prática que se desenvolve como “um processo amplo de redefinição global da esfera social, política e pessoal, no qual complexos e eficazes mecanismos de significação e representação são utilizados para criar e recriar um clima favorável à visão social e política liberal” (SILVA, 1995, p.13).

No Brasil, essa crise manifestava-se, concretamente, na estagnação da economia provocada pelo movimento hiperinflacionário que atingia o país, desencadeando um aumento progressivo no custo de vida da população, deterioração das relações trabalhistas e o aprofundamento da pobreza e da miséria. Vários planos e receituários foram implementados no decorrer dos anos 80, resultando cada vez mais na recessão da economia, no endividamento do país e no empobrecimento das camadas populares. O receituário neoliberal, já em desenvolvimento em outros países, inclusive da América Latina, foi sendo implementado, no decorrer da década de 90, como alternativa para essa crise, atacando com toda força ideológica o papel do Estado como regulador da economia e socializador dos bens socialmente produzidos:

A crise interna do Estado colocou os holofotes sobre a despesa pública e converteu as despesas sociais públicas no bode expiatório da falência do Estado [...], quando na verdade isto se deveu a dívida interna pública e ao serviço da dívida externa, da simultaneidade das duas crises, com a incapacidade clássica das burguesias em abrirem-se para a política, o que significa dizer que a resolução de seus impasses não conseguia ser arbitrada, abriu o passo para que a solução burguesa viesse, uma vez mais, de fora para dentro, agora na forma da globalização. Dito de outro modo, a solução da inflação, que nada é mais do que o conflito distributivo pela mais-valia, foi resolvido pela abertura comercial, isto é, pela competição internacional que abocanhava partes crescentes da mais-valia produzida internamente.[...] (OLIVEIRA, 1999, p.67-68)

Esse processo de redução do papel do Estado e privatização da política, desenvolveu, também, mecanismos ideológicos e práticos necessários para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento das propostas neoliberais, a partir da construção de “consensos” frente à inevitável fatalidade da “ausência de alternativas”,

da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e Beveridge”.

consubstanciada na crise das experiências socialistas históricas e na falta de efetividade prática das conquistas democráticas, no sentido de proporcionar melhoria nas condições de vida da população, especialmente o grande contingente de homens e mulheres historicamente marcados pela pobreza e pela miséria, fornecendo um caldo cultural letal na destruição da esperança e na destruição dos movimentos e organizações sociais que tiveram a capacidade de ameaçar a hegemonia capitalista no Brasil.

Nesse novo contexto, a ação política das camadas populares vai perder bastante o vínculo de unidade e a capacidade ofensiva que caracterizou a sua participação no cenário político brasileiro, deparando-se com uma conjuntura de debilidades econômicas, políticas e ideológicas que “passaram a contar mais do que a própria força do neoliberalismo para a perpetuação da hegemonia deste” (SADER, 1995, p.120). O campo popular e democrático construído pelos diferentes aparelhos de organização mobilização dos setores populares passa por um processo de fragmentação e desmantelamento, tendo dificuldade de visualizar e sistematizar alternativas para o contexto de crises e mudanças no interior da sociedade brasileira. Ocorre um recuo significativo de importantes setores pertencentes ou aliados às camadas populares: os setores progressistas da Igreja Católica, os sindicatos e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT).

A Igreja Católica vai sofrer uma inflexão na sua ação política com as camadas populares, a partir da intervenção direta do Vaticano sobre as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação, principalmente a partir da nomeação de bispos de linha mais conservadora e, incentivo aos movimentos de natureza mais intra-ecclesial, desligados de uma perspectiva política transformadora. No âmbito dos sindicatos, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a burocratização de grande parte das suas estruturas sindicais e a proeminência “da lógica de resultados em que a obtenção dos resultados depende fundamentalmente do grau de integração à máquina estatal, integração esta que se faz de forma subordinada” (GOHN, 2003, p.31), vão redirecionar tanto seus horizontes ético-político como as suas estratégias e formas de intervenção pública.

O Partido dos Trabalhadores, construído nos anos 80 como um instrumento partidário de expressão dessas forças populares em luta e mobilização, tendo alcançado importantes vitórias político-eleitorais no decorrer dessa década, vai cada vez mais direcionando a sua ação em torno da representação política, estabelecendo, na maioria das vezes, uma relação com os setores das camadas populares determinada pelos interesses e demandas eleitorais. A crise do socialismo real e a relação com o novo

estatuto democrático da sociedade brasileira interferem bastante nas propostas de projeto político dentro do partido, favorecendo a hegemonia de setores identificados com posições políticas moderadas, não necessariamente anticapitalistas ou de cunho socialista. Sendo a hegemonia desses grupos determinante para a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente, em 2002 e sua reeleição em 2006.

Agrega-se a esse cenário de recuos, fragmentações e dispersão das forças sociais populares, o surgimento e/ou redirecionamento das formas de organização popular, que, de acordo com Gohn (2003, p. 34) se articulam em duas direções:

Em primeiro lugar, deslocando-se o eixo das reivindicações do plano econômico – em termos de infra-estrutura básica para o consumo coletivo – para um suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual, em termos de comida. Retoma-se a questão dos direitos sociais tradicionais, nunca antes resolvida no país. Em segundo lugar, o plano moral ganha o destaque como eixo articulatório das lutas sociais. Os movimentos dão lugar luta cívicas, verdadeiras cruzadas nacionais em que há articulações difusas em termos de classes sociais, interesses locais e nacionais, espaço públicos e privados.

Esse redirecionamento das pautas e estratégias de luta e mobilização dos movimentos indica que a questão da classe vai sendo substancialmente substituída pela questão da pobreza e a política, antes traduzida em valores de universalidade, de racionalidade, de contraponto entre a necessidade e a contingência, das relações entre natureza e cultura, vai ser reinterpretada em termos de valores morais, interesses individuais, na negação dos dissensos, no aprisionamento à contingência do mundo real, desligado de uma perspectiva histórica.

Esses rumos (des) orientadores das formas e práticas da organização popular, vão trazer para esse campo novas demandas, questões e desafios para o exercício da participação popular, sua relação com o espaço público e sua perspectiva de transformação social. A construção de uma autêntica participação popular, para além dos limites privatizantes e moralistas, determinados pelo neoliberalismo, vai se confrontar, segundo Gohn (2003, p.38-39) com duas categorias básicas: a cidadania coletiva e a exclusão social, sendo que

[...] a primeira, já presente na década anterior, apresenta como novidade pensar o exercício da cidadania em termos coletivos, de grupos e instituições que se legitimam juridicamente, a partir de 1988, e que têm de desenvolver um novo aprendizado, pois não se trata apenas de reivindicar, de pressionar ou demandar. Trata-se agora de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada, já que o lugar da participação está inscrito em leis, é uma realidade virtual. A segunda é a exclusão, decorre das condições socioeconômicas que passam a ser imperativas, causadoras de restrições e situações, que Durkheim caracterizaria como anomia social: violência generalizada, desagregação da autoridade estatal, surgimento de estruturas de poderes paralelos, etc.

Esse cenário de fragmentação e de destruição das esperanças e utopias das forças sociais populares impacta de forma bastante direta o horizonte da educação popular, sua tarefa política e pedagógica na construção da participação popular, na construção de um projeto popular alternativo. Coloca em pauta a necessidade de um processo de ressignificação da própria educação popular para continuar contribuindo com a construção do protagonismo das camadas populares, na afirmação da política como espaço do dissenso e disputas em torno de projetos de organização social, como, parafraseando Guimarães Rosa²⁴, “beco para a liberdade se fazer”; tarefa essa, que conforme Jara (2005, p.243) significa

[...] redescobrir e recriar os seus sentidos (utópicos e concretos), em função dos dilemas e desafios que enfrentamos, tanto nos contextos particulares dos diferentes setores, países e regiões, como em relação ao contexto global. Realizar um olhar crítico, situado historicamente, que promova diálogos e debates da mesma forma que as busca paradigmáticas comuns.

Um dos elementos fundantes nesse processo de ressignificação da educação popular é a sua relação com o campo democrático popular (tradicionalmente chamado de esquerda). Pensar a vigência da educação popular no período atual exige também pensar qual o campo político em que direciona os rumos da sua ação político-pedagógica, como as suas diferentes experiências teóricas e práticas se articulam e se fortalecem dentro de uma perspectiva de um projeto político alternativo.

Na década de 80, o campo popular, construído a partir da articulação das diferentes experiências de educação e organização popular, representou um movimento contra-hegemônico que se orientava por horizontes de transformação social. Esse horizonte recebeu as mais diversas denominações: projeto popular alternativo, projeto libertador, projeto democrático popular, sociedade justa e democrática, entre outros. Hoje, esse campo tem o seu tecido e unidade política esgarçados pela fragmentação e divisão existentes entre as diferentes forças sociais populares, demandando, também no interior da ação política dessas forças, a sua reconstrução, a definição de horizontes e projetos políticos de transformação social que servem de amálgama para a unidade das diferentes forças sociais. Nesse sentido, ressignificar a educação popular impõe, também, dentro de um movimento concomitante e dialético, a própria ressignificação desse campo popular.

O movimento de Educação Popular ganhou significado no interior do campo que o construiu e que, dialeticamente, ajudou a construir, ambos possuem as mesmas raízes e é por isso que a ressignificação/refundamentação da Educação Popular e a sua maior ou menor incidência concreta está, também,

²⁴ Trecho da sua obra “*Grande Sertões e Veredas*” (2006)

diretamente relacionada com a refundamentação e ressignificação do Campo Popular. (PALUDO, 2005, p.48).

Outro elemento importante no interior do movimento da ressignificação da educação popular é a sua relação com os espaços públicos, das visões e interesses que sustentam essa relação e seus significados para o horizonte de transformação social que se alojam no interior das suas práticas educativas. Nas últimas décadas ocorreu uma proliferação de práticas participativas no interior dos espaços públicos, que vem modificando, substancialmente, as relações entre Estado e sociedade civil.

O aumento progressivo de espaços de participação popular institucionalizados, garantidos a partir da Constituição de 1988 e frutos da reivindicação das forças sociais populares, enquanto mecanismos de controle social e publicização das ações públicas e a participação de vários intelectuais e líderes oriundos das forças populares na gestão de espaços estatais, nas suas diferentes instâncias, têm apontado para a necessidade de uma revisão crítica das concepções e práticas da educação popular na sua relação com esses espaços, desafiando-a a incorporar novas formas e conteúdos à sua proposta de educação popular como uma pedagogia da participação popular.

Consciente de que a educação sozinha não transforma a realidade, principalmente no interior de uma cultura política marcada pela relação patrimonialista com os espaços públicos, pelo clientelismo e assistencialismo na forma de atender as demandas públicas e, também, pelas práticas de cooptação, manipulação e perseguição política que tem caracterizado a relação dos gestores públicos com a participação popular; mas que, tampouco, sem a educação é impossível modificar essa cultura e as estruturas de desigualdades e injustiça existentes no interior da sociedade brasileira; esses novos contextos têm desafiado a educação popular, a partir do seu horizonte de construção da participação popular, a se afirmar como

[...] uma pedagogia da gestão democrática, indispensável para possibilitar que os atores (da sociedade civil e do governo) adquiram eficácia e potência de ação no exercício da democracia, da cidadania ativa e na criação de esferas públicas democráticas e transparentes e na construção de uma nova cultura política. (PONTUAL, 2005, p.102)

A relação da educação popular com os espaços públicos, recoloca, também, um outro elemento que, no decorrer do seu processo de construção e afirmação como uma pedagogia da participação popular, foi se distanciando das suas pautas e práticas de luta e mobilização política: a educação escolar. A expansão progressiva do sistema de ensino público, possibilitando cada vez mais o acesso, ainda que necessariamente não signifique permanência, de importantes contingentes das camadas populares a educação

pública, tem colocado em xeque a permanência dessa falsa dicotomia ainda existente no interior das práticas de educação popular, potencializado em grande parte pelas influências das teorias reprodutivistas. De acordo com Beisiegel (2006, p.118)

[...] não pode ser ignorado que a expansão das oportunidades nos setores mais decisivos do ensino, na antiga escola secundária e no ensino superior, ocorreu, sobretudo, como expansão do alargamento das reivindicações educacionais das populações urbanas, e essa modalidade de exercício da participação popular na determinação de suas condições de vida tem implicações relevantes, inclusive, sob o ponto de vista de uma política popular.

A construção de uma autêntica e expressiva participação popular, enquanto horizonte orientador de uma proposta educacional para o povo, não pode ignorar ou desvincular-se do debate e da defesa da escola pública, vista não apenas de forma monolítica, como mero aparelho ideológico de reprodução social, mas, também, como um espaço da sociedade, como “local de encontro de todos os setores da população e como campo de repercussão de todas as tensões que conturbam a vida coletiva na sociedade moderna” (BEISIEGEL, 2006, p.119), favorecendo condições e possibilidades de disputas em torno das suas formas e conteúdos e dos projetos políticos aos quais se vinculam. A articulação dessa perspectiva de educação popular com a educação escolar “talvez, possibilite um reencontro entre a análise da educação e a realidade educacional do país” (BEISIEGEL, 2006, p.103).

A relação da educação popular com a interculturalidade, compreendida aqui enquanto o “caráter multidimensional e complexo das interações entre diferentes sujeitos” (FLEURY, 2005, p.01), tem sido outro elemento importante para o processo de ressignificação da educação popular. A visão plural e integral das diferentes dimensões dos sujeitos, vistos não apenas na perspectiva de classe, mas dentro de um mosaico de diferenças, que expressam distintas formas de opressões (gênero, étnico-racial, geracional, diversidade sexual) e ameaças à qualidade de vida e sobrevivência da espécie humana (como as questões ecológicas), têm colocado novas perspectivas e desafios para as práticas de educação popular.

De antemão, um desses desafios é como estabelecer uma distinção, teórica e prática, da forma em que se dá a interação entre o debate da interculturalidade, como uma perspectiva de formação “omnilateral” do ser humano, com a proposta ideológica das políticas de identidades que têm invadido o espaço das políticas públicas estatais e de grande parte das ONGs recentes, apoiadas, inclusive por organismos multilaterais e fundações empresariais, como forma de desviar o foco central da luta anticapitalista,

conforme nos aponta a análise crítica feita por Wood (2003, p. 224-225) sobre os sentidos dessas políticas de identidades:

Diversidade, diferença e pluralismos são obviamente necessários, mas não um pluralismo indiferenciado e desestruturado. Precisamos de um pluralismo que realmente reconheça a diversidade e a diferença, não apenas a pluralidade e a multiplicidade. Ou seja, que reconheça a unidade sistêmica do capitalismo e que tenha a capacidade de distinguir entre as relações constitutivas do capitalismo e outras desigualdades e opressões. O projeto socialista deve ser enriquecido com os recursos e idéias dos “novos movimentos sociais” (que não são tão novos) e não empobrecidos pelo uso desses recursos e idéias como desculpas para desintegrar a resistência ao capitalismo.

A incorporação dessas outras dimensões da vida humana e suas interações complexas deve ser articulada para enriquecer e potencializar os projetos de libertação humana, os horizontes dos seus projetos políticos de emancipação, não para servir de subterfúgios para a fragmentação e enfraquecimento da organização popular, enquadrando-a dentro dos limites estabelecidos e “concedidos” pelo capitalismo. A educação popular como educação intercultural tem que ter como ponto de partida a reconstrução dos nexos entre economia e cultura, entre identidade de classe e diversidades culturais, entre saber e poder, afirmando-se como uma prática político-pedagógica capaz de

[...] captar, compreender, potencializar a emergência dos dispositivos e dos movimentos socioculturais que propiciem a vida e a convivência humana e ecológica, na direção da igualdade de direitos e de oportunidades, do respeito e da constituição das singularidades, numa perspectiva emancipatória e solidária, em tensão contínua com os dispositivos de sujeição e exclusão. (FLEURY, 2005, p.09)

E por fim, um último elemento que se incorpora a esse debate e que representa, de certo modo, uma síntese dos elementos acima relacionados, situa-se no interior dos paradigmas emancipatórios ou, mais especificamente, sobre quais horizontes de projeto político as práticas de educação popular se organizam e se mobilizam no contexto atual.

A crise do socialismo real, e as próprias críticas sobre os limites dessas experiências, abalaram os paradigmas emancipatórios que orientavam grande parte das experiências de educação popular, e do próprio campo democrático e popular. Ao mesmo tempo a força ideológica do capitalismo parece varrer qualquer possibilidade de construção histórica para além dos seus interstícios, re-acomodando e absorvendo grande parte das lutas por democratização e cidadania ativa, como decorrências e “concessões” integradas aos mecanismos de produção e reprodução do seu modelo de sociabilidade, como única narrativa possível para a “existência da história humana”.

Paludo (2001, p.132) coloca que diante desses impasses teórico-práticos o campo popular, e a própria educação popular, tem passado por três estágios:

O primeiro foi o de perplexidade, desestruturação e desorientação; o segundo foi o de resistir e compreender o novo projeto que se colocava; o terceiro foi de resistência, início de rearticulação e de formulação/ vivências de alternativas.

Pode-se afirmar, conforme a análise da autora, que parte das forças sociais populares esteja vivenciando o terceiro estágio, todavia dentro de um processo de interação dialética com os outros estágios. Talvez seja interessante colocar, também, como um pólo oposto a esse estágio, o processo de recuos, de capitulação, de encantamentos, de pragmatismo, que atingiu parte significativa dessas forças e que diminuiu substancialmente a sua capacidade de resistência e suas perspectivas de transformação social.

De fato, ainda não existe hoje um paradigma, que seja agregador e potencializador da organização popular e orientador das práticas de educação popular, como foram os paradigmas existentes nas décadas de 70 e 80, articulados pela agenda de democratização da sociedade brasileira e pelas referências socialistas em desenvolvimento em várias partes do mundo. Existe sim, uma diversidade de paradigmas, fragmentados e muitas vezes antagônicos entre si, e com dificuldade de estabelecer um poder amálgama sobre as diferentes experiências teórico-práticas existentes, como eixo orientador para um novo projeto político de sociedade.

Nesse sentido, ressignificar a educação popular, pressupõe que ela assuma tarefa central e permanente o desafio de reinventar a utopia e suas possibilidades de realização nessa encruzilhada histórica que passam as forças sociais populares, tanto em nível nacional como internacional, onde um novo projeto político seja uma “mediação entre a construção cotidiana, a disputa da direção dos rumos do país e a utopia de uma sociedade socialista” (PALUDO, 2001, p.146). Uma ressignificação que nos impulsione a reconstruir e/ ou atualizar o nosso paradigma educacional, que segundo Jara (2005, p.240) significa

[...] fazer uma opção epistemológica que nos permita pensar nos desafios globais da “*nossa América*” (José Martí), recuperando da “*visão dos vencidos*” (Leopoldo Zea) a força que emerge de um continente “*infinito para criação*” (J. Maria Arguedas), onde o “*realismo mágico é parte do cotidiano*” (G. García Márquez) e que tem a possibilidade de imaginar um projeto de sociedade que não seja “*nem imitação nem cópia, mas criação heróica*” (J. Carlos Mariátegui). Definitivamente, uma ruptura epistemológica e uma afirmação política que supõe “*optar pelo povo como sujeito*” (J. Luis Rebellato), capaz de construir “*a história como possibilidade... porque não somos simplesmente objeto da história, mas igualmente seus sujeitos*” (Paulo Freire). Uma ética solidária, um novo mundo possível no atual contexto, apenas tem sentido e viabilidade a partir

dos excluídos, os quais poderiam assumir “*a responsabilidade planetária dirigida, não à sobrevivência da espécie, mas à consecução de uma vida realmente humana, radicalizando a democracia na sociedade mundial*” (A. Ibáñez). (grifo do autor)

2. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CÁRITAS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO POPULAR: CAMINHOS DE DESCOMPASSOS, TENSÕES E APRENDIZADOS NA TRANSFORMAÇÃO DA SUA PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA EM UMA PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

2.1 - ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA ORIGEM E IDENTIDADE INTERNACIONAL DA CÁRITAS E DA SUA CRIAÇÃO NO BRASIL

A Cáritas é uma rede internacional de solidariedade da Igreja Católica com uma atuação em quase todos os países do mundo, promovendo e apoiando diversas iniciativas de ajudas em situações de emergências naturais e sociais, projetos de desenvolvimento e incidências políticas. A sua origem deu-se na Alemanha, em 1897, por iniciativa do padre Lorenz Werthmann, que “a luz da miséria da população, tomou consciência da necessidade de juntar as diversas associações sócio-caritativas²⁵, visando desenvolver deste modo uma nova forma de serviço como Igreja” (SCHIMIDHALTER, 2007, p.15). Ele criou a “Federação de Cáritas para a Alemanha Católica”, que em 1916 obteve da Conferência Episcopal Alemã a sua oficialização como organização da Igreja Católica, transformando essa “ação caritativa organizada em uma parte da política social da Igreja” (SCHIMIDHALTER, 2007, p.16).

Esse modelo de articulação da ação caritativa da Igreja alemã foi se reproduzindo em outros países europeus: Suíça (1901), Áustria (1903) e também nos Estados Unidos (1918), estimulando o debate sobre a proposta de articulação dessas federações em nível internacional, buscando garantir uma maior eficácia na mobilização e uso dos recursos de ajuda humanitária, principalmente diante do “surgimento de novas

²⁵ As associações sócio-caritativas da Igreja Católica na Europa eram motivadas, principalmente, pelas “novas questões sociais” trazidas pelo processo de desenvolvimento industrial e pelas guerras. Essa atuação ocorria “[...] precisamente naqueles âmbitos em que o Estado não cumpria com suas obrigações sociais, abrindo, assim, uma possibilidade de uma assistência privada de motivação cristã” (SCHIMIDHALTER, 2007, p.11).

situações de emergências e pela necessidade de coordenar as missões humanitárias com outros organismos de assistência, particularmente os estatais” (SCHIMIDHALTER, 2007, p.16).

A participação da Cáritas, principalmente por meio da Federação Alemã, nas situações de emergências durante e após a Primeira Guerra Mundial, colaborou bastante na sensibilização da hierarquia da Igreja Católica para a importância de uma organização internacional que pudesse facilitar e intensificar as relações de cooperação internacional e entre - ajuda entre as diferentes organizações católicas. Também, o surgimento de organizações não-confessionais de ajuda humanitária, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha²⁶, ameaçava, de certa forma, a hegemonia que a Igreja tinha estabelecido, historicamente, no interior do trabalho humanitário em situações de emergências, fortalecendo, ainda mais a importância de organização da Cáritas em nível internacional.

Em 1921, após várias reuniões e conferências estabelecidas pelas federações nacionais já existentes, na Europa principalmente²⁷, o papa Benedito XV aprova proposta de criação de uma federação internacional da Cáritas, surgindo, assim, em 1924, a “Cáritas Internationalis”²⁸. Em sua primeira conferência internacional, realizada no mesmo ano, durante o Congresso Mundial de Eucaristia, em Amsterdam, as federações participantes elaboraram alguns objetivos e estratégias comuns para o desenvolvimento do trabalho social da Cáritas em nível mundial

O principal objetivo dessa união internacional era a promoção da mensagem do trabalho da Cáritas entre os católicos de todos os países assim como fomentar a união de todas as forças, organizações e associações caritativas de distintas dioceses e países [...] Um dos propósitos mais importantes era a assistência aos imigrantes e emigrantes assim como a defesa dos interesses da Cáritas Católica frente às organizações humanitárias internacionais não-católicas. [...] Se criou, também, um “Fundo Internacional da Cáritas” com a finalidade de prestar ajuda efetiva imediata em casos de situações de emergências imprevistas (SCHIMIDHALTER, 2007, p.20).

A criação da Cáritas no Brasil foi impulsionada pela visita do seu secretário geral Carlos Bayer que, aproveitando a sua ida ao Congresso Mundial Eucarístico no

²⁶ Em 1917 o Comitê Internacional da Cruz Vermelha recebeu o prêmio Nobel da Paz, como reconhecimento mundial pelo seu compromisso durante a Primeira Guerra Mundial.

²⁷ Além da França, Áustria e Suíça, já tinham sido criado federações nacionais na Bélgica, França, Holanda, Itália, Rússia, Checoslováquia e Hungria.

²⁸ Atualmente a “Cáritas Internationalis” está presente em mais de 200 países, sendo uma das organizações humanitárias de maior destaque e abrangência no cenário internacional, desenvolvendo uma pluralidade atividades sócio- caritativas: desde a atuação em situações de emergências, como, também, no apoio aos programas de desenvolvimento local e regional, na formação cidadã e na incidência política. Tem representação e observadores em vários organismos multilaterais, com destaque para as diferentes agências da ONU e participa de várias articulações política internacionais, como por exemplo, o Conselho Internacional do Fórum Social Mundial.

Rio de Janeiro, em 1955, realizou uma viagem de cinco meses pela América Latina, a fim de estimular os bispos desses países a constituir federações nacionais, sendo que naquele momento apenas na Colômbia existia uma Cáritas constituída. O objetivo, também, era descentralizar as ações humanitárias em situações de emergências e catástrofes, transferindo a prestação de serviços para as Cáritas Nacionais, enquanto a Cáritas Internationalis se ocuparia, primordialmente, da mobilização e coordenação dos recursos para viabilizar da ação humanitária.

O processo de constituição da Cáritas no Brasil, em 1956, foi permeado por elementos contraditórios, que também se manterão, em maior ou menor nível, no percurso histórico de desenvolvimento e afirmação do seu trabalho social. Um desses fatores contraditórios, de natureza bastante significativa, estava relacionado à postura de um dos maiores entusiastas da sua criação: o bispo Dom Helder Câmara, que na época era secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Dom Helder se destacava como um crítico ferrenho do Programa de Alimentos para a Paz²⁹, oferecido pelo governo dos Estados Unidos, como um dos eixos de ação do seu Programa Aliança para o Progresso, criado com o objetivo de ajudar no desenvolvimento da América Latina³⁰. Ao se referir ao programa de alimentos o bispo afirmou na época “que a paz não se constrói com esmolas [...] melhor seria criar condições para que as pessoas empobrecidas tivessem oportunidade de capacitar-se para prover suas necessidades” (CNBB, 2006, p.46).

A posição de Dom Helder, assim com outros bispos progressistas, que também tinham uma visão crítica do programa de alimentos, era minoritária no interior da CNBB, onde a maioria dos bispos considerava positiva a oferta de alimentos³¹. Dessa

²⁹ Os donativos do programa de Alimentos para a Paz faziam parte dos excedentes agrícolas norte-americanos, destinados, inicialmente para os refugiados da Segunda Guerra Mundial e, que, depois passaram a ser enviados para as regiões do terceiro mundo. Esse programa de Alimentos para a Paz estava calcado em dois grandes objetivos: “*recuperar a imagem dos Estados Unidos juntos aos pobres, que eram segundo sua visão, os principais alvos de aliciamento dos partidos de esquerda com suas propostas socialistas e usar estoques de alimentos como forma de modificar os hábitos alimentares, abrindo mercados futuros para os produtos estadunidenses*”. (CNBB, 2006, p.47).

³⁰ O Programa Aliança para o Progresso, para além de uma preocupação humanitária dos Estados Unidos com o desenvolvimento da América Latina, era expressão da polarização ocorrida no interior da Guerra Fria, sendo criado como uma forma de impedir a “comunização” da América Latina. Paulo Freire (1963 apud BEISIEGEL, 2008, p.269) faz uma leitura crítica e bastante contundente dos interesses que motivaram a criação desse programa “*A aliança para o progresso nos parece uma dessas formas amaciadoras. Ela é resultado direto da revolução cubana. Muitos a entendem como algo novo, um capítulo inteiramente novo nas relações entre EUA e a América Latina. Nós a entendemos apenas e simplesmente como uma seqüência lógica da guerra fria, produto da luta pela hegemonia mundial entre duas facções: EUA e URSS*”.

³¹ Apoiados pela maioria dos bispos os alimentos começaram a chegarem no Brasil a partir de 1954 e eram distribuídos pela Fundação Leão XIII e pela Conferência dos Religiosos do Brasil. A Cáritas dos Estados Unidos (Catolique Realif Service - CRS) exerceu o papel de intermediação, junto ao governo

forma, Dom Helder, juntamente com Dom Távora³², propõe a criação de uma Cáritas no Brasil, que ficasse encarregada da distribuição desses donativos e que pudesse, também, a exemplo das federações nacionais da Cáritas na Europa, articular a diversidade de obras sócio-caritativas organizadas pela Igreja Católica.

Durante a 3ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em 1956, foi aprovada a criação da Cáritas Brasileira, encarregada de dois objetivos principais: “(1) articular, em plano nacional, todas as obras sociais católicas ou de inspiração católica; (2) planejar, executar e fiscalizar a distribuição de donativos do povo norte-americano ao povo brasileiro, através da CNBB” (CNBB, 2006, p.46).

Uma das hipóteses que levanto para tentar compreender as motivações que levaram Dom Helder a apoiar a criação da Cáritas vinculada ao trabalho de distribuição dos donativos doados pelo Programa de Alimentos para a Paz, do qual fora um dos grandes críticos mais entusiastas, é que essa aparente contradição só pode ser entendida a partir da relação desse trabalho com o outro objetivo para o qual a Cáritas ficou também encarregada: a articulação, em plano nacional de todas as obras sócio-caritativas da Igreja.

Além da sensibilização de Dom Helder para o problema real da fome³³ existente no Brasil e da resposta imediata que significava esse programa de alimentos diante do problema da fome que afetava grande parte da população, mesmo sabendo que esse era apenas uma solução paliativa diante de graves problemas estruturais que causava a fome no Brasil, tendo a considerar que Dom Hélder tenha vislumbrado nesse trabalho, a ser executado pela Cáritas, um caminho para o seu fortalecimento institucional e sua visibilidade política junto a Igreja e à população, garantindo, dessa forma, um ambiente

estadunidense, para que este programa ficasse sob o controle da Igreja brasileira e suas organizações assistenciais (CNBB, 2006, p.46).

³² Dom Távora, na ocasião arcebispo de Aracaju- Sergipe, foi um dos idealizadores do Movimento de Educação de Base (MEB), formalizando “em nome da CNBB, a proposta de criação de amplo programa de alfabetização e educação de base, por meio de escolas radiofônicas” (FÁVERO, 2006, p.21).

³³ Gohn (2003, p.72) ao analisar a história das campanhas contra a fome no Brasil, ressalta que “*uma das campanhas contra a fome mais significativa deste século ocorreu na década de 50, associada ao Movimento de Luta Contra a Carestia. Em 1953, foi promovida uma manifestação com cerca de 500 mil pessoas, que entrou para a História do Brasil como a Passeata da Panela Vazia [...]*”. Isso demonstra que a fome era um tema crucial na sociedade brasileira e que afetava um grande contingente das camadas populares, seja nos espaços urbanos, como também nos espaços rurais. Tudo isso era reflexo das mudanças ocorridas na modernização da economia brasileira, que passou a se organizar em torno da industrialização de bens duráveis e do apoio aos grandes empreendimentos agrícolas, sendo este último encarregado de produzir matérias primas para as indústrias e alimentos agrícolas para a exportação, tornando cada vez mais limitada a oferta de alimentos no mercado e aumentando, de forma drástica, o custo de vida da população brasileira.

favorável para o desenvolvimento do segundo objetivo, que era a articulação das obras sócio-caritativas existentes na Igreja.

Segundo minha hipótese, a aposta de Dom Hélder e de outros bispos da ala progressista da CNBB na criação da Cáritas estava muito mais nesse segundo objetivo do que no primeiro. Ao colocar como papel da Cáritas o trabalho de articulação nacional das obras sócio-caritativas, existia uma intencionalidade não explicitada de que essa articulação promovesse uma renovação nas concepções e métodos que orientavam a maior parte do trabalho sócio-caritativo realizado pela Igreja, aproximando-se das novas práticas de educação popular em desenvolvimento na sociedade brasileira, na qual a Igreja tinha uma atuação destacada.

O programa de alimentos favoreceu, de fato, um crescimento rápido da estrutura da Cáritas em todo o território nacional, garantindo-lhe uma certa envergadura institucional e também um certo reconhecimento e visibilidade no interior da Igreja e junto a outros setores da sociedade. Isso a qualificou para a tarefa de articulação do trabalho social da Igreja, todavia, a forma e as circunstâncias em que se deu a interação do seu trabalho, desenvolvido a partir do Programa de Alimentos, com o de articulação das obras sociais da Igreja não possibilitaram a comprovação da hipótese levantada.

O Programa de Alimentos ocupou grande parte do trabalho desenvolvido pela Cáritas, principalmente nas dioceses onde se dava a ação concreta do programa, absorvendo seus agentes e suas estruturas físicas e financeiras com a execução desse programa, não favorecendo a dinamização das atividades ligadas ao segundo objetivo. Dessa forma um programa que, aparentemente, estava estabelecido como um objetivo-meio, ou seja, encarregado de criar as condições materiais, metodológicas e políticas necessárias para a Cáritas desenvolver um trabalho de articulação e renovação dos trabalhos sócio-caritativos realizados pela Igreja, passou a ter um fim em si mesmo, deixando esse objetivo central em segundo plano.

Em 1961, foi criada uma entidade no interior da Cáritas, denominada de FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), por parte dos agentes que faziam parte de uma corrente que discordava do trabalho de distribuição de alimentos pela Cáritas, quer como solução para fome ou como instrumento de promoção humana³⁴, e que enxergaram na criação FASE uma forma de transformar o trabalho

³⁴ Um das figuras de destaque na articulação da FASE foi o padre norte-americano Edmund Leising, um dos primeiros coordenadores da Cáritas e que fazia parte da corrente que discordava da vinculação do trabalho da Cáritas à mera distribuição de donativos doados pelo Programa de Alimentos para a Paz. Dessa forma exerceu um papel decisivo na criação da FASE e, posteriormente, da sua autonomia jurídica da própria Cáritas e, também, da Igreja. Cf. Souza, D.D.L. *Organizações Não-Governamentais: um*

social da Cáritas. Pretendiam colocá-lo em sintonia com as novas concepções e metodologias de “educação popular” em desenvolvimento nesse período, tanto no interior da Igreja, como também em outros setores da sociedade, contribuindo, assim, no fortalecimento e ampliação das diferentes experiências de organização popular que se abriam no interior da realidade brasileira e latino-americana:

Se por um lado fazia sentido para os norte- americanos distribuir alimentos para os brasileiros pobres, por outro, a conjuntura latino-americana levava muitos intelectuais, inclusive ligados a Igreja, ou mesmo religiosos, no Brasil, a discordar desse tipo de assistência. Confrontavam-se de um lado, a construção do parque Industrial de São Paulo e da cidade Brasília que viria a substituir Rio de Janeiro como capital do país. Essas construções simbolizam desenvolvimentismo e progresso material. Do outro lado, a imagem da Revolução Cubana, o aparecimento do Método Paulo Freire, em Pernambuco, e a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), da Igreja Católica, demonstrando a preocupação existente com a injustiça social, adotando métodos não -assistenciais e organizativos de lidar com essa injustiça (SOUZA, 2005, p. 163-164)

A FASE direcionava, cada vez mais, o rumo do seu trabalho social sob um modelo político-pedagógica bastante distinto do trabalho assistencial desenvolvido pela Cáritas, tanto que em 1965 se desliga juridicamente da Cáritas, transformando-se em uma agência de projetos de desenvolvimento, colaborando junto às comunidades e organizações populares na elaboração de projetos de assistência técnica e na mobilização de recursos financeiros para sua execução. A FASE incorpora, como objetivo central do seu trabalho, o desenvolvimento de projetos de educação e desenvolvimento junto aos setores populares, como ferramenta político-pedagógica de fortalecimento da participação, da organização e da solidariedade entre os grupos e comunidades apoiados.

Atuava, principalmente, junto aos pequenos produtores sem-financiamentos para o plantio e explorados na comercialização por intermediários, mas também com assalariados rurais, os bóias-frias, os trabalhadores rurais, de modo geral, sem direitos e marginalizados. Nas áreas urbanas atuava junto aos trabalhadores na defesa dos seus direitos garantidos por lei e não cumpridos e mesmo na ampliação destes direitos, incluindo os trabalhadores desempregados e subempregados. (SOUZA, 2005, p.167)

Com a desvinculação da FASE, o trabalho social da Cáritas ficou integralmente direcionado em torno da distribuição de donativos do Programa de Alimentos, deixando de lado a viabilização de seu segundo objetivo. Essa sua vinculação com um trabalho de natureza emergencial e de natureza assistencialista, exercerá uma influência decisiva na representação da sua identidade e do caráter do seu

trabalho social, tanto no interior da sua própria rede, na relação com a Igreja e com outros setores organizados da sociedade brasileira. Um legado que persiste até os dias atuais e que explica, em parte, os elementos contraditórios que caracterizam sua organização institucional e o seu trabalho político-pedagógico e uma visão “preconceituosa” sobre a sua história e o sentido do seu trabalho político-pedagógico.

2.2 – AS DIFERENTES FASES DO TRABALHO SOCIAL DA CÁRITAS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO APRENDENTE COM A EDUCAÇÃO POPULAR

O processo histórico e político de desenvolvimento do trabalho social da Cáritas no Brasil e sua relação com a educação popular como uma pedagogia da participação popular deu-se numa travessia aprendente, permeada por uma série de descompassos, tensões e aprendizados. Uma interação teórico-prática que foi, gradualmente, questionando e transformando o horizonte político-pedagógico desenvolvido pela Cáritas, aproximando-a e comprometendo-a cada vez mais com as demandas de formação, organização e mobilização de diferentes setores das camadas populares, orientadas por ideários e estratégias comuns para transformar a realidade a partir dos interesses do povo.

Percorrer as diferentes fases do trabalho social da Cáritas, analisando os distintos elementos históricos, ideológicos, políticos, culturais e pedagógicos que exerceram um papel determinante no movimento dialético de continuidade-ruptura da sua prática político- pedagógica, é um exercício importante não apenas para a compreensão histórica da Cáritas, mas, fundamentalmente, da sua relação e contribuição com a construção da participação popular, possibilitando compreender, dessa forma,

[...] como foi possível, uma instituição como a Cáritas, herdeira de contradições próprias da relação sócio-política da sua origem do campo religioso católico, dar os passos que deu? Como ela conseguiu romper com um modelo original de assistência, que dentro do espírito e visão da época se caracterizou pelo assistencialismo? Com que influências ela foi assumindo uma metodologia pastoral de promoção e organização libertadora construindo práticas formadoras de cidadania com as pessoas empobrecidas? Que fatores estimularam rupturas criando condições para afirmar-se, embora com contradições, como uma instituição capaz de ser parceira na luta por transformações sociais? (CNBB, 2006 p.6-7) ³⁵.

³⁵ Fala de Dom Demétrio Valentini, presidente da Cáritas no prefácio do livro comemorativo dos cinquenta anos da presença da Cáritas no Brasil (CNBB, 2006).

Para viabilizar esse exercício de análise da trajetória da Cáritas no Brasil e o processo de transformação da sua prática político-pedagógica como expressão dos descompassos, tensões e aprendizados com a educação popular, tomarei como o referência o recorte espacial-temporal que a própria Cáritas realiza para analisar as diferentes formas e significados do seu trabalho social no Brasil:

1- *Fase assistencial*: toma como ponto de partida temporal o período da sua chegada no Brasil, a partir do Programa de Alimentos para a Paz e vai até 1974, com o encerramento desse programa e o contexto de crises e possibilidades que se abriram no interior da Cáritas;

2- *Fase promocional*: inicia-se a partir de 1974, como uma nova resposta político-pedagógica ao contexto de crises e possibilidades ocasionados pelo encerramento do Programa de Alimentos para a Paz e pelas mudanças que se desenvolviam na Igreja Católica e na sociedade brasileira. O seu eixo central dá-se em torno dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) e a superação dessa fase dá-se com as exigências os novos marcos da cidadania e da democracia colocavam para a construção da participação popular, a partir da nova constituição cidadã e democrática e, também, pela ofensiva neoliberal.

3- *Fase da Solidariedade Libertadora*: inicia-se na década de 90, como resultado das avaliações e acúmulos político-pedagógicos alcançados pelas experiências dos PACs e, também, pela nova configuração que assume a cidadania e a democracia na sociedade brasileira, tanto a partir da nova “institucionalidade pública” que se inicia com a constituição de 1988 como também pela ofensiva neoliberal que atinge seu patamar hegemônico na década de 1990. A ênfase do seu trabalho vai ser no apoio as diferentes iniciativas de qualificação e articulação popular para intervir nos espaços de mobilização e controle social das políticas públicas.

A organização didática do trabalho social em três distintas fases não significa, necessariamente, que esse processo tenha ocorrido de forma linear, como uma sucessão de fatos, independentes entre si, identificando cada fase como uma superação total da outra. O percurso histórico do seu trabalho social e os elementos político-pedagógicos só podem ser compreendidos quando analisados dentro de uma relação dialética, reconhecendo as relações mútuas entre as diferentes fases, dentro de uma dinâmica de continuidades e rupturas, entre o velho que ainda não morreu e novo que ainda está nascendo.

O embate entre o assistencialismo, o promocional e a solidariedade libertadora foi e é uma marca presente no interior da prática político-pedagógica da Cáritas,

alternando, em diferentes épocas, a força hegemônica de cada uma dessas fases, mas nunca anulando totalmente as visões e práticas também construídas no interior das outras fases. Nesse sentido, analisar cada fase é caminhar dentro de uma “linha de descoberta de tendências, de probabilidades, nunca assumindo determinismos absolutos” (GUARESCHI, 2003, p.48).

2.2.1 – A FASE ASSISTENCIAL: A AÇÃO EMERGENCIAL CARITATIVA COMO BASE DO TRABALHO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA CÁRITAS

Já foi aludido, anteriormente, que no período de criação da Cáritas, em 1956, o Brasil vivia acentuados contrastes e polarizações em torno de seu projeto de desenvolvimento e das diferentes forças políticas que disputavam a orientação ideológica desse projeto. Os interesses, explícitos e implícitos, que motivaram a constituição da Cáritas reproduziram, em certa medida, esse ambiente de disputas e polarizações em torno dos diferentes projetos de modernização que se buscava construir na sociedade brasileira.

A vinculação de seu trabalho social em torno do Programa de Alimentos para a Paz, deixando de lado a tarefa de articulação das obras sócio-caritativas da Igreja, indica que a Cáritas foi, a partir da sua ação prática, assumindo uma postura político-que ia na contramão das renovações e avanços que marcavam as práticas de educação popular em desenvolvimento nesse período. Essas práticas eram apoiadas e organizadas, em grande parte, por intelectuais, estudantes e setores progressistas da Igreja Católica.

A Cáritas, ao priorizar o seu trabalho em torno da prática assistencialista de distribuição de donativos do Programa de Alimentos para a Paz, coloca-se em total descompasso com essas práticas de educação popular, vinculando-se com os objetivos político-ideológicos dos setores conservadores – nacionais e internacionais-que se sentiam ameaçadas pelo fantasma da “comunização” da sociedade brasileira.

A opção assistencialista que foi sendo assumido no interior do trabalho social da Cáritas não estava desligada dessa preocupação de setores da Igreja Católica com o ambiente de “desenvolvimento e radicalização” que ocorria no interior da sociedade brasileira, e do qual setores internos a ela estavam também envolvidos, e das ameaças que muitas das mudanças reivindicadas por essas forças sociais representavam para a

manutenção do seu poder de influência³⁶, assegurado historicamente a partir de sua relação com o poder político instituído.

Conforme Bruneau (1974, p.150), no período de 1950 a 1961 a Igreja estava em processo de formulação da sua ideologia de mudança social como forma de manutenção da influência:

Devido em grande parte às ameaças de agitadores nas zonas rurais e dos demagogos na zona urbana, a Igreja tomou consciência do atraso de muitas estruturas sociais e da injustiça em geral [...] Junto com a consciência da injustiça veio a compreensão de que o homem é composto de corpo e alma e que, portanto, a Igreja deve se interessar pela ordem temporal. Mediante o processo de confrontação entre realidade miserável em que viviam milhões de seres humanos, e alguns elementos da doutrina social católica, surgiu a consciência de que a Igreja tinha alguma coisa a dizer a respeito da sociedade e de sua transformação. E, o que é mais importante, de que deveria agir também.

A criação da Cáritas e a vinculação do seu trabalho social em torno do Programa de Alimentos para a Paz, ainda que representasse um paradoxo com outras formas de intervenção da Igreja, ela se enquadrava nas estratégias de diversificação e ampliação das formas de atuação da Igreja junto as (velhas) e novas questões sociais e aspirações políticas que surgiam no cenário brasileiro. É evidente que a dimensão assistencial desse trabalho não representava uma novidade na intervenção social da Igreja, dado que esse modelo de ação caritativa- assistencial era a marca da sua atuação social junto aos pobres, funcionando, em grande parte, como um departamento de assistência social do próprio Estado.

A novidade que o trabalho assistencial realizado pela Cáritas trazia era a sua intenção de ser uma ação caritativo-emergencial, organizado em nível nacional, podendo responder de forma imediata ao problema da fome que atingia grande parte da população brasileira, e colaborando na afirmação da credibilidade e influência da Igreja, em especial da sua hierarquia, junto ao povo e aos setores organizados. Para muitos bispos, principalmente os da ala conservadora, esse trabalho serviria como mais um antídoto para frear a adesão das camadas populares ao movimento de radicalização em efervescência na sociedade brasileira, em especial na zona rural.

O certo é que o Programa de Alimentos para a Paz proporcionou um crescimento acelerado da Cáritas em várias regiões do Brasil, chegando a se ter, dentro

³⁶ Bruneau (1974, p.116) traz um relato que ilustra bem a preocupação da hierarquia católica com essas mudanças em desenvolvimento na sociedade brasileira: “[...] o bispo de Campanha, Minas Gerais, fez uma declaração pública, em 1950, intitulada: “Conosco, sem nós ou contra nós, as reformas rurais serão feitas”. Na sua declaração ele apontou as grandes mudanças que se operavam então nas zonas rurais do Brasil, devido à expansão das comunicações de massa. Exposta a novas idéias, a população rural se tornaria disponível para uma mentalidade revolucionária. E argumentava: “Já perdemos os operários na cidade. Não podemos cometer a estupidez de perder também os trabalhadores do campo.”.

de poucos anos, a presença da Cáritas em quase todas as dioceses do território brasileiro. Segundo dados levantados pela própria Cáritas, somente no ano de 1966 foram distribuídos 66 mil toneladas de alimentos e roupas³⁷. Isso nos dá uma dimensão do impacto que essa ação assistencial organizada deve ter provocado sobre o trabalho social desenvolvido pela Igreja e da sua interação com o problema da fome em vários rincões do país.

O funcionamento do programa nas dioceses exigia uma estrutura mínima, que garantia uma agilidade na distribuição dos alimentos: um escritório administrativo, geralmente cedido ou alugado pelas próprias dioceses, um espaço para armazenamento dos donativos e um ou dois agentes liberados, contando, também, com a participação de agentes voluntários, responsáveis pelo cadastro das pessoas que seriam beneficiadas e pela distribuição dos donativos e pela prestação de conta, por meio de relatórios. A manutenção dessa estrutura era viabilizada pelo programa, que além da doação dos donativos, disponibilizava, também, uma certa quantia de recursos financeiros necessária para a logística de operacionalização do programa (transporte e armazenamento dos donativos, liberação dos agentes, aluguel de escritórios etc.).

O recebimento dos donativos e recursos financeiros era centralizado no secretariado nacional da Cáritas Brasileira, sendo posteriormente distribuídos para as Cáritas diocesanas, ficando uma margem de recursos para a manutenção do trabalho realizado pelo secretariado nacional e com o intuito de assegurar uma melhor coordenação e supervisão das ações do programa, a Cáritas constituiu nove escritórios regionais, com sede nas principais capitais dos estados: Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal, São Luis, Belém e Manaus, fortalecendo ainda mais o crescimento da sua estrutura institucional e visibilidade no interior da Igreja e da sociedade brasileira.

Um dos indicadores da importância que esse trabalho vinha garantindo no interior da Igreja, assegurando um destaque para a Cáritas junto à outros organismos e pastorais sociais da Igreja, foi a transformação da natureza organizativa da Cáritas pela CNBB. Em 1966 ela deixa de ser apenas um secretariado de ação social e ganha o status de organismos social. Ela permanecia sob o controle da hierarquia católica, mas possuía

³⁷ O Regional do Rio Grande do Sul distribuía, anualmente, em torno de três milhões de quilos entre milho, trigo, farinha de milho, farinha de trigo, aveia, leite em pó, queijo, chocolates, quibe, entre outros. Para isso, dispunha de uma Agência de Transporte chamada de Cáritas Sul 3, porém, a maior parte era transportada via férrea (Informação contida na apresentação da etapa histórica da Cáritas de 1956 a 1959, durante o III Congresso da Cáritas Brasileira, em Aracaju, Sergipe, outubro de 2006)

uma estrutura jurídica própria, possibilitando também que as Cáritas diocesanas se organizassem como entidades jurídicas com estatutos próprios. Isso garantiu, juntamente com os recursos financeiros disponibilizados pelo Programa de Alimentos para a Paz, uma importante margem de autonomia da Cáritas em relação à Igreja, assegurando, com o tempo, um ambiente favorável para transformação e avanço da sua prática político-pedagógica e, trazendo, também, um certo conflito na sua identidade como organismo da Igreja Católica.

O crescimento da estrutura institucional, do raio de atuação e da relativa autonomia jurídica da Cáritas parece ter tido, de início, pouca influência na transformação da sua prática político-pedagógica, pois durante um bom tempo ainda, o seu trabalho social permaneceu bastante impermeável às influências das experiências teórico-práticas de educação popular, alicerçadas no binômio conscientização/politização e em efervescência nesse período.

Exemplo ilustrador dessa pouca alteração no seu modelo político pedagógico é o fato de que nos seus encontros nacionais, regionais e diocesanos, 90% do tempo ainda era ocupado por discussões em torno da operacionalização das ações do Programa de Alimentos, existindo poucos espaços e tempo para uma discussão política do programa, seus sentidos e finalidades e sua adequação às necessidades e desafios que a realidade das camadas populares beneficiadas traziam para o interior do trabalho social da Cáritas.

Não deixaram de ocorrer, nesse período, algumas inquietações por parte de agentes da Cáritas com esse modelo de trabalho social, com as finalidades políticas que se “escondiam” por trás desse programa e da sua inadequação como instrumento de transformação da realidade social e da suas incompatibilidades e descompassos com as diferentes iniciativas político-pedagógicas vinculadas à construção da participação popular.

Como respostas pontuais a esses questionamentos internos, colocados por alguns agentes, individualmente ou enquanto equipes, e às críticas incisivas que a Cáritas recebia de outros setores progressistas da Igreja Católica e de outros segmentos da sociedade, foram constituídos em algumas dioceses, regionais e no próprio secretariado nacional, departamento técnicos educacionais, que visavam articular o trabalho de distribuição de alimentos com uma ação educativa, sendo também assumidos como espaço para a mobilização de novas fontes de recursos financeiros.

As escassas informações contidas nos registros da rede Cáritas sobre a ação desses departamentos técnicos e a total dependência da rede ao Programa de Alimentos

para a Paz indicam que a ação desses departamentos não teve um impacto expressivo na sua prática político-pedagógica e na diversificação das suas fontes de recursos financeiros. A fala da própria Cáritas sobre a sua posição no interior da ditadura militar é ilustrativa da ausência de uma visão crítica do seu trabalho social realizado nesse período:

[...] enquanto, em 1964, os militares dão um golpe de Estado para garantir os interesses dos grupos tradicionalmente privilegiados, a Cáritas continuava ocupando-se da coordenação da distribuição de alimentos enviados pelo mesmo país que apoiara e até financiara o golpe. Pouco ou nada marca suas reflexões e suas ações o fato de que, em 1968, acontecesse um golpe dentro do golpe, com a edição do Ato Institucional 5, dando poder ainda mais autocrático aos militares ditadores. O que a Cáritas tinha a ver com a repressão, que atingia também militantes cristãos da Ação Católica ou que atuavam em sindicatos? (CNBB, 2006, p. 49).

O fechamento de vários escritórios regionais e diocesanos, ocasionados pelo encerramento do programa de alimentos em 1974, apontava que a Cáritas persistia presa nesse modelo de trabalho social de assistencialista, sem uma intencionalidade transformadora e que colocava em jogo a sua própria sobrevivência institucional, dado que o não recebimento dos donativos e dos recursos financeiros que possibilitavam sua manutenção e articulação em nível do secretariado nacional, dos escritórios regionais e das Cáritas diocesanas levou a Cáritas, praticamente, a desaparecer do território nacional, nesse período. Somente alguns escritórios regionais e diocesanos permaneceram abertos, graças à estratégia de ter criado fundos de reservas, como uma ação preventiva ao eminente encerramento do programa de alimentos e a sua ameaça à continuidade da própria Cáritas nessas regiões e dioceses.

É possível deduzir que essas dioceses e regionais que resistiram à avalanche da crise suscitada pelo fim do programa de alimentos, mantendo uma certa continuidade do seu trabalho social e da sua estrutura institucional, já esboçavam um movimento de reação a esse tipo de trabalho social e às suas finalidades político-pedagógicas. Tanto é que no processo de rearticulação da Cáritas, ocorrido a partir de um seminário nacional, no final desse mesmo ano, elas terão um papel decisivo na definição dos novos rumos político-pedagógicos que a Cáritas vai assumir frente a um contexto de crise institucional, de maior aprofundamento da ideologia da mudança social realizado pela Igreja e do início de uma nova efervescência de mobilização e organização popular, ainda que dentro de um Estado autoritário e repressivo.

2.2.2 - A FASE PROMOCIONAL: A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Conforme já referido, acima, o encerramento total do Programa de Alimentos para a Paz ocasionou um processo de desarticulação da Cáritas em nível nacional, afetando não apenas as condições de manutenção da sua estrutura institucional, mas abrindo brechas para uma avaliação sobre os sentidos e finalidades do seu trabalho social, realizado até então em torno das atividades desse programa. A crise significou uma incerteza com a própria condição de existência da Cáritas no Brasil, mas abriu também um campo de possibilidades para se repensar o valor de seu trabalho social, avaliar e planejar sua organização e ação político-pedagógica frente ao processo de mudança em desenvolvimento na Igreja e na própria sociedade brasileira.

Pode-se dizer, que nesse período, a ideologia da mudança social formulada e praticada pela Igreja Católica, que sofreu uma estagnação e certo recuo político nos primeiros anos da ditadura militar³⁸, reaparece aos poucos e vai tornando os posicionamentos políticos e práticas pastorais da Igreja cada vez mais identificados com a luta do campo popular e da própria educação popular. Reflete, também, um ambiente de tensões internas, entre as diferentes forças, que faziam leituras e acolhidas distintas das mudanças suscitadas pelo Concílio Vaticano II³⁹ e a sua adaptação às questões

³⁸ De acordo com Bruneau (1974,p.318) apesar do apoio inicial da maior parte da hierarquia da Igreja ao golpe militar e das privações e perseguições que sofriam por parte do regime, “*alguns bispos, sacerdotes e leigos continuaram a agir de acordo com a ideologia e na linha dos programas anteriores a 1964. Os vastos programas nacionais desapareceram (o MEB era um deles, passou a ter, depois de 1964, uma orientação menos controvertida), mas cerca de uma dúzia de bispos, entre os quais Dom Helder, Dom Fragoso, Dom Marcos Noronha, continuaram, individualmente, a fazer o que estava ao seu alcance, a despeito da desaprovação do governo. Além disso, havia sacerdotes trabalhando com grupos de estudantes, na organização do mundo operário, tentando promover reformas agrárias locais, e assim por diante. Leigos promoviam encontros e faziam declarações, falavam da importância da “Populorum Progressio” para o Brasil, tentavam organizar os operários e promoviam outras atividades sociais ou política semelhantes. Não havia uma coordenação geral dessas atividades, mas o fato é que elas existiam*”.

³⁹ O Concílio Vaticano II (1962- 1965) foi um processo de encontros sistemáticos entre bispos de várias partes do mundo e visava construir um novo modelo organizacional e pastoral da Igreja frente aos desafios trazidos pela modernidade e ao pluralismo ideológico a ele inerente. As principais definições para a ação da Igreja diante dessa nova realidade, que afetava bastante a sua organização, o seu trabalho pastoral e o seu poder de influência podem ser sintetizadas da seguinte forma: “*a re-valorização do trabalho dos leigos, a chamada ao diálogo com outras religiões e a tomada de consciência da responsabilidade política da Igreja na sociedade*” (SCHMIDHALTER, 2007, p.6). No esforço de acompanhar as mudanças trazidas pelo vento do Vaticano II, a Igreja Brasileira elaborou um Plano de

específicas da conjuntura brasileira; e de tensões externas, pelo acirramento do seu conflito com o Estado, sob o comando dos militares.

[...] A raiz do conflito está no exercício da missão animadora da mudança social. A questão que provoca o conflito não gira em torno de insignificantes questões de burocracia, mas diz respeito ao papel decisivo da Igreja na sociedade. [...] Não é a sobrevivência organizacional que preocupa a Igreja, nem a defesa de privilégios, mas a liberdade de definir um novo papel social numa situação política extremamente repressiva [...] O cenário permanece indistinto e ambíguo, contudo, e há certamente alguns bispos que ainda entram em conflito a fim de manter o uso do poder do Estado para exercer a influência da Igreja: entram em conflito dentro dos limites do regime. Entretanto, parece-me óbvio que o processo de conflito está atingindo essa relação de dependência do poder do Estado para o exercício da influência da Igreja e, no processo, a autonomia começa a se definir. (BRUNEAU, 1974, p.315-316).

O estágio vivenciado pela Igreja não era mais de formulação de uma ideologia da mudança social, como ocorrido nos períodos de 1950-1961, mas de exercício dessa ideologia nas vicissitudes da conjuntura brasileira. Nesse sentido, a Cáritas, carente das condições materiais que o programa de alimentos lhe assegurava e ainda presa a uma concepção assistencialista do seu trabalho social, via-se desafiada a encontrar uma nova forma de atuação, que garantisse a manutenção da sua estrutura institucional e o seu prestígio e reconhecimento como organismo social da Igreja.

Foi um processo lento de despertar, de livrar-se do pacote estadunidense, que incluía, disfarçado ou não, um projeto de dominação capitalista. Contribuiu, certamente, com esse processo o nascimento do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e, pouco depois, em 1975, da CPT (Comissão Pastoral da Terra). A Cáritas, mesmo em processo de reorganização e redefinição, não conseguia ser ponto de referência de articulação e de promoção de iniciativas de pastoral social junto aos novos sujeitos sociais, em defesa dos seus direitos, feridos por políticas ditatoriais, em favor do seu protagonismo nas estruturas injustas. Como o tempo ela foi desafiada a conviver com os incômodos proféticos desta e de outras pastorais sociais [...] Isso a levou não apenas a modificar seus planos de trabalho, suas iniciativas, mas principalmente sua visão e a sua metodologia. (CNBB, 2006, p.49-50).

As definições assumidas pela Cáritas no seminário nacional de retomada da sua articulação institucional, em 1974 – período considerado como ponto de partida da transição da sua fase assistencial para a fase promocional – refletem bem esse esforço de atualização e adaptação da sua prática político-pedagógica às novas concepções e metodologias que orientavam o trabalho social da Igreja. Nele se afirmou que os objetivos pastorais e sociais da Cáritas eram “*educar e promover pessoas, grupos e*

Pastoral de Conjunto em 1964, que segundo Bruneau (1974, p.250) era “*um plano de cinco anos, que prescrevia a divisão do país em 13 regiões, estipulava um extenso programa de pesquisa através do CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais) para descobrir os problemas sociais e religiosos e, através de seis linhas mestras de ação, visava a renovação total da Igreja do Brasil “a imagem do Vaticano II”*”.

comunidades mais necessitadas, á luz da doutrina social da Igreja” (CNBB, 2006, p.49, grifo do autor).

O que se propõe de novidade, a partir dos objetivos definidos nesse seminário de rearticulação nacional da Cáritas, não é opção pelas comunidades mais necessitadas, dado que o programa de alimentos já direcionava o seu trabalho social para estes grupos sociais. A novidade que se apresentava, no interior dessa proposta, era a forma de atuar com esses grupos: “educar” e “promover” à luz da doutrina social da Igreja, já demarcando um esforço de atualização do discurso da Cáritas com as mudanças em desenvolvimento na Igreja, inclusive, referindo-se as orientações da sua doutrina social.

A forma como essa proposta foi se desenvolvendo no interior do trabalho social da Cáritas não significou uma ruptura imediata com o modelo assistencial desenvolvido na fase anterior. A perspectiva promocional foi impregnando, gradualmente, o trabalho social da Cáritas, contribuindo na incorporação de novos objetivos e novos métodos do trabalho assistencial ainda realizado, inclusive, em situações emergenciais. Uma ação social que articulava a preocupação com o atendimento às necessidades básicas de sobrevivência das pessoas empobrecidas com a busca de conscientização e promoção humana desses grupos e comunidades.

Estimulada pelas mudanças ocorridas na Igreja e na sociedade brasileira e desafiada pelas tensões existentes entre a persistência das práticas assistencialistas e a opção em assumir novas práticas político-pedagógicas emancipatórias, a Cáritas assume, durante a sua 4ª Assembléia Nacional, realizada em junho de 1980, no Rio de Janeiro⁴⁰, algumas opções fundamentais, que aos poucos vão se firmando como o modelo educativo central do seu trabalho social:

- a) ação primordial que utilize até mesmo a assistência particularmente por ocasião de calamidade, no sentido de que o pobre possa tornar-se sujeito de sua transformação; b) inserção cada vez mais profunda e real na Pastoral de Conjunto da Igreja no Brasil; c) integração com os demais organismos da CNBB atuantes no campo social. (CNBB, 2006, p.9)

O surgimento de novas fontes de recursos financeiros, oriundos das entidades de cooperação internacional ligadas à Igreja Católica, com destaque para a Misereor⁴¹ e

⁴⁰ Importante situar que até 1979 o escritório nacional da Cáritas se localizava no Rio de Janeiro, passando em 1979 a ter sede em Brasília-DF.

⁴¹ A Misereor foi criada pelos bispos alemães, que no contexto de prosperidade econômica que passava a Europa Ocidental, após a Segunda Guerra Mundial, lançam uma “ação de quaresma” conjunta com “*fim de lutar contra a fome, a pobreza e as enfermidades do terceiro mundo. Em 1959 se fundou uma instituição episcopal de ajuda “Misereor”*.” (SCHMIDHALTER, 2007, p.36). Hoje é uma das principais agências de cooperação internacional da Igreja Católica e uma das principais financiadoras do trabalho social da Cáritas Brasileira.

parte das Cáritas Europeias⁴², que passaram a priorizar o financiamento a projetos de desenvolvimentos comunitários e organização política das camadas populares, deixando em segundo plano o apoio às atividades de natureza caritativo-emergencial, é outro fator que exerceu uma influência determinante no processo de redefinição dos sentidos e finalidades do trabalho político-pedagógico da Cáritas.

As condições materiais, possibilitadas por essas novas fontes de recursos financeiros, integradas às novas posturas políticas assumidas pela Igreja e um processo de avaliação crítica das experiências até aqui desenvolvidas, criaram as condições adequadas para a re-articulação da Cáritas, sob uma nova proposta de trabalho político-pedagógico, buscando, cada vez mais, se diferenciar e superar do legado assistencialista vivenciado na execução do Programa de Alimentos para a Paz.

Se na fase assistencialista o carro-chefe do trabalho social da Cáritas estava ligado à distribuição de donativos doados pelo Programa de Alimentos para a Paz, na fase promocional suas ações estavam atreladas aos projetos alternativos comunitários (PACs). Eles foram concebidos, inicialmente, como “pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudança na vida das pessoas através da solidariedade” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.13) ou como “alternativas de sobrevivência” em um contexto de recessão econômica e deterioração das condições de vida das camadas populares. Com o decorrer do tempo, entre as décadas de 80 e 90, os PACs foram se transformando em importantes instrumentos político-pedagógicos de organização, formação e mobilização das camadas populares, exercendo uma importante contribuição na politização das camadas populares e na democratização da sociedade brasileira.

Importante situar que a origem dos PACs não se dá no interior da Cáritas. Eles surgem, inicialmente, como iniciativas propostas pela Igreja como alternativas não-assistencialistas ao problema da fome e da pobreza, ocasionados pela seca que assolava a região nordestina. O marco do seu nascimento deu-se no 1º Seminário “*O homem e a*

⁴²No início da década de 80, as Cáritas Europeias transformaram-se em agências de cooperação internacional ou “agências de enlace” que tinham como objetivo assegurar “*uma melhor coordenação das ajudas de emergências da Cáritas Internationalis entre o Primeiro e o Terceiro Mundo e constituíam-se em um instrumento que foi, a princípio, positivo na hora de potencializar as possibilidades, tanto de toda a Confederação como de cada uma das organizações mais limitadas em recursos. No transcorrer do tempo, as “funções” destas agências foram adaptando-se as necessidades trazidas pelas contínuas transformações, diversificando o seu papel, cujo reflexo se dá pelos seus distintos nomes: agência de intervenção, agência de facilitação, agência de coordenação etc.*” (SCHMIDHALTER, 2007, p.61). A partir do contato com os desafios do terceiro mundo, elas foram priorizando o financiamento do trabalho das Cáritas que estivessem vinculadas não apenas nas em torno das ações de caráter emergencial, mas com uma perspectiva de promoção e desenvolvimento local das comunidades e grupos apoiados com sua ação.

seca”, realizado no estado do Ceará, em 1981 e sob a organização dos regionais da CNBB.

Os PACs surgem como alternativas diante do problema vivenciado pela maioria da população rural ocasionado pelos efeitos da grande seca que assolara a região no início dos anos 80. Nesse período ficou constatado, mais uma vez, que as políticas governamentais voltadas para os problemas da seca reiteravam velhas práticas clientelistas, favorecendo os grupos políticos dominantes. Os PACs foram criados para valorizar e apoiar as iniciativas comunitárias de combate à seca, como uma alternativa concreta de sobrevivência, tendo em vista a situação de extrema pobreza das comunidades rurais. O apoio dos PACs coloca-se como uma opção e expressão de compromisso da Igreja Católica com o povo e como uma possibilidade real de que as pessoas do meio rural, organizadas e assessoradas, pudessem dispor de uma saída frente à condição de miséria. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p. 13-14)

Rapidamente, esse novo modelo alternativo de desenvolvimento comunitário foi se estendendo a outras regiões brasileiras, que não viviam o dilema da seca como no caso específico da região nordestina, mas sofriam os efeitos devastadores da recessão econômica, que submeteu a população brasileira, nesse período, a um contexto hiperinflacionário que devastou bastante as condições de trabalho e a qualidade de vida das camadas populares, tanto no campo quanto na cidade. Diante dessa situação de desemprego estrutural e aprofundamento da miséria, os PACs foram sendo disseminados como “reforço às iniciativas populares de geração de trabalho e renda, de forma que os empobrecidos acreditem em sua capacidade de criar, executar e construir seu próprio caminho” (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995, p.19).

Os PACs, mesmo tendo sido constituídos como alternativas a uma conjuntura específica da realidade brasileira, estavam impregnados de uma concepção de desenvolvimento comunitário e educação de base, originária do pós-guerra e bastante difundida pelas agências da ONU. Esse modelo fora aplicado no Brasil, por meio de diferentes iniciativas de educação de base no período entre 1950 a 1961, como uma forma eficiente de mobilização das populações carentes contra a miséria, possibilitando-lhes

[...] o ajustamento social, as possibilidades de melhoria da vida individual, a realização de melhores destinos para a “massa marginalizada”, a elevação dos níveis educacionais e culturais da coletividade, a integração dos desfavorecidos nas condições de vida do mundo moderno, o progresso social e econômico da nação (BEISIEGEL, 2008, p.29)

A principal diferença dos PACs para as experiências de educação de base existentes naquele período encontrava-se no caráter alternativo de suas propostas, que diante da crise econômica e da falta de legitimidade política que afetava o Estado

brasileiro, foram sendo interpretadas e praticadas como iniciativas autônomas de desenvolvimento comunitário conduzidas por entidades não-governamentais e que contavam com o financiamento de diferentes entidades de cooperação internacional. Ou seja, não contavam com o apoio do Estado brasileiro, diferentemente, daquelas experiências de educação de base, que não só contaram com o apoio do Estado, como muitas foram implementadas por ele próprio.

Ao enfatizar o desenvolvimento comunitário, a partir de diferentes iniciativas de formação, organização política e produção coletiva, como um caminho paralelo e alternativo às políticas clientelistas do Estado brasileiro, os PACs traziam no seu bojo alguns limites e desafios para articular e viabilizar essa perspectiva de transformação social mais ampla reivindicado nos discursos e nas práticas dessas experiências alternativas:

[...] Pergunta-se se o fato destes movimentos voltarem-se para as questões muito imediata e localizadas e apresentarem igualmente reivindicações parciais e locais, não impossibilitaria a unidade nacional e impediria qualquer projeto político mais global de transformação social. Isto estaria contribuindo para uma situação que alguns denominaram divórcio entre a sociedade civil e o Estado. (SCHERE-WARREN, 1987, p.48)

Nesse sentido, eles expressavam um certo otimismo, até certo ponto ingênuo, com sua capacidade de transformação, inclusive correndo o risco de desresponsabilização e substituição do papel do Estado, enquanto garantidor dos interesses públicos. Todavia, a mesma autora, que problematiza essas questões, reconhece que para além do imediato, não se pode negar que a “proliferação destes grupos de base vem criando um lastro social muito importante, o qual teve uma primeira grande manifestação [...] na mobilização pelas diretas já” (SCHERER-WARREN, 1987, p.48).

O divórcio aparente entre a sociedade civil e a sociedade política é apenas temporário, pois com a criação de partidos políticos identificados com os projetos de transformação social que mobilizam esses grupos organizados, essas iniciativas viram se compelidas a participar e disputar espaços de representação política no interior do Estado, incorporando, gradualmente, a refundação do Estado brasileiro como uma importante caminho de transformação social.

A incorporação dos PACS como eixo central da fase promocional do trabalho social Cáritas deu-se de forma distinta da sua relação com o Programa de Alimentos para a Paz. Os PACs foram se incorporando e se transformando no carro-chefe do seu trabalho social da Cáritas a partir de diferentes experiências desenvolvidas e/ou apoiadas pelas Cáritas diocesanas e escritórios regionais, constituídas como alternativas

às realidades de pobreza e de dominação política que afetavam os grupos e comunidades populares:

Os PACS nascem de diferentes maneiras, sempre de acordo com a realidade de cada lugar, tendo em vista o fortalecimento das organizações e grupos comunitários. Eles existem para fortalecer as iniciativas comunitárias, voltadas para o campo de produção, comercialização de produtos agrícolas, criação de pequenos animais, captação de água e formação sócio- política e cultural das comunidades - Sistematização da Cáritas Regional Piauí. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003. p.14-15).

Essa forma diferenciada em que se deu a vinculação do trabalho social da Cáritas em torno dos PACs é, por si só, indicadora de uma renovação na sua prática político-pedagógica. A sua ação não se desenvolve em torno de um pacote de ações, com objetivos e métodos de trabalhos definidos a priori e de forma centralizada. Elas foram sendo constituídas e disseminadas a partir da demandas específicas dos grupos e comunidades existentes em cada região ou diocese. Um processo de escuta, reflexão e resposta as questões trazidas pelas bases, a partir da utilização de metodologias participativas no levantamento dos diagnósticos da realidade e no planejamento de alternativas necessárias para a transformação dessa realidade.

Interessante situar que a criação de muitas Cáritas Diocesanas ou mesmo de escritórios regionais deram-se em função da necessidade de uma entidade para o acompanhamento e articulação dos diferentes PACs existentes nas dioceses ou regional da CNBB. Ou seja, a própria institucionalidade da Cáritas foi sendo sedimentada a partir das iniciativas de desenvolvimento comunitário, diferenciado-se um pouco do processo construído na fase assistencialista, em que a estrutura institucional já era parte do programa a ser implementado.

A sistematização do processo de pesquisa sobre os resultados dos PACS, feita pela Cáritas Brasileira em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) no período de 1992 a 1994⁴³, nos permite perceber a pluralidade que caracterizou as formas de organização e apoio desses projeto alternativos. Eles identificaram no processo de avaliação três tipologias de PACs: projetos produtivos e de prestação de serviço⁴⁴;

⁴³ Essa pesquisa buscou responder aos anseios de realização de uma prática sistemática de avaliação dos PACs, por parte de diferentes instâncias da Cáritas Brasileira, visando aferir os resultados desses projetos na vida concreta dos grupos e comunidades apoiados. Dentro de uma proposta de avaliação qualitativa, essa pesquisa buscou identificar a *“interpretação dada pelos próprios envolvidos nas ações quanto aos méritos dos projetos. Na confrontação da intersubjetividade revelada pelos atores nos seus diferentes níveis (beneficiários, lideranças, agentes institucionais) é que se espera traçar considerações capazes de fornecer pistas sobre atuação dos PACs”* (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995, p.62)

⁴⁴ Os projetos produtivos e de prestação de serviços tinham seus objetivos direcionados às demandas de geração de trabalho e renda para a comunidade (projetos de produção coletiva em assentamentos e ocupações rurais, comunidades tradicionais, apoio a comercialização, bancos de sementes, grupos de

projeto de apoio aos movimentos populares subdivididos em movimentos populares gerais e segmentos específicos⁴⁵, e projetos de apoio à ação sindical subdivididos em ação sindical urbana e rural⁴⁶. Eram projetos articulados sob diferentes objetivos, sendo que o caráter “alternativo” proporcionava uma convergência política entre essa pluralidade de alternativas:

Em determinados locais os PACs limitam-se à realização de experiências voltadas para o próprio grupo (estratégias de sobrevivência); já em outros, servem como mecanismo de fortalecimento e articulação do movimento popular; e noutros ainda, sem perder as características anteriores, buscam interferir na dinâmica de funcionamento do Estado (por meio de formas de pressão e propostas de políticas públicas voltadas para os interesses populares). (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995, p.221)

A aproximação e o envolvimento das diferentes instâncias da Cáritas com esse conjunto de iniciativas de organização e mobilização das comunidades populares trouxeram para seu interior um ambiente constante de avaliação e atualização da sua prática político-pedagógica, em sintonia com as aspirações e demandas trazidas por esses grupos e comunidades populares. Trouxe novas formas e conteúdos para o conjunto do seu trabalho social que a aproximaram cada vez mais das experiências desenvolvidas no âmbito da educação popular e, do próprio, campo popular, colaborando de forma decisiva na transformação e renovação da sua prática educativa e na sua afirmação como uma importante organização de assessoria popular.

Esse processo não foi algo linear, uniforme, isento de tensões e embates no interior da própria Cáritas e na sua relação com outras forças organizadas da Igreja e da sociedade. A tensão entre o velho legado assistencialista e a nova perspectiva promocional era um dos principais fatores a influenciar no processo de renovação político-pedagógica da Cáritas e se fazia muito presente no interior dos PACs, que apesar de ter uma intencionalidade transformadora, tinham também um viés

mulheres de produção coletiva nos espaços urbanos, projetos pilotos de caráter experimental, entre outros) (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995, p.72)

⁴⁵ Os projetos de apoio aos movimentos populares visavam estimular e fortalecer as iniciativas de organização e mobilização popular (projetos de reivindicação eminentemente econômica, projetos de lutas por direitos político-sociais e projetos de segmentos específicos – mulheres, indígenas, negros, etc.). O apoio às atividades de formação e mobilização política foram as principais demandas trazidas pelos movimentos populares. (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995., p.96)
)

⁴⁶ Os projetos de apoio à ação sindical estavam relacionados ao campo da formação sindical e apoio a oposição sindical, ocorrendo situações em que esses projetos foram, também, de apoio para a sustentação de greve dos trabalhadores. (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995, p.102)

assistencialista, ao procurar atender, de forma imediata, às necessidades básicas de sobrevivências de grande parte da população marginalizada.

Essa questão se torna cada vez mais complexa quando se leva em conta a influência do legado assistencialista e de um espírito voluntarista herdada da Igreja Católica e que ainda exerce influência sobre os agentes da Cáritas. O relato a seguir nos dá uma das dimensões desse movimento de tensão, ao situar os impasses e transformações ocorridas nos critérios e exigências para a liberação dos fundos financeiros as comunidades e grupos organizados e as formas de acompanhamento dos mesmos pela Cáritas:

Até o final da década de 80, os recursos eram repassados aos grupos sob a forma de fundo perdido, apenas com exigências quanto ao cumprimento dos critérios organizativos⁴⁷. Somente em 1989 alguns regionais iniciaram uma reflexão sobre a necessidade de repasse ou partilha solidária a partir dos projetos apoiados, no sentido de dar sustentação aos fundos de apoio aos PACS, o que garantiu a aprovação de novos projetos e educação para a solidariedade. [...] Outras mudanças metodológicas começaram também a ocorrer no início dos anos 90, com um acompanhamento mais sistemático aos grupos que desenvolviam os projetos alternativos, definindo-se novas estratégias de avaliação e troca de experiências com a realização de encontros envolvendo todas as áreas em um planejamento também conjunto das prioridades. Aos poucos, os Regionais assumem a capacitação em planejamento. Nesse período, também, os projetos passaram a ser analisados pela Equipe de Assessoria dos Regionais, e as Dioceses começaram a montar equipes de assessoria e acompanhamento aos PACs ⁴⁸ (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.15).

⁴⁷ Um dos resultados dessa metodologia de trabalho é a permanência, até os dias atuais, de um certo “pragmatismo financeiro” de alguns movimentos e organizações sociais na relação com a Cáritas. Muitas vezes, ela é vista apenas como “agência de financiamento de projetos”, com fundos para apoiar as demandas de organização e mobilização desses grupos, não sendo reconhecida ou valorizada a sua contribuição político-pedagógica para a viabilização dessas atividades. Nos últimos anos, com a diminuição dos recursos financeiros mobilizados pela Cáritas através da cooperação internacional, ela tem sido demandada de outra forma, como entidade que serve de “guarda chuva jurídico” para muitos movimentos e organizações sociais realizar convênios públicos com o Estado brasileiro.

⁴⁸ É importante situar que esse movimento de redefinição da metodologia de trabalho dos PACs na Cáritas acompanha, também, as mudanças ocorridas no perfil das entidades de cooperação internacional, que diante da queda dos recursos que arrecadavam, passaram a exigir uma maior eficácia e efetividade das ações apoiadas, inclusive querendo estabelecer, em grande parte, uma lógica do mercado capitalista para o acesso das comunidades e grupos aos fundos financeiros dos PACs. Esse debate desencadeou uma certa tensão entre a Cáritas e alguns organismos da cooperação internacional (Misereor e Cáritas Européias, principalmente) sobre as regras de devolução dos recursos destinados aos PACs: *“A Cáritas concebia que os PACs fugiam à lógica do mercado no que se refere ao manejo do crédito porque estavam relacionados a uma lógica econômica da “necessidade” (gerar renda ou alternativa de trabalho com certa precariedade), o que é diferente da lógica do “grande capital”, que busca a eficiência máxima, a produtividade e a maximização do lucro [...] Daí a dificuldade de aceitar algumas das novas regras dos fundos que reproduziam a lógica do mercado para financiamento empresarial. O foco da polêmica estava principalmente em torno das regras de devolução. Não havia objeção à devolução como partilha solidária, mas a rigidez de devolução dos recursos de acordo com a regra do mercado. Essas exigências se mostravam incompatíveis com a opção da Cáritas em priorizar o apoio às iniciativas de protagonismo e sócio-transformadora dos excluídos do mercado e da sociedade”* (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.25)

A pesquisa realizada pela Cáritas em parceria com a UnB também indicava essa necessidade de se repensar os critérios e exigências na aprovação dos PACS, e a forma de acompanhamento técnico-pedagógico por parte dos agentes da Cáritas, visando eliminar as tensões entre o “velho” que ainda não tinha morrido (seu legado assistencialista) e o “novo” que ainda estava nascendo (a solidariedade libertadora):

Os PACs devem ser vistos como oportunidades de participação política na medida em que permitem a formação de seus quadros, despertam os seus participantes para a leitura crítica da sua realidade e para a conscientização. Isolado um PAC não é um bom instrumento de conscientização. Por isso, a eficácia da participação política depende das mediações e articulações que se estabelecem com outros atores sociais, buscando-se a construção de experiências coletivas, a conquista de direitos e da cidadania, a convivência com as diferenças e individualidades, a construção de forças políticas e a formulação de propostas que potencializem a conquista de políticas públicas de interesses populares.[...]

Os PACs necessitam de um acompanhamento técnico-pedagógico que permita maior eficiência e eficácia de suas ações. O processo de acompanhamento e de assessoria é frágil e os próprios agentes ressentem-se da necessidade de maior capacitação que lhes permita avanços qualitativos na sua atuação junto aos PACs, especialmente no tocante à questão do gerenciamento e da leitura crítica da realidade [...] (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995, p.225e 227)

No interior dessa dinâmica permanente de reflexão e avaliação sobre os resultados econômicos, político e culturais dos PACs, a curto e médio prazo, a Cáritas vai re-orientando a natureza do seu trabalho social, enriquecendo-se dos avanços e desafios vivenciados em torno dessa pluralidade de experiências político-pedagógicas trazidas pelos movimentos e organizações sociais como estratégia de construção e fortalecimento do protagonismo popular e de articulação dessas forças sociais populares em torno de um projeto político alternativo.

A transformação dos PACs em instrumentos de participação popular orientados para a transformação social foi decisiva no processo de politização dos setores populares, exercendo um papel decisivo na formação e fortalecimento de uma gama significativa de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra (MST) e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) mais recentemente. Foram as diferentes experiências de organização produtiva e formação política ligadas aos PACs que fomentaram um rico debate sobre a convivência sustentável com o semi-árido brasileiro, culminando na importante

Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA), que congrega mais de 800 movimentos e organizações sociais de todo o semi-árido brasileiro⁴⁹.

Esse conjunto de importantes avanços sócio-políticos não deixou de colocar em debate a dimensão econômica dos PACs e sua contribuição na construção de outro modelo sustentável de desenvolvimento econômico e social. Esse debate foi estimulado, também, pelo surgimento, no Brasil e na América Latina, de diferentes iniciativas econômicas solidárias, que apontavam, sob diferentes enfoques e interpretações, para um outro modelo de organização da economia e do trabalho: a Economia Popular Solidária.

A Cáritas se insere nesse campo de debates e experimentações, impulsionada pelos desafios e obstáculos que o modelo econômico vigente e a estrutura política a ele subjacente traziam para a consolidação das alternativas econômicas e políticas dos PACs. Crescia cada vez mais a consciência, a partir das experiências desenvolvidas, que não bastava apenas incentivar experiências alternativas de desenvolvimento comunitário, era fundamental pensar a articulação dessas diferentes experiências como um grande campo de força política e econômica. Esse campo precisaria ter capacidade de exercer incidência nos espaços estatais, adequando e/ou criando novos marcos legais, inclusive de financiamentos, para atender às demandas de produção, comercialização e formação política dos empreendimentos solidários. Precisariam também exercer uma ação contra-hegemônica frente ao modelo de desenvolvimento capitalista.

Do debate resultou uma percepção inicial de que os PACs são parte de algo maior, de um movimento que ocorre no seio da sociedade, de construção de alternativas econômicas solidárias articuladas a concepções sustentáveis e solidárias de desenvolvimento. Essa discussão tornou-se tão presente na vida da Cáritas que a EPS (Economia Popular Solidária), passou a fazer parte das suas linhas de ação no quadriênio 2000 a 2003 com os seguintes objetivos: animar a reflexão sobre a Economia Popular Solidária na perspectiva do Desenvolvimento Humano Local e Sustentável, a partir das experiências dos PACs e das articulações que apontam para o desenvolvimento de experiências de programas integrados de apoio a cadeias produtivo-econômicas de solidariedade. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.91)

Enfim, a fase Promocional do trabalho social da Cáritas pode ser definida como um fecundo processo de transição entre a primeira fase, de natureza Assistencialista, e a sua fase atual, concebida como Solidariedade Libertadora. Representou um tempo de ricas experimentações, tensões, avaliações e aprendizados, que direcionaram a sua prática político-pedagógica para os objetivos e horizontes que orientaram as práticas de educação popular, nesse período: a construção da participação

⁴⁹ O Semi Árido brasileiro corresponde aos nove estados do Nordeste, parte do estado de Minas Gerais e do Espírito Santo.

popular e democratização da sociedade brasileira. Paul Singer no prefácio do livro de “20 anos da Economia Popular Solidária: a trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.5e 10) traduz essa fase como

[...] uma preciosa história de uma das mais importantes experiências de auto-libertação coletiva patrocinada pela Igreja e protagonizada por comunidades das classes populares. Trata-se de uma jornada de duas décadas da Cáritas, partindo, de uma prática de assistência social para atingir patamares cada vez mais elevados da promoção de projetos comunitários de caráter produtivo, cujo objetivo era (e continua sendo) a emancipação dos participantes da pobreza em que em que estavam mergulhados bem como a sua emancipação política e espiritual pelo engajamento nas lutas por uma sociedade mais justa e menos desigual [...] A Cáritas Brasileira, ao integrar os Projetos Alternativos Comunitários no amplo conjunto de empreendimentos solidários, assume papel de liderança na constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que em breve se tornará espaços de debates, trocas de experiências e coordenação de ações, proporcionando à economia solidária um patamar elevado de auto-organização e de enfrentamento dos problemas. (...) Revelando (...) o que promete vir a ser um novo capítulo das lutas populares por uma outra sociedade, por um outro país.

2.2.3 – A FASE DA SOLIDARIEDADE LIBERTADORA: A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS COMO FERRAMENTA DE QUALIFICAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS ESPAÇOS DE MOBILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As transformações ocorridas no interior do trabalho social da Cáritas, impulsionadas e potencializadas a partir dos PACs, colaboraram, decisivamente, na construção da identidade da Cáritas como um importante organismo de assessoria popular. Tornou-se uma organização comprometida com a construção da participação popular e como parte do próprio campo democrático e popular que se formou no interior dos diferentes processos de educação popular vivenciados nas décadas de 70 e 80. Entretanto, o tempo de “provação e confirmação” da sua identidade e da sua filiação a esse horizonte político-pedagógico deu-se, principalmente, no interior da década de 90, a partir das opções e estratégias assumidas perante as transformações ocorridas na sociedade brasileira e que representaram um novo tempo na história da educação popular e do campo democrático e popular.

A década de 90 é considerada pela Cáritas como marco temporal de início de uma nova fase na história do seu trabalho social. É no interior dessa década que ela vai aprofundar os aprendizados e escolhas assumidas na fase anterior, extraindo deles novos significados e formas para o seu trabalho político-pedagógico. É a fase que ela define

como da “Solidariedade Libertadora”, onde a “solidariedade assume a perspectiva da universalização dos direitos” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006b, p.41), sendo que o trabalho social desenvolvido pela Cáritas com outros movimentos e entidades parceiras é uma mediação político-pedagógico para a construção do protagonismo popular nos espaços de defesa e ampliação dos seus direitos, articulados e potencializados em torno de uma proposta de um projeto político popular.

As inquietações e questionamentos colocados em torno do alcance político dos PACs, da sua capacidade de transformar-se em alternativas sustentáveis de desenvolvimento, com potencial de disputar e alterar o modelo de sociedade vigente, apontavam para a necessidade de se aprofundar e clarear as concepções, estratégias e metodologias utilizadas no trabalho político-pedagógico da Cáritas e do conjunto das forças sociais populares para viabilizar esse ambicioso, desafiante, e necessário objetivo de transformação social, a partir da organização e mobilização popular.

As transformações ocorridas na década de 90, conforme já referidas no capítulo anterior podem ser sintetizadas em dois grandes eixos: o processo de democratização da sociedade brasileira, cujo marco é a nova constituição cidadã de 1988 e o avanço do neoliberalismo como um novo processo de re-ordenação do modelo de produção e a reprodução social do capitalismo. Elas trouxeram uma nova configuração, ainda que formal, para o exercício da cidadania e da democracia, desafiando parte das forças organizadas, inclusive as entidades de assessoria popular, a re-criar novas bases político-pedagógicas para articular a participação popular e a proposta de construção de um novo projeto de sociedade.

A descrição realizada por Gohn (2003, p. 30-31) sobre as mudanças ocorridas no cenário das lutas sociais nos permite perceber claramente o cenário complexo e desafiante que essas mudanças trouxeram para a construção da participação popular no interior da arena política da sociedade brasileira:

Os anos 90 redefinem novamente o cenário das lutas sociais no Brasil [...] Uma parcela significativa dos movimentos sociais populares urbanos entra em crise. Crises internas de militância, de participação, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população etc. e crises externas – decorrentes da redefinição dos termos do conflito social entre diferentes atores sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política, tanto em termos nacionais como em termos dos referenciais internacionais (queda do muro de Berlim, fim da União Soviética, crise das utopias, ideologias etc.[...]

Nos anos 90 a agenda política dos dirigentes se modifica em função de problemas internos e das alterações que a globalização e as novas políticas sociais internacionais passam a impor ao mundo capitalista. Nesta nova agenda só há lugar para a participação e para os processos de descentralização construídos no interior da sociedade política [...] As políticas são formuladas para segmentos sociais dentro de um recorte que privilegia os atores sociais que serão os parceiros e não mais os segmentos

segundo o recorte das classes sociais. Dessa forma, os sujeitos das ações transfiguram-se em problemáticas: a fome, o desemprego, a moradia. Antes eram os favelados, os sem-terra, os sem-teto etc.

Também as arenas de negociação passam a ser formatadas pelo poder público, fruto das novas políticas sociais. Criam –se processos e canais de participação e mais uma vez deve-se repetir: estes canais são conquistas do movimento social combativo, progressista e articulador de interesses dos excluídos da sociedade civil; mas junto com os novos canais estruturam-se também movimentos sociais que defendem demandas particularistas e estão voltados para atuarem como co- partícipes das ações estatais.[...].

A Cáritas, que estava numa travessia de transformação e atualização do seu modelo político-pedagógico a partir da interação com os movimentos e organizações sociais identificados com o campo popular e com as práticas de educação popular, vê-se numa encruzilhada: tanto pelas crises e impasses que afetaram o campo popular e a própria educação popular como também pelo processo de recuo político recuo político da Igreja Católica no Brasil, como resultado de uma intervenção sistemática do Vaticano⁵⁰.

Esse processo foi capitaneado pelo papa João Paulo II, visando conter os “excessos” cometidos pelas Comunidades Eclesiais de Base e fundamentados pela Teologia da Libertação, no processo de organização e mobilização popular e no questionamento das suas estruturas de poder. Nesse sentido, aquela posição política predominante na Igreja nas décadas de 70 e 80 e que impulsionou a Cáritas a construir um novo modelo de intervenção social, como forma de garantir o seu reconhecimento e visibilidade no interior de uma Igreja mobilizada pela ideologia da mudança social, aos poucos tem sido sendo deixada de lado, tornando-se uma força periférica no interior da própria Igreja.

Apesar desse contexto de recuos, complexidades, fragmentações e desafios que permearam as práticas de educação popular e o próprio campo popular e democrático, a Cáritas conseguiu dar continuidade ao processo de avanço da sua prática político-pedagógica, mantendo-se inserida e em interação aprendente com parte dos movimentos e organizações sociais que ainda resistem e inovam suas estratégias de luta política frente a essa onda avassaladora de despolitização e desesperança trazida pela ofensiva ideológica e prática do neoliberalismo.

Considero que dois fatores tenham influenciado nesse processo paradoxal de avanço político-pedagógico da Cáritas em um contexto de descenso e desmobilização

⁵⁰ A substituição dos bispos progressistas (em fase de aposentadoria compulsória) por bispos identificados com uma linha pastoral mais conservadora e o estímulo e apoio aos movimentos espiritualistas, identificado com uma perspectiva de fé individualista, desligado dos problemas sociais, são expressões concretas dessa intervenção sistemática do Vaticano na Igreja brasileira e latino-americana.

das forças sociais populares: o primeiro foi o rico processo de aprendizado e relações políticas possibilitadas pelos PACs, que lhe proporcionaram não só uma renovação interna, mas garantindo, também, uma relativa visibilidade e reconhecimento político por diferentes segmentos da sociedade, inclusive àqueles vinculados às lutas políticas das camadas populares. Permitiu, também, contar com o apoio das agências de cooperação internacional, que mesmo no processo de redução dos recursos financeiros destinados às organizações do Brasil, ainda aportavam significativas quantias financeiras para sustentação das atividades desenvolvidas pela Cáritas e para a manutenção das suas estruturas institucionais.

A proximidade e interação aprendente com parte de forças organizadas que protagonizavam o processo de resistência das camadas populares nesse período, no qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tinha um papel destacado e a persistência das condições materiais favoráveis para o desenvolvimento desse trabalho, permitiram o permanente e criativo avanço do trabalho social da Cáritas, que se desenvolvia, de certa forma, na contramão do pensamento que estava se hegemonizando no interior da hierarquia católica. A ampla capilaridade social do seu trabalho e a sua envergadura política, o estreitamento da relação com bispos e padres que ainda permaneciam ligados aos setores progressistas e o apoio da cooperação internacional, lhe asseguravam uma margem de autonomia bastante significativa em relação à Igreja.

Outro fator que é importante destacar é a existência de um certo vazio deixado por parte das organizações sociais que exerciam um importante papel de apoio e assessoria político-pedagógica junto aos movimentos populares. Esse distanciamento e/ou redefinição da relação dessas organizações com o conjunto dos movimentos populares foi influenciado pelos novos patamares que se colocavam para a relação da sociedade civil com o Estado e, também, pela nova pedagogia da hegemonia disseminada pelo neoliberalismo, que passa a apoiar e estimular o trabalho dessas organizações sociais com programas e projetos de natureza extra-econômica ou na terceirização das políticas públicas.

As ONGs que estiveram voltadas para o apoio aos movimentos sociais nos anos 80, pois estes estavam submetidos a vários constrangimentos, impostos pelos regimes militares vigentes na América Latina, se reciclam, descobrem novas funções e crescem, quando os movimentos deixam de estar submetidos ao arbítrio ditatorial, assim como toda a sociedade. As ONGs deixam de ser meros apoios e passam a ter centralidade, pois a nova era irá exigir novas relações sociais entre o Estado e a sociedade civil. Os movimentos sociais, em geral, e os populares, em particular – devido às divergências político-ideológicas – não estavam preparados para a esta nova era. As ONGs assumem a liderança de vários processos sociais, que antes eram de domínio das lideranças dos movimentos sociais [...] Passam a operar segundo projetos que usualmente recebem, ou receberam, verba e apoio financeiro de

agências de cooperação internacional ou de outras ONGs. Essas agências, ao operarem por projetos específicos – e não apoio direto à instituição local como um todo – mantiveram as ONGS locais dependentes da conjuntura econômica dos recursos disponíveis, o que acirrou os mecanismos de competição e a necessidade de competitividade dos trabalhos. Isso fez com as ONGs se tornassem bastante pragmáticas, preocupadas com a qualificação de seus produtos, ou seja, a prestação de um serviço para um público-alvo, quer se trate de uma cooperativa, uma produção ou comercialização alternativa, um programa de desenvolvimento comunitário, de educação, saúde, etc.(GOHN, 2003, p.57-58)

A Cáritas, no interior da sua rede e na relação com o conjunto das forças sociais populares organizadas, também vivenciou e reproduziu parte dessas contradições, substituindo, algumas vezes, o protagonismo dos movimentos sociais e grupos organizados. Em alguns momentos, ajustou-se a determinadas temáticas e exigências institucionais para favorecer a mobilização dos recursos financeiros necessários para o desenvolvimento das suas ações como para a manutenção da sua estrutura. Todavia, a sua condição privilegiada de interlocução com a cooperação internacional, a relação política com um conjunto de forças sociais populares que ainda resistiam à força fatalista do discurso neoliberal, colaboram para que não sucumbisse a esses encantos e armadilhas da pedagogia neoliberal e, também, aos sectarismos e “radicalismos” que caracterizou a ação política de importantes setores da esquerda brasileira.

Também nesse período, assume destaque o debate sobre a vinculação da agenda de lutas dos movimentos e organizações sociais aos espaços de participação institucionalizados no interior do Estado, garantidos pela Constituição de 1988. Algumas organizações e movimentos sociais influenciados por uma falsa dicotomia entre esses novos espaços de participação e os espaços construídos e afirmados pela luta política das forças sociais populares, assumem uma postura de crítica e de desqualificação desses novos espaços, como “lócus” de controle e disciplinamento do Estado sobre a ação política das forças sociais populares. Outros segmentos afirmam que se esses espaços forem

[...] articulados a propostas e projetos sociais progressistas, podem fazer política tornando público os conflitos; enquanto interlocutores públicos, poderão realizar diagnósticos, construir proposições, fazer denúncias de questões que corrompem o sentido e o significado do caráter público da política, fundamentar ou reestruturar argumentos segundo uma perspectiva democrática; em suma, eles podem contribuir para a resignificação da política de forma inovadora.(GOHN, 2007, p.44)

A diversidade das ações desenvolvidas pela Cáritas, como desdobramento práticos dos PACs, impulsionou a sua participação em diferentes frentes de luta por regulamentação de políticas públicas específicas (moradia, assistência social, criança e adolescente, desenvolvimento rural etc.) e pela criação dos espaços de participação

popular para o controle da gestão destas políticas públicas específicas. A Cáritas tem participado e apoiado, também, iniciativas de formação política de lideranças das camadas populares para atuar nesses espaços e na articulação de fóruns paralelos da sociedade civil.

De outra parte, ela envolveu-se, também, com as diferentes iniciativas de mobilização popular ocorridas na década de 90, participando tanto da construção dessas iniciativas, como também apoiando financeiramente e contribuindo nas atividades de formação e mobilização das camadas populares. Destacam-se entre essas iniciativas as Semanas Sociais Brasileiras, o Grito dos Excluídos, a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, o Movimento pela Ética na Política, as Marchas pela Reforma Agrária e o Tribunal e Plebiscito Popular da Dívida Externa.

A integração desses dois eixos de atuação político-pedagógica não ocorreu de forma linear, uniforme e linear no interior da Cáritas. As ações desenvolvidas por alguns regionais e dioceses vão enfatizar mais o campo das mobilizações populares, mantendo, inclusive, uma certa continuidade do trabalho já desenvolvido nas décadas anteriores a partir dos PACs. Muitas vezes, mantêm uma postura crítica em relação a esse novo campo de atuação de controle das políticas públicas, considerando-os como mecanismos de controle e cooptação da luta popular. Outros começam a despertar e priorizar o trabalho com o campo do controle das políticas públicas, procurando vinculá-los como parte das estratégias de construção do protagonismo popular, não deixando também de se envolver com o campo das mobilizações populares.

Essa diversidade de visões, opções e experiências práticas em relação aos dois eixos que direcionam o rumo do trabalho social da Cáritas, vão ser confrontadas durante o seu I Congresso e XII Assembléia Nacional, realizados em Fortaleza, em 1999. Pela primeira vez a Cáritas realiza a sua assembléia nacional dentro de um congresso⁵¹, possibilitando o aumento da participação dos seus agentes e dos sujeitos participantes e parceiros das ações desenvolvidas. Criou-se assim um rico espaço de trocas, intercâmbios e debates sobre as diferentes experiências desenvolvidas pela Cáritas em

⁵¹ A Assembléia Nacional da Cáritas é realizada a cada dois anos. É a instância máxima de deliberação da entidade. Participam da assembléia nacional como delegados oficiais um membro de cada entidade-membro (Cáritas diocesana), a diretoria nacional e membros efetivos do conselho fiscal. O congresso é realizado a cada quatro anos e caracteriza-se por um ser uma instância que garante uma maior participação dos agentes das diferentes instâncias da Cáritas bem como dos representantes das comunidades e movimentos sociais parceiros da Cáritas. É uma instância de formação, de intercâmbios e de avaliação do trabalho social da Cáritas, cabendo a assembléia nacional, realizada dentro do próprio congresso, o poder de deliberação sobre as propostas e encaminhamentos levantados no congresso.

várias regiões do Brasil, subsidiando e influenciando nas decisões e opções político-pedagógicas a serem assumidas pela Cáritas durante o próximo quadriênio (2000-2003).

A seriedade com que foi assumida a preparação permitiu o recebimento de 84 experiências relatadas e analisadas criticamente, o que possibilitou a formulação de propostas de ação, não só a partir da iluminação teórica e evangélica apresentada pelos assessores, mas, também, a partir dos desafios das práticas. As experiências encaminhadas por agentes esparramados em todas as regiões desse imenso país, e fielmente registradas, são sinal de que é viável construir uma sociedade justa e solidária através de novas formas de geração e organização do trabalho, da educação para a vida, da formação para o exercício plena da cidadania e da vivência da solidariedade. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2000, p.04)

Conforme o relato acima, a pluralidade das experiências apresentadas, como um retrato do mosaico que era a Cáritas naquele período, se somou com as análises de conjuntura social e eclesial, realizado por assessores convidados, ecoando nas deliberações sobre a missão e as linhas de ação da Cáritas, definidas durante a assembléia nacional da seguinte forma:

Com base na missão de **promover e animar o serviço da solidariedade ecumênica libertadora, participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas, contribuindo para a conquista da cidadania plena para todas as pessoas, a caminho do reino de Deus**, a Cáritas definiu como objetivo contribuir na construção de alternativas para que todas tenham igual direito a uma vida digna, realizando ações com os excluídos ou em parcerias com as pastorais e movimentos sociais. Para cumprir missão e objetivos, a Cáritas definiu linhas prioritárias de atuação, baseadas, essencialmente em sete frentes⁵², todas elas ancoradas na ação política e na prática da cidadania. Nesse sentido, o trabalho da Cáritas vai desde as campanhas emergenciais, prestando socorro imediato às vítimas de catástrofes e situações de riscos, políticas públicas empenhadas na construção da convivência do Semi-Árido, até pequenas iniciativas de geração de trabalho e renda com a valorização e a promoção da economia popular solidária. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2000, p.3, grifo do autor).

A Cáritas entra no novo século com uma identidade político-pedagógica que foi sendo tecida, experimentada, avaliada e atualizada a partir do amplo leque de realidades, temáticas e sujeitos sociopolíticos que vão, historicamente, se incorporando ao seu trabalho social. Uma proposta político-metodológica que sofre as influências dos avanços e recuos da Igreja Católica, das exigências das agências de cooperação internacional, das instituições e movimentos sociais organizados, mas, acima de tudo, uma proposta que se alimenta e se retro-alimenta a partir das práticas de organização, de subversão, de criatividade e teimosia esperançosa dos grupos e comunidades populares.

⁵² As setes frentes ou linhas de atuação foram definidas da seguinte maneira: Linha 1- Construção e Conquista de relações democráticas e Políticas Públicas; Linha 2- Formação de Agentes para a prática da solidariedade; Linha 3- Valorização e promoção da economia popular solidária; Linha 4- Fortalecimento e Expansão Institucional ; Linha 5-Atuação em situações de emergências naturais e sociais; Linha 6- Desenvolvimento da Cultura da Solidariedade e Linha 7-Convivência com o Semi Árido.

Uma prática político-pedagógica que, imbuída de uma metodologia participativa desde o trabalho com os grupos e comunidades apoiados, como também, no interior da sua estrutura organizacional⁵³, se propõe a contribuir no fortalecimento do protagonismo das camadas populares, na democratização e alargamento das esferas públicas, orientada pelos desafios e exigências esperançosas de construção de um novo projeto de sociedade. Uma práxis que se expressa como uma síntese criativa e fecunda dos processos de descompassos, tensões e aprendizados que marcou a trajetória do trabalho social da Cáritas na sua relação com a educação popular, enquanto uma pedagogia da participação popular.

2.3 – ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DA CÁRITAS NO PERÍODO DE 2000 A 2007

A Cáritas Brasileira constitui-se como uma rede, fundamentada na seguinte concepção:

A organização em rede implica na existência de diversos pontos focais (nós estratégicos), de chegada e de expansão, onde não há diferenças hierárquicas, mas diferentes atribuições entre elas, a partir de um ponto gerador (fluxo unidirecional – que é de um ponto central na rede). Na Cáritas todas as instâncias são pontos de rede, o que implica na interação e complementaridade, solidariedade, co-responsabilidade, interdependência, interação circularidade, complexidade. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006b, p.11)

Essa rede se articula em três níveis de organização:

-1º Nível: *Cáritas Diocesanas (ou entidades-membro):*

São estruturas organizacionais localizadas no âmbito de uma diocese. Possuem entidade jurídica própria e são afiliadas à Cáritas Brasileira, tendo vez e voto nas assembleias nacionais e regionais. Possuem uma diretoria diocesana e um conselho fiscal, eleitos a cada quatro anos, em uma assembleia diocesana, formada pelas comunidades e grupos (movimentos sociais, pastorais, paróquias, etc.) beneficiados com a sua ação político-pedagógica. Geralmente, o bispo da diocese é eleito presidente e os

⁵³ Visando cada vez mais fortalecer “uma rede de solidariedade por intermédio da qual possa articular, de forma coerente, sua missão e gestão” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006b, p.12) a Cáritas tem procurado desenvolver um processo organizativo participativo em todas suas instâncias: coordenações colegiadas, no interior dos escritórios diocesanos, regionais e nacionais; conselho consultivo nacional e fóruns nacionais, regionais e diocesanos de planejamento, monitoramento e avaliação das linhas de ações; as comissões nacionais e regionais das linhas de atuação, os grupos gestores de programas e grupos de trabalhos, entre outros espaços de descentralização e democratização.

demais cargos são ocupados por padres, religiosas/as, lideranças e agentes ligados aos grupos e comunidades apoiados.

Na maioria das vezes, elas possuem projetos próprios, negociados diretamente com os órgãos de cooperação internacional ou via convênios públicos, contando com o apoio e assessoramento dos escritórios regionais da Cáritas Brasileira. Esses projetos asseguram a manutenção de uma pequena estrutura administrativa, a liberação de uma equipe de agentes, o apoio financeiro e acompanhamento a diferentes projetos e iniciativas de organização comunitária e popular, em sintonia com as linhas de ações e programas definidos na assembléia nacional da Cáritas.

As Cáritas Diocesanas realizam, anualmente, encontros de planejamento (geralmente no início do ano) e de avaliação (geralmente no final ano) com a participação dos grupos, comunidades e entidades parceiras e com a assessoria dos secretariados regionais da Cáritas Brasileira. Importante situar que algumas Cáritas diocesanas encontram-se em regiões que não têm um secretariado regional formado, sendo, portanto, acompanhadas diretamente pelo secretariado nacional.

-2ª Nível: *Secretariados Regionais:*

Os secretariados regionais⁵⁴ são instâncias executivas da Cáritas Brasileira e a serviço das Cáritas Diocesanas. Não possuem entidade jurídica própria, ficando sob a jurisdição direta da Cáritas Brasileira. A sua gestão político-institucional é feita por meio de um conselho regional, geralmente formado por agentes das Cáritas Diocesanas e por um bispo responsável pelo acompanhamento das ações do secretariado e ligado ao regional da CNBB.

A gestão político-executiva dá-se por um secretário regional, geralmente membro da equipe regional ou escolhida entre os agentes das Cáritas Diocesanas. O secretário é eleito na assembléia regional, que conta com a presença das Cáritas Diocesanas e entidades parceiras, sendo de quatro anos o prazo de seu mandato, não tendo impedimento para re-eleições. Na maioria dos regionais a Cáritas vem estimulando a formação de coordenação colegiada, que é a integração de mais dois

⁵⁴ Os escritórios regionais, na maioria das vezes, reproduzem o modelo de organização dos regionais da CNBB, que é dividida em 17 regiões eclesiais, formadas de acordo com o número de dioceses existentes em determinada região geográfica, chegando a ter regionais formados apenas por um estado e outros que incluem mais de um estado. Alguns regionais da Cáritas vão assumir um modelo de organização geográfica diferente da CNBB, como, por exemplo, a Cáritas Regional Minas Gerais, que na divisão da CNBB se chama Leste II e inclui os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

membros da equipe regional na coordenação do secretariado, visando garantir um exercício compartilhado do poder/serviço no escritório regional.

Os secretariados regionais possuem projetos próprios, apoiados pela cooperação internacional e/ou via convênios públicos, negociados sob a intermediação e/ou parceria do secretariado nacional e utilizando a natureza jurídica da Cáritas Brasileira. Articulam suas ações e o seu modelo de gestão conforme as deliberações da assembléia nacional da Cáritas e assessoram e acompanham o desenvolvimento das linhas e programas nas Cáritas Diocesanas.

Anualmente realizam um encontro de planejamento (geralmente no início do ano), de monitoramento (quando ocorrem, são realizados no meio do ano) e de avaliação (geralmente no final do ano), com a participação dos agentes das Cáritas Diocesanas e entidades parceiras. Alguns regionais possuem comissões e/ou grupos gestores de programa, formada pelo assessor regional da linha/programa e com alguns representantes das Cáritas Diocesanas.

-3ª Nível: *Secretariado Nacional:*

É a instância executiva nacional da Cáritas Brasileira, com sede em Brasília e utiliza a natureza jurídica da Cáritas Brasileira. É acompanhada por uma diretoria nacional, eleita na assembléia nacional da Cáritas Brasileira, pelos votos dos delegados representantes das entidades-membro (Cáritas Diocesanas). O presidente tem que ser um bispo e é indicado dentro de uma lista tríplice para ser aprovado pela CNBB, que define, geralmente, pelo mais votado. Os demais membros da diretoria e do conselho fiscal são formados por agentes das Cáritas Diocesanas. A diretoria nacional é responsável pelo acompanhamento do secretariado nacional e dos secretariados regionais, podendo, também, intervir, quando necessário, nas Cáritas Diocesanas.

A diretoria nacional conta com o apoio do conselho consultivo, que é um espaço de reunião entre as diretorias e as coordenações colegiadas regionais. O secretariado também possui uma instância político-executiva, que é formada pelo Diretor Executivo, nomeado pela diretoria nacional, que juntamente com mais dois membros da equipe de assessoria nacional formam uma coordenação colegiada. Cabe ao secretariado nacional, em articulação com os secretariados regionais e Cáritas Diocesanas, dinamizar e acompanhar as deliberações da assembléia nacional, seja em relação às linhas/programas como também no âmbito da gestão e representação institucional.

O secretariado nacional possui projetos próprios ou em parceria com os secretariados regionais, apoiados pelas agências de cooperação internacional ou por meio de convênios públicos. Anualmente, o secretariado nacional organiza um fórum nacional de planejamento (geralmente no início do ano), um de monitoramento (geralmente no meio do ano) e outro de avaliação (geralmente no final do ano) e contam com a participação direta dos representantes dos secretariados regionais, da diretoria nacional e de algumas Cáritas Diocesanas sem regionais formados ou em formação.

A rede Cáritas é formada por 170 entidades-membros, espalhados em todo o território nacional e por 10 secretariados regionais: Norte II (Pará e Amapá), Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Nordeste II (Bahia e Sergipe), Nordeste III (Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte) e Santa Catarina. Os secretariados regionais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e Norte I (Amazonas) estavam nesse período em processo de formação.

As principais fontes de financiamentos do trabalho social da rede Cáritas são as agências de cooperação internacional ligadas a Igreja Católica: Misereor, Cáritas Alemã, Cáritas dos Estados Unidos (CRS), Cáritas Suíça, Cáritas Francesa (Secours Catholique), etc. Tem crescido, nos últimos anos, a parceria com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, para a execução de projetos, geralmente, definidos e executados em parceria com um rede de movimentos e organizações sociais.

A Cáritas é, também, a partir do secretariado nacional, responsável pela gestão do Fundo Nacional de Solidariedade da Campanha da Fraternidade, realizada anualmente pela Igreja Brasileira no período da quaresma e, que se destinam a apoiar diferentes projetos e iniciativas populares ligados à temática trabalhada naquele pela campanha. Realiza, também, campanhas emergenciais de solidariedade, em nível nacional e internacional, com o objetivo de mobilizar a solidariedade da população brasileira no apoio aos grupos e comunidades atingidos por situações de calamidades naturais e sociais.

A Cáritas Brasileira é um organismo social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vinculado a Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Ela é, também, uma entidade de assistência social de utilidade pública federal.

3. A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS E A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO ATUAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2000-2007)

A trajetória do trabalho social da Cáritas é um espaço permanente de reinvenção e atualização do seu modelo político-pedagógico, sendo que a construção desse modelo é o “lugar de explicitação da sua ideologia” (FÁVERO, 2006, p.264). A tradução da ideologia, que orienta e dinamiza o seu modelo político- pedagógico, só pode ser apreendida no interior da sua práxis social. Nesse sentido, além de ter realizado um exercício de descrição e análise das diferentes fases da sua história no Brasil e sua interação aprendente com as práticas de educação popular presente nos movimentos, organizações e comunidades parceiros, considere importante, também, realizar um estudo mais pormenorizado da forma como esse modelo, resultante dos aprendizados e transformações vivenciados nessa travessia aprendente, se manifesta no interior da prática social da Cáritas em um período mais recente (2000-2007).

A intenção primeira seria realizar um estudo sistemático do conjunto das linhas e programas específicos desenvolvidos pela Cáritas nesse período e o que eles apresentam de significados, conteúdos, inovações metodológicas e horizontes políticos e como esses elementos se relacionam com a pedagogia da participação popular e os impasses e desafios colocados para essa perspectiva de educação popular no contexto atual. Contudo, a amplitude e diversidade que caracterizam o trabalho social da Cáritas tornariam esse intento uma tarefa hercúlea e bastante exigente. Diante dessas questões, optei por realizar esse estudo a partir de um dos programas nacionais existentes na Cáritas.

Escolhi o Programa de Políticas Públicas, que faz parte de uma das sete linhas de ação⁵⁵, que foram assumidas como o modelo de organização do trabalho social da Cáritas para o quadriênio de 2000 a 2003, durante o seu 1º Congresso e XII Assembléia nacional, realizados em 1999. A justificativa dessa escolha deu-se pela importância desse programa na atual fase do trabalho social da Cáritas, que passa a incorporar a

⁵⁵ O programa de Políticas Públicas é o modelo de organização da ação didático-pedagógica da Linha 1: Conquista de Relações Democráticas e Políticas Públicas.

construção da participação popular orientada para a intervenção qualificada e articulada no âmbito das políticas públicas. Pode-se dizer que esse programa, apesar do seu caráter específico, é uma síntese das visões e estratégias que orientam a prática político-pedagógica na sua fase da “solidariedade libertadora”.

Partindo desses interesses e das questões surgidas e dos caminhos metodológicos escolhidos para contornar as questões e viabilizar os objetivos pretendidos, esse capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiro faço uma breve revisão bibliográfica sobre os diferentes caminhos presente nas análises dos pesquisadores e agentes dos movimentos e organizações sociais sobre a agenda de construção da participação popular a partir das políticas públicas; em seguida realizo um estudo analítico da história de criação e desenvolvimento do Programa de Políticas Públicas, no interior de dois quadriênios (2000 a 2003 e 2004 a 2007), buscando evidenciar os fatores internos e externos que influenciaram a sua constituição e o modelo político-pedagógico que ele vem explicitando na sua prática; e, por último, apresento os resultados extraídos de um estudo de campo, realizado com lideranças e agentes que participaram de um programa de formação continuada em políticas públicas realizado pela Cáritas Regional Ceará, com o objetivo de compreender como essa prática político-pedagógica é representada por esses sujeitos e qual é a sua contribuição efetiva na construção e fortalecimento dessa participação popular nos espaços de mobilização e controle social das políticas públicas.

3.1- DIFERENTES VISÕES E CAMINHOS NA INCORPORAÇÃO DOS ESPAÇOS DE MOBILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO NOVO HORIZONTE POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

O aparecimento das políticas públicas como um elemento central nas práticas educativas dos movimentos e organizações sociais, a partir da década de 90, tem diferentes significados para a construção da participação popular e de um projeto político alternativo, segundo as análises teóricas e posicionamentos práticos assumidos por alguns pesquisadores e agentes dos movimentos e organizações sociais. Um caminho de interpretação e posicionamentos parte do entendimento dessa nova agenda como decorrente do processo de democratização em desenvolvimento na sociedade

brasileira, que se expressa historicamente pelos avanços conquistados na constituição cidadã de 1988 e pelo surgimento das experiências de governos populares, em ritmo crescente desde a década de 80. Uma agenda que marca um novo tempo da relação entre a sociedade civil e o Estado.

Cresce hoje, no âmbito dos movimentos sociais, das ONGs, de governos democráticos e de parcelas da intelectualidade, a compreensão de que a proliferação de práticas participativas nos espaços públicos vem provocando uma necessária redefinição das relações entre Estado e Sociedade Civil. A participação cidadã é elemento substantivo para possibilitar efetivamente uma ampliação da base democrática de controle social sobre as ações do Estado. Estas práticas participativas geradas tanto a partir das organizações da sociedade civil como da ação indutora do Estado criam uma sinergia capaz de alterar substantivamente a relação entre ambos os atores. Neste processo amplia-se e aprofunda-se a prática da democracia e constrói-se uma cidadania ativa. As práticas de participação cidadã têm dado uma significativa contribuição na constituição de novas esferas públicas democráticas e na promoção de um processo progressivo de publicização do Estado e de desestatização da sociedade. Tais práticas, desenvolvidas, sobretudo, no âmbito dos espaços de poder local, buscam a superação de uma visão da relação Estado e Sociedade Civil como polaridades absolutas em favor de uma compreensão mais dinâmica de relações de interdependência combinadas com o reconhecimento da especificidade e autonomia de cada ator (PONTUAL, 2005, p.95)

Esse novo tempo da relação entre sociedade civil⁵⁶, compreendida aqui como um campo bastante heterogêneo e de interesses distintos e antagônicos entre si, e o Estado, traz consigo novas questões e desafios para a participação popular e para o horizonte de transformação social que orienta e articula a unidade desse campo político e as suas mediações político-pedagógicas:

A participação passa a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo do circuito de formulação e implementação das políticas públicas, porque toda ênfase passa a ser dada nas políticas públicas. Portanto não será apenas a sociedade civil como a grande dinamizadora dos canais de participação, mas também as políticas públicas. A principal característica desse tipo de participação é a tendência à institucionalização, entendida como inclusão no arcabouço jurídico institucional do Estado, a partir de estrutura de representações criadas, compostas por representantes eleitos diretamente pela sociedade de onde eles provêm. [...] A direção geral das ações coletivas caminha no sentido do chamado “*empowerment*”, o empoderamento dos grupos e indivíduos via a capacitação política e organizacional que leva ao resgate/crescimento da auto-estima e à construção da identidade. (GOHN, 2007, p.57-58).

Interessante destacar que essas transformações são decorrentes do movimento de democratização da sociedade brasileira que direcionam o sentido e a prática da participação popular vinculada as políticas públicas, passando a ser incorporada não apenas como agenda e prática dos movimentos e organizações sociais, mas também como agenda e parte da estrutura de organização do próprio Estado. Todavia, ao se relacionar com outras mudanças em desenvolvimento na economia e na política em

nível internacional⁵⁷ e com impactos bastante nítidos na sociedade brasileira, os sentidos e significados dessa participação popular a partir das políticas públicas são colocados em uma arena de disputa, em um contexto bastante desfavorável para as forças sociais populares.

Outro caminho que aparece como alternativa nas análises e posicionamentos dos pesquisadores e agentes é da visão crítica e da recusa em adequar-se aos novos marcos da participação ao questionar os limites e as armadilhas existentes no interior dessa nova roupagem cidadã e democrática. Eles enfatizam que a participação popular como instrumentos de transformação social deve ocorrer nas “nas ações diretas que se traduzem nas mobilizações de massa, caminhadas, ocupações, marchas e protestos” (PALUDO, 2001, p.141). E que a construção da participação popular a partir das políticas públicas, no interior de um Estado dominado hegemonicamente pelo receituário neoliberal, vai de encontro a lógica compensatória e focalizada dessas políticas, reduzindo a identidade política dos sujeitos em meros fragmentos identitários e o os seus horizontes e projetos de transformação social em “concessões” asseguradas nos interstícios do modelo capitalista

Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizados em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transformam-se as identidades políticas desses sujeitos – construídos em processos de luta contra diferenciações e discriminações socioeconômicas – em políticas de identidades pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados e controlados por secretarias do Estado, em parceria com organizações civis – tipo organizações não-governamentais (ONGs), que desempenham papel de mediadores. (GOHN, 2008, p.13)

Por meio de um difuso conceito ideológico de setor público não-estatal, que se aplica no chamado “terceiro setor” pode direcionar os sentidos e significados da participação popular “aos limites de um pacto social no qual o capital e trabalho procuram humanizar as relações sociais vigentes de exploração, expropriação e dominação” (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p.38). Com isso, provoca a substituição do debate entre o capital e o trabalho para uma falsa dicotomia entre a sociedade civil, representada ideologicamente como um espaço de interesses homogêneos e

⁵⁷ A crise que afetou o socialismo real e o advento do projeto neoliberal, como novo estágio de organização do padrão de produção e reprodução social do capitalismo, foram as principais mudanças ocorridas na economia e política em nível mundial e, que tiveram desdobramentos bastante amplos e complexos na correlação das forças sociais existentes na realidade brasileira. Elas possibilitaram um contexto de impasses, fragmentação e desmobilização das forças sociais populares, erodindo a sua unidade política, o seu papel contra-hegemônico e reduzindo o horizonte da transformação social pretendida.

comprometido com os interesses públicos, e o Estado, garantidor de políticas sociais compensatórias e sem poder de regulação do mercado.

Em princípio, a coação pertenceria ao Estado, ao passo que a sociedade civil seria o local onde se enraíza a liberdade; e a emancipação humana, de acordo com tais argumentos, consiste na autonomia da sociedade civil, sua expansão e enriquecimento, sua libertação do Estado, e na proteção oferecida pela democracia formal. Mais uma vez o que tende a desaparecer de vista são as relações de exploração e dominação que irredutivelmente constituem a sociedade civil, não apenas como um defeito alheio e corrigível, mas como sua própria essência, a particular estrutura de dominação e coação que é específica do capitalismo como totalidade sistêmica – e que também determina as funções coercitivas do Estado. (WOOD, 2003, p.219)

Outra crítica realizada por esses setores se refere às mudanças que passaram a ocorrer na relação entre as organizações de assessoria popular e os movimentos sociais e entre as lideranças desses movimentos sociais com as bases sociais que são representantes nos espaços institucionalizados de participação popular:

Militantes, assessores e simpatizantes deixam de exercitar a política por meio da atuação nos movimentos sociais, movidos por paixão, pela ideologia ou por acreditar em algumas causas e valores gerais. A profissionalização ou “liberação” (estar apenas a serviço do movimento) produziu efeitos contraditórios. Ela criou camadas de dirigentes que cada vez mais se distanciaram das bases dos movimentos, se aproximaram das ONGs e se ocuparam em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários (nacionais nos anos 80 e internacionais nos anos 90, como a ECO 92, a Conferência de Estocolmo, em 1995, o Encontro Mundial de Mulheres em Pequim, em 1995, o Habitat-96 na Turquia etc.) Fora das agendas dos encontros, a outra grande prioridade eram as eleições (GOHN, 2003, p.29)

Um terceiro caminho que aparece nas análises dos pesquisadores e no posicionamento dos agentes dos movimentos e organizações sociais caracteriza-se pelo reconhecimento das debilidades e das potencialidades que trazem a nova agenda de construção da participação popular em torno das políticas públicas. Ela não pode ser interpretada apenas como um espaço de captura por parte do Estado e da sua lógica neoliberal ou como uma nova “primavera” da participação popular, precisa ser compreendida como um espaço de tensionamentos e disputas na refundação do Estado e na ampliação das conquistas democráticas. Afirmam que no interior dessa relação entre sociedade civil e Estado é possível que as forças sociais populares, comprometidas com a emancipação popular e a luta anticapitalista, possam construir uma ação contra-hegemônica:

Nesse encontro entre Estado e sociedade a hegemonia é sustentada pela capacidade de estabelecer disputas e consensos majoritários em torno de inversões de prioridades, objetivando avançar nas reformas como a agrária, a urbana e a tributária, capazes de viabilizar um patamar de dignidade de vida para todos, o que praticamente significa dar uma nova direção ao processo de desenvolvimento. (PALUDO, 2001, p.138)

No interior dessa relação, os movimentos e organizações sociais podem exercer seu papel *instituinte*⁵⁸, tão evidenciado nas décadas anteriores, se forem capazes de articular esses espaços de controle social das políticas públicas com os espaços de mobilização popular, como práticas históricas de participação política legitimados por essas forças e articulados por macro-objetivos de transformação social. Essa unidade estratégica entre dois “fronts” de luta política tanto pode colaborar na superação desse contexto de fragmentação e desmobilização, como pode superar a “armadilha” da falsa dicotomia entre a sociedade civil e o Estado, incorporando no debate da ação política a imperiosa necessidade de superar a contradição existente entre o capital e o trabalho. Um papel *instituinte* que se traduza em

[...] vontade e iniciativas políticas que, mediante novos padrões organizativos, possam mobilizar e (auto) direcionar massas de milhões de homens {e mulheres} para empreender a construção de uma ordem societária que erradique as bases estruturais da ordem vigente [...] Tais vontades/iniciativas e padrões organizativos deverão descartar o reformismo limitado, *mas implementar reformas que abram caminho no sentido da socialização da economia e do poder público; deverão descartar os modelos de desenlaces explosivos e insurrecionais, mas sem iludir-se quanto (e preparando-se politicamente para) à inevitabilidade de momentos traumáticos num processo certamente pouco idílico- e sem qualquer concessão a uma “lógica de dois tempos” (um d e “reforma”, outro de “revolução); trata-se aqui de uma processualidade complexa que sintetiza, num só “tempo”, todas as dimensões do que Marx chamou de “uma época de revolução social”*. (NETTO, 2007, p.53, grifo do autor).

⁵⁸ Entende-se por papel *instituinte* a capacidade dessas forças em intervir e (re) construir a esfera pública, incorporando novos referenciais teórico-práticos na garantia dos direitos e na expansão da democracia. De acordo com Gohn (2003, p.45) a expressão concreta desse papel *instituinte* dos movimentos e organizações sociais, durante a década de 80, deu-se na “*reconstrução ou construção de valores democráticos, de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado*”. Streck (2006, p.16), ao diagnosticar que essas forças estão hoje diante de um labirinto, aponta que a dimensão *instituinte* a ser exercido por elas “*talvez nem passe pelo esforço ingente de encontrar saídas do labirinto, geralmente uma empreitada individual ou de grupos que, uma vez obtido o sucesso, se sentem aliviados ou curados da melancolia. O espaço público a ser buscado tem mais a ver com a possibilidade de transformar os corredores do labirinto em lugares habitáveis. O lugar da vida boa não está num lá fora desconhecido e longínquo, mas começa no aqui que se abre para novas possibilidades*”.

3.2 – ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CÁRITAS BRASILEIRA

O surgimento das políticas públicas como uma agenda estratégica na ação político-pedagógica da Cáritas foi se dando paulatinamente, mobilizado pelas diversidades de experiências de mobilização e organização popular, articuladas em torno dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários). Assimilados, inicialmente, como iniciativas comunitárias planejadas e executadas paralelamente à estrutura estatal, os PACs transformaram-se, gradualmente, em espaços de politização das camadas populares na defesa e ampliação dos direitos e na democratização do Estado.

Passo a passo, o eixo orientador da ação política da Cáritas foi se incrementando de novas visões e estratégias, necessárias para a construção de experiências sustentáveis de desenvolvimento alternativo. Os aprendizados das práticas desenvolvidas e a conjuntura de abertura democrática da sociedade brasileira impulsionam os PACs a articular iniciativas de organização e reivindicação popular para a transformação do Estado brasileiro, ainda sob os escombros da força autoritária da ditadura militar e da cultura política patrimonialista, presente desde os primórdios da colonização.

Não ocorre um abandono do projeto alternativo a partir das experiências de organização e mobilização popular, mas as experiências históricas e as possibilidades que se abriam na conjuntura política foram indicando que não se podia prescindir do papel do Estado na consolidação desse projeto, colocando o debate da sua refundação democrática como mais um elemento central no interior dessas experiências. De acordo com Gohn (2003, p.32) esse será um dos nódulos que explica a complexa relação entre o Estado capitalista e os movimentos e organizações sociais que lutam pela sua superação:

Todos os movimentos reivindicam e apregoam a autonomia e independência ante o Estado. Mas, na prática, o total isolamento nunca existiu porque, conforme análises de Oliveira (1994), os fundos públicos são, no sistema capitalista, pressuposto do financiamento tanto da acumulação do capital quanto da reprodução da força de trabalho, e este padrão de financiamento altera a natureza dos conflitos sociais, que passam a girar fundamentalmente em torno do Estado. É impossível obter as demandas que os movimentos populares reivindicam fora da esfera estatal.

Relatos sobre alguns projetos que fizeram parte da avaliação qualitativa dos PACs, feita pela Cáritas em parceria com a Universidade de Brasília, trazem importantes exemplos dessa mudança de postura da relação com o Estado. Essa

mudança é expressa tanto na conquista de financiamentos públicos para o fortalecimento e ampliação dos projetos como também pelas iniciativas de mobilização popular, visando incidir e transformar os mecanismos jurídico-institucionais do Estado:

“A casa do Lavrador, no Pará, ligada ao Sindicato Rural, faz parte do Modert - Movimento de Defesa e Desenvolvimento da Região. O Modert propõe, entre outras políticas regionais, a utilização do Fundo Constitucional do Norte (FNO), administrado pelo BASA – Banco da Amazônia, para financiamento da pequena produção, utilizando como referência a Casa do Lavrador. Tal iniciativa reflete uma postura política de disputa de recursos públicos”.

“[...] o caso do Projeto de Cooperativa dos Catadores de Papel de Belo Horizonte, Minas Gerais. Nascido da iniciativa da Pastoral de Rua, o processo de organização daqueles que sequer tinham moradia resultou no reconhecimento de uma categoria de excluídos, cujo trabalho socialmente necessário está refletido hoje na sua cooperativa. No processo de organização dessa categoria foram sendo conquistadas condições que lhes permitiu autonomia financeira e administrativa, coroada com o convênio junto a SLU-Superintendência de Limpeza Urbana, da prefeitura local, que lhes permitiram acesso às externalidades necessárias para a consolidação do projeto”.

“[...] O Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE – de São Luís-Maranhão. Fruto de movimentos municipais e estaduais, o MONAPE foi criado a partir da Constituinte de 1988, quando o movimento conseguiu que as colônias de pescadores fossem incluídas e regidas pelos princípios do sindicalismo brasileiro. Mesmo tendo clareza sobre a política governamental que privilegia a pesca industrial, o MONAPE não conseguiu definir sua política econômica para reivindicar/negociar junto ao Estado”.

“A Caravana da Moradia visava pressionar o Congresso Nacional para a criação de um Fundo Nacional de Moradia Popular e contava com a participação de várias entidades e movimentos populares voltados para a moradia”.

“O projeto de apoio à Luta pela Nova Constituição Estadual na Bahia, é exemplo desse último tipo. Houve uma ampla participação popular desde a elaboração da Constituição Estadual com ênfase nas questões de saúde, previdência, educação, política agrícola e agrária, o reconhecimento da importância do voto e da articulação e organização de base, culminando com a eleição de uma integrante do grupo a deputada estadual e posterior criação de comissão para assessorar a parlamentar eleita. Ainda como resultados dessas ações, há participação efetiva na elaboração das leis orgânicas municipais de Alagoinhas, Paulo Afonso, Feira de Santana, Amargosa e Jequié. (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995, p. 79, 90, 99 e 113)

O enfoque dado, a partir do processo de avaliação qualitativa dos PACs, sobre a incidência de experiências nas políticas públicas expressou uma o início de mudança das visões e posturas que orientavam a prática político-pedagógica da Cáritas. Gradualmente, foram sendo assegurados outros sentidos e finalidades para a dimensão “alternativa” dos projetos. Não mais enquanto uma postura de negação ou substituição do papel do Estado, mas como um instrumento de organização da participação popular para intervenção na esfera pública estatal, contribuindo nas lutas pela garantia e

ampliação dos direitos e pelo aprofundamento do processo de democratização da sociedade brasileira.

Nesse período também, como decorrência da sua atuação por meio dos projetos de desenvolvimento comunitário e apoio às iniciativas de organização e mobilização popular nas lutas específicas e mais gerais, a Cáritas passa a ser demandada, principalmente nos regionais e nas instâncias diocesanas, a contribuir nos processos de mobilização popular para a regulamentação política dos direitos assegurados pela Constituição de 1988. É cobrada também sua participação na construção dos espaços de controle social desses garantidos constitucionalmente.

Nesse sentido, como decorrência da sua prática social desenvolvida em parceria com movimentos e organizações sociais, ela foi articulando o seu modelo político-pedagógico em torno das demandas de construção da participação popular nos espaços de mobilização popular, e nos novos espaços de controle social das políticas públicas.

A concepção *de mobilização popular, social ou cidadã*, assumida pela Cáritas refere-se a um conjunto de práticas de ativação política das camadas populares, realizada de forma autônoma pelos movimentos e organizações sociais. São estratégias utilizadas por essas forças para sensibilizar e dialogar com diferentes setores da sociedade sobre questões de interesse público e seu papel na transformação política do país. Expressam-se, historicamente pelas marchas, caminhadas, romarias, plebiscitos populares, entre outros.

“As mobilizações sociais não são entendidas como eventos pontuais, mas como processos permanentes, buscando vincular as questões conjunturais com as estruturais. Empenhados no processo de superação da exclusão social, é preciso responder aos desafios estruturais da sociedade capitalista “mesmo quando damos passos possíveis dentro das contradições em que nos encontramos, não podemos perder de vista esse horizonte de transformações estruturais” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2007, p.8)

São organizadas em torno de reivindicações específicas ou mais gerais, mas sempre articuladas na crítica ao modelo estruturante da sociedade capitalista e os seus impedimentos reais para uma autêntica cidadania e expansão da democracia. Nesse sentido, procuram vincular essas lutas específicas ou gerais à proposta de um novo projeto político de sociedade, diferenciando, dessa forma, da perspectiva de mobilização social preconizada por Toro (2007 apud GOHN, 2007, p. 66- 68) não são estratégias de “convocação das vontades” da população para construção de movimentos, vinculados as políticas públicas estatais, visando encontrar soluções locais e imediatas para seus

problemas, destituídos de uma visão histórica e crítica das causas que originam e determinam esses problemas.

A visão política que orienta as práticas mobilização parte da estratégia de ocupação política dos espaços públicos pelos próprios movimentos e organizações sociais, constituindo-se não em novos movimentos e organizações, necessariamente, mas em novas formas e espaços de articulação das camadas populares já organizadas e mobilização dos setores não organizados, visando a mudança na correlação de forças na sociedade e a disputa da hegemonia da sociedade brasileira.

Já concepção de *controle social* parte do seu entendimento como um “conjunto de mecanismos e instrumentos de participação popular na gestão(formulação, planejamento, gerenciamento financeiro, monitoramento e avaliação) das diversas políticas públicas e das instâncias estatais e governamentais(CÁRITAS BRASILEIRA, 2006, p.4).Esses espaços não são apenas espaços de fiscalização ou denúncias, mas também como espaços de proposição e negociação, sempre na perspectiva de responsabilização dos gestores públicos.

Ao refletir sobre um das principais ferramentas de controle social – os conselhos de co-gestão das políticas públicas – Teixeira (2000, p.104) considera que esses mecanismos de participação não se reduzem apenas às formalidades estabelecidas pelo Estado, mas

[...] são regras e procedimentos que traduzem determinados conteúdos, frutos de um processo de interlocução e negociação entre diferentes atores. Incorpora assim, novos agentes ao processo político e amplia a representação na arena da definição das políticas com a participação de usuários e prestadores de serviços. Através da identificação das necessidades, modifica a natureza dos filtros pelos quais o sistema tradicional processa as demandas da população, sistema que está voltando principalmente para interesses particularistas ou corporativos. Constrói, assim, uma forma de processamento das demandas balizada no interesse público e constituída não apenas pelas representações sociais que fazem parte do Conselho, mas pelo processo de discussão pública, de explicitação de interesses, de negociação.

O relato abaixo ilustra bem como as agendas do controle social foram se agregando às experiências de apoio e participação nas mobilizações populares, evidenciando como a opção por esses dois eixos de construção da participação popular foi decorrente da sua inserção e envolvimento com diferentes movimentos e organizações sociais do campo popular:

O crescente envolvimento em processos que buscavam a construção de políticas sociais públicas levou a Cáritas a participar ativamente, de modo

especial, no processo de regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). É o caso do Rio Grande do Sul, onde o Regional, a partir de 1994, se envolveu ativamente na implementação do Conselho Estadual de Assistência Social. Da mesma forma, em Minas Gerais, a Cáritas Regional participou da organização do Conselho Estadual da Criança e Adolescente. Na mesma década, juntamente com a CNBB e outras pastorais sociais, a Cáritas participou ativamente da organização e realização dos processos das Semanas Sociais Brasileiras, que se tornaram “catalisadoras” e geradoras de iniciativas inovadoras para estimular o protagonismo de setores sociais em processos de exclusão na sociedade brasileira. Possivelmente, a dinâmica das Semanas Sociais Brasileiras contribuiu para a Cáritas clarear o caminho e a direção dessa linha de ação relacionada com as políticas públicas e mobilizações cidadãs. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006, p.10)

Outro relato de uma agente do secretariado regional do Rio Grande do Sul sobre a participação da Cáritas no espaço na luta pela regulamentação da política de assistência social nos dá um retrato das motivações e questões que foram orientando essa transformação e alargamento da sua prática político-pedagógica:

- A Cáritas sempre apoiou, teve nessa luta pela redemocratização do Estado e uma das políticas que a Cáritas sempre foi acompanhando foi a política da assistência social. Foi uma entidade que debateu a lei, mobilizou a conferência estadual da assistência, muitas antes da lei oficialmente existir e de ser realizada uma conferência nacional. Então, a gente poderia dizer assim, que a Cáritas foi pioneira, ainda lá em 93, de debate em torno da LOAS, que foi uma política, mas ela também participou de debates, da construção na área da saúde, da criança e adolescente. Mas o que acontecia? Era um contexto que havia uma exigência de participação cidadã. Então as entidades comprometidas com o campo popular, elas não poderiam se ausentar deste debate e a Cáritas naquela época estava presente neste contexto. O que acontece à medida que ela está presente, ela vai atuando, mas de uma forma muito fragmentada, sem uma orientação, uma perspectiva mais comum. E com a questão da prioridade assumida, ela começa ter que pensar sobre sua atuação: Qual é o significado de nós estarmos atuando em tais políticas? Será que estas são políticas estratégicas? Quem está indo nestes espaços? Como está fazendo os debates com as suas bases? Porque na verdade quem está nos espaços, por exemplo de controle social, da esfera pública, dos conselhos tem um papel de representação não só da Cáritas, mas do conjunto da sociedade civil. Então a gente começou a provocar (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Rio Grande do Sul/2008)

Essas novas demandas, que foram mobilizando e dando uma nova configuração político- pedagógica para o trabalho social da Cáritas, suscitaram ricos e tensos debates no interior da instituição e na sua relação com os movimentos e organizações sociais parceiras. Um dos pontos centrais foi a reflexão do papel dessas novas agendas de construção da participação popular com os ideários de transformação social que orientavam o agir político dessas forças sociais. Esse debate foi assumindo no decorrer do período duas tendências, a partir dos discursos e práticas dos agentes da Cáritas.

A primeira tendência caracterizou-se por uma visão crítica do direcionamento da prática político-pedagógica da Cáritas às demandas de construção da participação

popular nos espaços institucionalizados pelo Estado. Temia-se que a ação política dos movimentos e organizações sociais ficasse reféns das agendas e interesses do Estado, atingindo não só a autonomia política dessas forças, mas, também, os seus objetivos de transformação social. Apontavam, também, para os riscos dos agentes da Cáritas substituírem o papel das lideranças dos movimentos sociais no interior desses espaços, principalmente pelas exigências que se colocavam para a participação, tanto no âmbito da institucionalidade jurídica como também na qualificação dos agentes para lidar com a linguagem e os trâmites burocráticos do Estado. Apontavam para um inquietante debate sobre a natureza do papel da Cáritas e o protagonismo das camadas populares.

Geralmente, os agentes que se identificavam ou expressavam a partir da sua práxis política com essa tendência estavam vinculados a instâncias da Cáritas que tinham uma maior vinculação com os movimentos e organizações sociais, que se caracterizam por uma leitura bastante crítica e resistente com esses novos espaços e apontavam que o lugar da participação popular e as possibilidades de transformação social, inclusive do Estado, davam-se, prioritariamente, pela força da mobilização popular. O relato de um dos agentes da Cáritas em um dos regionais que optaram mais pelo campo das mobilizações populares exemplifica bem essa questão:

- [...] a Cáritas do Regional Norte II [...] voltou-se mais para a questão da mobilização. Era mais uma secretaria de movimentos sociais de mobilização do que propriamente uma Cáritas, no sentido estrito senso da palavra. A questão da mobilização era muito forte, por exemplo, foi o tempo que surgiu mais fortemente o MST como principal oposição ao neoliberalismo, se constituiu a Consulta Popular, a questão dos Gritos dos Excluídos, a campanha do combate a corrupção eleitoral. Era uma efervescência de uma série de iniciativas no sentido de construir uma nova proposta de ação no Brasil. [...] Lembro-me que na assembléia {nacional da Cáritas} que eu participei e que a Cáritas do Norte II era muita vista como a da mobilização, porque tinha muito essa presença de ir para os debates, o cara tinha que fazer isso, a mobilização, a mudança. O foco da Cáritas era esse, de mobilização. Então, o nosso programa de mobilização, que nunca teve uma formulação muito clara, partia dessa concepção e foi a partir daí que a gente engrenou em algumas ações de mobilização do programa do nacional. Isso era um fator interessante, porque na nossa experiência a mobilização não estava ligada ao controle [...] participar em conselhos, orçamento e tal, tudo mais. Tanto é que nunca entramos de cabeça na campanha de combate à corrupção eleitoral, na questão do orçamento público... [...] (Entrevista com Assessor Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Norte II/2008)

A outra tendência expressava no entusiasmo e inserção de parte dos agentes da Cáritas nesses novos espaços institucionalizados, interpretados como um caminho de atualização da sua prática político-pedagógica frente aos novos desafios que se colocavam para a participação popular. Reconhecendo e ocupando esses espaços como conquistas das reivindicações das forças sociais populares e, também, como novos espaços de disputas sobre o papel do Estado, de interferência e publicização nas suas

ações políticas e como instrumento de mobilização da sociedade, a partir das suas demandas específicas e gerais.

- [...] ela {a Constituição de 1988} inaugura, do ponto de vista do marco legal do reconhecimento dos conselhos, da municipalização, dos mecanismos de democracia direta, então ela traz coisas novas. Ela é fruto das propostas dos movimentos sociais até chegar neste marco legal [...] Eu acho que sem dúvida re-orientou nós dos movimentos, das organizações em relação ao nosso próprio discurso, a gente passou a agregar outros elementos do ponto de vista do reconhecimento dos direitos, ate porque alguns direitos ficam mais explícitos, mas evidentes [...] ela traz alguns sinais de um novo Estado [...] e inaugura, sem dúvida uma nova forma de fazer política, a sociedade civil que conquista estes espaços, que era fruto das próprias experiências populares, inspiradas em especial nos Conselhos de Saúde que foram os primeiros a se estruturarem, a funcionarem neste país (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Regional Ceará/2008)

Esse caminho que estava sendo trilhado foi indicando que a formação política das lideranças e agentes das camadas populares deveria colaborar para a qualificação da sua participação nos espaços de mobilização popular e controle social das políticas públicas. Apontavam, também, que esses dois espaços não deviam ser vistos como antagônicos, apesar das suas especificidades, desafiando a Cáritas a construir uma proposta de intervenção político-pedagógica orientada por uma visão integrada desses dois espaços, como inter-relacionados e fundamentais para o processo de fortalecimento da participação popular e para a transformação da realidade brasileira.

-O processo dos últimos 20 anos de concretização das conquistas constitucionais de 88 fez uma caminhada para as assim chamadas ‘ações cidadãs’, de luta por Políticas públicas e empenho em ações transformadoras, (buscando superar estágios anteriores de assistencialismo e promoção humana). Foi um período histórico muito rico com imensas diversidades, quando a sociedade brasileira tem tentado concretizar a democracia. Muitos fatos foram desgastando a democracia representativa, demonstrando o valor da democracia participativa. A Cáritas assim como muitas outras organizações sociais, aderiu para a construção dos conselhos setoriais, das conferências e demais instrumentos de controle social do Estado. Ela conseguiu fazer o que outros grupos/organizações sociais não fizeram, que foi permanecer nas lutas dos movimentos sociais, nas mobilizações e ao mesmo tempo engajou-se nas ‘ações cidadãs’, concretizando os ganhos conquistados na Constituição Federal de 1988” (Entrevista com Assessora Nacional da Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional- Brasília/2008)

Os debates e as experimentações decorrentes dessas duas tendências hegemônicas que orientaram a prática político-pedagógica, nesse período, forneceram um importante acúmulo, tanto teórico quanto prático, que exerceu uma influência decisiva no processo debate e definição do modelo de organização do trabalho social da Cáritas para o quadriênio de 2000-2003, durante o seu I Congresso e XII Assembléia Nacional, em 1999. A pluralidade das experiências e das reflexões trazidas pelas suas diferentes instâncias em torno das práticas de controle social e da mobilização popular

subsidiaram a rede Cáritas, permitindo confrontá-las com as contribuições trazidas pelos assessores convidados para contribuir na análise da conjuntura e na construção das estratégias necessárias para sua transformação.

Esse confronto das análises teóricas com as sistematizações e reflexões extraídas das experiências práticas vivenciadas pelas diferentes instâncias da Cáritas e por movimentos e organizações parceiras possibilitou a costura de alguns consensos fundamentais entre as duas tendências que orientavam a leitura do trabalho social desenvolvido pela Cáritas. Deliberou-se que tanto os espaços de controle social quanto os as experiências de mobilização popular em torno das políticas públicas são estratégias a serem apoiadas e assumidas pelo conjunto do trabalho social da Cáritas e a que devem servir como horizonte político para suas práticas educativas.

Passaram a ser vistos não como antagônicos, mas como inter-relacionados, com potencial para orientar e potencializar a participação popular para além dos sectarismos, vanguardismos, conformismos e cooptações que caracterizam a atuação de diferentes segmentos das forças sociais populares no interior da sociedade brasileira.

Um elemento divergente surgido no interior desse debate era a pertinência de se organizar nova orientação político-pedagógica em torno de uma linha de ação/programa específico ou como um eixo estruturante e transversal que servisse de orientação geral para o conjunto de linhas de ações/programas a serem assumidos pela Cáritas nesse novo período.

O consenso construído era que essa temática e seus dispositivos operacionais eram transversal, devendo ser assumido como orientação político-pedagógica para todo o trabalho da Cáritas. Todavia, diante da necessidade de se garantir um maior acúmulo político e metodológico para o conjunto da rede Cáritas, principalmente em relação às experiências de controle social das políticas públicas, ainda incipientes em muitos regionais e dioceses, optou-se, inicialmente pela constituição de uma linha de ação/programa específico, encarregada de garantir uma unidade política e metodológica da intervenção da Cáritas no campo das políticas públicas e sensibilizar e articular as suas diferentes instâncias para avançar nas experiências de controle social das políticas públicas, articulando-as com as práticas de mobilização popular.

A linha de atuação foi denominada de “Conquista de Relações Democráticas e Políticas Públicas”, desenvolvida por meio do Programa de Políticas Públicas, com três eixos de atuação: controle social, mobilização popular e formação política (como eixo estratégico para a garantia dos demais). Durante o Fórum Nacional de Avaliação e Planejamento da Rede Cáritas Brasileira, realizado no início de 2000, foram

sistematizados os objetivos e as metas a serem alcançadas pela ação desse programa no quadriênio de 2000-2003:

Objetivo: Contribuir para a ampliação da participação efetiva dos excluídos nos espaços de formulação e controle social de Políticas Públicas, articulando os níveis de participação local aos centros de decisão federal, exercendo seu papel de instituição mediadora, apoiando, participando e interagindo nos processos de mobilização e pressão social, no sentido de denúncias, confrontos e negociações para alteração das políticas em favor dos excluídos; **Estratégias:** - Capacitação abordando concepções, metodologias de análise de conjuntura, capacitação de conselheiros etc.; - Fortalecimento das iniciativas dos segmentos excluídos na conquista dos espaços de participação controle social nas políticas públicas (conselhos, comissões, comitês, orçamentos participativos, fóruns,); - Intercâmbios de experiências de atuação em políticas públicas, incluindo sistematização das ações da Cáritas e de parcerias; - Monitoramento de políticas públicas como uma das ações de controle social e pela importância de alavancar recursos públicos acessíveis aos excluídos; - Acompanhamento e participação nas alterações que se processam no redesenho do Estado, nas suas relações com a sociedade civil e nas consequências para a cidadania e - Participação ativa nas mobilizações e pressões para promover transformações nas políticas a favor dos excluídos “(CÁRITAS BRASILEIRA, 2006, p. 11, grifo do autor).

Visando assegurar as condições necessárias para o desenvolvimento desse programa, a Cáritas, através do seu secretariado nacional, viabilizou recursos financeiros, garantidos pelo apoio da cooperação internacional, para a contratação de um assessor nacional, encarregado de acompanhar e dinamizar as ações do programa no interior da sua rede. Parte dos regionais passou também a incluir, nos seus projetos trienais, recursos financeiros para contratação de assessores regionais e para o apoio de ações específicas de políticas públicas, em articulação com as Cáritas diocesanas e secretariado nacional.

Ao analisar os relatórios anuais de atividades, sistematizados pela Cáritas Brasileira durante esse quadriênio, percebe-se que as ações desenvolvidas pela linha/programa de Políticas Públicas se deram em torno dos seus três eixos fundamentais: controle social, mobilização popular e formação em políticas públicas. Todavia, o eixo das mobilizações populares parece ter tido um maior destaque no conjunto das atividades relatadas. Isso indicava que a incorporação do eixo do controle social e da formação em políticas públicas ainda estava se dando em passos lentos e com ritmos bastantes diferenciados no interior da rede Cáritas.

Uma das justificativa para a maior evidência do eixo das mobilizações populares dá-se pelo acúmulo político-metodológico que parte dessas instâncias já tinha com esse eixo, tanto que nos relatórios é possível perceber que as diferentes iniciativas de mobilização popular foram assumidas de forma unificada pelo conjunto das instâncias que formam a rede Cáritas Brasileira.

O programa de Políticas Públicas conseguiu subsidiar, animar e articular a participação das diferentes instâncias nos diferentes processos de mobilização populares (Campanha Jubileu Sul - especialmente nos plebiscitos populares da Dívida Externa e da ALCA: Área de Livre Comércio das Américas -, Grito dos Excluídos, Movimento da Consulta Popular, na Campanha de Combate a Corrupção Eleitoral, Fórum Social Mundial etc.), tendo um papel destacado nas atividades de capacitação e organização da participação popular no interior dessas iniciativas.

Em relação ao controle social, conforme as informações dos relatórios, as experiências ocorreram de forma bastante diferenciadas, ainda que a participação nos fóruns de articulação da sociedade civil⁵⁹ tenha sido um elemento comum no conjunto da rede. Essa participação possibilitou, de certa forma, uma integração mínima dos espaços de controle social com as iniciativas de mobilização popular. As ações de controle social a partir da participação popular nos conselhos de co-gestão das políticas públicas, da discussão e monitoramento do orçamento público, nas audiências públicas e publicização das ações do Estado, ocorreram apenas em alguns regionais e Cáritas diocesanas, principalmente naqueles que já tinham algum envolvimento e participação nesse eixo de atuação do programa⁶⁰.

Importante frisar que uma das demandas que a Cáritas acabou assumindo, tanto pela sua capilaridade geográfica, estrutura jurídico-administrativa, como também pela sua credibilidade com o conjunto das forças que atuavam nos espaços de controle social (conselhos de co-gestão das políticas públicas, fóruns de articulação da sociedade civil, redes sociais etc.) foi a execução de programas governamentais. Como exemplos,

⁵⁹ Os fóruns são espaços não-institucionalizados de articulação da sociedade civil, em torno de temáticas e/ou políticas públicas específicas, atuando muitas vezes como estruturas paralelas aos espaços de participação institucionalizados pelo Estado. Alguns fóruns são constituídos apenas pela participação de representantes das forças organizadas da sociedade civil, outros contam também com a participação governamental. A grande maioria dos fóruns são espaços de articulação política das forças da sociedade civil que atuam no interior dos conselhos de co-gestão das políticas públicas, visando qualificar a participação e a unidade política dessas forças na sua relação com o Estado e os segmentos da sociedade civil aliados com ele.

⁶⁰ Importante situar como experiências concretas desenvolvida nesse eixo, a experiência do jornal “Fique de Olho” da diocese de Almenara – Minas Gerais, formulado como um informativo popular de publicização das ações públicas; a participação do Regional Rio Grande do Sul nos espaços de controle social da política de assistência social, a participação do Regional Maranhão na fiscalização dos grandes projetos de desenvolvimentos implementados no estado, a participação de diversos regionais e Cáritas diocesanas na gestão (tanto na execução como no monitoramento) de diferentes programas governamentais e a pesquisa sobre controle social realizada pela Cáritas Brasileira em parceria com a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), com o objetivo de pesquisar a forma como estava ocorrendo o controle social, a partir da participação popular, nas políticas de Assistência Social (Regional Rio Grande do Sul), defesa dos direitos da criança e adolescentes (diocese de Lajes – Santa –Catarina) e desenvolvimento rural (diocese de Paracatu-MG). Cf. Cáritas Brasileira. *Políticas Públicas: mobilização social e mobilizações cidadãs*. 2006.

podemos citar o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional em áreas de acampamentos e assentamentos de reforma agrária em Minas Gerais e recursos para a organização dos Talheres do Programa Fome Zero em vários estados brasileiros.

O surgimento dessa forma de controle social, que foi se aprofundando no quadriênio seguinte, representava uma faca de dois gumes para esse eixo do programa de Políticas Públicas da Cáritas: ao mesmo tempo em esses programas eram executados em parceria com diferentes movimentos e organizações sociais, garantindo um rico processo de formação e mobilização política das comunidades e grupos atingidos e afirmando-se, também, em experiências inovadoras na gestão dos recursos públicos; eles reproduziam também, em menor ou maior proporção, a lógica neoliberal de diminuição do papel do Estado e de terceirização das políticas sociais, possibilitando, ainda, um maior controle do próprio Estado sobre a estrutura organizativa e as agendas de luta e estratégias de mobilização popular dessas diferentes forças sociais populares.

O eixo da formação em políticas públicas, incorporado como eixo estratégico para o protagonismo popular no controle social e nas mobilizações populares, aparece nos relatórios analisados de forma bastante heterogênea e sem uma unidade política e metodológica, ainda que a sua especificidade em relação a outros processos formativos tenha sido definida pela proposta do Programa de Políticas Públicas:

- [...] O programa de Políticas Públicas faria uma formação mais específica em cidadania, formação política para incidir em espaços públicos, fazer o controle social, pressionar governantes e estado para cumprimento de suas obrigações e papéis; publicizar direitos, formar para os mecanismos e instrumentos disponíveis constitucionalmente, conhecer e participar do ciclo orçamentário, enfim, aspectos bem específicos que outros programas nem sempre aprofundam, etc. Creio que estas particularidades não foram compreendidas por todos os regionais, inclusive por alguns assessores nacionais [...] (Entrevista com Assessora Nacional da Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional –Brasília/2008)

Alguns regionais - a exemplo do Maranhão e Ceará – e algumas Cáritas diocesanas conseguiram desenvolver ações formativas sistemáticas de acordo com os objetivos específicos definidos no programa. Todavia, a grande maioria dos regionais e Cáritas diocesanas realizaram apenas processos pontuais de formação em políticas públicas, sem uma perspectiva de continuidade e com um conteúdo bastante genérico. Esses processos formativos ou eram parte das atividades de capacitação das agendas das mobilizações populares, deixando de lado o conteúdo mais específico do controle social do Estado, ou eram conteúdos trabalhados no interior dos processos formativos dos demais programas da Cáritas (economia solidária, convivência com o semi-árido, formação de agentes etc.).

O secretariado nacional, como instância executiva das diretrizes assumidas pela Cáritas, não desenvolveu um ação nacional de formação. Coube a ele como instância executiva realizar o papel de animação, assessoria e articulação das diferentes experiências de formação desenvolvidas pelos regionais e Cáritas diocesanas, extraindo dessas experiências estimuladas e acompanhadas alguns princípios, diretrizes e metodologias que serviriam de orientação político-pedagógica para as ações de formação em políticas públicas, tanto no âmbito desse programa como nos demais.

O conjunto de questões, desafios e aprendizados extraído das ações do programa de Políticas Públicas durante o quadriênio (2000-2003) contribuíram decisivamente no processo de avaliação do programa durante o II Congresso e 14ª Assembléia Nacional da Cáritas Brasileira, realizados em Belo Horizonte, em setembro de 2003. O contexto político em que se deu esse processo de avaliação e de redefinições da prática político-pedagógica da Cáritas para o próximo quadriênio, restrito não apenas ao programa de Políticas Públicas, foi profundamente marcado por sentimentos de esperanças e medos com os rumos assumidos pelo primeiro governo de esquerda a assumir o comando do país.

A eleição do governo Lula no final de 2002 e a sua posse no início de 2003 suscitou, desde então, uma série de debates no interior das organizações e movimentos sociais sobre o significado político de suas primeiras ações e a perspectiva que elas sinalizavam para a participação popular e para a construção de um projeto popular para o Brasil. Todos reconheciam que pela primeira vez na história do Brasil tinha chegado ao poder um partido político – e, sobretudo, um dirigente político – que fazia parte da própria história de politização e organização das forças sociais populares. Entretanto, o arco de alianças que esse governo foi assumindo e as concessões que foram sendo realizadas, visando garantir uma certa “governabilidade” frente à força das elites políticas econômicas nacionais e internacionais, desencadearam uma série de divergências e divisões no interior do já fragmentado e desmobilizado campo democrático e popular.

Alguns desses elementos foram destacados na análise de conjuntura realizada pelo sociólogo Rudá Ricci, durante a mesa redonda sobre movimentos e sociais e governo⁶¹, realizada nesse congresso da Cáritas, nos permite situar a dimensão dos

⁶¹ O outro debatedor do tema dessa mesa redonda foi o Nilmário Miranda, na época Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ele fez uma avaliação bastante diferenciada do outro interlocutor, enfatizando as importantes conquistas que o novo governo trazia para a participação popular, tomando como principal parâmetro as ações do programa Fome Zero, como um eixo estratégico de

impasses e desafios que se colocavam para a participação popular no interior desse novo governo:

No PT, o diálogo permanente com a base social e sua militância [...] é substituído pela condução profissional de parlamentares e burocratas partidários [...]. As organizações populares negociam com os governos progressistas a partir de pautas específicas, tópicas, através de especialistas e órgãos específicos dos governos. Daí a débil estrutura participacionista do governo Lula: ausência de articulação e pressão política da sua base social para arquitetar instrumentos e mecanismos de participação popular à gestão pública federal.

Lula inicia sua gestão com um forte discurso assistencialista, articulado ao redor do Fome Zero. Este programa era desprovido de intenção emancipatória, ou seja, da intenção de gerar independência e autonomia dos beneficiários. Pelo contrário, gerou, desde o início, um forte vínculo dos beneficiários em relação aos agentes e órgãos estatais. Obviamente que os textos iniciais não indicavam esta possibilidade, mas a prática tratou de revelar seus contornos. O que é mais surpreendente é que os formuladores e gestores do Fome Zero possuem conhecimento de inúmeros programas latino-americanos que adotaram um caráter muito mais emancipatório e que não chegam a ser um ponto de ruptura com a lógica estatal tradicional, como é o caso da Red de Solidariedad da Colômbia. A estrutura gerencial do Fome Zero é altamente burocrática e pouco participativa. Aliás, este parece ser o mote do governo federal: não alterar os mecanismos clássicos de gestão, não adotando qualquer mecanismo participacionista significativo. Há, novamente, uma preocupação significativa com a racionalização da gestão dos programas sociais, sem alterar a natureza política da formulação e gestão social dos programas.

Uma sinalização nesta direção é a profunda alteração da política agrária. O governo Lula, sem anunciar, substituiu a concepção de reforma agrária adotada tradicionalmente pelo PT, pela proposta de desenvolvimento territorial. O orçamento deste ano para a reforma agrária (2 bilhões a menos que o necessário para assentar as 200 mil famílias acampadas no país, promessa feita por Lula quando do lançamento do PNRA) e o brutal esforço para criação de “territórios” fomentados pelo MDA fundamentam esta afirmação.

Outra sinalização é a condução do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. As organizações populares presentes neste conselho atestam o diálogo privilegiado do governo com a representação empresarial. O Conselho, por sua vez, não possui ramificação ou representação social significativa. Trata-se, até o momento, de um conselho de notáveis.

As audiências públicas do PPA configuraram-se com a tentativa mais sofisticada (dirigida pelo ministro Luiz Dulci) de criação de uma nova engenharia de gestão ou formulação pública do governo federal. Entretanto, foram marcadas por um excessivo controle político e baixa representatividade. Cada audiência ocorreu numa única seção estadual, com a participação de apenas 70 entidades, referendadas pelo governo federal, e distribuídas a partir de cinco segmentos definidos pelo governo federal. A pauta estava restrita à análise de um documento oficial, realizada em poucas horas, já que toda programação vinha definida (em minutos) pelos órgãos governamentais. Como a parte da manhã era dedicada aos discursos oficiais, as audiências públicas tornaram-se um brevíssimo momento de diagnóstico prévio sobre diretrizes de governo. Obviamente que os experientes dirigentes governamentais que estiveram à frente desta iniciativa não desconhecem que a metodologia empregada se distancia em muito de uma pedagogia de natureza popular e participativa. Não se apropriaram, inclusive, de toda metodologia de discussão empregada nos congressos sindicais, que adotam

formação, mobilização e articulação das diferentes iniciativas de desenvolvimento local e participação política.

uma estrutura federativa, com discussão de teses nas localidades, subindo para fóruns regionais e estaduais a partir de delegação eleita nas plenárias ocorridas nas instâncias mais inferiores. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2004c, p.4 e 5)

A Cáritas, assim como o conjunto das forças populares organizadas, via-se numa encruzilhada histórica. Por um lado, reconhecia e participava dos diferentes espaços e iniciativas de diálogo do governo, tendo inclusive uma avaliação distinta em relação à análise apresentada pelo autor acima sobre alguns processos de participação criados pelo novo governo

“A Cáritas se mobilizou para participar do processo de elaboração do Plano Plurianual 2004- 2007 (PPA) do Governo Federal em todos seus regionais. A partir das plenárias feitas pelos governos em 26 estados e Distrito Federal, em ministérios e secretária, a entidade pôde apresentar propostas para o orçamento. “Participamos do processo, prioritariamente, apresentado propostas para o semi-árido, a economia popular solidária, os catadores e catadoras de material reciclável, assistência social e políticas públicas para as mulheres” disse Ademar Bertucci, assessor da Cáritas. Pela primeira vez a população foi consultada na elaboração do planejamento, discutindo os megaobjetivos do planejamento, inclusão social e redução das desigualdades sociais [...] Segundo Ademar, “o ganho maior é podermos intensificar o controle social do orçamento, que é acelerado pela possibilidade de participação social. Com um planejamento mais transparente como esse, a população tem mais condições de acompanhar e fiscalizar o orçamento.”

“A Cáritas integra a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) que vem trabalhando em parceria com o governo brasileiro para atingir seu objetivo de construir um milhão de cisternas pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi- Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) [...] Um acordo entre a ASA e o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA) foi assinado, em julho de 2003, no valor de 17.500.000,00 para a construção de 12.040 cisternas. Os recursos atenderão preferencialmente os municípios que forma contemplados com o Fome Zero [...]”

“O desenvolvimento de fóruns e redes locais, regionais e nacional de Economia Popular Solidária (EPS) passa por grande avanços. Com a entrada do novo governo, foi possível negociar a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, instalada no Ministério do Trabalho [...] Além da mobilização, o Fórum (Brasileiro de Economia Solidária) favorecerá a participação mais ativa dos (as) empreendedores (as) nos rumos que o governo estabelecer na área de economia solidária.” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2004c , p.10, 28 e 34)

Por outro lado, reconhecia que a manutenção da política econômica, em consonância com o receituário neoliberal, trazia sérios obstáculos para a construção de políticas públicas estruturantes, capazes de alterar o modelo de desenvolvimento e a cultura política presente na realidade brasileira:

[...] Por um lado, uma novidade renovadora: A eleição de um operário para a Presidência da República, gerando expectativa de que setores populares passariam a contar com políticas favoráveis à sua emancipação econômica, social e política. Por outro, a dolorosa manutenção da política econômica do governo anterior, mantendo-se tão conservadora que tornou desnecessário novo acordo com o FMI. Com isso, mesmo havendo algumas frentes renovadoras no campo social, o comprometimento dos recursos do orçamento público federal com os cada vez mais altos custos da dívida externa/interna

torna discurso vazio as promessas de transformais estruturais mais profundas [...]. (CNBB, 2006, p.27)

Tomando como referências as contradições e as possibilidades que se abriam nessa nova conjuntura da realidade brasileira, assim como as experiências desenvolvidas em torno dos seus diferentes programas e instâncias organizativas, e direcionando cada vez mais a sua prática político-pedagógica como instrumento de construção da participação popular e de um projeto político alternativo⁶², a Cáritas opta, durante o II Congresso e 14ª Assembléia Nacional, por um novo ordenamento das suas linhas de ações e programas para o novo quadriênio (2004-2007). Das 07 linhas de ações existentes, o trabalho social da Cáritas passa a ser organizado em 04 linhas⁶³, contemplando temáticas macros e em sintonia com os desafios suscitados na avaliação do quadriênio passado.

A linha de ação “Conquista de Relações Democráticas e Políticas Públicas”, a qual se vinculava o Programa de Políticas Públicas, passa a ser denominada “Mobilizações Cidadãs e Conquista de Relações Democráticas”. A reflexão construída pela Cáritas que possibilitou o consenso em novo dessa nova denominação dessa linha de ação era que o campo das mobilizações populares (ou cidadãs) e do controle social assumia cada vez mais, no interior dessa nova conjuntura, um papel estratégico, tanto para a reconstrução da unidade das forças sociais populares, como para sua intervenção nas esferas públicas estatais, disputando, pressionando e apoiando o governo para um novo projeto político de sociedade.

⁶² O debate do projeto político alternativo e a contribuição da prática político-pedagógica da Cáritas na sua construção era, nesse período, um tempo bastante cadente no interior da rede Cáritas, tanto que o tema/lema escolhido para o seu II Congresso e 14ª Assembléia Nacional foi “Cáritas e a Construção de Um Novo Projeto de Sociedade Solidária: do Local para o Global sem Exclusão Social”.

⁶³ Visando garantir uma maior integração das suas linhas de atuação e responder aos desafios da nova conjuntura, as quatro linhas de atuação assumidas para o trabalho social da Cáritas no quadriênio de 2004- 2007 são:

1- Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas em Situação de Exclusão Social, que incluía os seguintes programas: Programa Infância, Adolescente e Juventude, Programa de Segurança Alimentar e apoio a Reforma Agrária;

2- Mobilizações Cidadãs e Conquista de Relações Democráticas, formado pelo Programa de Políticas Públicas;

3-Desenvolvimento Sustentável e Solidário formado pelos Programa de Apoio e Valorização da Economia Solidária, de Convivência com o Semi-Árido e de Apoio a Mobilização e Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis;

4- Sustentabilidade, organização e fortalecimento da Cáritas formado por programas de Fortalecimento Institucional, Formação e Comunicação. Essa linha contém as atividades subordinadas às demandas das atividades fins que se localizam no interior das três primeiras linhas de ação. (REVISTA CÁRITAS N ° 75, p. 6)

Os objetivos gerais e específicos dessa nova linha de atuação, a qual se vincula o programa de Políticas Públicas, foram sistematizados durante o Fórum Nacional de Planejamento e Avaliação, realizado no início de 2004:

Objetivo geral: Contribuir para ampliação e fortalecimento da participação da sociedade civil na formulação, deliberação e controle de políticas públicas e nas mobilizações cidadãs, favorecendo a democratização das relações sociais e a expansão da cidadania;

Objetivos Específicos (Metas a serem alcançadas):

- a) Agentes sociais qualificados técnica e politicamente, organizados em ações de controle social e mobilizações cidadãs;
- b) Setores populares participando de forma organizada e efetiva nas mobilizações cidadãs, na efetivação e ampliação dos direitos;
- c) Sociedade civil exercendo o controle social na perspectiva da democratização do Estado, na conquista e garantia de políticas públicas;
- d) Ações de políticas públicas potencializadas e articuladas na Cáritas Brasileira. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006, p.14)

Os quatro objetivos específicos (ou metas a serem alcançadas) expressam novamente os eixos centrais do programa de Políticas Públicas: formação, controle social e mobilização popular. A avaliação mais específica do programa era que se precisava avançar em experiências sistemáticas de formação em políticas públicas, como eixo estratégico para a construção do protagonismo popular nos espaços de controle social e mobilizações cidadãs. O último objetivo específico (ou meta) colocava, também, o desafio de se potencializar e articular, cada vez mais, as diferentes ações de políticas públicas desenvolvidas no conjunto dos programas da Cáritas, a partir dos princípios, finalidades e metodologias utilizados no programa de Políticas Públicas.

O programa hoje se faz presente em quase todos os regionais da Cáritas conforme informe o quadro abaixo, desenvolvendo, apoiando e articulando ações no âmbito da formação em políticas públicas, da mobilização social e controle social.

Quadro 1-Abrangências e atividades desenvolvidas pelo Programa de Políticas Públicas no ano de 2006⁶⁴

REGIONAL	Tem Programa de Políticas Públicas constituído com ações específicas?	Principais atividades desenvolvidas/apoiadas pelo Programa de Políticas Públicas		
		Formação	Controle Social	Mobilização Popular
CEARÁ	SIM	<p>1-Programa Estadual de Formação Continuada em Políticas Públicas com atividades de formação diocesanas (07 dioceses), interdiocesanos e estadual, envolvendo a participação de uma média de 200 participantes, em parceria com Cáritas Diocesanas, pastorais, organizações de assessoria popular, movimentos sociais e comunidades organizadas</p>	<p>1-Acompanhamento e monitoramento do Projeto Orçamento Criança e Adolescente em parceria com o CEDECA (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente) nos municípios de Ibicuitinga e Sobral;</p> <p>2-Participação em 09 reuniões da Rede Estadual de Controle Social do Orçamento Público do Estado do Ceará;</p> <p>3-Elaboração e apresentação de Emendas à Assembléia Legislativa para o Orçamento Público do Estado do Ceará na área da infância e da adolescência;</p> <p>-Realização de oficinas sobre Plano Diretor Participativo com os municípios da Diocese de Tianguá;</p> <p>-Participação nos fóruns estaduais de articulação da sociedade Civil (Articulação do Semi-Árido; Fórum em Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, Rede de Educação no Semi-Árido Brasileiro e Fórum de Economia Popular Solidária</p>	<p>1-IV Semana Social Brasileira: mobilização e articulação da delegação do Ceará no Nordeste e no seminário nacional de encerramento;</p> <p>2-Assembléia Popular: assessoria e participação na Assembléia Popular “mutirão por um novo Brasil” dos municípios de Viçosa e Tianguá - Ceará e participação na Plenária Nacional da Assembléia Popular;</p> <p>3-Campanha de Combate a Corrupção Eleitoral – Lei 940: mobilização popular e participação no seminário de lançamento da campanha no estado do Ceará; assessoramento na oficina de planejamento do comitê de combate a corrupção eleitoral do município de Bela Cruz; apoio à Rede Orçamento Participação e Cidadania no desenvolvimento da peça teatral sobre o combate à corrupção eleitoral e aquisição e distribuição de subsídios às equipes diocesanas e entidades parceiras: folder e a Cartilha “Lei 9.840 – Vamos combater a corrupção eleitoral”;</p> <p>4-Grito dos Excluídos: contribuição na articulação, realização e coordenação do Encontro Estadual do Grito dos Excluídos e participação e mobilização dos grupos e comunidades para participar no ato público do Grito das/dos Excluídas/os na capital;</p> <p>5-Dia Internacional da Mulher: participação em reuniões preparatórias do ato do Dia Internacional das Mulheres; contribuição na organização e participação na Vigília Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, realizada nos 27 estados brasileiros; contribuição na organização e participação na passeata do Dia</p>

⁶⁴ Os dados apresentados nesse quadro-síntese da abrangência e atividades do Programa Política Públicas foram extraídos do Relatório de Atividades da Cáritas Brasileira- ano2006, publicado em 2007.

				<p>Internacional das Mulheres e na audiência com o governador do Estado do Ceará para apresentar: balanço sobre o Ano Estadual de Combate à Violência Contra as Mulheres e as reivindicações dos Movimentos de Mulheres e Feministas;</p> <p>6-Campanha contra o Projeto de Transposição do Rio São Francisco: participação nas reuniões mensais da Frente Cearense por uma Nova Cultura das Águas e contra a Transposição do Rio São Francisco; participação no Seminário sobre as Implicações Jurídicas do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil; mobilização e participação no Seminário Estadual sobre a Transposição do Rio São Francisco e acompanhamento à atividade de Planejamento do Projeto Águas de Março da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza.</p>
MARANHÃO	SIM	<p>-1-Ações sistemáticas de formação em Políticas Públicas em algumas dioceses e municípios do Estado, em parceria com Rede de Intervenção em Políticas Públicas, relacionando o debate das políticas com “os grandes projetos de desenvolvimento” existentes no Estado e o combate à corrupção eleitoral e administrativa. As ações contaram também com a parceria das Cáritas Diocesanas, pastorais, movimentos sociais e comunidades organizadas</p>	<p>1-Participação e coordenação no projeto “Prática e Diálogo” que debate controle social e combate à corrupção;</p> <p>2-Participação no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA);</p> <p>3-Mobilização e acompanhamento das comunidades acompanhadas pela Cáritas no plano gestor dos municípios de Vargem Grande, Codó e Buriticupu;</p> <p>4-Mobilização de grupos e comunidades populares no processo de criação da Secretaria Estadual e da Lei Estadual da Economia Solidária;</p>	<p>1-Foi priorizada, no decorrer desse ano, a articulação das iniciativas de mobilização popular (IV Semana Social Brasileira, Grito dos Excluídos, Assembléia Popular, Campanha de Combate a Corrupção Eleitoral etc.) com as iniciativas de formação de base para o controle social das políticas públicas. Dessa forma, em todos os espaços de formação específica em políticas públicas foram abordados os temas das mobilizações nacionais e vice-versa.</p>
PIAUÍ	SIM	<p>1-Ações pontuais de formação em políticas públicas: 01 Oficina Regional sobre políticas públicas e controle social (35 participantes) e dois módulos de capacitação sobre conselhos de políticas públicas na diocese de Picos (23 participantes). Ações realizadas em parceria com as Cáritas Diocesanas, pastorais, movimentos sociais e comunidades organizadas.</p>	<p>1- Projeto de “<i>Advocacia Popular</i>” com a participação de 50 pessoas;</p> <p>2-Assessoramento e mobilização do <i>Comitê de Controle Social de São Raimundo Nonato</i> (15 membros);</p> <p>3-Assessoramento e acompanhamento de lideranças e agentes do município de Picos no processo de elaboração do plano diretor da cidade</p> <p>4-Participação em fóruns e redes estaduais de articulação da sociedade civil (Articulação do Semi Árido Brasileiro (ASA); Rede de Educação no Semi-Árido Brasileiro (RESAB); Coletivo Estadual de Políticas Públicas e Fórum Estadual de Economia</p>	<p>1-Semana da Água: participação na caminhada das águas em Teresina e nos eventos diocesanos;</p> <p>2-Grito dos Excluídos: articulação e mobilização do Grito em algumas dioceses do Estado e participação na organiza-Grito dos Excluídos;</p> <p>3-4ª Semana Social Brasileira: apoio e participação nas atividades estaduais da IV Semana Social Brasileira.</p>

			Solidária.	
NORDESTE II (PE, PB, AL e RN)	Em constituição (tem ações específicas)	1-Ações pontuais de formação em políticas públicas: 01 seminário estadual de Mobilização, Políticas Públicas e Controle social (55 participantes) e algumas oficinas de formação nas dioceses e municípios dos quatro estados que compõem o regional, em parceria a Escola de Fé e Política do Regional Nordeste II - CNBB, Cáritas Diocesanas, pastorais e comunidades organizadas.	1-Mobilização dos grupos e comunidades para participar nas pré-conferências e na conferência estadual de Economia Solidária; 2-Participação em dois conselhos estaduais (Desenvolvimento Rural Sustentável (PE) e Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (PE) e nos fóruns estaduais de articulação da sociedade civil (Rede de Articulação das Entidades da Zona da Mata (PE) Fórum de Economia Solidária (PE, PB e AL) Articulação no Semi-Árido, (PE, PB, AL e RN) Rede de Educação no Semi-Árido (PE e PB) Lixo e Cidadania (PB e PE); 3-Elaboração e execução, em parceria com movimentos e organizações sociais, de programa de segurança alimentar financiado nas áreas de reforma agrária (acampamentos e pré-assentamentos) financiados com recursos públicos.	1-Campanha de Combate a Corrupção Eleitoral: organização e participação no Seminário Estadual “Pernambuco e o Brasil que saem das urnas” (50 participantes) e realização de dois fóruns regionais pela ética na política (120 participantes por cada fórum); 2- Campanha contra o Projeto de Transposição do Rio São Francisco: apoio e participação em eventos e atos públicos; 3-Grito dos Excluídos: apoio e mobilização na organização do Grito dos Excluídos em várias dioceses do regional. 4-Combate ao Trabalho Infantil e Exploração Sexual: apoio e participação nas atividades de mobilização da rede; 5-IV Semana Social Brasileira: participação nos eventos de formação e mobilização estadual e no seminário nordestino da IV Semana Social: “Por um novo Nordeste”.
NORDESTE III (BA e SE)	SIM	1-Ações sistemática de formação em política públicas em várias dioceses da Bahia e Sergipe, atingindo 820 participantes e em parceria com organizações de assessoria popular, Cáritas Diocesanas, pastorais, movimentos sociais e comunidades organizadas.	1-Participação do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco; 2- Campanha “Quem deve não teme” de mobilização popular e pressão dos políticos para publicização das contas públicas, conforme consta no artigo 31 da Constituição Federal de 1988, atingido 412municípios do Estado da Bahia; 3-Apoio e assessoramento às iniciativas de controle sobre as políticas e orçamentos nas dioceses de Barreiras, Barra, Ruy Barbosa e Ilhéus (Bahia) e nas dioceses de Instâncias e Propriá (Sergipe).	1-IV Semana Social Brasileira: mobilização e participação na organização das Semanas Sociais Diocesanas, Semana Social da Bahia e Semana Social do Nordeste (contabilizando a participação de 15.000 pessoas); 2-Grito dos Excluídos: acompanhamento e mobilização por parte do regional de eventos e marchas realizadas em vários municípios e dioceses da Bahia e Sergipe (uma média de 70.000 participantes); 3-Combate a Corrupção Eleitoral: organização, mobilização e articulação em parceria com outras entidades na implantação dos comitês municipais de Combate a Corrupção Eleitoral.
NORTE II (PA e AP)	SIM	1-Sem ações específicas de formação em Políticas Públicas no decorrer deste ano	1-Participação em dois Conselhos Estaduais (Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente e Desenvolvimento Rural Sustentável) e nos seguintes fóruns estaduais (Economia Popular Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Lixo e Cidadania e Carajás).	1-Comitê Dorothy em Defesa da Vida: organização, mobilização e participação no ato em memória de um ano do assassinato da Ir. Dorothy; 2-Dia Internacional da Mulher: organização, mobilização e participação na marcha das mulheres; 3-Semana da Água: Realização de atos e debate sobre a temática dos

				<p>recursos hídricos na Amazônia;</p> <p>4-Dia Internacional de Combate ao abuso e exploração sexual: assessoramento e mobilização das atividades de mobilização nas dioceses de Bragança e Cametá;</p> <p>5-Grito dos Excluídos: mobilização e apoio às atividades do Grito nos municípios de Belém, Marabá, Tucuruí, Parauapebas, Paragominas, Castanhal, Anapú, Juruti, Altamira, Mãe do Rio, Igarapé-Mirim e Óbidos;</p> <p>6-Campanha pela Reestatização da Vale do Rio Doce e pela Redução da Tarifa Energética: coleta de assinaturas dos abaixo assinados pela Reestatização da VALE e pela redução da tarifa de energia elétrica;</p> <p>7-Movimento Consulta Popular: Mobilização e participação no encontro estadual e no encontro da juventude;</p> <p>8-Assembléia Popular: apoio, mobilização e participação nas assembléias populares dos municípios de Vigia e Óbidos e participação na II Plenária Nacional da Assembléia Popular;</p> <p>9-IV Semana Social Brasileira: apoio e participação na organização do Fórum Social Bragantino (300 participantes) e na coordenação e articulação das atividades estaduais da IV Semana Social;</p> <p>10-Combate a Corrupção Eleitoral: Apoio e participação na organização e mobilização dos comitês de combate a corrupção eleitoral nos municípios de Santarém, Óbidos, Abaetetuba, Vigia, Marituba e Belém.</p>
MINAS GERAIS	SIM	<p>1-Ações sistemáticas de formação em políticas em algumas dioceses do Estado (Itabira, Januária, Janaúba, Araçuaí, Almenara e Diamantina. Realização de uma média de 02 encontros por ano e contando com a participação de 50 participantes/ diocese e realização de um encontro estadual de formação em políticas públicas e controle social (40 participantes), realizados em parceria com Cáritas Diocesanas, pastorais, movimentos sociais e comunidades organizadas.</p>	<p>1-Participação nos conselhos estaduais de políticas públicas (Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Rural Sustentável) e nos fóruns estaduais de organização da sociedade civil (Fórum em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional, Articulação no Semi Árido, Fórum de Economia Solidária, Lixo e Cidadania e Rede de Educação no Semi Árido Brasileiro);</p> <p>2-Elaboração e execução em parceria com movimentos e organizações sociais de dois programas financiados com recursos públicos estadual e federal: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (PROSAN) e Programa de Segurança Alimentar e Nutricional em Áreas de</p>	<p>1-Grito dos Excluídos: mobilização do Grito nas dioceses; participação na organização do seminário estadual de preparação do Grito e na marcha realizada em Belo Horizonte;</p> <p>2-Campanha pela Reestatização da Vale do Rio Doce e pela Redução da Tarifa Energética: realização de um seminário estadual de formação de formadores e realização de coletas de assinaturas do abaixo assinado e atos públicos;</p> <p>3-Dia Internacional da Mulher: participação nas atividades do dia internacional da mulher;</p> <p>4- Dia nacional de Combate de combate ao abuso e exploração sexual da criança e do adolescente: apoio e participação na organização do ato público;</p>

			Reforma Agrária (PSA).	<p>5-Assembléias Populares: realização do I Encontro de Movimentos Sociais e animação das assembléias em algumas municípios e dioceses;</p> <p>6-Frente Mineira de Combate a Corrupção Eleitoral: Apoio e participação na organização da Frente Mineira de Combate à Corrupção Eleitoral e assessoramento na formação dos comitês municipais de combate à corrupção eleitoral;</p> <p>7-Fórum Social Mundial: participação nas atividades do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial;</p> <p>8- 4ª Semana Social Brasileira: animação da IV Semana Social em algumas dioceses (Itabira, Diamantina e Janaúba) e participação nos eventos estaduais de formação e mobilização;</p> <p>9-Romaria das Águas e da Terra: apoio e participação na organização da Romaria das Águas e da Terra em Janaúba;</p> <p>10- Campanha contra a Transposição do Rio São Francisco: apoio e participação em eventos e atos públicos contra a transposição do Rio São Francisco.</p>
SÃO PAULO	Em processo de constituição (tem ações específicas)	1-Ações pontuais de formação em políticas pública: Encontro Regional de Formação em Políticas Públicas (35 pessoas) e algumas ações de formação nos âmbito das dioceses e municípios, em parceria com as Cáritas Diocesanas, pastorais, movimentos sociais e comunidades organizadas.	<p>1-Participação em conselhos e fóruns de políticas Sociais - 15 dioceses que participam de Conselhos, sendo aproximadamente 30 conselhos municipais: (Conselho de Saúde, Conselho de Assistência Social, Conselho da Criança e Adolescente, Conselho do Idoso etc.);</p> <p>2-Participação no CONARE – Comitê nacional para Refugiados onde representa a Sociedade Civil.</p>	<p>1-Grito dos Excluídos: motivação e envio de material do Grito para todas as 40 Dioceses (10 dioceses realizaram atividades no dia do Grito);</p> <p>2-Campanha contra a Construção da Barragem de Tijuco Alto: mobilização em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) contra a reabertura do projeto de construção da barragem de Tijuco Alto;</p> <p>3-Combate à Corrupção Eleitoral: envio de materiais (cartilha da CNBB sobre eleições e cartilha da diocese de Osasco) e cartas de motivação para as Cáritas Diocesanas organizarem os comitês de combate a corrupção eleitoral;</p> <p>4-IV Semana Social Brasileira: participação como fórum das pastorais sociais e organismos do Regional Sul-CNBB nos seminários e formação e mobilização da IV Semana Social Brasileira;</p> <p>5-Assembléia Popular: apoio financeiro e participação na assembléia popular estadual.</p>

RIO GRANDE DO SUL	SIM	<p>1-Ações sistemáticas de formação em políticas e controle: realização de 01 encontro estadual e 08 encontros diocesanos, envolvendo a participação direta de 452 pessoas e elaboração de subsídios (cartilhas) de formação sócio-política. Atividades realizadas em parceria com universidades, Cáritas Diocesanas, pastorais, movimentos sociais e comunidades organizadas</p> <p>2-Elaboração de subsídios populares (cartilhas) sobre políticas públicas e controle social;</p>	<p>1-Participação em fóruns estaduais de articulação da sociedade civil (de Assistência Social Não-Governamental; Mutirão de Superação da Miséria e da Fome; de Economia Popular Solidária</p> <p>2-Mobilização popular e participação no processo de elaboração de documento entregue a candidatos/as ao governo do Estado, o qual aborda questões relacionadas à gestão, financiamento e controle das ações na área da Assistência Social (envolvimento de 800 pessoas).</p>	<p>1-Grito dos Excluídos: mobilização e participação no 12º. Grito dos Excluídos/as – Brasil: na força da indignação, sementes de transformação;</p> <p>2-Romaria da Terra: mobilização e participação na 29ª Romaria da Terra - Lagoa Bonita, Diocese de Cachoeira do Sul (15 mil participantes) e lançamento do livro sobre Sementes Crioulas, uma parceria entre a Cáritas e a CPT/RS. Com o título “Conhecendo e Resgatando Sementes Crioulas”;</p> <p>3-Romaria do Trabalhador/a: mobilização e participação na 11ª Romaria do Trabalhador e da Trabalhadora - Cruz Alta, com o tema: “Trabalho e Educação por uma nova sociedade”;</p> <p>3-Movimento de Mulheres Camponesas: apoio e participação nas lutas e mobilizações das Mulheres Camponesas na Luta;</p> <p>4-Povos Indígenas: apoio à luta da comunidade Indígena de Kandóia onde vivem 34 famílias com 141 pessoas, entre as quais 70 são crianças e 10 idosos e participação na reunião ampliada do Movimento de Mulheres Indígenas (90 mulheres indígenas);</p> <p>5-Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas: elaboração com apoio da Cáritas, de um material de divulgação e subsídios de formação de lideranças com as temáticas sobre organização, trabalho de base e gênero.</p>
SANTA CATARINA*	Em constituição (tem ações específicas)	<p>1-Ações pontuais de formação em políticas públicas: Curso de formação de conselheiros municipais na diocese de Blumenau (180 participantes) e realização de 05 oficinas de formação realizada pela Escola de Cidadania e Compromisso da diocese de Joinville, com a média de 95 participantes por oficina.</p>	<p>1-Participação em dois fóruns estaduais de articulação da sociedade civil (Economia Solidária e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente)</p>	<p>1-Assembléia Popular: apoio e participação na organização e mobilização da Popular Estadual “Mutirão por um Novo Brasil” – em Lages-SC</p> <p>2-Combate a Corrupção Eleitoral: animação e mobilização dos comitês municipais de combate a corrupção eleitoral – Lei 9840;</p> <p>3-Relação com os Movimentos sociais: apoio ao encontros de organização e capacitação de mulheres camponesa, escola de formação e capacitação guarani e encontro de pescadores.</p>

* O Regional Santa Catarina teve sua formalização em 2006 e era nesse período o mais novo secretariado da rede Cáritas (porque em 2007 foi formalizado o regional do Espírito Santo e estão em processo de articulação, os regionais do Rio de Janeiro e do Amazonas)

Conforme o quadro apresentado é possível detectar a presença de ações em políticas públicas, articuladas em torno de um programa ou não, em todos os regionais da Cáritas. Mostra uma predominância das ações articuladas pelo programa de Políticas

Públicas na região nordestina do país, com exceção de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Uma das explicações para a predominância do programa na região nordestina pode ser dada pelas condições sócio-políticas dessa região, desafiando, cada vez mais, a natureza e o caráter do trabalho político-pedagógico da Cáritas na construção da participação popular e na transformação social e política da região.

Importante frisar também que os regionais da região nordestina, incluindo também, os regionais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, tiveram um papel de destaque no desenvolvimento dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários), vivenciando, nesse sentido, um ambiente de parceria e apoio com uma pluralidade de forças políticas das camadas populares que exerceram uma influência determinante na transformação da suas práticas político- pedagógicas.

Outro elemento que se agrega a essas explicações é a própria conjuntura das Igrejas locais (dioceses) e regionais (secretariados regionais da CNBB). O fato de parte de esses regionais está inserido em conjunto de dioceses que ainda conta com bispos, padres e leigos que se identificam com os ensinamentos do Concílio Vaticano II, da Teologia da Libertação e as experiências práticas vivenciadas nas Comunidades Eclesiais de Base, influencia bastante o rumo do trabalho social desenvolvido por esses regionais. Conseqüentemente, influencia na priorização e envolvimento com os conteúdos e estratégias de ação do programa de Políticas Públicas, que traz no seu bojo sérias exigências e conseqüências para o trabalho pastoral da Igreja, principalmente na sua relação com os espaços de poder local e regional.

O quadro-síntese do relato das atividades desenvolvidas em cada um dos eixos do Programa de Políticas Públicas nos oferece um retrato bastante interessante da trajetória desse programa em cada um dos regionais Cáritas, nos fazendo perceber que no interior da diversidade e autonomia que marca a sua organização em rede, esse programa vem conseguindo estabelecer alguns elementos comuns em cada um dos seus eixos, adequando-se sempre as especificidades conjunturais de cada regional e do seu grupo de Cáritas diocesanas.

No âmbito eixo da formação específica em políticas públicas, que tem como objetivo a qualificação técnica e política de lideranças e agentes sociais para atuação organizada e articulada nas ações de controle social e mobilizações cidadãs, é possível perceber que 50% dos regionais desenvolvem ações sistemáticas de formação, garantindo um processo continuado de formação das lideranças e agentes dos movimentos e comunidades acompanhados e articulando-o com o eixo do controle social e da mobilização popular. Um dos desafios que se coloca é uma melhor

sistematização desse processo com vistas à melhor subsidiar a própria rede Cáritas e os movimentos e organizações sociais na elaboração e desenvolvimento de programas de formação continuado em políticas públicas.

No âmbito do eixo do controle social, cujo objetivo é subsidiar e articular o controle social da sociedade na perspectiva da democratização do Estado e na conquista e garantia de políticas públicas, é possível perceber que algumas políticas públicas vão sendo assumidas de forma comum pela maioria dos regionais, conforme exemplificado pelas suas atuações nos conselhos, fóruns e redes (Segurança Alimentar, Assistência Social, Desenvolvimento Rural Sustentável, Desenvolvimento Territorial, Economia Solidária etc.). Todavia, ainda não ficam muito claro quais são as estratégias utilizadas e os resultados alcançados pela rede Cáritas para garantir o protagonismo popular nesses espaços de controle social das políticas públicas. Talvez os relatos das ações desenvolvidas pelas Cáritas diocesanas possam melhor responder às essas questões, dado que estas têm uma relação de maior proximidade com as comunidades e grupos organizados.

Outra questão é o desafio de lidar com a pulverização de espaços de participação, inclusive os que são específicos da sociedade civil, dificultando muitas vezes uma visão mais geral e uma intervenção melhor articulada sobre as questões relacionadas à democratização do Estado e a conquista e garantia de políticas públicas emancipadoras. Algumas experiências têm procurado superar essas fragmentações, principalmente quando buscam ligar os diferentes espaços de controle social com as agendas de mobilização popular, a exemplo do trabalho do regional Maranhão, entre outros. Contudo, ainda precisa ficar mais explícito essa interação entre os espaços de controle social e sua articulação com o campo das mobilizações populares.

Em relação ao eixo das mobilizações populares, que tem como objetivo garantir a participação organizada e efetiva de setores populares nas mobilizações cidadãs para a efetivação e ampliação dos seus direitos, se constata que a maior parte das ações desenvolvidas pelo programa se dá em torno desses eixos e que elas possuem uma relativa unidade entre quase todos os regionais. Em maior ou menor incidências esses regionais têm participado e apoiado das mobilizações assumidas nacionalmente pela rede Cáritas e que trazem, em si, o debate da unidade das forças sociais populares e a construção de um projeto alternativo para o Brasil. Uma questão que se coloca como desafio, além da outra já acima citada- explicitar a relação entre as ações de controle social com as de mobilização popular- é como garantir que essas agendas de mobilização popular, geralmente de caráter massivo, possam ser desenvolvidas de

formas processuais, com o intuito de assegurar que essas atividades desencadeiem um processo efetivo de mudança de atitude e de maior engajamento político e social dos sujeitos e grupos participantes.

Enfim, as ações desenvolvidas pelo programa de Políticas Públicas, ou em sua interface com os demais programas existentes na Cáritas, apontam para uma caminhada de aprendizados e desafios da Cáritas na tarefa de construção do protagonismo popular, da re-articulação da unidade entre os diferentes segmentos das forças sociais e populares e na intervenção, pressão e negociação com os espaços públicos estatais. Muitas vezes, esse processo tem gerado impasses e conflitos, seja no interior da própria rede Cáritas, como também na sua relação com as organizações e movimentos sociais e com o próprio Estado. Mas o processo tem, acima de tudo, proporcionado uma capacidade de atualização da sua prática político-pedagógica, da sua identificação e filiação com a perspectiva da educação popular como uma pedagogia da participação popular e do seu compromisso com a emancipação e organização das camadas populares.

3.3 - A ESCUTA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES: ANÁLISE DOS SIGNIFICADOS E RESULTADOS DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO-CÁRITAS REGIONAL MINAS GERAIS

Como parte da análise dos significados e sentidos da prática político-pedagógica da Cáritas como uma pedagogia da participação popular, achei importante e necessário, além de assegurar a fala dos agentes das Cáritas por meio das entrevistas e documentos analisados, realizar um escuta direta com os sujeitos que participaram e forma beneficiados pelas ações desenvolvidos pelo Programa de Políticas Públicas. Muito mais do que uma análise de confronto entre a fala da instituição e dos seus representantes e a fala dos sujeitos beneficiados com o trabalho social desenvolvido por ela, o que me motivou a incluir a fala desses sujeitos como parte do projeto de pesquisa foi de tentar captar os significados e resultados que esses sujeitos dão a essa experiência, tanto no seu processo de desenvolvimento como para a continuidade da sua atuação militante no âmbito da mobilização popular e controle social das políticas públicas.

Considero que essa olhada para o programa a partir de uma experiência concreta desenvolvida no seu interior, a partir da escuta das lideranças e agentes das

camadas populares participantes dessa experiência, pode proporcionar uma melhor percepção das nuances que identificam e qualificam o modelo político-pedagógico desenvolvido em torno desse programa, além de promover um enriquecimento mútuo entre as diferentes leituras trazidas pela instituição e os seus agentes e as leituras trazidas por essas lideranças e agentes sociais.

Diante do proeminente papel estratégico do eixo formativo⁶⁵ na construção do protagonismo popular nas iniciativas de mobilização popular e espaços de controle social das políticas públicas, considere de fundamental importância o estudo de caso de uma experiência que proporcionasse um olhar mais específico sobre esse eixo do programa, suas finalidades, seus conteúdos, estratégias e metodologias utilizadas e os resultados alcançados e os desafios que permanecem, buscando relacioná-lo com as tendências, perspectivas e desafios que se colocam hoje para a educação popular como uma eficaz pedagogia da participação popular.

Partido desses pressupostos, escolhi como referência empírica o Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas e Orçamento, realizado pela Cáritas Regional Ceará, em parceria com o Instituto Agustín Castejón⁶⁶ e com 07 Cáritas diocesanas. A justificativa da escolha dessa prática formativa se deu pelo caráter sistemático e continuado, possibilitando assim, uma maior reflexão dos significados da sua prática educativa e da sua contribuição para as experiências de participação dos sujeitos nos espaços de controle social das políticas públicas e nas mobilizações populares.

A realidade sócio-econômica e político-cultural do Estado, em que se desenvolveu esse processo formativo, foi também outro elemento importante que

⁶⁵ Considero importante esclarecer que a formação, de acordo com meu ponto de vista, ocorre em todos os espaços de práxis política dos movimentos e organizações sociais. Ela ocorre tanto por meio de ações educativas específicas, de caráter sistemático ou pontual, como, também, no interior do agir político dos sujeitos. O programa de Políticas Públicas relaciona o eixo formativo nessas duas dimensões, procurando, principalmente, articular a formação teórica, realizados nos seminários e oficinas de capacitação, com os saberes trazidos do engajamento político desses sujeitos.

⁶⁶ O Instituto Agustín Castejón é uma instituição de educação popular, com sede em Brasília e realiza diversas atividades político-pedagógica em parceria com movimentos e organizações sociais: Formação continuada em Políticas Públicas, Ações de arte-cultura e cidadania e assessoria e acompanhamento a movimentos populares.

justifica a escolha desse regional da Cáritas. O estado do Ceará, assim como parte dos estados nordestinos, caracteriza-se por uma acintosa desigualdade econômica, que está umbilicalmente relacionada com a cultura política coronelista e clientelista que marca a prática da sua elite política, que é também, a sua elite econômica.

Um estado que se caracteriza, também, pela concentração fundiária, que juntamente com o problema de escassez da água em alguns períodos do ano, tem permitido o desenvolvimento da “indústria da seca e da cerca”, como forma de atuação do Estado e que exerce um papel decisivo na manutenção da condição de pobreza da maioria da população e na concentração da riqueza e do poder político sob o comando de uma minoria. Uma minoria que direciona e controla a intervenção pública estatal para a manutenção dos seus privilégios e interesses econômicos e que ocasiona fortes impedimentos para o exercício da participação popular na mobilização e controle social das políticas públicas.

Por outro lado, apesar da hegemonia econômica e política de uma minoria coronelista e avessa à participação popular, é um estado marcado, também, por um histórico de luta, resistência e criatividade do seu povo, especialmente das camadas populares. Um povo que por meio das artes, da religiosidade, do sarcasmo político, da construção alternativas sustentáveis de convivência com o semi-árido, da luta no campo e na cidade, no litoral e no sertão, vai tecendo novas cirandas para a dança da participação popular e para a transformação da sua realidade social.

Esse exercício de análise dos significados e resultados do Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas e Orçamento, a partir da avaliação das lideranças comunitárias e agentes sociais participantes⁶⁷, é realizado em duas partes: primeiro procuro historicizar o processo de construção do programa de Políticas Públicas na Cáritas Regional Ceará e de debate e elaboração da proposta do programa de formação continuada, como estratégia fundamental para a incorporação e avanço do regional na agenda das políticas públicas; em seguida, realizo o processo de análise da fala das lideranças e agentes sociais entrevistados, situando a sua trajetória de militância, motivações, demandas e interesses para participação nesse processo formativo, avaliação dos conteúdos e metodologias utilizadas e seu impacto na prática

⁶⁷ A distinção entre os termos “lideranças” e “agentes sociais” utilizados nesse texto é um critério que fiz para demarcar as diferenças existente nas identidades e práticas de militância dos sujeitos entrevistados. Quando me refiro às “*lideranças comunitárias*” estou falando especificamente dos sujeitos que tem uma engajamento político e social ligado a um grupo ou comunidade específica (associações de moradores, associações comunitárias rurais, sindicatos dos trabalhadores rurais, etc.) e os “*agentes sociais*” são aqueles sujeitos que atuam sem uma vinculação direta com uma comunidade específica, atuando em vários frentes de luta e mobilização popular (agentes pastorais, conselheiros tutelares, educadores, agentes de desenvolvimento, militantes de movimentos sociais, ong’s e redes).

política e social desses sujeitos nos diferentes espaços de mobilização e controle social das políticas públicas.

3.3.1- HISTÓRICO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO: CONTEXTOS E FINALIDADES

A elaboração do Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas e Orçamento se deu no processo de incorporação, por parte do regional Ceará, da perspectiva de políticas públicas, que foi orientando o rumo do trabalho social da Cáritas Brasileira, com maior intensidade a partir década de 90. Expressa, também, o acúmulo político e metodológico assegurado pelo regional, a partir da sua atuação destacada junto projetos alternativos comunitários (PACs). A fala de uma das assessoras regionais da Cáritas Ceará demarca bem como a perspectiva das políticas públicas já estava inserida nas ações desenvolvidas em torno dos PACs e se intensificaram de forma mais sistemática a partir da criação da linha de atuação/ programa de Políticas Públicas em 99, durante o I Congresso e XII Assembléia Nacional da Cáritas Brasileira:

- [...] Quando é em 99, a Cáritas define de forma mais sistemática uma ação dentro das políticas públicas e, talvez, tenha sido mais ou menos nesse período que, enquanto regional, a gente vai dentro de um processo de formação tentando trabalhar essa temática de formação mais específica. Acho que ela já era trabalhada anteriormente nas outras ações. Sobretudo, era uma intencionalidade presente nos próprios Projetos Alternativos Comunitários, mesmo que fosse de forma pontual. Eles tinham uma intencionalidade de contribuir para que os agricultores fizessem o enfrentamento da situação da seca e da miséria, questionando as políticas públicas do Estado que não davam conta disso. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Ceará/2008)

Impulsionado por esses acúmulos e desafios regionais e pela opção assumida pela rede Cáritas em constituir um programa encarregado de desenvolver ações específicas de políticas públicas e interagir com as outras linhas e programas existentes, o secretariado regional, em parceria com as Cáritas Diocesanas, elabora uma proposta de intervenção mais específica no campo das políticas públicas dentro do seu novo plano trienal (2001- 2003), a ser financiado pela Misereor. A idéia inicial, conforme constava no projeto, estava articulada em três grandes atividades estruturantes:

1-Mapeamento das políticas públicas existentes no Estado, enfatizando os programas relacionados a essas políticas e os espaços de controle social, tendo como desdobramento prático a construção de um banco de dados para subsidiar as iniciativas de controle social das políticas públicas e a constituição de um programa de formação continuada, envolvendo agentes

das Cáritas diocesanas, entidades parceiras e lideranças dos grupos e comunidades apoiados pela Cáritas;

2- Produção de um boletim informativo sobre as políticas públicas, como instrumento de sistematização e divulgação das experiências que vinham sendo desenvolvidas pela Cáritas e entidades parceiras no âmbito do controle social e mobilização popular, trazendo, também, outros conteúdos formativos sobre as políticas públicas;

3-Apoio e participação nas iniciativas de mobilização popular, com destaque para o Grito dos Excluídos e Semanas Sociais Brasileira. (CÁRITAS REGIONAL CEARÁ, 2000, p.8 e 9)

É interessante perceber que as proposições construídas pelo regional em torno das ações de políticas públicas estavam bastante integradas com a proposta do programa em nível nacional, pois as atividades estruturantes propostas estavam bastante de acordo com os três eixos centrais do programa: a formação, o controle social e as mobilizações populares. Isso aponta que essa proposta política e metodológica de intervenção nas políticas públicas foi bem compreendida e incorporada por parte do regional.

No processo de negociação do projeto trienal, que incluía, também, outras propostas de ação ligadas aos demais programas desenvolvidos pelo regional, a Misereor, uma entidade que já vinha há algum tempo financiado as atividades desenvolvidas pela regional Ceará, propôs que parte das ações propostas para o programa de políticas públicas, principalmente as ações formativas, fossem realizadas em parceria com o Instituto Agustín Castejón, que já tinha uma experiência no tema e contava com seu apoio financeiro para desenvolver ações dessa natureza.

- Foi o Instituto Agustín Castejón, que a gente fez a parceria para assessorar os três anos de formação no Estado Ceará, quem fez toda a intermediação do recurso financeiro para garantir a formação em Políticas Públicas, porque já tinha sido colocado dentro do plano trienal de lá. Foi demandado dentro do plano para a Misereor e a Misereor já estava liberando recursos para o IAC {Instituto Agustín Castejón}, que trabalha com esta questão da alfabetização de jovens e adultos e também com a formação das políticas públicas. E o IAC embora tenha sede em Brasília, tinha disponibilidade para acompanhar processos no país e aí foi quando Misereor sugeriu que essa nossa demanda fosse atendida pelo IAC que já ia receber recursos de Misereor para poder acompanhar aqui [...]. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Ceará/2008)

É a partir dessa condição colocada pela Misereor que vai se definindo melhor o formato desse programa de formação. A partir dos primeiros contatos e entendimentos parciais construído, os parceiros envolvidos no projeto (IAC, Secretariado Regional e Cáritas Diocesanas) realizam, durante o ano de 2001, um processo de sensibilização dos agentes e lideranças comunitárias, como um primeiro momento formativo que serviria, também, de subsídio para a elaboração definitiva do processo formativo.

De acordo com informações do regional Ceará, esse processo de sensibilização deu-se por meio de visitas às dioceses, encontros regionais e uma pesquisa inicial sobre a participação em conselhos. Todavia, devido ao problema de repasse dos recursos financeiros negociados pelo IAC com a Misereor, essa primeira etapa não pode ser finalizada. Somente no segundo semestre de 2002 que as atividades foram retomadas, partindo, inicialmente da atualização do diagnóstico das políticas públicas e da participação em conselhos e do planejamento das etapas a serem desenvolvidas no triênio:

- No final do primeiro semestre de 2002 o recurso foi liberado e em agosto nós retomamos com as dioceses e naquele momento foram realizadas oficinas micro-regionais, envolvendo três dioceses e naquele momento foi retomado o diagnóstico das políticas públicas e foi feito o planejamento das etapas que seriam contempladas com o triênio. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Ceará/2008)

O fechamento da primeira etapa de sensibilização permitiu clarear melhor a proposta do processo formativo, principalmente a partir da escuta dos agentes das Cáritas diocesanas e das lideranças e agentes sociais dos movimentos e comunidades que tinham mostrado interesse em participar desse ação formativa. Dessa forma, os objetivos elaborados no Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas e Orçamento procuraram atender as motivações, necessidades e desafios trazidos pela prática política e social desses sujeitos. Foram sistematizados a partir da seguinte forma:

1. Desenvolver ações **continuadas e planejadas** de capacitação, articulação e monitoramento, visando à consolidação e integração das ações já desenvolvidas pelos diversos movimentos, instituições, organizações de base e conselhos. Despertar e desencadear nas Dioceses priorizadas um processo qualificado de intervenção nas Políticas Públicas e o **exercício sistemático em monitoramento, fiscalização e controle** dos recursos públicos destinados aos setores sociais.
2. Garantir **métodos capazes** de contribuir com uma **nova visão** de atuar frente ao poder público local, de forma segura, adequada, qualificada e eficaz.
3. Oportunizar **método de planejamento (PMA)** que potencialize as forças similares em favor do processo de fiscalização, controle e gestão dos recursos públicos voltados para as políticas públicas priorizadas pelos grupos.
4. Contribuir para o fortalecimento das **ações articuladas** visando à superação das ações particularizadas, fragmentadas e desagregadoras de processos, propiciando a quebra do isolamento das proposições e intervenções nas políticas públicas locais e regionais - criação de um **grupo gestor de políticas públicas** em cada Diocese. (Instituto Agustín Castejón, 2004, p.1)

O processo de formação foi realizado entre o segundo semestre de 2002 e o final do primeiro semestre de 2005, envolvendo a participação de agentes sociais e lideranças comunitárias de 07 dioceses do estado do Ceará: Tianguá, Limoeiro do Norte, Sobral, Fortaleza, Itapipoca, Crato e Iguatú. Importante situar que em todas essas

dioceses contempladas com o programa de formação existiam Cáritas diocesanas estruturadas, sendo elas, inclusive, responsáveis pela mobilização e acompanhamento dos sujeitos participantes do curso e muitos agentes liberados e voluntários das próprias Cáritas diocesanas fizeram parte do processo formativo.

O programa de formação continuada atingiu mais de 200 agentes e lideranças atuantes nessas dioceses, sendo que a média de participantes dos encontros de formação nas dioceses era de 30 pessoas. Além dos encontros diocesanos, que ocorriam dentro de uma média de 03 por ano, foram realizados, também, os encontros inter-diocesanos, contando com uma média de 02 encontros por ano e com a participação de 10 agentes e lideranças de cada uma das dioceses e que já estavam participando das etapas diocesanas. Ocorriam, ainda, os encontros regionais (em nível do estado), sendo 01 encontro para cada ano da etapa de formação, contando com a participação média de 05 agentes e lideranças de cada diocese.

O projeto em parceria com o IAC foi finalizado no segundo semestre de 2005 e desde então o secretariado regional, em parcerias com as Cáritas Diocesanas, vem procurando dar continuidade às atividades de formação em políticas públicas. Essas ações não têm a abrangência e o nível de organização do programa encerrado, mas foi a partir dos aprendizados e limites vivenciados nele que o regional vem animando e assessorando os encontros locais de formação em políticas públicas, organizados pelas Cáritas diocesanas e entidades parceiras, visando a atingir tanto os agentes e lideranças que não participaram do processo anterior, como, também, os que participaram e que, a partir do seu engajamento político e social, têm demandado a formação em novas temáticas ou o aprofundamento dos conteúdos já trabalhados. O regional e as Cáritas diocesanas vêm construindo novas relações de parcerias com outras organizações sociais, que vêm colaborando, também, na assessoria política e metodológica dos processos formativos.

-[...] depois dessa fase, a gente começou amadurecer enquanto equipes, que já como prioridade, as equipes tinham que colocar, dentro do projeto com a Misereor, recursos para a formação. Então hoje algumas colocaram recursos para formação. E nós temos assumido um pouco, e aí gente vai assumindo, o material didático, o nosso deslocamento, e em alguns casos a gente vai e assume mesmo um momento do seminário. Por exemplo, no projeto OCA {Orçamento da Criança e Adolescente}, em parceria com o CEDECA {Centro de Defesa dos Direitos da Crianças e Adolescentes} a gente já chegou assumir uma parte maior das despesas (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Ceará/2008)

3.3.2 – A FALA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO: MOTIVAÇÕES, VIVÊNCIAS E RESULTADOS DO PROCESSO FORMATIVO

Durante o mês de fevereiro realizei um trabalho de campo, percorrendo 04 dioceses do estado do Ceará (Tianguá, Fortaleza, Iguatú e Limoeiro do Norte) contempladas com as ações do Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas e Orçamento. O trabalho de campo consistiu, basicamente, na realização de entrevistas com lideranças e agentes sociais (20 no total) que participaram de forma sistemática desse processo formativo. As entrevistas, orientadas por um instrumento de entrevista semi-estruturado, foram realizadas com o objetivo de apreender os significados das vivências e resultados representados por esses sujeitos participantes.

Procurei enfatizar na análise na fala desses sujeitos, permeadas por envolventes histórias de lutas, impregnadas de teimosia criativa, resistências esperançosas, conquistas importantes e, também, por fortes frustrações, perseguições e derrotas; alguns elementos importantes para a finalidade desse processo de pesquisa, que é compreender a relação aprendente da Cáritas Brasileira com a educação popular, a transformação e afirmação do seu modelo educativo como uma pedagogia da participação popular.

A) Trajetórias do engajamento social e político dos sujeitos entrevistados e a sua relação com a agenda das políticas públicas e com a Cáritas

A origem do engajamento social e político das lideranças e agentes sociais entrevistados tem uma referência bastante comum (gráfico 1): a grande maioria (17) despertaram para o engajamento social e político a partir da participação na Igreja Católica, seja atuando nas CEBs, como também em pastorais específicas (juventude, menor, catequese, etc.). Apenas 02 entrevistados tiveram os sindicatos e 01 o partido político como espaços em que iniciaram o seu engajamento social e político. (conforme indica o quadro abaixo)

Gráfico 1- Origem do engajamento social e político dos entrevistados.

Relacionando essa informação com os dados sobre faixa etária dos entrevistados (gráfico 2) podemos concluir que a maioria dessas lideranças e agentes sociais tem a década de 80, marcada por uma grande profusão de movimentos e organizações populares e por uma atuação progressista da Igreja, como o chão histórico e político determinante para o seu engajamento social e político.

Gráfico 2- Faixa etária dos entrevistados

Um engajamento político e social que se originou e se consolidou pelas experiências de educação popular em desenvolvimento nesse período, com muita força no interior da Igreja Católica e que levou parte dos seus agentes a se envolver com outros espaços de participação popular, seja na organização comunitária, na luta sindical

e no partido político. Uma educação popular que contribuiu, de forma decisiva, na construção de um campo político popular, com qual parte desses agentes foi se identificando e assumindo um papel de protagonistas dentro dele. Exemplo concreto desse avanço das práticas de participação na Igreja para outros espaços da sociedade são os espaços de engajamento social e político que esses sujeitos participavam na época das entrevistas (gráfico 3).

Gráfico 3- Movimentos e Organizações Sociais que os entrevistados participam atualmente

Além do engajamento nos espaços tradicionais de organização da participação popular e que caracterizaram o engajamento das camadas populares nas décadas de 70 e 80, parte dos agentes e lideranças tem ampliado a sua atuação social e política para os novos espaços, principalmente aqueles vinculados ao controle das políticas públicas, institucionalizados –conselhos- ou não-institucionalizados - fóruns de articulação da sociedade civil, redes sociais etc.(gráfico 4). O engajamento nesses novos espaços é decorrente das suas militâncias nos espaços tradicionais de organização popular, atuando nesses novos espaços como representantes de organizações comunitárias e movimentos sociais.

Gráfico 4- Espaços institucionalizados e não-institucionalizados de controle social das políticas públicas que os entrevistados participam

*Os conselhos são de âmbito municipal e estão relacionados com as seguintes políticas e programas: Saúde, Assistência Social, Direito da Criança e Adolescente, Fundeb, Merenda Escolar e Desenvolvimento Rural.

A prática política coronelista e clientelista promovida pelas oligarquias locais e regionais é um dos obstáculos para o avanço das forças sociais populares no âmbito da gestão e controle dos espaços estatais. Com exceção de Fortaleza, que na época tinha o governo formado por um grupo de esquerda e que vinha estimulando e criando mecanismos de participação popular – com destaque para o orçamento participativo – grande parte dos municípios onde essas lideranças e agentes atuam estava sob o comando de governos ligados as oligarquias políticas. Os relatos de uma liderança e de um agente social entrevistados evidenciam bastante os significados e dimensão desses impedimentos para a participação popular em nível local, regional e estadual:

- [...] partindo da questão do nosso município a gente tem uma questão muito grande que é medo de participar. Já melhorou um pouco, mas a “pessoas” rotulam muito se você está participando em reunião tal, se você tá questionando isso, se você tá falando...e tem a questão do emprego, por aqui que é temporário e se você é concursado acaba sendo transferido de uma localidade para outra. Infelizmente você tem isso no município, você só não tem o contexto da ditadura, porque as pessoas ainda votam pra escolher, mas ainda é muito pesada a coisa aqui. O município tem 22 anos com o mesmo grupo que tá no poder e que a corrupção, tudo que você imaginar já houve aqui. Então é um negócio de fato dificulta a participação das pessoas. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Iguatú/2008)

- [...] O maior desafio para que as pessoas participem, colaborem, contribuam, transformem, onde que a gente vive em especial em nosso município, partindo daqui, é romper com esta cultura oligárquica que aqui nós temos. Uma cultura política extremamente arraigada no domínio de uma família que há mais de 10 anos está no poder e que tem uma inserção muito

grande nas comunidades e que organiza estas comunidades em associações controladas pelo prefeito e a história do nepotismo é escandalosa. Você tem toda a família assumindo cargo e posições de comando no município. Isso pessoalmente me incomoda muito, porque eu já viveu outros tempos de política aqui. Agente vivia assim, no momento das decisões, nas eleições, o clima era acirrado, como em todo lugar, mas a gente voltava a ser um povo, mesmo tendo as nossas opções partidárias, mas a gente era um povo. Aqui também existia perseguição política também, mas não era como hoje. Hoje a gente vive num sistema em que até as amizades das pessoas são decididas e definidas pelo chefe político. As pessoas, elas podem até entender que estamos lutando por uma causa justa, mas porque somos oposição ao ex-prefeito, que é a pessoa que tem uma influência maior, as pessoas deixam de participar. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

Muitos conselhos são formados apenas por formalidade, para se adequar às exigências feitas pela União para repasse de recursos públicos destinados a determinadas programas sociais. A própria escolha dos representantes da sociedade civil para participar nesses espaços “formais” de controle social é feita por meio da indicação do gestor local, impedindo ou criando obstáculos para a participação de lideranças e/ou agentes sociais ligados aos movimentos e grupos comunitários que não faziam parte do seu “grupo político”:

- [...] Fiz parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente {COMDICA}. Inclusive esse espaço que fiz parte só entrei porque nós ficamos sabendo que nesse período os mandatos estavam vencidos e tinham que ter uma nova escolha de membros do Conselho. O que aconteceu? A que era presidenta forjou toda uma escolha, dentro de vinte quatro horas ela escolheu, sem ter reunião, sem ter audiência, sem ter nada. Inclusive alguns membros me procuraram dizendo como tinham sido escolhidos.[...] A gente fez uma carta, todos assinaram dizendo que não estavam sabendo dessa nova composição e a gente foi para o Ministério Público e em conversa com o promotor, foi chato mas necessário, eu tive que desmentir a presidenta duas vezes, cara a cara com o promotor. Foi uma situação constrangedora. (Entrevista com agente social da diocese de Iguatú/2008)

Diante da dificuldade de participação direta nos espaços formais de controle social das ações públicas municipais, alguns movimentos e organizações sociais têm constituído espaços alternativos de articulação e incidência da sociedade civil nas políticas públicas locais e regionais. Exemplos concretos são os fóruns municipais, microrregionais e estadual da Articulação no Semi-Árido/ASA, que vem assumindo um papel importante na formação política, mobilização popular e articulação das comunidades e movimentos sociais da região, principalmente a partir da execução do Programa de 1 Milhão de Cisternas para o Semi Árido Brasileiro (P1MC) financiado com recursos públicos e privados. Outro destaque são as redes municipais e regionais de defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Ainda que não atuem diretamente nos conselhos, a participação dos sujeitos nesses espaços possibilita certo nível de incidência nas políticas públicas municipais, regionais e nacionais, como na mobilização das comunidades para intervir na discussão orçamentária do município, nas políticas e programas de enfrentamento ao problema da seca, no debate sobre educação contextualizada, nas mobilizações contra a transposição do Rio São Francisco, contra a redução da maioria penal, entre outros.

A maior parte dos agentes e lideranças entrevistados tem um significativo tempo de conhecimento e envolvimento com o trabalho social da Cáritas, com exceção de 03 pessoas que vieram a ter o primeiro contato a partir da participação no programa de formação continuada (Gráfico 5).

Gráfico 5- Conhecimento das ações da Cáritas pelos entrevistados

Para metade desses agentes e lideranças a relação com Cáritas foi estabelecida a partir dos projetos alternativos comunitários (PACs), sendo que esse sujeitos faziam parte das movimentos sociais e comunidades beneficiados com o apoio financeiro e didático- pedagógico da Cáritas para a implementação desses projetos. O relato de uma das entrevistadas apresenta como as fases assistenciais e promocionais ocorriam

conjuntamente no trabalho social e como influenciavam na representação nem sempre clara que as pessoas faziam dele:

- Eu conheço a Cáritas na época do projeto do Serrote. Era um projeto numa comunidade rural, que se chamava Serrote. Eu comecei a ir na época da construção das casas, na época eu era catequista e eu ia dar catequese para as crianças de lá na época que começou o projeto. Comecei a ver também que tinha o projeto que eles faziam na época das enchentes, que eles traziam aqueles caminhões de alimentação, doação de alimentos. Ela trabalhava muito aquelas campanhas de solidariedade, de ajuda às famílias. Era uma visão mais assistencial do trabalho da Cáritas, mas a partir do momento que eu comecei a participar mais dos encontros, como representante da paróquia, eu comecei a ver que não era só aquilo, comecei a ler, ver um pouco os materiais e a gente começou ver que era uma instituição séria, preocupada com esta questão social e não só desta ação assistencial que a gente achava que era. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

Para outros a relação deu-se a partir dos espaços de articulação política, como os fóruns, as redes, pastorais sociais e também nos espaços de mobilização popular:

- [...] A gente algumas vezes já podemos nos encontrar em grandes fóruns, em grandes reuniões de organizações não governamentais, enfim, a gente sabe que a Cáritas tá aqui e que tem sua missão e sempre que possível a gente faz essas parcerias. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

- [...] nos momento de mobilização social, na discussão da política, nós estamos, também, juntos com a Cáritas” (Entrevista com agente social da diocese de Iguatú/2008).

A partir do relato dos entrevistados sobre sua relação e envolvimento com a Cáritas fica evidenciado que o processo de formação se deu como decorrência do seu histórico de apoio, parceria e participação junto aos diferentes processos de lutas das comunidades e organizações que essas lideranças e agentes fazem parte, diferenciando-se, de certo modo, de uma tendência atual, que é de uma relação distanciamento existente entre as organizações de serviços e/ou consultoria e os movimentos e comunidades, geralmente transformados em “clientelas” do trabalho social dessas organizações, esvaziando o vínculo ideológico que caracterizava essa relação, em outras décadas.

B) Motivações, demandas e expectativas das lideranças e agentes sociais frente ao Programa de Formação Continuada: Políticas Públicas e Orçamento

Os depoimentos dos entrevistados sobre as motivações, demandas e expectativas com a participação no Programa de Formação Continuada podem ser

synthesized in four central questions: the retreat of important movements and social organizations (Church, unions, associations and political parties) that exercised a central role in the political formation of leaders and social agents in previous decades; the absence and lack of a specific formation in the field of public policies, with emphasis on new spaces of institutionalized participation; the context of fragmentation and division of social forces and the gaps in school education in the political formation of people.

➤ ***Persistência de um contexto de recuo político-ideológico das estruturas de mediação político-pedagógica:***

“Eu acho que hoje tava precisando demais disso que a gente via antigamente, nos movimentos, este trabalho permanente de base...”

(Fala de um entrevistado)

Paludo (2001, p.120), in her research on popular education and its impasses and alternatives experienced since the 1990s, already detected, from the interviews with leaders of social movements, as one of the causes of this moment of crisis of popular education, and of the popular field itself, the political retreat of important structures that exercised a role of political-pedagogical mediation alongside the base groups:

Tantos intelectuais quanto estruturas de mediação estão atravessando um período de redefinições. Na Igreja Católica é possível observar, diz um entrevistado, *um recuo político e a opção pelo fundamentalismo dificulta a ação dos seus setores progressistas que hoje, além de serem em menor número, já não possuem referenciais partilhados que possibilitem a unidade na ação*. Os Centros de Educação Popular, chamados de ONGs (Organizações Não-Governamentais), apresentam-se como atores no espaço público, deixando de lado seu antigo papel de assessoria e formação.[...] Os setores da esquerda cada vez mais assumem a reforma do Estado e a gestão da coisa pública, encontrando sérias dificuldades para implementar as propostas [...] Há uma desestruturação, tanto política quanto organizativa dos movimentos sociais populares [...].

This diagnostic systematized by the author reflects, also, in the statements of the interviewees about the role of these movements and social organizations in the face of demands for political formation of communities and popular groups. The evaluation of these retreats refers, principally, to the role of the Church, which exercised a preponderant role in its formation and political militancy, adding, also, strong questioning about the bureaucratization of unions and of the political parties of the left (especially the Partido dos Trabalhadores - PT).

Em relação à Igreja os entrevistados reconhecem um recuo das suas atividades de um âmbito extra-ecclesial para uma dimensão intra-ecclesial, conforme exemplificam as falas de dois entrevistados:

- [...] eu analiso que o trabalho de formação da igreja, há tempos atrás, ele foi mais constante. O próprio desenvolvimento das CEBS já teve muito mais apoio do que no momento [...] A própria PJMP {Pastoral da Juventude do Meio Popular} há dez anos atrás você tinha uma juventude muito mais empenhada para participar do que hoje. (Entrevista com agente social da diocese de Iguatú/2008)

- [...] A Igreja tem um influência, um poder muito grande em nossa região, que é um povo extremamente católico, mas a religiosidade caminha muito na questão do rito. As pessoas se contentam muito em ir a missa, fazer a festa dos seus padroeiros e padroeiras, e com isso estão garantindo a sua salvação e isso basta e o mais a Igreja não tem que se envolver. Não tem que se envolver com questões políticas, com questões sociais [...]. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Tianguá/2008)

O impacto desse movimento de recuo das igrejas locais (dioceses), como reflexo de uma nova onda conservadora que tem atingindo a Igreja em nível mundial, decorrente das estratégias utilizadas pelo Vaticano e pelos setores conservadores da hierarquia católica brasileira para conter e controlar os “excessos” da teologia da libertação e das comunidades eclesiais de base (CEBs), afeta de forma muito direta na formação e na militância política dos seus fiéis, que, em sua grande maioria, refugiam-se em movimentos espiritualistas, preocupados com questões internas da Igreja, deixando de lado a vinculação entre fé e política, cristianismo e compromisso social. Mesmo ainda existindo iniciativas de formação política, inclusive integradas aos planos de ação de algumas dioceses, a ressonância no âmbito mais local da Igreja (paróquias) parece cada vez menor, revelando cada vez mais o enfraquecimento de um modelo de Igreja comprometida com a justiça social e com “opção preferencial pelos pobres”:

- É difícil a gente contar com a participação da Igreja nestes momentos de formação política. [...] quando a gente busca ressonância nas paróquias, os padres reclamam da ausência dessa formação, mas não se envolvem e nem se comprometem. Enquanto eu estava na pastoral, a gente cansou de mandar convite, de ir até na paróquia, de divulgar a formação política e logicamente deixá-los a vontade de nos chamarem e dizer que “nos queremos formação política com estes e estes grupos”. Nunca fomos convidados a voltar a paróquia, depois de termos ido lá e apresentando a proposta, nunca fomos chamados para voltar a paróquia e estruturar uma formação política no âmbito paroquial. Já chegamos a fazer um planejamento das ações como foi o caso de Cambuci, que gastamos mais de um dia, mais de uma vez indo ao município, à paróquia, sentando com as pessoas, organizando planejamento e até onde eu sei até hoje nunca foi colocado em prática. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/ 2008)

O mais paradoxal é que mesmo fazendo essa crítica ao movimento de recuo da Igreja, essas lideranças e agentes sociais fazem uma avaliação bastante positiva do papel

da Cáritas, inclusive no âmbito da formação política, esquecendo, muitas vezes, que a própria Cáritas é um organismo social da Igreja Católica. Isso reflete a complexidade da sua identidade, ora sendo compreendida como força da Igreja, outrora como uma estrutura autônoma da sociedade civil.

Em relação aos sindicatos e às associações comunitárias, as lideranças e agentes entrevistados avaliam que o contexto de burocratização, o problema de personalismos das lideranças e de aparelhamento político dessas organizações por alguns partidos políticos, trouxeram como consequência a ausência de um trabalho de base, inclusive de formação, com caráter sistemático e de forma continuada. As iniciativas formativas, quando existem, não correspondem, na maioria das vezes, às necessidades reais dos grupos e comunidades, como decorrência do distanciamento de parte dessas lideranças das suas bases. São organizadas, de formas pontuais, sem uma perspectiva de continuidade, muitas vezes como parte das ações desenvolvidas por algum projeto financiado com recursos públicos, organizado por conteúdos, metodologias e prazos que não se articulam com o tempo, o espaço e a dinâmica de participação dos grupos e muitas vezes não respondem aos desafios da participação popular nos espaços de atuação política desses sujeitos:

-A formação fica muito por conta dos próprios agentes. O trabalho que a gente tem desenvolvido mais é com os sindicatos, com pessoas que fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, não outros sindicatos, até mesmo porque dificilmente você encontra um sindicato dos professores ou dos servidores públicos nestes municípios aqui. Até encontra, existe, mas não há por parte dos sindicatos esta preocupação, este grande compromisso de trabalhar esta questão da formação políticas das pessoas. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Tianguá/2008)

-De um certo tempo pra cá, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem trabalhado esta questão burocrática, das aposentadorias, dos auxílio, aquela coisa toda e aquelas lutas que empreendiam num passado não muito recente não faz mais. Deixou de fazer formação, deixou de ir a rua, lutar, de ir às praças para reivindicar melhores condições para os trabalhadores rurais. Ficou muito nesta questão burocrática, de trabalhar aposentadoria, auxílio doença, auxílio natalidade. Ficou muito fechado e não tá muito preocupado [...]. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Iguatú/2008)

A crítica ao Partido Político, mais especificamente, nesse caso, ao Partido dos Trabalhadores, refere-se ao complexo processo de mutação político-ideológica que o partido vem passando nessa conjuntura, intensificado, ainda mais pela sua chegada ao governo central do país:

-A gente tem vivido um momento muito novo e permanece uma cultura política que continua deixando o povo amarrado [...] Eu acho que existe uma lacuna de formação dentro do Partido e isso tem uma implicância terrível na forma do partido trabalhar com as bases, de mobilizar...coisas que você vê que faz a diferença [...]. (Entrevista com liderança comunitária da arquidiocese de Fortaleza/2008)

Outro entrevistado, ainda que reconheça iniciativas de formação dentro de alguns partidos de esquerda, considera que elas não se vinculam mais a uma perspectiva de trabalho de base, de fortalecimento da sua democracia interna e da sua relação com as demandas de organização e mobilização dos movimentos sociais, estando muito mais presos às demandas do calendário eleitoral:

-Acho que é, também, muito deficitária a atuação política partidária, aqui na nossa região. Nós não temos expressão de força partidária no campo da oposição, do ponto de vista regional. Ainda tem hoje o PT, não tem força expressiva deste partido na região ibiapana. Localmente, você vê aqui em Viçosa, eu sou do PT, formalmente eu sou, mas eu não atuo no partido, porque nunca me senti parte desse partido aqui. Um pessoal se reúne, aquele grupinho, mas não tem uma expressão popular, que dê visibilidade a isso na cidade, a gente não sabe das decisões que o partido toma a nível local. Isso não tem proporção do ponto de vista da visibilidade, do enfrentamento político. É um partido que se manifesta muito no período das eleições, fora isso você não tem a adesão do partido em causas sociais.[...] Eu já citei várias atividades que a gente vem realizando, pela Delegacia das Mulheres, o Seminário sobre Redução da Maioridade Penal, o Plebiscito da Vale, a gente fez aqui, trabalhou conjuntamente Sindicato {dos Trabalhadores Rurais} , Espaf {Escola de Formação Política e Cidadã –Paulo Freire}, o Movimento Ibiapano de Mulheres. O Partido dos Trabalhadores ou qualquer não chegou nem junto, nem pra participar das discussões ou reflexões. Ainda existe uma outra cultura forte que eu acho no partido, que interfere no partido , que é o personalismo. Trabalha muito em torno de nomes, de pessoas, a concepção da filosofia partidária é completamente desconhecida. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

Mesmo com a crítica ao processo de recuo dos partidos políticos de esquerda e seu descompasso com a luta das camadas populares, grande parte dos entrevistados ainda milita em algum partido político - majoritariamente dentro do PT. Isso se explica pela relação umbilical que se estabeleceu entre a história desses movimentos e pastorais e o Partido dos Trabalhadores, como uma forma de organização partidária que expressa as reivindicações e propostas de transformação social desses segmentos organizados. As mazelas e contradições que assolam a prática desse partido não provocaram uma ruptura desses sujeitos com ele. O PT ainda representa, para parte desses sujeitos e suas organizações sociais, uma alternativa partidária de esquerda e representante de um projeto político, ainda diferenciado.

➤ ***Necessidade de uma formação específica sobre políticas públicas:***

“Era essa vontade de querer conhecer, buscar conhecimentos para poder está agindo de forma mais consciente e mais segura”

(Fala de uma entrevistada)

Uma parte significativa das lideranças e agentes sociais, inclusive aqueles que tinham um maior tempo de militância social e política, apresentou como motivação a

necessidade de uma formação no âmbito das políticas públicas, suscitada principalmente pelo novo estatuto da cidadania e da democracia e as exigências e desafios que ele colocando para o exercício da participação popular. Gohn (2008, p.36) destaca que a origem dessa demanda pode ser explicada por duas mudanças fundamentais:

A primeira já presente na década anterior, apresentará como novidade o pensar em relação ao exercício da cidadania em termos coletivos, de grupos e instituições que se legitimaram juridicamente a partir de 1988 e que tiveram que desenvolver um novo aprendizado, pois não se tratava apenas de reivindicar, de pressionar ou demandar. Tratava-se então de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada, já que o lugar da participação está inscrito em leis, é uma realidade virtual. A segunda, relativa á exclusão, decorrentes das condições socioeconômicas que passam a ser imperativas, causadas pelas políticas da globalização que já estavam desenhadas, de desemprego e reestruturação do mercado de trabalho.

Para maioria dos entrevistados a demanda por uma formação específica em políticas públicas surge como demanda real do seu engajamento social e político nos espaços de controle social, institucionalizados ou não, momento em que começam a lidar com o conflito entre esse ideário de democracia e cidadania assegurados em lei e as velhas práticas políticas de natureza coronelista e clientelistas:

-[...] a perseguição ela é muito incisiva, da forma mais desumana que você possa imaginar. [...] Acho que o pior desafio é esse, essa cultura do domínio, do controle sobre a vida, sobre as decisões, sobre a mente, sobre o coração das pessoas, os sentimentos. Eu determinar minhas amizades a partir de um critério político partidário, eu acho isso desumano e inaceitável e acho que isso que mais impede pra pessoas se sentirem livres pra participar. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

Juntamente com o desafio premente de transformação da cultura política oligárquica, presente em grande parte das regiões que esses sujeitos atuam, a participação no controle das políticas públicas traz também a exigência de novos aprendizados para lidar com as linguagens codificadas e a burocracia utilizada pelo Estado no processo de elaboração e gestão das políticas públicas:

-Eu acho que nenhuma política pública e até o seu controle social não será feito se os nossos representados não passarem a ser sujeito do processo e pra mim ser sujeito do processo, preciso do saber e sem este instrumento que é o saber eu não vou fazer controle, eu não vou me organizar, eu não vou participar. E participar é tomar parte, tomar parte naquilo que tá concentrado na mãos de poucos. Então pra todo esse processo de participação, de colaboração, de intervenção, eu vejo este instrumento fundamental que é o saber.. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Iguatú/2008)

Um saber que não pode ser desligado da práxis social e política desses sujeitos e que se dê dentro de *“um processo contínuo, que não se resuma só num encontro ou num curso, mas que ele seja contínuo, que tem seqüência”* (Entrevista com liderança

comunitária da arquidiocese de Fortaleza/2008), onde os participantes com suas práticas de engajamento social e político, não sejam apenas “receptores” de um conteúdo elaborado por especialistas, mas sejam considerados como sujeitos de saberes, capazes de também contribuir na elaboração e no desenvolvimento do processo formativo:

-Eu lembro que o pessoal do TCE {Tribunal de Contas do Estado} começou a fazer o curso em orçamento, e eu fui convidada e quando a gente chegou lá era tudo muito técnico, até apareceu um vídeo lá e eu sugeri um outro vídeo que a gente tem o costume de ver, onde as pessoas são chamadas para participar, quando a gente ia se colocar, as pessoas já diziam que já tava tudo pronto. As coisas vem prontas e a gente não pode abrir. Para que a gente ta aqui se a gente não pode abrir? (Entrevista com agente social da diocese de Iguatú/2008)

Os entrevistados apontaram que um processo de formação em políticas públicas era importante para a compreensão das mudanças ocorridas no interior do Estado, das relações entre o Estado e a sociedade civil e o impacto dessas mudanças na participação popular:

- O que aconteceu hoje é que a gente se agregou muito ao Estado e muito querem fazer aquilo que é papel do Estado e muitas vezes nós não conseguimos chegar onde o Estado chega e nem fazer aquilo que o Estado faz. Então acho o grande desafio hoje é a unidade dos movimentos sociais para gente fazer aquilo que é nossos anseios, de nossas necessidades, resolver aquilo que a gente pode resolver por nós mesmos enquanto movimento e depois tá organizado suficiente no sentido de exigir , de cobrar do Estado, aquilo que é de sua responsabilidade e ao mesmo tempo estarmos organizados para construir um Estado que também esteja de acordo com os nossos anseios, com as nossas necessidades. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Tianguá/2008)

Mesmo alguns dos entrevistados tendo participado de algum processo pontual ou sistemático de formação em políticas públicas, todos realçaram a demanda por esse tipo de formação. Essa demanda explica-se, em parte, pela natureza político- ideológica dos processos formativos realizados pelos movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, em especial nos anos 70 e 80, que enxergavam a força da transformação social na própria organização popular e na sua capacidade de mobilização popular, como “alternativa” ao Estado burocrático, ineficiente e com a persistência de um legado antidemocrático. Dessa maneira, os conteúdos e metodologias utilizados nos processos formativos desses movimentos e organizações sociais pouco abordavam a discussão das políticas públicas e as estratégias de participação popular no interior do próprio Estado.

➤ *Superação do contexto e fragmentação e divisão das forças sociais populares:*

“Eu acho que vai dar o mote para gente juntar e ter um projeto comum na verdade, não um projeto de instituição e de sobrevivência institucional, mas um projeto de mudança social mesmo”

(Fala de uma entrevistada)

O estágio de fragmentação e divisão das forças sociais populares, como um dos efeitos da globalização neoliberal, potencializado, também, pelas crises que assolaram as experiências históricas do socialismo, é um dos grandes desafios para construção de uma agenda unitária, inclusive de formação política, entre os diferentes movimentos e organizações do campo popular. Chauí (2006, p.127) apresenta uma interessante análise dos efeitos econômicos e sociais desse novo estágio de organização do capitalismo na transformação do tempo e do espaço e nos horizontes da transformação social:

Examinando a condição pós -moderna, David Harvey (1992) analisa os efeitos da acumulação flexível do capital, isto é, a fragmentação, a rotatividade extrema da mão de obra, a obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias, o desemprego estrutural decorrente da automação, a exclusão social, econômica e política. Esses efeitos econômicos e sociais da nova forma do capital são inseparáveis de uma transformação sem precedentes na transformação do tempo e do espaço. Essa transformação é designada por Harvey com a expressão “compressão espaço- temporal”, isto é, o fato de que a fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro lado, sob os efeitos das tecnologias de informação, a compressão do espaço- tudo passa aqui – sem distâncias, diferenças nem fronteiras – e a compressão do tempo – tudo se passa agora, sem passado e sem futuro. Na verdade, fragmentação e dispersão do espaço e do tempo condicionam sua reunificação sob um espaço indiferenciado e um tempo efêmero, ou sob um espaço que se reduz a uma superfície plana de imagens e sob um tempo que perdeu a profundidade e se reduz ao movimento de imagens velozes e fugazes. Acrescentemos à descrição de Harvey algo que não pode ser esquecido nem minimizado, ou seja, o fato de que a perda de sentido do futuro é inseparável da crise do socialismo e do pensamento de esquerda, isto é, o enfraquecimento da idéia de emancipação do gênero humano [...] Perdeu-se hoje, a dimensão do futuro como possibilidade inscrita na ação humana enquanto poder para determinar o indeterminado e para ultrapassar situações dadas, compreendendo e transformando o sentido delas.

Ainda que as falas dos entrevistados não se expressem com a mesma clareza a análise filosófica e política que a autora faz para interpretar o fenômeno da fragmentação e dispersão que assola a organização da vida social e, conseqüentemente, os horizontes de transformação política daqueles que buscam construir outros parâmetros para essas relações sociais, elas trazem relatos que abordam alguns desses aspectos, principalmente em relação ao desafio de rearticulação da unidade dos

movimentos e organizações sociais, de re-construção de um novo campo político popular e democrático:

- Todo aquele processo para democratização do Brasil, os espaços que foram se gestando com a repressão e tudo, a Igreja também foi um espaço interessante, daí surgiu o sindicato, o partido, essa coisa toda... A turma tava junta, pensando num objetivo que era liberdade, o respeito aos direitos humanos, essa coisa toda! Depois, o capitalismo vai sempre encontrando uma forma de nos fragmentar, então a gente se dividiu. É o que eu coloco e que eu sinto dificuldade. Então é cada um com sua identidade, mas não tem um projeto comum. Já pensou se MAB {Movimento dos Atingidos por Barragem}, MST {Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra}, trouxesse as suas lutas, mas ver o que nisso temos em comum pra gente juntar forças. Enquanto cada um ficar no seu feudo, no seu pedacinho, eu acho difícil. Num espaço onde está CPT {Comissão Pastoral da Terra} , Cáritas, e outros, os sindicatos e todos pelo menos na mesma luta, pela defesa dos direitos, pela conquista desses direitos. Nós poderíamos ter um espaço, um fórum, que a gente está podendo dizer “olha pessoal a situação é essa, o que a gente podia em três anos focar para depois avaliar o que a nossa força conseguiu”. Porque a Cáritas só, a ({Comissão} Pastoral da Terra só, nós não vamos conseguir. Porque um dos problemas que conseguimos detectar na região é a questão da concentração da terra, como a gente fala de um plano de desenvolvimento sustentável solidário se o povo não tem terra, que a grande questão é a terra e depois é a água, essas duas lutas. E não só ficar discutindo com as comunidades sem oferecer uma alternativa mesmo, não apenas da água de beber, mas da democratização e que as pessoas acreditem e só. A gente é tipo “João Batista” no deserto, gritando e o pessoal dizendo vocês são uns doidos, não conseguem isso não! (Entrevista com agente social da diocese de Limoeiro do Norte)

Enfatizam, também, que a nova conjuntura política brasileira que marca a chegada ao poder político central do Estado de um grupo político com o qual se identificam historicamente, também tem provocado um certo arrefecimento na participação de muitos movimentos e organizações sociais:

- [...] é só você olhar agora na vinculação dos movimentos junto ao governo Lula. O que a gente observou é que houve um recuo das potências reivindicativas achando que nós elegemos o governo e a gente tinha o poder, quando na verdade a gente elegeu o governo mas a estrutura do poder continua dividida e dificultando o acesso da grande maioria a ser beneficiada com as políticas públicas do Estado.[...]. [Entrevista com liderança comunitária da diocese de Tianguá/2008]

Nesse sentido, a proposta de um programa de formação continuada é um espaço para refletir os desafios da conjuntura, re-construir as motivações e esperanças que sustenta a identidade política e os horizontes de transformação social. Um espaço para somar com outras forças contra a cultura do individualismo, da fragmentação e do sectarismo que tem afetado a prática de muitas lideranças e agentes sociais dos movimentos e comunidades.

- [...] como eu já estava batalhando por isso quase sozinho, mas algumas poucas pessoas e quando veio, logo pensei “lá vai ser um local pra encontrar pessoas que pensam como eu, se não pensam, logo depois do curso vão pensar” [...] Fui com esta intenção de me interagir com eles e dali sair mais fortalecido e deu certo e muito deles são sócios, estão dentro da Escola {de Formação Política e Cidadania - Paulo Freire}. Entenderam que a gente

precisava continuar, mas criamos a escola onde a gente tá atuando é tanto que a partir da escola nos criamos o sindicato dos servidores municipais. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

Um espaço de intercâmbios e trocas entre as diferentes experiências e desafios que cada um traz dos seus diferentes espaços de participação, possibilitando a construção de novos aprendizados, de novas relações e a realização de ações mais comuns, integradas, articulando as práticas de controle social com as diferentes iniciativas de mobilização popular, como espaços de debate e construção de um novo projeto político de sociedade:

- O que falta mesmo é essa junção no sentido de agregar todos os movimentos pra gente formar uma grande maioria, senão vamos continuar sendo refém deste Estado que dificulta as nossas lutas enquanto movimentos sociais, não permitindo que a gente crie um Estado que seja um parceiro desses movimentos na construção dessa nova sociedade. (Entrevista com liderança comunitária da arquidiocese de Fortaleza)

➤ *Superar lacunas da educação escolar na formação política das pessoas:*

“Eu acho que a gente enfraquece a nossa luta e fortalece os outros grupos quando a gente não conhece a nossa história, a questão da história, de que a construção de uma sociedade nova, ela tá em nossas mãos.”

(Fala de uma entrevistada)

A educação escolar, principalmente das camadas populares, tem sido incorporada historicamente como um importante componente político-ideológico do projeto de modernização capitalista da sociedade brasileira, ainda que o seu debate e implementação tenha se dado dentro de um ambiente de disputas entre diferentes forças sociais e políticas, sobre os seus sentidos e suas finalidades, trazendo as marcas de uma caminhada que, de acordo com Beisiegel (2006, p.124), dá-se “num terreno historicamente demarcado, batido por muitos confrontos, fertilizado por sonhos, lutas e interesses que determinam as possibilidades e definem os limites e os significados do projeto que se quer construir”.

No interior desses embates e disputas sobre os sentidos e significados da educação para o povo, o modelo de educação escolar voltada às necessidades e exigência do projeto de modernização capitalista sempre desempenhou um papel hegemônico, articulando as formas e os conteúdos da educação dentro de uma perspectiva disciplinadora e de controle, visando inculcar valores, atitudes e habilidades profissionais necessárias para a legitimação e reprodução do seu padrão de produção e reprodução social, evitando ou deixando em segundo a preocupação com a formação

política dos seus educandos, impedindo a transformação desses em cidadãos conscientes, críticos e engajados nos espaços da vida social e política.

Os entrevistados, nas suas falas, evidenciam essas lacunas da educação escolar na formação política das camadas populares⁶⁸. Apontam como uma das causas a inadequação dos currículos propostos e a fragilidade da qualificação dos professores:

- [...] O currículo da escola tá longe de atrair o estudante pra uma linha de participação, da cidadania. E outra coisa, a formação dos professores é terrível. É uma formação praticamente técnica: o professor de matemática só entende de matemática, o professor de geografia só entende de relevo e até geopolítica, que é uma geografia politizada, o cara não entende nada. Eles são ruins nesta parte, estão desatualizados, a formação deles não é boa para essa área, não contribui [...]. (Entrevista com agente social da arquidiocese de Fortaleza/2008)

Apontam, também, que os conteúdos e metodologias utilizados na educação escolar pouco dialogam com a realidade em que os educandos estão inseridos. Uma educação pouco inserida no mundo real desses, presa aos procedimentos didáticos padrões, definidos sem levar em conta o contexto dos educandos e sem uma perspectiva de formação crítica.

-[...] Um dos maiores desafios é a questão da formação política. Nas nossas aulas dos nossos cursos de ensino fundamental, de ensino médio, não se trabalha. É totalmente alheia, se detém somente ao livro didático, então não há discussão nenhuma com relação à política, não há nada de criticidade.[...] E não apenas com a política, mas com relação a qualquer assunto que esteja atualizado, que diga respeito à prática, a vida das pessoas, as nossas escolas formais não trabalham. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Tianguá/2008)

Diante das dificuldades da educação escolar em assegurar uma formação política crítica e que estimule para a participação, os agentes e lideranças enxergam nas práticas formativas não-escolares, realizadas principalmente por movimentos e organizações sociais, como um importante complemento na educação do povo. Essa formação exerce um papel decisivo no processo de politização desses sujeitos, sendo que os conteúdos e métodos trabalhados nessas experiências formativas conseguem superar o divórcio entre a vida e a escola, o conhecimento científico e o saber popular, a teoria e a prática, transformando o processo educativo em uma experiência significativa e transformadora na vida dos sujeitos. É uma pedagogia libertadora que anima, encoraja, fortalece, amplia e articula a participação popular:

⁶⁸ Interessante perceber que a grande maioria dos entrevistados tem no mínimo o ensino médio completo (75%). Desses 15 entrevistados, 07 têm curso superior e 02 ainda estão cursando faculdade. Os que têm curso superior, 04 têm especialização e 01 faz mestrado. Dos entrevistados, 08 já foram ou ainda são professores em escolas públicas.

- [...] a educação popular fora da sala de aula, da educação formal, ela enriquece demais, ela puxa tudo aquilo que a educação formal não puxa. Porque aí ela trabalha a educação bem mais ampla, do seu mundo. Ela vai lá e ela discute por que temos uma pobreza tão grande num país tão rico. Ela discute todos os assuntos, que a educação das escolas pública e, acho que até a particular também, não discute. Pra mim a educação popular que se dá nas instituições feministas, igreja, sindicatos, ela é bem ampla e ela educa muito mais do que a educação formal. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

- [...] a gente de certa forma, através dos conteúdos adquiridos, se encoraja mais, toma consciência do que é possível, do trabalho que a gente vem fazendo mesmo. (Entrevista com agente social da diocese de Iguatú/2008)

Interessante perceber, que contraditoriamente a toda essa fala crítica do papel alienante da escola, a participação no processo formativo serviu, também, de estímulo para que algumas pessoas retomassem a sua formação escolar, visando, principalmente, obter maior domínio do conhecimento científico oferecido pela escola como forma de melhor qualificar a sua prática social e política, nos mostrando que toda a crítica à escola não pode deixar indiferente aos significados de conquistas e importância que a escola pública tem para o povo brasileiro e a arena de disputas que se dá em torno dela.

- [...] então, de lá pra cá, eu me envolvi neste processo, participei no curso de políticas públicas. Eu era semi-analfabeta, então resolvi estudar, entrei no EJA III em 2002. Esse processo de militância na vida da comunidade que me fez sentir necessidade que eu precisava a aprender a ler, a escrever. Agora em 2007 eu terminei o fundamental [...] Então assim, eu quero ter mais conhecimento. Terminei o fundamental agora e já me matriculei no ensino médio. (Entrevista com liderança comunitária da arquidiocese de Fortaleza)

C) - Avaliação dos conteúdos e metodologias utilizadas no processo formativo

Paulo Freire (2003, p.111), ao refletir sobre as práticas de educação popular, problematiza duas questões como centrais para aqueles (pessoas e instituições) que se propõem a realizar uma prática formativa diferenciada, crítica e libertadora:

Eu pergunto: as pessoas têm ou não o direito, no processo de tomar a história em suas mãos, de desenvolver outro tipo de linguagem como uma dimensão daqueles que têm o poder? Essa pergunta tem a ver com uma outra, mais antiga. Por exemplo: as pessoas têm o direito ou não de saber melhor aquilo que já sabem? Outra pergunta: As pessoas têm ou não o direito de participar do processo de produzir o novo conhecimento? Estou certo de que um processo sério de transformação social da sociedade tem que fazer isso.

Os conteúdos e as metodologias de um processo formativo devem ser pensados, propostos e implementados a partir dos saberes já presentes na prática pessoal e coletiva daqueles sujeitos, e desde então, colaborar na sua transformação e ampliação, como diz o autor, proporcionando às pessoas “saber melhor o que já sabem”. Uma educação que

valoriza a “leitura do mundo” trazida pelos homens e mulheres do povo como elemento central na construção do seu processo formativo, da afirmação do seu papel de sujeito histórico na transformação da sua realidade.

Esse é o pressuposto básico de uma autêntica proposta de educação popular. Uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos, para a formação de consciências críticas e atitudes políticas que possibilitem a transformação das condições históricas de exploração e dominação a quais as camadas populares estão submetidas. Uma experiência educativa que se constrói, de acordo, com Brandão (2002, p.118),

[...] de maneira aberta e diferenciada, na e através das alternativas com que os movimento sociais de vocação popular estabelecem e vivenciam a sua experiência múltipla de interação entre pessoas ao redor do saber e do valor. Ao redor do poder e do exercício da sua democratização [...] Ela reside, ainda nas experiências por meio das quais as mulheres e homens colocados em situações de trocas dialógicas do conhecimento, realizam sua própria formação contínua.

Nesse sentido, as metodologias não são dissociadas dos conteúdos, evitando reproduzir uma concepção da metodologia apenas como meio ou técnica, alheia a concepções e opções pedagógicas, políticas e ideológicas. Ela é, não apenas o caminho necessário para o desenvolvimento dos conteúdos durante um processo formativo, mas a tradução concreta dos princípios, valores e concepções que alicerçam esse processo educativo, exercendo um papel determinante nas suas finalidades e resultados alcançados. Gohn (2001, p.105-106) afirma que no exercício de elaboração e análises das experiências de educação popular, denominadas pela autora de “educação não-formal”,

[...] devemos atentar para as questões das metodologias e do modo de funcionamento por serem um dos aspectos mais relevantes do processo de aprendizagem.[...] Os procedimentos metodológicos utilizados nos processos de educação não-formal estão pouco codificados na palavra escrita e bastante organizados ao redor da fala. A voz ou vozes, que entoam ou ecoam de seus participantes são carregadas de emoções, pensamentos, desejos, etc. São falas que estiveram caladas e passaram a se expressar por algum motivo impulsionador (carência socioeconômica, direito individual ou coletivo usurpado ou negado, projeto de mudança, demanda não atendida). Ao se expressar, os atores /sujeitos dos processos de aprendizagem, articulam o universo de saberes disponíveis, passado e presente, no esforço de pensar/elaborar /reelaborar sobre a realidade em que vivem.

Os conteúdos e metodologias desenvolvidos no Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas e Orçamento estão bem articulados a essa perspectiva de educação popular, conforme o relato dos sujeitos entrevistado sobre esses aspectos do processo formativo. As suas falas exprimem uma unanimidade quando analisam a integração dos conteúdos e metodologias utilizados com os

saberes, as experiências e as questões trazidas das suas práticas de engajamento social e político:

- Os nossos monitores em todos os cursos, em todas as etapas, eles mais nos ouviram do que falaram. Os conteúdos, os textos, toda metodologia, eles foram apenas complemento ao nosso saber. (Entrevista com liderança comunitária da arquidiocese de Fortaleza/2008)

Cada etapa do processo de formação proporcionou, segundo os participantes, um espaço de revelação e sistematização dos seus saberes e potencialidades advindos da sua prática militante:

- A metodologia foi boa, muito discursiva, tinha leitura e muito debate, o pessoal participativa. O potencial que o pessoal tinha, com o curso aflorou. Foi um momento de revelação! O pessoal foi se revelando, tinha o poder da fala [...]. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Tianguá/2008)

Os conteúdos desenvolvidos e as formas metodológicas utilizadas, segundo os entrevistados, partiam de uma preocupação com a história, individual e coletiva de cada sujeito e com as especificidades dos contextos em que estavam inseridos:

- Eles resgatavam muito a história de cada um e nesse resgate o respeito pela história de cada um. Cada um da diocese tinha a sua realidade diferente. Interessante que quando a gente terminava uma etapa do curso a gente conversava assim que assim: “aquela etapa foi mais necessária para um, porque envolveu o seu trabalho, a sua vida pessoal. Você fica mais ligado! Cada etapa teve uma dimensão de importância para cada um diante da realidade de cada pessoa, de cada membro do curso. (Entrevistada com agente social da arquidiocese de Fortaleza/2008).

Outro elemento destacado pelos participantes em relação à metodologia foi ênfase que se deu sobre as dimensões subjetivas da militância, trazendo à tona os sentimentos, as convicções e esperanças que os trouxeram e os mantêm na militância social e política e, também, uma avaliação das posturas, práticas e relações pessoais e interpessoais exercidas na militância, nos espaços de poder e na convivência com as diferenças. Uma forma de abordagem que serviu, também, como um espaço reflexão e auto-avaliação da prática social e política desses sujeitos:

- [...] A metodologia trabalhava muito com o sentimento. Trabalhava a partir do ponto de vista político, mas também dos sentimentos, de mexer com as pessoas, dos sujeitos. Então uma etapa muito forte foi essa discussão do que é uma liderança, do que representar uma liderança. Lideranças não tá pronta, ela se constrói no processo. Então foi muito forte. Você rever os modelos de lideranças que se tem, muitas vezes não são lideranças mas pessoas que se perpetuam no poder por muito tempo. Foi um momento de revisão de vida, revisão de prática, de você colocar aquilo que você pensava antes e do que você pensa hoje, porque você não mudou o pensamento e perceber que a gente precisa se reciclar, precisa estudar bastante, precisa ouvir mais do que falar. Um cara partilhou lá dizendo que a gente fala demais e não escuta. E às vezes impõem o que a gente pensa e as vezes muitas lideranças são assim. A gente foi parar para pensar, será que a gente tá falando muito? E até de rever o que motivava ainda continuar na luta. (Entrevista com agente social da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

No âmbito dos recursos priorizou-se além do uso de texto, o trabalho com recursos audiovisuais (filmes), músicas, teatro, dinâmicas de grupos, seminários, relatos de experiências, possibilitando um ambiente favorável e estimulador para a participação de todos na construção do processo de formação. Todavia, alguns entrevistados levantaram que isso não foi algo unânime entre todos os assessores e que as metodologias variavam muito de acordo com o estilo de cada um, ainda que existisse uma orientação político – metodológica no programa:

- A metodologia dependia muito do assessor. Era participativa, a gente conseguia trocar, partilhar, falar, dependendo do assessor que viesse. Tinha música, trabalharam com muitos textos, mas não conseguimos dar passos na questão da criatividade, de outras formas de você trabalhar uma temática. Mesmo falando em educação popular, de trazer novidades, até mesmo para motivar a gente a conhecer outras coisas. (Entrevista com agente social da diocese de Iguatú/2008)

A cada nova etapa os participantes ficavam encarregados de realizar tarefas nos seus municípios, seja acessando e analisando peças orçamentárias municipais, participando de reuniões nas câmaras municipais ou discutindo algumas temáticas com as comunidades e grupos organizados. Essa dinâmica aproxima-se bastante da proposta da pedagogia da alternância, bastante utilizada nas Escolas de Formação Agrícola (EFA's). Era uma forma dos participantes confrontarem a teoria apreendida com a realidade política de cada município ou região e ao mesmo tempo, trazer novas questões e sugestões para aprimorar o processo formativo.

Parte dos conteúdos desenvolvidos no interior do processo formativo acabou tendo desdobramentos práticos, demandando um posicionamento e envolvimento desses sujeitos com as questões suscitadas:

- Teve uma atividade que a gente desenvolveu que foi muito importante, foi até uma atividade que a gente conseguiu desenvolver com uma equipe do próprio curso. A gente pôde acompanhar um processo que aconteceu aqui de corrupção eleitoral. [...] Foi a partir do curso que a gente teve esta iniciativa de está acompanhando este processo. Eu levei o que tinha acontecido para está discutindo dentro do curso [...] então houve toda uma discussão dentro do curso e lá foi traçado o que os membros do curso poderiam está fazendo para poder está se envolvendo também. [...] Teve uma etapa em Fortaleza que a gente já levou essa discussão e lá as pessoas disseram “não pode ficar assim”. Nós fizemos um documento ao bispo, fizemos um documento ao ministério público, uma moção de repúdio sobre o que tinha realmente acontecido, que eu levei as fotografias. Mandamos estas cartas a outras instituições. [...] Então eu acho que isso foi muito bom, e a gente pode está partilhando,acompanhando [...] a gente tava colocando em prática tudo aquilo que a gente havia aprendido. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

Eram realizados, também, processos avaliativos após cada etapa do processo formativo, em seus diferentes níveis (diocesana, microrregional e regional), com vistas a

adequar a continuidade do processo formativo de acordo com as demandas, críticas, dúvidas e sugestões trazidas pelos participantes e suas experiências práticas de participação:

- Teve momento que a gente até questionou alguns assessores que estavam muito fracos [...] Mas aí depois vieram pessoas boas. A gente dialogou, fez propostas, discutiu disse o que achava melhor e porque sempre eles perguntavam. Alteramos o conteúdo, algumas coisas [...]. (Entrevista com lideranças comunitárias da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

Em relação aos conteúdos específicos de Políticas Públicas foram trabalhadas as seguintes temáticas: Estado e Sociedade Civil (conceitos e relação entre os dois); espaços de controle social das Políticas Públicas (conselhos, fóruns, audiências públicas etc.); Orçamento Público (ciclo orçamentário, orçamento participativo e estratégias de monitoramento popular); monitoramento jurídico (papel do ministério público, ações populares), entre outros. Esses conteúdos específicos do campo das políticas públicas foram relacionados com outras temáticas, consideradas transversais: papel das lideranças, organização comunitária, métodos de planejamento, monitoramento e avaliação (PMA), relações de gênero, raça e etnia, mística da militância, etc.

Em relação aos conteúdos, a temática do Orçamento Público aparece na fala das lideranças e agentes entrevistados como o conteúdo que mais gerou interesse e aparece como novidade na formação política de alguns desses entrevistados, para outros a possibilidade de aprofundar os seus conteúdos e as estratégias para intervenção popular no controle do orçamento público nos municípios:

- Eu acho que fez e que pode fazer muita diferença é a compreensão sobre o orçamento público, porque eu lembro que até antes de compreender como as coisas funcionavam. Eu achava que a qualquer tempo a gente podia apresentar demandas, reivindicações e bastava a boa vontade do prefeito para atender a isso. Hoje eu compreendo que isso tem uma metodologia, um processo, existe um tempo certo para que estas coisas aconteçam e que não tira a possibilidade que com boa vontade as coisas possam acontecer. Mas eu sei que o orçamento público ele define o tempo de planejar as ações, define o tempo da execução, do monitoramento, de avaliação e permite a participação e o acompanhamento da sociedade organizada na resolução destas questões. Acho que foi assim fundamental. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

- [...] então eles começaram a entregar o orçamento para os vereadores e aí com o conhecimento que a gente tava, a partir do curso, a gente começou a fazer um trabalho, indo nas comunidades, apresentando a importância das pessoas participarem, de sugerir, de conhecer de fato o que é orçamento, que é recurso público, recurso nosso mesmo [...] A gente tá fazendo reuniões em algumas comunidades, participamos durante o ano passado de algumas reuniões da câmara, alguns pontos, foi um comecinho! (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Tianguá/2008)

A utilização de uma linguagem mais acessível a todos no desenvolvimento de conteúdos mais complexos no campo das políticas públicas, como a elaboração do

orçamento público, e a interação permanente entre esses conteúdos e o contexto político e social dos sujeitos participantes, possibilitou, para grande parte dessas lideranças e agentes, uma maior compreensão desses mecanismos e uma visão crítica sobre a dimensão político-ideológica que neles estão embutidas, desmitificando-os da sua natureza especificamente “técnica”, acessível apenas aos especialistas da área (jurídico, contador, etc.):

- A questão do ciclo orçamentário é algo muito difícil, é aquilo que se colocava no curso: as pessoas acham que a gente não tem capacidade, mas quando a gente começou discutir essas peças orçamentárias aqui na Secretaria de Finanças, na própria Câmara, havia uma olhar pra gente assim “o que essa pessoal tá querendo? Por que essa pessoal tá querendo a lei orçamentária anual?”. Era uma fala de que isso não era pra gente. [...] E no FUNDEB também ouvimos essa questão: a gente vai deixar essa questão de orçamento pra lá, porque isso é uma questão que a gente não tem conhecimento, não pode se apropriar dela, é uma questão contábil, tal, uma questão técnica. E aí a gente retomou a nossa discussão do curso: ora se a gente faz orçamento em casa, faz orçamento da família, porque que a gente não pode se apropriar dessas peças, então a gente quer conhecer e dentro do FUNDEB a gente tem essa participação [...]. (Entrevista com agente social da diocese de Iguatú/2008)

Apesar desse balanço positivo, as falas dos entrevistados apontam, também, para algumas fragilidades, obstáculos e desafios no desenvolvimento das metodologias e dos conteúdos do processo formativo: a linguagem bastante “técnica” utilizada por alguns assessores na explanação dos conteúdos e a falta de domínios de metodologias de educação popular; a necessidade de uma maior atenção com as diferenças de escolaridade, de faixa etária (inclusive, em uma das dioceses um grupo de adolescentes que acompanhava o processo acabou desistindo por não se adaptar com a metodologia e linguagem desenvolvida) e de contextos (lideranças do campo e lideranças da cidade, os desafios das pequenas cidades e das grandes metrópoles, como Fortaleza) e a necessidade de maior aprofundamento teórico de alguns temas e maior conhecimento e intercâmbio de experiências concretas ligadas às temáticas.

D) – A disseminação do processo formativo nas bases a partir dos agentes multiplicadores

Escolhi trabalhar esse aspecto da proposta metodológica do programa de formação continuada como um item específico motivado, principalmente, pelo interesse em analisar com maiores detalhes a efetividade dessa metodologia na disseminação do processo formativo junto às comunidades e grupos sociais que essas lideranças e agentes sociais fazem parte ou se relacionam. Interessa perceber, concretamente, como esses sujeitos representam e realizam essa tarefa de disseminação, quais as estratégias

utilizadas, o que possui de inovador, criativo e quais as dificuldades e entraves vivenciados no desenvolvimento dessa ação.

Essa proposta metodológica da transformação dos sujeitos participantes dos processos formativos em agentes multiplicadores, encarregados da tarefa de disseminar e multiplicar esses processos junto a outros grupos e comunidades, colaborando, dessa forma, na ampliação desse processo formativo para o maior número de lideranças e agentes sociais, tem sido bastante utilizada pelas organizações sociais, não-governamentais e governamentais, e vem sendo bastante questionado quanto a sua eficácia.

Um dos elementos elencados nessa avaliação crítica dessa proposta metodológica é que maior parte das lideranças e agentes escolhidos para participar desses programas de formação não tem conseguido disseminá-los junto às suas bases. Isso não só dificulta a socialização do conhecimento recebido como, também, possibilita, na maioria das vezes, a utilização desses conhecimentos e informações privilegiadas, por essas lideranças e agentes, como justificativa para sua perpetuação nas estruturas de poder existentes no interior das comunidades e grupos organizados e nos espaços de representação política existentes no interior da sociedade civil e do próprio Estado.

Claro que o problema não se refere apenas aos sujeitos encarregados de fazer a multiplicação, porque muitas vezes na busca de redução de gastos com investimento na formação do povo opta-se por essa proposta metodológica sem uma adequada adaptação da linguagem utilizada nos conteúdos e sem estratégias definidas de apoio e avaliação do trabalho a ser desenvolvido por essas lideranças e agentes sociais. Sem falar que o próprio distanciamento que hoje marca a relação dessas organizações sociais e as lideranças e agentes sociais participantes desses processos formativo já é um grande empecilho para que essa metodologia possa se desenvolver de forma efetiva.

O critério utilizado pelo Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas para a escolha das lideranças e agentes sociais a ser beneficiados com esse processo educativo deu-se a partir da análise da condição e disposição desses sujeitos com a multiplicação da ação formativa junto às comunidades e grupos das dioceses que estão vinculados. A idéia era que essa disseminação não ocorresse de forma individual, mas de forma coletiva, envolvendo o conjunto das pessoas que foram escolhidos em cada uma das dioceses. Tinha a sugestão que a forma de organização dessas pessoas ocorresse por meio de um fórum diocesano de políticas públicas, que poderia ser utilizado como espaço de elaboração de estratégias para multiplicar o processo

formativo e, também, como um espaço de debates e intercâmbios das experiências desenvolvidas nos diferentes municípios em torno das políticas públicas, servindo como instrumento de apoio, de animação e qualificação da atuação desses sujeitos.

Pelos relatos dos entrevistados, a efetivação dessa proposta não tem sido fácil para maioria deles. Enfatizam uma série de questões que vem dificultando a multiplicação desse processo formativo: a complexidade dos conteúdos e o desafio de transmiti-los numa linguagem mais acessível às bases; a dispersão do grupo e o isolamento de parte das lideranças e agentes sociais, ocasionados pela distância geográfica, sobrecarga de trabalho, a necessidade de priorizar as agendas e demandas das suas comunidades e grupos e a mudança de alguns desses sujeitos da região; a falta de apoio sistemático por parte das suas entidades e das organizações parceiras e a dificuldade de mobilizar recursos financeiros. Algumas falas dos entrevistados exemplificam bem o impacto dessas dificuldades na disseminação desse processo formativo:

- Eu às vezes eu tenho me sentido até um pouco frustrada, quando eu percebo assim que a gente fez um negocio tão interessante. Foi tanto tempo investido e aí a gente não consegue caminhar muito nisso, porque cada um está fazendo suas tarefas, seus trabalhos, e vai deixando isso para um segundo momento, para um segundo plano, e isso eu acho que a gente perde muito, porque o tempo vai passando e as pessoas vão se cansando também. [...] Costuma-se dizer quem detém conhecimento, detém poder e esse poder tem que ser colocado a serviço. [...]. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

-A gente tá devendo muito. Apesar de ter sido passado numa linguagem simples, mas é uma temática meio complicada. (Entrevista com liderança comunitária da arquidiocese de Fortaleza/2008)

“A proposta do curso era, após a formação, que se constituísse tipo um fórum. Foram vistos várias pessoas e de vários municípios na diocese e daí um fórum de políticas públicas. Onde, a gente, primeiro o que a gente recebeu iríamos partilhar com os outros e chegou a se formar essa comissão e eu entrei pela pastoral dos pescadores. Só que como tinha freiras e outras pessoas no processo, alguns foram transferidos e aquele povo que foi formado não conseguiu dá continuidade nisso [...]. (Entrevista com agente social da diocese de Iguatú/2008)

Mesmo com a constatação que essas dificuldades vêm colocando para a multiplicação desse processo formativo, colocando em xeque a própria efetividade da proposta metodológica, parte dessas lideranças e agentes tem conseguido construir algumas estratégias para minar essas dificuldades e viabilizar a socialização do conhecimento recebido com algumas comunidades e grupos, seja por meio de ações sistemáticas e/ou pontuais de formação e, também, a partir da suas práxis social e política.

No âmbito das quatro dioceses entrevistadas, duas foram tiveram uma maior incidência de experiências concretas de multiplicação da formação junto aos grupos e comunidades, conduzidas pelas lideranças e agentes que participaram do programa de formação continuada. Em uma delas, essas ações foram desenvolvidas localmente, mobilizados por agentes e lideranças que atuavam no mesmo município, não representando uma trabalho organizado em nível da diocese e envolvendo todos os participantes, ainda que contasse com o apoio da Cáritas diocesana. São encontros mais pontuais, não possuindo, geralmente, uma perspectiva de continuidade, ainda que alguns sejam planejados nesse sentido, conforme mostra a experiência vivenciada por uma das entrevistadas dessa diocese:

-No ano passado nos realizamos dois ou três cursos na paróquia [...] É o trabalho de multiplicação, estamos envolvendo os jovens, os sindicatos, as associações. [...] Neste primeiro semestre deste ano, a gente pretende dar continuidade a este processo de formação [...]. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Iguatú/2008)

Em outra diocese, os participantes conseguiram evitar o processo de dispersão e isolamento dos participantes por meio da formação de uma escola de formação política, que tem potencializado o trabalho de multiplicação do processo formativo em diferentes comunidades e grupos da diocese:

- [...] tem acontecido assim do ponto de vista da Escola {Escola de Formação Política e Cidadania Paulo Freire}, que tomou pra si esta tarefa, porque uma coisa é cada um de nós se sentir individualmente responsável, mas as coisas não acontecem assim. Elas acontecem dentro de um compromisso mais coletivo, e isso é possível porque existe a Escola. Então dentro da escola as nossas ações têm se dado, do ponto de vista formação política [...] O público que temos envolvidos são os trabalhadores e as trabalhadoras rurais. Um dos nossos companheiros tem assumido formação com a juventude rural e eu particularmente fiz uma experiência com diretores sindicais [...]. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

Essa experiência em torno da Escola de Formação Política, além de garantir uma atuação integrada das lideranças e agentes que participaram do processo formativo, tem, também, possibilitado uma significativa inserção desses sujeitos na vida pública da região, seja participando no processo de criação de alguns sindicatos, na articulação dos movimentos de mulheres, na organização dos estudantes e na gestão de programas de convivência com o semi-árido (P1MC):

-O ano passado a gente conseguiu realizar vários momentos formativos, seminários, debates e ações políticas também de forma mais integradas. Trabalhamos seminários e oficinas sobre a questão da redução da maioridade penal que é um assunto que tá muito ligado a juventude, e a gente contou com parcerias muito fortes, envolvendo a ESPAF, o Movimento Ibiapano de Mulheres, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Também, a gente fez uma ação política. A gente entrou com uma representação junto ao ministério público em relação ao uso indevido do transporte escolar. Foi um ação integrada, que visa moralizar o uso dos equipamentos público, do transporte

público que é utilizado como meio de favorecimento político de quem está no poder, que aí disponibiliza os ônibus pra passeio no final de semana, isso cativa muito o eleitorado, as pessoas não pagam, mas é o transporte escolar que é utilizado. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

Todavia, a questão financeira tem sido um dos obstáculos para um maior avanço da ação político-pedagógica da escola e para a tarefa de multiplicação do processo formativo pelos sujeitos participantes, ainda que o envolvimento da escola com a execução do PIMC (Programa de Formação e Mobilização Social: Construção de Um Milhão de Cisternas no Semi – Árido Brasileiro), que possui rubricas financeiras específicas para a formação e mobilização social, tenha assegurado as condições materiais para o desenvolvimento das experiências de formação e a manutenção mínima da estrutura da escola:

-A gente botou muita coisa no planejamento e quando a gente se deu conta que a gente tem uma clientela enorme. Quem vai bancar? Porque tem despesa. A escola nós temos 23 sócios que contribuem anualmente com 10% do salário. A contribuição é pouca, não dá nem para o aluguel. A escola fez uma parceria com a ASA {Articulação no Semi Árido} na gestão do PIMC{Programa de Formação e Mobilização: Construção de 1 Milhão de Cisternas no Semi Árido Brasileiro} e isso tem ajudado a movimentar a escola com pequenos recursos [...]. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

Além dessas duas, outra diocese, a partir da mobilização da Cáritas Diocesana em parceria com o CEDECA (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente), estava iniciando um processo de formação em torno do controle social do OCA (Orçamento da Criança e Adolescente), em um município, com perspectiva de ampliar a outros municípios e com ênfase em outras política públicas:

-[...] junto com o conhecimento que a gente já tinha adquirido com o curso e com a metodologia do CEDECA, foi possível desenvolver algumas experiências nesta história, na diocese [...] que é a experiência do OCA. A gente estuda todo orçamento e foca na criança e adolescente, e alguns municípios querem desenvolver esta ação, não focando na questão da criança e adolescente, mas focando a partir das necessidade do município. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

Todos os entrevistados foram unânimes em reconhecer que a principal forma de multiplicação do conhecimento assimilado no processo formativo se dá, principalmente, a partir dos seus espaços de engajamento social e político. Afirmação que corrobora com a análise que Gohn (2001, p. 103-104) faz do processo de aprendizagem na educação popular, ao situá-lo como resultado da prática social dos sujeitos.

É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio de vivências de certas situações -

problemas. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para a aquisição de novos saberes. [...].

É na interação que se estabelece no dia-a-dia do agir político que esses sujeitos socializam os conteúdos apreendidos no processo de formação. Uma multiplicação que ocorre mais pela força do “exemplo” do que pelo uso do “discurso”, conforme exemplifica a fala de um dos entrevistados:

- [...] Eu acho que é no dia-a-dia da gente [...] é uma forma de tá multiplicando. No meu trabalho, são mais quatros conselheiros e às vezes os que estão lá, não tiveram a mesma formação e sentem dificuldade. E eu estou no meu trabalho, no dia a dia, passando isso. (Entrevista com liderança comunitária da arquidiocese de Fortaleza/2008)

Essas formas de disseminação que se dão no interior do fazer concreto da participação popular ocorrem em distintos espaços e de diferentes formas: no interior das organizações de base, contribuindo no debate da democratização e politização dessas entidades e das comunidades e grupos que delas fazem parte; nos espaços de controle social das políticas públicas e das mobilizações populares, assumindo uma posição mais autônoma e com maior senso crítico na relação com os diferentes espaços de poder do Estado e da sociedade civil e no cotidiano da vida social, buscando construir elos de coerência entre o discurso e prática, entre as posturas pessoais e o fazer coletivo.

Claro que a percepção dessa dimensão como elemento fundamental no processo de multiplicação dos processos formativos não pode servir de justificativas ou de escamoteamento das reais dificuldades que se colocam como sérios obstáculos, teóricos e práticos, para a eficácia e efetivação de uma metodologia de formação a partir dos agentes multiplicadores. O grande desafio que se coloca para as organizações e movimentos sociais que realizam atividades formativas dentro dessa perspectiva metodológica é a capacidade criativa em articular essas duas dimensões dentro de uma perspectiva de formação permanente, orientando-se por uma interação dialética entre os momentos formativos mais sistemáticos, necessários para o aprofundamento de alguns conteúdos e metodologias, com as vivências, situações-problemas e aprendizados decorrentes da práxis social e política dos sujeitos.

E) – Contribuições e impactos do programa formativo para o engajamento social e políticos dos sujeitos participantes

Na análise das reflexões levantadas pelas lideranças e agentes sociais entrevistados sobre as contribuições e os impactos do Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas e Orçamento para o seu engajamento social e político, após mais de dois anos de encerramento desse processo formativo, procuro perceber em que medida as percepções e avaliações levantadas por esses sujeitos correspondem aos objetivos propostos no projeto de formação e como elas se relacionam com as novas exigências e desafios da participação popular no contexto atual. Refletir de que forma essas contribuições e impactos se traduzem em efetivos aportes para “novas formas de exercício do poder no terreno da Sociedade Civil e nas formas de atuar do Estado” (Pontual, 1995, p.97).

Diante disso, utilizei o seguinte procedimento metodológico no processo de análise: relacionei os objetivos propostos no Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas com as falas dos entrevistados sobre os resultados e/ou impactos que esse programa trouxe para o engajamento social e político de cada um, com o intuito de perceber, de que forma e em qual medida, esses objetivos foram alcançados, proporcionando, de fato, uma intervenção qualificada desses diversos sujeitos nos espaços públicos e nos canais de participação cidadã.

➤ *1º Objetivo: Contribuir com uma nova visão de participação frente ao poder local, de forma segura, adequada, qualificada e eficaz:*

O primeiro objetivo lida com os desafios da participação popular frente ao poder local, que passa a ganhar novas atribuições no campo das políticas públicas com o processo de municipalização desencadeado pela Constituição de 1988, trazendo novos significados e possibilidades para as práticas de participação popular:

A participação passa a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque toda ênfase a passa a ser dada nas políticas públicas. [...] A principal característica desse tipo de participação é a

tendência à institucionalização, entendida como inclusão no arcabouço jurídico institucional do Estado, a partir de estruturas de representação criadas, compostas por representantes eleitos diretamente pela sociedade de onde eles provêm. [...] Isso implica a existência do confronto (que se supõe democrático) entre diferentes posições político-ideológicas e projetos sociais. Todas as demandas são, em princípio, tidas como legítimas. Os novos sujeitos políticos se constroem por meio de interpelações recíprocas. (GONH, 2007, p.57)

Evidente que esse processo de mudanças que foi aproximando, cada vez mais, as formas de participação popular das esferas jurídico- institucionais do Estado, a partir de um possível confronto democrático em torno das políticas públicas, teve suas potencialidades e alcances bastante limitados ou alterados pela cultura política oligárquica e de caráter clientelista em grande parte dos municípios brasileiros. Dessa forma, a proposta de municipalização celebrada como um novo marco democrático para organização do poder local se transformou no fenômeno da “prefeiturização”, em que as novas atribuições delegadas ao município, além de não ser compartilhadas com outras forças organizadas locais, são utilizadas, também, como ferramentas de legitimação e manutenção da prática política clientelista e de manipulação e cooptação da participação popular.

Isso cria sérios obstáculos para a construção de uma nova visão de atuação frente ao poder local, pois mesmo que esses sujeitos tenham conhecimento dos seus direitos e dos mecanismos de participação existentes precisam lidar com governantes que se apropriam do discurso da “participação popular”, como exigência dos novos marcos jurídico-institucionais do Estado, adaptando-a as conveniências dos seus interesses políticos e econômicos e desqualificando as pautas de reivindicação popular.

Na análise dos relatos dos sujeitos entrevistados sobre a contribuição do processo formativo na construção e fortalecimento de uma nova forma de atuar frente ao poder local, constata-se que, apesar da persistência de um elevado nível de centralização do poder e das decisões públicas nas mãos dos governos locais, eles enfatizam que o processo formativo tem assegurado uma contribuição importante para o enfrentamento dessa realidade, possibilitando uma participação mais qualificada e crítica frente aos espaços de controle social das políticas públicas:

- Eu acho que mudou muita coisa na nossa realidade, acho que as pessoas estão despertando pro seu papel. Não são mudanças que a gente pode dizer era dessa cor e agora é dessa outra. A cor tá mudando, o aspecto tá mudando, a partir da gente, da nossa inserção. Mas aquilo que poderia ser mais visível acho que com o tempo vai sendo mostrado e tá no processo de construção. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

A construção de novas atitudes frente ao poder local pode parecer como um resultado secundário, dado que os sujeitos participantes do processo de formação já

tinham uma trajetória de militância social e política. Contudo, ao relacionamos esses resultados com os contextos culturais e políticos em que ocorre a participação desses sujeitos, onde o direito à fala, ao dissenso, ao questionamento e à própria organização são constantemente negados e reprimidos e que para parte desses sujeitos significa colocar em risco a própria sobrevivência, o processo de formação assume uma importância fundamental como uma primeira etapa de empoderamento de algumas dessas lideranças e agentes sociais para lidar as vicissitudes que marcam a cultura política local:

-[...] hoje a gente é um pouco daquilo que a gente aprendeu. Quando eu cheguei lá e se você viesse conversar comigo dava um tremor. Não saía nada. Às vezes você começa participar, vai se soltando. Graças a Deus e a estes projetos de formação, eu hoje me sinto no meio das pessoas, porque antes eu era recuada, tinha medo de falar porque poderia falar errado, hoje não me preocupo muito com isso. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Iguatú/2008)

Eles destacaram também, nos seus relatos, que o curso subsidiou e estimulou novas formas de agir e interagir com os diferentes espaços de participação local. Parte dessas lideranças e agentes que tinha uma participação mais em torno dos instrumentos e espaços de organização da própria comunidade, passaram a ampliá-la para outros espaços, como as redes e fóruns de articulação da sociedade civil, os conselhos de co-gestão das políticas públicas e os espaços de representação política, alguns, inclusive, tendo sido eleitos como vereadores e prefeitos em seus municípios.

A gente sabe que o Paulo Freire já dizia isso “que não é um palmo de conhecimento que me torna mais humano, mas cidadão, mas a nossas ações, as nossas atitudes”. O curso foi bom. Ofereceu os elementos principais para nossa formação, pra gente ter uma nova forma de pensar de agir em nossos espaços, nesses movimentos no qual estamos inseridos e estamos à frente. [...] A liderança que participou desse curso, ela trouxe pra si este aprendizado e colocou isso em prática e nos estamos vendo resultados”. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Tianguá/2008)

A construção e ampliação da participação popular para além dos espaços comunitários foi estimulando, parte desses sujeitos, em parceria com suas comunidades e grupos organizados, a desenvolver novas estratégias e metodologias de intervenção local e de mobilização popular no âmbito das políticas públicas, vinculando suas as lutas específicas e setoriais com horizontes mais amplos de transformação social:

- Foi a partir destas capacitações, que nós aqui no {bairro} Pedregal, fizemos um diagnóstico há pouco tempo, um diagnóstico da nossa realidade, como é que se encontra, o que as famílias pensam da nossa comunidade e que pistas de solução a gente pode encontrar para resolver nossos problemas. Porque a solução para os nossos problemas não tá nos outros, tá em nós mesmos. A gente tem essa vontade de mudar a nossa realidade. E aí fomos devolver a comunidade, foi muito interessante. Ainda estamos em processo. Ele surgiu a partir destas capacitações que nós estamos tendo, de que é preciso que a gente tome consciência que a mudança depende das nossas

ações. E devagarzinho a gente vai conseguindo fazer isso. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

Outro elemento importante dessas novas formas do agir local são as estratégias de comunicação que vão sendo construídas por esses sujeitos, seja no processo de mobilização política das suas bases específicas, como, também, no diálogo com o conjunto da sociedade local. O teatro, os informativos populares e os programas radiofônicos são instrumentos utilizados para mobilizar e dialogar com as comunidades e grupos locais em torno das iniciativas de participação existentes, dos seus direitos e da conjuntura social e política:

- O “Nossa História, Nossa Vida” {programa radiofônico}, ele começa divulgando o trabalho da assessoria de comunicação da ASA {Articulação no Semi Árido} e depois a gente vai fazendo destaques, reforçando algumas coisas que são ditas. Este ano a gente tá tratando das questões das eleições. A gente tá com uma cartilha, que foi produzida inclusive em Minas Gêrias, muito interessante. A gente quer trazer pequenos informes sobre as eleições, o voto, como surge o voto aqui no Brasil, o voto censitário, pra contextualizar a história da participação política das pessoas e a gente sempre abre espaço no programa para as questões locais. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

Parte da fala dos sujeitos destaca que o curso colaborou para fomentar uma leitura crítica e esperançosa da realidade, percebendo-a como um fator social e histórico, portanto, passíveis de transformação, principalmente pela força da organização popular. Motivando-se a atuar, mesmo diante de tantas adversidades, nos espaços locais e regionais em que se disputam as concepções de desenvolvimento, cidadania e democracia presente nas propostas de políticas públicas debatidas e deliberadas nesses espaços.

- [...] a gente pode não ter um nível de organização suficiente pra dá resposta a estes desafios, mas elas não passam despercebidos como antes. A gente tá vendo que ali necessita de uma intervenção e mesmo que a gente não consiga fazer nada mas aquilo já está nos incomodando, eu acho que isso é uma coisa boa, porque nos não estamos acomodados. A gente pode até perceber que estamos impotentes neste momento pra atuar, mas a gente tá sentido que a coisa não tá indo bem e que a gente tem um papel a cumprir com isso e eu acho que tudo isso é fruto da formação que a gente teve [...]. (Entrevista com agente social da arquidiocese de Fortaleza/2008)

Os relatos não deixam de evidenciar, também, as dificuldades e os limites que se colocam para a participação popular na relação com o poder local, ocasionados, principalmente, pela desigualdade social e pela cultura política oligárquica marcante em parte desses municípios e regiões. A persistência de um modelo de estrutura e relação social que influencia bastante no formato da cidadania das pessoas e que se utiliza da ameaça, da perseguição política, do assistencialismo e da manipulação para impedir e controlar a participação política das pessoas em nível local, desencadeando, na maioria

das vezes, um sentimento de impotência desses sujeitos frente à dureza das adversidades que desafiam o seu engajamento social e político.

- Avalio que algumas dioceses [...] a gente conseguiu avançar. Outras têm formação, mas tem toda uma estrutura política que inviabiliza esta formação acontecer. Então é perseguição política e tudo! Então acho que tudo isso são entraves e acho que a gente ainda não conseguiu dar conta desta realidade, Como é que nos vamos subsidiar as pessoas para esse momento, a gente põe fogo, ajuda as pessoas como diz uma senhora lá “este negócio da formação de vocês faz a gente ficar atrevido”, mas em compensação faz ser perseguido também. Como é que as comunidades vão ter esta noção, de que, falando numa linguagem mais cristã, que vão ter que passar pela cruz para chegar na ressurreição. Que elas não desistam e que mesmo diante de tantas dificuldades a gente vai ter que planejar e criar estratégias para vencer estas barreiras e não desanimar na briga, na primeira perseguição. Porque as pessoas precisam comer, precisam sobreviver e nos municípios que a gente trabalha, muitos vezes isso vem das prefeituras ou das aposentadorias, e o que tá mais forte hoje. A grande dificuldade e o entrave é a gente pensar em saídas mais alternativas para isso [...] Tá lá apaixonado, querendo mudar e chega este momento que as pessoas têm que se decidir, tem todo um trabalho que tem que ser feito. (Entrevista com agente social da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

Essa tensão entre consciência crítica e sobrevivência, entre autonomia política e dependência econômica que marca o agir político desses sujeitos, inseridos em um contexto de concentração do poder político e econômico nas mãos de uma minoria, coloca em debate qual a efetiva contribuição de um processo educativo na construção de uma postura crítica e emancipada desses sujeitos na relação com o poder público local e regional. Até que ponto essas práticas formativas são, por si só, capazes de gestar novas práticas que venham gradualmente alterar a cultura política dominante na região?

Um dos desafios que se coloca como alternativa a esses impedimentos estruturantes é a necessidade de articular essa ação político-pedagógica com uma perspectiva de desenvolvimento territorial que combine “um conjunto de ações estruturantes, de acesso e incentivo às alternativas locais de geração de trabalho e das outras melhorias nas condições de vida da população local com as iniciativas já existentes de transferência de renda” (Nascimento, 2005, p.61). Nesse sentido, a ação educativa traduz-se como um instrumento estratégico para a participação desses sujeitos nos espaços de construção das políticas públicas orientadas para essa perspectiva de desenvolvimento, contribuindo, dessa forma, de maneira efetiva na criação das condições objetivas da transformação da realidade social.

No interior da Cáritas e de outros movimentos e organizações sociais tem-se constituído iniciativas articuladas na perspectiva do desenvolvimento territorial, onde a ação educativa exerce um papel preponderante na autonomia política e econômica dos sujeitos envolvidos. O Programa de 1 Milhão de Cisternas no Semi-Árido Brasileiro (P1MC), os programas de segurança alimentar e nutricional nas áreas de reforma

agrária, o desenvolvimento e articulação dos empreendimentos solidários em torno do movimento da economia popular solidária, podem ser assimilado como exemplos concretos de desenvolvimento territorial em que as “potencialidades locais, principalmente as econômicas, podem ser aproveitadas, de formas solidária e sustentável por meio da identificação de cadeias produtivas de economia familiar e fortalecimento de organizações associativas” (Nascimento, 2005, p.61).

Dessa forma, pode-se afirmar que a ação educativa tem um papel fundamental na ampliação da participação popular nos destinos da sociedade, desde que esteja integrada com projetos e estratégias de desenvolvimento territorial, “[...] lastreados na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e em uma nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado” (GOHN, 2007, p.57).

➤ ***2º Objetivo: Potencializar os processos de fiscalização, controle e gestão dos recursos públicos voltados para as políticas públicas priorizadas pelos grupos:***

A especificidade da formação em políticas públicas está relacionada com a construção de um novo posicionamento entre as forças organizadas da sociedade civil com a nova proposta de organização do Estado, derivado da Constituição de 1988, mesmo sabendo que a efetivação dessas propostas dentro de uma cultura estatal patrimonialista e, historicamente, avessa à participação popular, exige tempo, mediações, vontade política e, acima de tudo, capacidade de pressão e mobilização política das forças organizadas da sociedade civil.

A participação cidadã é elemento substantivo para possibilitar efetivamente uma ampliação da base democrática de controle social sobre as ações do Estado. Estas práticas participativas geradas tanto a partir das organizações da sociedade civil como da ação indutora do Estado criam uma sinergia capaz de alterar substantivamente a relação entre ambos os atores. Neste processo amplia-se e aprofunda-se a prática da democracia e constrói-se uma cidadania ativa. (Pontual, 1995, p.01)

Esse novo campo de relações tem exigido novos aprendizados para a participação popular, diferentemente das práticas e estratégias de ação política construídas nas décadas anteriores orientadas, em grande parte, pela negação de qualquer tipo de participação ou negociação no interior do Estado. Uma participação que além de manter o seu caráter reivindicatório, de contestação do modelo de Estado e

das suas políticas públicas, passa, também, pela proposição e negociação de proposta de políticas públicas e participação na deliberação, fiscalização e, muitas vezes, execução de programas e projetos vinculados a essas políticas.

Há algumas análises deterministas, feitas tanto por pesquisadores acadêmicos quanto por agentes dos movimentos e organizações sociais, que vêem nesses espaços de participação popular um controle automático do Estado sobre as ações dos setores organizados da sociedade civil, que adequariam suas demandas e agendas de lutas a uma concepção de cidadania que fragmenta o sujeito em diferentes políticas de identidades, de natureza compensatória, como respostas residuais aos efeitos excludentes do sistema capitalista. Mas há quem analise que os significados e resultados desse novo campo de relação entre Estado e sociedade civil não podem ser definidos a priori, mas se estabelecem no interior da própria relação, conforme explicita Gohn (2008, p. 62-63):

[...] a cultura política vigente não é dada pronta ou preexistente, bastando encaixar-se na realidade de um grupo. Ela é também gerada no processo a partir dos valores que vão sendo assumidos como básicos do grupo e pelo grupo. Não há portanto, nada intrínseco, pré-dado. As construções são relacionais, ainda que as estruturas maiores existam a priori, antes das ações. Mas elas vão se modificando com as ações. [...] O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. O reconhecimento jurídico, a construção formal de um direito, para que tenha legitimidade, deve ser uma resposta do Estado à demanda organizada. Deve-se tratar a questão da identidade em termos de um campo relacional, de disputas e tensões, um processo de reconhecimento da institucionalidade da ação, e não como um processo de institucionalização da ação coletiva, de forma normativa, com regras e enquadramentos, como temos observado nas políticas públicas no Brasil na atualidade.

A partir dos relatos dos entrevistados, observa-se que a contribuição do programa de formação para o processo de ampliação e fortalecimento das experiências de fiscalização, controle e gestão dos recursos públicos voltados para as políticas públicas expressam-se, concretamente, a partir de três pontos fundamentais: sensibilização dos sujeitos e suas comunidades e grupos para a participação nos espaços de controle social existentes nos seus municípios e regiões; participação e acompanhamento, por parte dos mesmos, nos espaços de controle social das políticas públicas, com destaque para os conselhos de co-gestão das políticas, fóruns e redes de articulação da sociedade civil e intervenção na elaboração do orçamento público municipal e, por último, a construção de diferentes iniciativas de formação e mobilização das suas comunidades e grupos organizados para participar nesses diferentes espaços de controle das políticas públicas.

O processo de sensibilização desses sujeitos e suas comunidades e grupos organizados, que tinham uma trajetória de engajamento social e político, geralmente, não vinculado diretamente com a questão das políticas públicas e os seus espaços de controle social, os levou a construir um novo olhar sobre o papel do Estado e uma nova postura na forma de pressionar e disputar o caráter e abrangência das suas ações públicas.

- Acredito que subsidiou muito isso, da gente começar a diferenciar os processos e saber primeiro priorizar o que gente tava precisando mais focar para poder resolver ou pelo menos tentar minimizar a situação gritante nas comunidades, como a luta pela segurança alimentar, pela moradia, contra a violência sexual contra as crianças e adolescentes. A gente procurou também qualificar o programa PIMC {Programa Um Milhão de Cisternas}, na questão da mobilização social, não se preocupou em fazer reunião nas comunidades para ver as cisternas, mas de dar formação nas comissões para elas trabalharem nas comunidades esta temática das políticas públicas, de ajudar as comunidades a ver que aquilo não era favor que o governo tava dando, mas sim porque elas tinham direitos e não éramos nós porque nós somos bonzinhos, era recurso público, era imposto que tava entrando ali [...]. (Entrevista com agente social da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

O fato de o processo formativo ter possibilitado um maior conhecimento da organização do Estado, seus marcos legais e os mecanismos existentes para a efetivação dos direitos, por meio de políticas públicas, e dos espaços e as formas de participação da sociedade civil, institucionalizados ou não, no controle social desses mecanismos de construção das políticas públicas, contribuiu para que a agenda de intervenção das políticas públicas fosse cada vez mais se configurando como eixo central da prática política e social de parte desses sujeitos, suas comunidades e movimentos sociais:

- Aumentou a nossa participação nos conselhos [...] Hoje nós temos pessoas das associações no próprio conselho da assistência social. Antes a gente participava, mas nunca fizemos parte da diretoria e hoje estou como secretária, porque a coisa era estruturada de uma forma e a gente acabava não tendo condições de participar. E porque eu considero importante esta questão de estar como secretária? Porque antes a gente levantava uma discussão numa reunião e eles não colocavam na ata. Hoje, todo mês [...] as discussões que nós temos de fato vai para a ata. E também quando há o retorno, pois uma coisa é você participar de um conselho com dez pessoas e apenas uma ou duas falando. Hoje tem um maior número de pessoas que tem uma visão política diferente, participando dos conselhos. Isso vai facilitar, seja agora com relação a questão mais concreta, por exemplo liberação de verbas para construção de casas populares, que veio através da assistência social e quando a gente descobriu, fomos lá e conseguimos uma distribuição mais justa, assegurando o acesso para pessoas mais carentes. O próprio trabalho das associações no bairro melhorou, a própria participação. Tivemos, também, a conquista de um mandato de um vereador de alguém ligado aos movimentos e que fez o curso. O conhecimento desses instrumentos ajudou muito [...]. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Iguatú/2008)

Pelos relatos, os sujeitos destacam que não direcionaram a sua ação social e política apenas em torno dos espaços de participação institucionalizados, mas, foram

criando, também, a partir das dificuldades suscitadas nesses espaços institucionalizados, outras formas de organizar e articular a participação para incidir no rumo das políticas públicas locais ou regionais. Nesse sentido, participaram na constituição de redes, fóruns e até mesmo uma escola de formação política, como espaços autônomos de articulação das forças organizadas tanto para exercer um acompanhamento e participação mais qualificada no interior dos conselhos de políticas setoriais como também sobre o conjunto das ações governamentais:

- [...] Nós participamos de uma Rede de Defesa de Crianças e Adolescentes, que a gente conseguiu mobilizar algumas instituições da própria comunidade pra tá lutando pela questão de garantia dos Direitos de Criança e Adolescentes [...] e esta rede também surgiu de uma campanha do enfrentamento da violência sexual [...] Tem uma proposta para que a gente possa está fazendo o estudo do OCA (Orçamento da Criança e do Adolescente) aqui no município, pra ver de que forma a gente pode está melhorando esta situação da criança e adolescentes [...]. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

O envolvimento desses sujeitos nos espaços de controle social das políticas pública desencadeou uma maior ênfase nos processos de formação de formação e mobilização dos seus grupos e comunidades de base, visando colaborar na qualificação e ampliação do protagonismo popular nos espaços de participação institucionalizada e não-institucionalizados e, também, nas diferentes iniciativas de mobilização popular, seja em torno de políticas públicas específicas ou a partir de temas macros da sociedade.

- [...] também no orçamento público foi muito bom, até aqui no nosso município a gente começou a trabalhar, a gente organizava grupos de estudos do PPA {Plano Plurianual} e ia discutir o que tinha que ser feito, onde ser feito e tudo. Ai a gente ia vendo o que tinha sido feito e o que não tinha. Foi muito bom! A gente elaborou proposta, as comunidades se juntaram. Depois a gente entregou a proposta pros gestores e tá aqui a nossa participação! Aqui a gente entrega e começa a cobrança, porque eles dizem que tem abertura pra colocar e então também a gente chega lá e diz “porque não aconteceu?”, “o que tá acontecendo?”, “o que tá faltando?”, e a comunidade começa se abrir através dessas iniciativas. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Tianguá/2008)

Em alguns municípios dessas dioceses, esses grupos organizados conseguiram sensibilizar e pressionar alguns agentes públicos para o apoio e parceria nas suas experiências de controle social das políticas públicas, destacando-se o apoio de alguns vereadores nas câmaras municipais e da promotoria pública:

- [...] aí então quando foi na eleição de 2004, nós da oposição obtivemos a maioria, passamos a ter cinco vereadores. Então eles começaram a entregar o orçamento para os vereadores e aí com o conhecimento que a gente tava, a partir do curso, a gente começou a fazer um trabalho, indo nas comunidades, apresentando a importância das pessoas participarem, de sugerir, de conhecer de fato o que é orçamento, que é recurso público, recurso nosso. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Iguatú/2008)

- [...] a gente participou da formação do conselho da merenda escolar e fomos nós, da escola, que ficamos responsáveis pela mobilização da sociedade civil

e pela tirada de representantes da sociedade. Nós conduzimos o processo que foi esbarrar no ministério público por que a prefeitura queria ter o controle na escolhas dos representantes da sociedade civil e a gente disse que não! Que quem tinha legitimidade pra fazer isso eram as organizações da sociedade civil e tomamos pra gente esta tarefa de fazer isso com o apoio do promotor de justiça, com o apoio do ministério público. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

Mesmo destacando esses elementos positivos que a fala dos sujeitos expressam sobre os resultados e contribuições do processo formativo nos seus espaços de engajamentos social e político, foi visível também algumas fragilidades e lacunas. Um dos elementos destacados foi a própria dificuldade de se fazer um trabalho mais coletivo, entre os grupos de cada diocese que fizeram parte do processo formativo, deixando algumas pessoas atuando nesse campo de forma isolada em seus municípios, sofrendo de forma direta as tentativas de cooptação, de desqualificação e perseguição por parte dos governos locais, tendo dificuldade de avançar em alguns processos de fiscalização, denúncia e proposição de políticas públicas.

Outro elemento de fragilidade detectado foi uma certa dificuldade de interação entre os representantes que atuavam nos espaços de controle social, institucionalizados ou não, e as comunidades e grupos de base que representavam. Muitas vezes, além dessas lideranças e agentes se sentirem sozinhos no interior desses espaços, especialmente nos conselhos, não conseguiram fazer dessa participação e, das informações e decisões nelas tomadas, um instrumento de mobilização das suas comunidades e grupos organizados, orientando suas posturas e tomadas de decisões a partir das discussões e decisões tomadas nesses espaços de consulta popular.

Não se pode deixar de destacar que, muitas vezes, o personalismo – presente na prática política algumas dessas lideranças e agentes– contribuiu também para essa falta de consulta e controle das bases sobre a representação política, assim como no rodízio dessa representatividade com outras lideranças e agentes sociais das comunidades e grupos organizados:

- Temos a ilusão que aqueles que desenvolvem mais a sua liderança, a gente diz que aquele é o tal e aquele que outro é menos, que consegue dizer mais com sua comunicação não-verbal, a fala. A gente não valoriza este potencial que precisa de espaço e muitas vezes este potencial que está lá, que não diz, que não comunica, que não se comunica melhor, talvez tenha esta capacidade e a gente diz “não é fulano” Porque a gente tem esta tendência, que é do humano, a gente supervaloriza este ser que já tem sua habilidade, sua competência e a gente desvaloriza ou descuida desse outro potencial que ta lá [...] a gente tem que sacar as pessoas. Tem que sacar o que é que dá brilho nos olhos da gente, das pessoas, porque aí sim elas vão conseguir dar continuidade a este processo. (Entrevista como agente social da arquidiocese de Fortaleza/2008)

➤ ***3º Objetivo: Contribuir para o fortalecimento das ações articuladas visando à superação das ações particularizadas, fragmentadas e desagregadoras:***

Esse objetivo visa lidar com os desafios decorrentes do movimento de fragmentação e dispersão das forças sociais populares, cujas causas e efeitos na prática social e política dos movimentos e organizações sociais já foram bastante evidenciados neste trabalho. Ele é o objetivo que menos aparece como resultado concreto na fala dos entrevistados sobre as contribuições e impactos do processo formativo nas suas experiências concretas de participação social e política. Surge mais no campo dos desafios e dos obstáculos que esses sujeitos e suas organizações têm enfrentado no sentido de garantir uma incidência mais ativa e transformadora no campo das políticas públicas.

Uma das raras exceções tem sido o grupo da diocese Tianguá, que constituiu a escola de formação política, possibilitando, assim, construir ações mais articuladas no campo da formação, da mobilização e do controle social, ainda que essa iniciativa tenha sido construída mais pelo engajamento individual dos agentes e lideranças do que pelas organizações populares existentes na região e nas quais realizam parte do seu engajamento social e político:

- [...] quando ele {o processo formativo} estava finalizando, nós estávamos voltando pra nossas casas, nossas cidades, pra nossas entidades, mas nós iríamos atuar dentro do sindicato onde nós já estávamos atuando, dentro da pastoral onde já trabalhávamos. A formação da “Escola de Formação Política e Cidadania Paulo Freire” conseguiu manter este corpo que começou a se constituir neste processo de formação, unido no compromisso de formação política permanente [...] Criando esta escola nós estávamos criando uma possibilidade da gente tá fazendo este processo de formação e a partir dessa formação a gente ter uma nova forma de intervir e participar nas políticas públicas. (Entrevista com agente social da diocese de Tianguá/2008)

A dificuldade de visualização de respostas concretas a esse problema de fragmentação e desmobilização das forças sociais populares se dá pelo nível de complexidade das causas e efeitos desse processo no interior da sociedade brasileira, exigindo a construção de uma intervenção político-pedagógica com objetivos a curto, médio e longo prazo, capaz de enfrentar não só as questões conjunturais locais e regionais, mas integrada a um projeto político de transformação da sociedade brasileira e da hegemonia capitalista no mundo.

Ainda que não se visualize contribuições mais efetivas frente a esse contexto de fragmentação, é possível apreender, a partir da fala dos entrevistados, uma maior

clareza e atenção a esse fenômeno, seus impactos nas formas de organizar a ação política e nos resultados pretendidos e a necessidade de construir estratégias para contribuir na sua superação em nível local e regional. Nesse sentido, relatam diferentes iniciativas que partem dessa perspectiva de construção de uma maior unidade política entre as forças sociais populares: os fóruns e as redes sociais de convivência com o semi-árido, economia popular e solidária, reforma agrária, defesa dos direitos da criança e adolescentes etc.:

-[...] Muitas das pessoas que participavam da formação elas hoje fazem parte do Fórum do Semi Árido [...] E nós temos conseguido de certa forma dá continuidade aos debates das políticas públicas, tentando somar melhor nossas atividades, articulando tudo isso na idéia da convivência com o Semi Árido [...]. (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Iguatú/2008)

Há ainda programas comuns de formação política destinada às camadas populares, realização de atividades de mobilização local e/ou regional (romarias, atos, marchas etc.) e envolvimento com as agendas nacionais de mobilização popular plebiscitos populares contra a ALCA, pela reestatização da Vale do Rio Doce, contra redução da maioria penal, contra a transposição do Rio São Francisco, Semanas Sociais Brasileiras, Grito dos Excluídos, Assembléias Populares etc.

- Mas eu ainda continuo acreditando que é possível, tem as Assembléias Populares⁶⁹ aí, embora tenha alguns equívocos, mas pelo menos tem essa vontade. Acredito que essa é um proposta interessante, embora a gente não tenha pegado mesmo essa idéia, mas é uma coisa que a gente precisa retomar , porque eu acho que vai dar o mote para gente juntar e ter um projeto comum na verdade, não um projeto de instituição e de sobrevivência institucional, mas um projeto de mudança social mesmo. (Entrevista com agente social da diocese de Limoeiro do Norte/2008)

f) – A formação como um processo permanente

A concepção da educação popular, como uma interação dialógica e dialética entre a teoria e a prática, o conhecimento e a transformação social, a ciência e o senso comum, traduz o ato de aprender, desaprender e reaprender como um movimento

⁶⁹ As “Assembléias Populares” traduzem-se como um instrumento político-pedagógico de articulação das forças sociais em torno de um projeto popular para o Brasil (ou “Mutirão por um Novo Brasil”). É fruto das mobilizações populares decorrentes das Semanas Sociais, dos Plebiscitos Populares (Dívida Externa, ALCA, etc.) e do Grito dos Excluídos. Se propõe a ser uma alternativa política e pedagógica ao contexto de fragmentação, divisão, burocratização e cooptação que assolam as práticas e relações das forças sociais populares, recriando e requalificando o papel dessas forças na sua ação contra-hegemônica ao projeto de sociabilidade capitalista. Cf. Rede Jubileu Sul/ Brasil. *O Brasil que queremos: assembléia popular mutirão por um novo Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

permanente, como resposta política e pedagógica às exigências e desafios da experiência social dos sujeitos envolvidos. Freire (2005, p.67 e 84) afirma que o aprendizado desenvolve-se “na busca inquieta, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” e que “re-faz constantemente na práxis, para *ser* tem que estar *sendo*”.

Orientado por essa concepção de educação, procurei analisar de que forma a fala dos entrevistados evidenciam a preocupação com essa perspectiva de formação permanente como decorrente do seu engajamento social e político e de que maneira eles vêm atendendo essa demanda, seja por meios próprios ou em parcerias com outras organizações, inclusive com a Cáritas.

Todos os entrevistados foram unânimes em reconhecer a importância da continuidade do seu processo formação como uma necessidade intrínseca ao seu engajamento político e social: “[...] *a gente continua aprendendo todos os dias, a agente precisa ter sempre uma palavra nova para uma realidade nova.*” (entrevista com liderança comunitária da arquidiocese de Fortaleza/2008). Identificam que a prática social e política do dia-a-dia é um dos espaços onde ocorre esse processo formativo, mas reconhecem, também, a importância e a necessidade de se ter espaços formativos mais sistemáticos, de aprofundamento de novos conteúdos e metodologias para qualificar a sua participação: “[...] *bom seria que a gente pudesse estar de vez em quando voltando a rever o material, estar estudando um pouco mais, para que a gente não deixasse perdido todo aquele aprendizado, tudo aquilo que a gente viu*” (Entrevista com liderança comunitária da diocese de Iguatú/2008).

Parte dos entrevistados vem buscando garantir a continuidade do seu processo de formação junto a partir das iniciativas oferecidas pelas suas organizações, nas atividades formativas proporcionadas pelas organizações parceiras ou pelos fóruns e redes sociais que participam e, também, nos espaços escolares. Contudo, alegam que esses espaços formativos ainda são muito pontuais e sem uma ênfase mais específica na discussão das políticas públicas, não interagindo, às vezes, com as demandas suscitadas pela militância nos espaços de mobilização e controle social das políticas públicas.

Em relação ao envolvimento da Cáritas com a continuidade do seu processo de formação, a maioria dos entrevistados afirma que tem participado de outras atividades formativas realizadas pelas Cáritas diocesanas, inclusive com ênfase no temas das políticas públicas, e que elas desenvolvem, também, nas quatro dioceses, um trabalho permanente de animação, assessoria e articulação política com as comunidades e grupos organizados que esse sujeitos entrevistados participam, mas alegam que falta

um processo mais sistemático de acompanhamento e monitoramento das experiências desenvolvidas no campo das políticas públicas e da garantia de espaços de intercâmbios e sistematização entre essas experiências e de atualização do processo formativo.

3.3.3 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS, A PARTIR DESSA EXPERIÊNCIA PRÁTICA, PARA AÇÕES DE FORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS.

O relato dos sujeitos entrevistados sobre as vivências e sentidos do Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas, organizado pela Cáritas Regional Ceará, expressam uma gama de experiências, questões e desafios para a prática político-pedagógica do programa de Políticas Públicas não só em nível do regional, mas para o conjunto da rede Cáritas e para os movimentos e organizações sociais que partilham com ela nessa caminhada de construção e ampliação da participação popular nos espaços de controle social e mobilização popular em torno das políticas públicas. De forma sintética, como exercício de fechamento desse terceiro capítulo, apresento algumas breves considerações e/ou apontamentos, extraídos da análise que fiz dessa experiência de formação continuada e seus impactos na prática social e política dos sujeitos participantes:

- *A formação continuada em políticas públicas deve proporcionar uma visão integrada sobre os desafios da participação popular e uma perspectiva de transformação social mais ampla:*

Um dos desafios dessas práticas formativas é evitar que elas incorporem e colaborem na reprodução da lógica de fragmentação das políticas públicas, que, na maioria das vezes, recortam a identidade política dos sujeitos em várias políticas de identidades (GONH, 2008, p.62), direcionando as demandas e reivindicações populares em torno de temáticas e/ou políticas setoriais, que são facilmente incorporadas e atendidas dentro da lógica capitalista de organização do Estado, já que não se vinculam a uma proposta de transformação social mais ampla, como uma luta, de fato, anticapitalista.

Nesse sentido, é importante que as escolhas dos conteúdos e as metodologias que serão desenvolvidas no processo formativo estejam imbuídas dessa perspectiva, possibilitando uma articulação entre as temáticas específicas de cada política pública, as dimensões técnico- políticas utilizadas na elaboração do orçamento público e os mecanismos de funcionamentos dos espaços de participação institucionalizados com o debate sobre o modelo de sociedade hegemônico, sua influência no papel e organização do Estado, a sua concepção de cidadania e democracia, discutindo, também, o papel contra-hegemônico da participação popular, a força transformadora das suas práticas como horizonte para um novo projeto político de sociedade, em que as diferenças não são utilizadas para enfraquecer uma visão de classe, mas para fortalecê-la, construindo uma visão mais ampla e abrangente (WOOD, 2003, p.227).

Outro elemento a ser destacado é a preocupação permanente com a superação do contexto de fragmentação que se faz presente no interior das forças sociais populares. As ações formativas em políticas públicas e as práticas delas decorrentes têm que se imbuir desse compromisso de contribuir na re-construção dos elos que garantem uma identidade política comum aos seus diferentes sujeitos sociopolíticos. Uma unidade que exige uma teoria consistente, mas que se desenvolve fundamentalmente no agir social e político desses sujeitos e na capacidade desses em extrair daí os pontos comuns que servirão de amálgama para a construção de uma identidade política comum e de um novo projeto político de sociedade.

- ***A necessária interação entre as práticas educativas de construção da participação popular e as iniciativas de desenvolvimento territorial:***

A maior conscientização política e motivação dos sujeitos para a participação popular, como contribuição dos processos formativos, tem se defrontado com os limites impostos pela desigualdade social, pelo empobrecimento da maioria da população e pelo coronelismo/paternalismo da cultura política local e regional que se utiliza das políticas assistencialistas e dos mecanismos de cooptação e perseguição como forma de silenciar e desarticular as iniciativas populares de controle social e mobilização popular.

Nas regiões entrevistadas é possível perceber a força que o Estado exerce sobre as condições de trabalho e renda da maioria da população, especialmente as camadas mais empobrecidas, por meio da garantia de empregos públicos temporários nos governos municipais ou por meio de políticas públicas de distribuição de renda, de

natureza assistencialista e utilizadas como barganha eleitoral. Essa situação cria sérios impedimentos para uma atuação mais efetiva de parte desses sujeitos, em um contexto em que o exercício da participação pode significar a ameaça da própria sobrevivência.

Essa situação desafia os movimentos e organizações sociais a articular as práticas de educação de conscientização e mobilização dos grupos e comunidades com iniciativas geradoras de trabalho e renda, capazes não apenas de responder de forma imediata às demandas de sobrevivências desses sujeitos, mas que apontem, também, para uma nova concepção de desenvolvimento que oriente e altere o caráter excludente e clientelista das políticas públicas.

Não se trata uma de equação simples, pois enfrentar condicionantes econômicos e políticos dessa envergadura exige, por parte dos movimentos e organizações sociais, muita clareza política, consistência metodológica e teimosia esperançosa na capacidade transformadora da participação popular. Pressupõe a capacidade de articular questões táticas com horizontes estratégicos, o imediato com o projeto político, a autogestão dos grupos e comunidades com a intervenção estatal e o local com o global.

Algumas experiências, conforme aludido anteriormente, têm se afirmado como alternativas pontuais, apontam para algumas saídas, portam novidades políticas e metodológicas, mas ainda são pequenas ilhas, bastante pulverizadas diante de um mar hegemônico em que a lógica do desenvolvimento orienta-se pela exclusão social, pela concentração do poder econômico e político, pela despolitização e negação da participação popular.

- ***Fomentar a articulação entre os espaços e práticas de controle social com as experiências de mobilização popular:***

Os processos formativos precisam colaborar na superação dessa dicotomia, que ainda permanece em muitos movimentos e organizações sociais e que tem fragmentado e enfraquecido o seu papel contra-hegemônico, entre os espaços e práticas de controle social, asseguradas, principalmente a partir da Constituição de 1988 e as experiências históricas de mobilização popular construídas pelas forças populares, decisivas para o alargamento do espaço público e incorporação de parte das suas reivindicações na agenda do Estado.

A formação em políticas públicas tem que se preocupar com a qualificação das lideranças e agentes das camadas populares tanto para atuar nos espaços de

controle social das políticas – conquistados pela pressão popular e com potencial de publicização, intervenção e transformação da ação pública estatal – como também nos espaços de mobilização popular, que fazem parte da agenda de luta e pressão política dos movimentos e organizações sociais e abordam tanto temáticas específicas como também questões macros da realidade social.

A participação popular ocorre tanto na “rua” a partir das diferentes formas de mobilização popular como, também, na “sala de reunião”, pelos diferentes espaços e práticas de controle social. Esses dois campos de atuação das camadas populares na defesa dos seus direitos e na transformação do modelo de sociedade não são antagônicos, ainda que cada um tenha suas especificidades, pois é pela unidade e força das camadas populares, que se manifesta principalmente nas mobilizações, que se consegue avanços nas negociações e proposições de políticas públicas estruturantes. É, também, pela atuação qualificada dos representantes das camadas populares nos espaços de controle social que se assegura as disputas e negociações sobre o caráter dos projetos e programas de políticas públicas, como resposta do Estado às reivindicações e pressões políticas das mobilizações populares.

- ***Superar a “falsa” dicotomia entre a Sociedade Civil e o Estado:***

Outra questão que aparece como desafiante para o campo de formação e intervenção nas políticas públicas é a substituição da permanente contradição entre o trabalho e o capital pela falsa dicotomia entre sociedade civil e Estado, colaborando, assim, no processo de “repolitização” das camadas populares, como parte das estratégias da nova pedagogia da hegemonia neoliberal. Dessa forma, parte das forças do campo popular, a partir das suas diferentes práticas político-pedagógicas, vai se distanciando ou tornando secundária a luta anticapitalista, como denúncia e enfrentamento da contradição “entre a socialização do trabalho e a apropriação privada do trabalho social [...] entre a socialização da política e apropriação individual ou grupista do poder” (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p.22).

O enfoque passa a ser entre a sociedade civil, como o espaço da liberdade e de construção coletiva dos interesses comuns, locus de organização da vontade coletiva e de enfrentamento comum à natureza coercitiva e burocrata do Estado, distinguindo-se bastante da concepção gramsciana (Portelli, 1977), que via a sociedade civil não só como um espaço marcado por uma pluralidade de interesses e conflitos, mas que parte

dos seus aparelhos privados de disputa hegemônica é, também, extensão desse próprio Estado e dos interesses das classes hegemônicas que o comandam.

Esse conceito de uma sociedade civil de identidade homogênea e interesses comuns, incluindo desde os lares e as associações voluntárias até o mercado capitalista e seus mecanismos de organização e reprodução social e ideológica, transforma-se em argumento que, segundo Wood (2003. p.211):

[...] em vez de simplesmente evitar a totalidade sistêmica do capitalismo, a nega explicitamente. A própria existência de outros modos de dominação que não as relações de classe, outros princípios de estratificação que não a desigualdade de classe, outras lutas sociais que não a luta de classes, é considerada uma demonstração de que o capitalismo, cuja relação constitutiva é a classe, não é um sistema totalizante. A preocupação marxista com relações “econômicas” e classes em prejuízo de outras relações e identidades sociais é vista como uma demonstração de que as tentativas de “totalizar toda a sociedade do ponto de vista de uma esfera, a economia o modo de produção”, é errada pela razão simples de que evidentemente existem outras “esferas”.

Muitos movimentos e organizações sociais têm caído nessa armadilha ao focar a sua intervenção nas políticas públicas dissociada de uma visão sistêmica do modelo de organização da sociedade e das suas contradições estruturais, concebendo a sociedade civil como um novo campo político comum de luta contra o papel coercitivo do Estado. Essa “repolitização” tem levado parte dessas forças a incorporar e reproduzir discursos e práticas que se alinham bastante com as orientações neoliberais, como a redução do papel do Estado, a terceirização das políticas públicas de natureza compensatória e a abrangência focalizada, transformando a cidadania em bens de consumo a serem acessados no interior do mercado capitalista e a democracia em liberdades individuais, calcadas nos direitos civis e nas necessidades artificiais criadas pelo “mercado”, destituída de conteúdos políticos e sociais.

O processo formativo precisa não apenas enfatizar as distinções entre sociedade e Estado, também necessárias, mas englobar esse debate como parte das discussões sobre os modelos estruturantes de sociedade e como essas distinções se manifestam conforme o nível de hegemonia capitalista e a capacidade organizativa das forças populares. Importante, também, trazer uma contribuição sobre o novo caráter associativista presente em nossa sociedade, suas relações com essas agendas neoliberais e seus impactos para a ação contra-hegemônica das forças sociais populares.

- *O protagonismo da participação popular:*

Cada vez mais as condições de vida de parcela significativa das camadas populares, marcadas pela precarização e exclusão do mercado de trabalho formal, pelas condições insalubres de moradia e do trabalho informal, sob a mira da violência do próprio Estado e do crime organizado, refém das políticas públicas compensatórias, potencializadas pelas políticas neoliberais aplicadas nas últimas décadas, tem levado parte dessa população a buscar respostas imediatas para seus problemas, seja por meio das religiões, do crime organizado e do assistencialismo estatal. Condição essa que pode ser traduzida como “um mergulho na contingência bruta e a construção de um imaginário que não a enfrenta nem a compreende, mas simplesmente se esforça por contorná-la” (CHAUÍ, 2006, p.128).

Esse contexto de exclusão, de desesperança e despolitização que afeta grande parte das camadas populares tem levantado sérios desafios para a construção e fortalecimento do papel protagonista desses sujeitos nos processos de luta por emancipação social, pois a necessidade, expressa concretamente na luta pela sobrevivência imediata e “artificializada” pelo mercado consumista capitalista, não é mais o espaço de construção da liberdade e de transformação da realidade social, construída historicamente e, portanto, passível de ser modificada. A necessidade é interpretada como destino ou fatalidade, cujo poder de transformação não está mais nas mãos desses sujeitos e suas comunidades, mas se dá, principalmente, pela “intervenção divina” ou pelas “oportunidades” individuais oferecidas pelo mercado.

Nesse sentido, um trabalho de formação de base, sistemático e com uma perspectiva crítica, precisa saber lidar com esse panorama de precarização social e de desesperança que marca a realidade das camadas populares, que coloca novas questões e sérios desafios para a construção da participação popular, como espaço protagonizado pelas necessidades e sonhos dos sujeitos e sua força transformadora.

Agregam-se a esse desafio as novas formas de relações que parte das organizações sociais (principalmente as novas “ONGs”) estabelece com esses sujeitos e suas comunidades. Transformam esses em “clientelas” dos seus projetos e programas, geralmente financiados com recursos da “responsabilidade social empresarial” ou do próprio Estado. Não se orientam mais pela identidade político-ideológica que marcou a relação dessas organizações com as camadas populares nas décadas anteriores. A base dessa nova relação se dá por uma relação de “serviços especializados” das organizações

sociais com os grupos e comunidades, que desenvolvem sofisticados mecanismos de gestão e avaliação desses programas, com o intuito de mensurar os resultados alcançados, de preferência quantitativos, como forma de prestação de conta aos agentes financiadores, na maioria das vezes, em detrimento de um processo de construção, gestão e avaliação participativa do projeto com as comunidades e grupos acompanhados.

A cidadania que aparece como resultado a ser alcançado por todos esses projetos desloca-se de “seus termos coletivos para os antigos patamares da cidadania individual” (GOHN, 2003, p.37), e se expressa pelo estímulo e apoio às iniciativas individuais ou comunitárias, deslocadas de uma identidade política e de uma perspectiva de intervenção e transformação nos elementos estruturantes da desigualdade e da injustiça que marcam a sociedade brasileira.

Percebe-se, também, uma tendência de substituição e/ou disputa entre as lideranças e agentes dos movimentos sociais e comunidades de base e os “assessores técnicos” e/ou “consultores” dessas organizações nos espaços de participação popular de controle social das políticas públicas. A justificativa dada para essa substituição e que é utilizada, também, nos espaços de disputas, é que os novos espaços de participação precisam de cidadãos mais “técnicos”, capazes de colaborar com um saber mais “especializado” no rumo dos debates das políticas públicas, legitimando-se, dessa forma, a sua representação nesses espaços como de interesses dos movimentos e comunidades excluídos de qualquer representação.

Essa “terceirização” às avessas da representação popular nos espaços de controle social das políticas públicas, que é a própria negação da cidadania do povo, provoca não apenas um distanciamento cada vez maior das camadas populares desses espaços, dificultando a adequação da linguagem e metodologias de acordo com seus saberes e disponibilidade de tempo para participação, como, também, possibilita, cada vez mais, o acúmulo de conhecimento, poder e visibilidade dessas organizações, como novas protagonistas no diálogo com o Estado.

- ***A capacitação dos gestores públicos:***

A presença crescente de agentes e lideranças populares ocupando funções estratégicas no interior do Estado tem suscitado nas duas últimas décadas debates e iniciativas de educação popular para a capacitação dos gestores públicos. Trata-se, agora não apenas da formação dos sujeitos que estão no pólo não-governamental, mas

parte desses sujeitos encontram-se, hoje, no outro pólo – o governamental –seja ocupando espaços de representação política como parlamentares ou no governo de prefeituras, na gestão de secretarias e órgãos estatais e na coordenação de programas e projetos governamentais. Espaços que têm demandado novos saberes e novas estratégias para lidar com a burocracia do Estado, com as forças em disputas no seu interior, com os “encantos” e “privilégios” do poder e com a autonomia das organizações e movimentos sociais. A criação de um instrumento político pedagógico capaz

[...] de propiciar qualidade substantivamente democrática a intervenção dos diversos atores nos espaços públicos e canais de participação cidadã. Trata-se de desenvolver uma pedagogia da gestão democrática capaz de contribuir para a construção de novas formas exercício do poder no terreno da Sociedade Civil e nas formas de atuar do Estado. (PONTUAL, 1995, p.98).

A natureza das práticas educativas realizadas pelas organizações e movimentos sociais nas décadas de 70 e 80 e que exerceram, de certa forma, um papel decisivo na formação desses sujeitos e seus quadros políticos, davam pouca atenção para a questão das políticas públicas, a compreensão dos mecanismos de organização e funcionamento do Estado e a adequação e utilização desses mecanismos para atender, ainda que parcialmente, as demandas do povo e fortalecer seus espaços e formas de organização e mobilização.

As teorias reprodutivistas, a ideologia do “desenvolvimento comunitário” e o legado patrimonialista e autoritário que marcam a constituição do Estado brasileiro, influenciaram nessa indiferença e distanciamento das práticas político-pedagógicas dos movimentos e organizações sociais em relação ao Estado. Isso explica o despreparo e as dificuldades vivenciadas por parte dessas lideranças e agentes populares na gestão de espaços públicos e, também, dos próprios movimentos e organizações em contribuir e pressionar para que esses espaços expressem, concretamente, uma inovação política e pedagógica no atendimento das reivindicações do povo, na democratização do Estado.

- ***A relação do processo formativo com a educação escolar:***

As experiências de educação popular aos poucos têm construído caminhos e pontes de maior diálogo com a educação escolar, reconhecendo-a inclusive como o principal instrumento de garantia da educação do povo e que, portanto, precisa ser valorizadas e apoiadas pelas forças sociais populares, que devem participar ativamente nos diferentes espaços de disputas sobre as concepções de homem/mulher, sociedade, cidadania e liberdade que oriente sua prática pedagógica. Afirmar a educação como um

direito do povo e que deve ser garantido pelo Estado, reconhecendo, também, que só Estado tem capacidade de universalizar as demandas educativas do povo.

Algumas experiências de parcerias dos movimentos e organizações sociais com sistemas de educação pública têm possibilitado um diálogo fecundo, onde o conflito também faz parte, entre suas diferentes concepções, metodologias e organização do tempo e do espaço, colaborando na renovação tanto da teoria como da prática política pedagógica dessas instituições. Exemplo disso são as Escolas Famílias Agrícolas, as Escolas Itinerantes do MST, as dezenas de cursos de graduação e especialização realizadas por essas forças populares em parceria com as universidades.

Essa relação não é isenta de tensões, pelo próprio questionamento da legitimidade e da qualidade dessas experiências formativas por parte dos setores tradicionais da sociedade brasileira; pelas dificuldades de interação entre a noção de tempo e espaço na prática educativa dos movimentos e organizações sociais com as noções que permeiam a prática da educação escolar; e pelo embate com as visões e interesses capitalistas que estão presente nos sistemas públicos de educação e que, nos últimos anos, tem se intensificado pelo discurso da qualidade, da produtividade, da “especialização” do conhecimento e da própria privatização do ensino.

A interação das práticas de educação popular com a educação escolar é condição fundamental para o alcance de uma “educação pública, gratuita e de qualidade”, que de fato se expresse, concretamente, como oportunidades educacionais para o conjunto das camadas populares, contribuindo tanto nos “aprendizados das técnicas e desenvolvimento das habilidades {que} têm conseqüências específicas, inegavelmente, implicam vantagens reais para a população escolar” (BEISIEGEL, 2006, p.118) como na construção de uma visão crítica, histórica e esperançosa da sua realidade, capacitando-a e mobilizando-a para o exercício do seu protagonismo no interior do processo de transformação social da sociedade brasileira.

4. A TÍTULO DE CONCLUSÃO: REFLEXÕES SOBRE ALGUMAS QUESTÕES E DESAFIOS QUE PERMANECEM NA TRAVESSIA APRENDENTE DA CÁRITAS BRASILEIRA COM A EDUCAÇÃO POPULAR

Procurei no decorrer do texto explicitar como a trajetória de transformação da prática político-pedagógica da Cáritas Brasileira foi permeada de descompassos, tensões e aprendizados com a educação popular, destacando como esse processo coloca a Cáritas em um movimento permanente e criativo de reconstrução dos sentidos e finalidades do seu trabalho social, em sintonia com os desafios colocados pela realidade brasileira e numa postura aprendente com esse conjunto de forças sociais populares ligadas ao campo da educação popular, e ao campo popular e democrático. Enfatizei, também, as estratégias que ela vem construindo para manter a vitalidade da sua práxis político-pedagógica no contexto atual de descenso, fragmentação e desarticulação do campo popular e da própria educação popular.

O desenvolvimento dessas duas questões no decorrer do texto se articula com as duas hipóteses que orientaram esse exercício de pesquisa, apontando tanto para o conjunto de transformações e avanços ocorridos na prática político-pedagógica da Cáritas, como, também, para os desafios que permanecem e que interferem de forma bastante efetiva no sentido e alcance do seu trabalho social no interior da sociedade brasileira. Nesse sentido, como exercício de conclusão, procuro refletir, ainda que de forma panorâmica, algumas dessas questões que permanecem como desafios centrais para o fazer político-pedagógico da Cáritas Brasileira.

Elenquei quatro questões que, sob meu ponto de vista, expressam os desafios centrais que se colocam para a afirmação e permanente avanço do seu trabalho político-pedagógico como uma pedagogia da participação popular, no contexto atual: a sua relação com a Igreja e a sua estrutura em rede; a relação com os movimentos e organizações sociais; as suas concepções e relação com o Estado e o(s) seu(s) projeto(s) político(s) que fundamenta e orienta o seu trabalho social.

As reflexões em torno dessas questões se fundamentam, basicamente, nos elementos extraídos dos documentos internos da Cáritas, nas entrevistas realizadas com

parte dos seus agentes, refletindo, também, alguns dos questionamentos, inquietações, descobertas e entusiasmos que experimentei no meu tempo de trabalho/militância no interior dessa organização. Essas reflexões se somam e se alargam na interação desse conjunto de informações e vivências empíricas com parte da literatura bibliográfica utilizada como referência teórica no desenvolvimento desse trabalho de pesquisa.

4.1- A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS E A SUA IDENTIDADE ECLESIAL E ORGANIZAÇÃO EM REDE

A identidade político-institucional da Cáritas Brasileira como um organismo social da Igreja Católica, articulada em diferentes instâncias (nacional, regionais e diocesanas) em formato de rede, exerce um papel determinante na natureza e alcance da sua prática político-pedagógica, podendo criar impedimentos ou potencializar o processo contínuo de renovação e avanço do seu trabalho social. Exemplo concreto dessa interação é o percurso histórico de transformação e inovação do trabalho social Cáritas, que além de ter sofrido a influência positiva do conjunto de movimentos e organizações sociais do campo popular, é resultante, também, das transformações em desenvolvimento no interior da Igreja, no Brasil e em nível mundial, como respostas político-teológicas às ameaças e desafios que se colocavam para o exercício da sua influência sobre o mundo moderno⁷⁰.

As mudanças ocorridas no interior da Igreja Católica e a forma concreta que sua atuação político-teológica vem se sendo desenvolvida em cada país, em especial no interior de cada igreja particular (diocese), representam fortes impactos para o desenvolvimento do trabalho político-pedagógico da Cáritas Brasileira, ainda que essa, potencializada por um nível de autonomia diferenciada de outros organismos e pastorais eclesiais, encontre alguma margem de manobra para lidar com as vicissitudes dessa nova conjuntura que marca a ação da Igreja sobre o mundo, podendo inclusive exercer,

⁷⁰ Para Bruneau (1974, p.16) o objetivo dessa influência da Igreja “*é a salvação final , bem como a formulação particular desse objetivo em situações concretas, e os mecanismos e instrumentos para alcançá-lo. Quando me refiro ao objetivo da influência, estou unindo a mensagem à instituição, pois uma sem outra não tem particular interesse para a análise.* Esse exercício de influência da Igreja sobre o indivíduo e a sociedade pode ser apreendido pelas seguintes categorias de análise: “1. *Princípio organizacional dominante que descreve a percepção que a Igreja tem do meio em que vive e dos obstáculos para a consecução do seu objetivo geral de influência;* 2. *Os grupos ou setores da sociedade aos quais a Igreja dá atenção particular, a faixa favorecida assim por dizer;* 3. *Relação Igreja-sociedade, ou a maneira pelo qual a organização procura ligar-se ao meio maior;* 4. *Os instrumentos ou mecanismos com as quais a Igreja exerce influência e gera engajamentos*”. (BRUNEAU, 1974, p.16).

ainda que de maneira restrita, algumas incidências contra-hegemônicas perante esse novo modelo que vai se instaurando como hegemônico no interior da Igreja.

Nesse sentido é importante captar os sentidos e os impactos dessas mudanças no interior da Igreja Católica e suas implicações para a ação político-pedagógica de muitas das suas pastorais e organismos sociais, dentre as quais a Cáritas Brasileira: desde o final da década de 80 a Igreja Católica tem construído um processo de redefinição das estratégias de construção da sua influência no mundo, distinguindo-se daquelas construídas a partir dos ventos renovadores do Concílio Vaticano II, que caracterizou, em especial na América Latina, como uma “ideologia da mudança social” (Bruneau, 1974, p. 140), possuindo uma interação bastante direta e incisiva com os objetivos e práticas de muitos movimentos e organizações sociais do campo popular.

A partir do papado de João Paulo II, esse modelo de influência sobre o mundo começa a ser redefinido, influenciado principalmente pelos significados e conseqüências que essa “ideologia da mudança social” estava alcançando na América Latina e seus impactos e ressonâncias diretas no conjunto da Igreja. A crescente radicalização que caracterizou a atuação pastoral de muitos setores da Igreja na América Latina, incluindo bispos, padres e leigos, influenciados pelo contexto de desigualdade econômica e ditadura política que marcava essa região, aproximando-se cada vez mais de setores da esquerda marxista, acirrou bastante as relações da Igreja com o Estado e com setores da elite econômica em vários países, além de representar uma ameaça direta à própria institucionalidade da Igreja, pela postura crítica que esses setores progressistas faziam ao seu caráter vertical, eurocêntrico, machista e clericalista.

A Igreja Católica inicia então um movimento de contenção dos “excessos” cometidos pela Igreja na América Latina, exercendo um controle direto sobre a teologia da libertação, enquanto base teórica da visão teológica que orientava a prática desses setores progressista, e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), enquanto referencial prático desse novo modelo de Igreja em desenvolvimento nessa região. No Brasil, um dos países referenciais desse movimento de radicalização política, as estratégias construídas para contenção dos excessos cometidos pelos setores progressistas e suas conseqüências para os interesses da Igreja na relação com o Estado e com a elite econômica se dão, basicamente, em torno de dois eixos: mudanças no perfil do episcopado brasileiro, a partir da nomeação de bispos de tendências mais “moderadas” e/ou conservadoras, em sintonia com a nova mentalidade da Cúria Romana; o apoio e estímulo ao surgimento e ampliação de novos movimentos religiosos que se caracterizam por uma visão e prática da fé desligada da dimensão sócio-política, por

uma obediência total à hierarquia da Igreja e com capacidade de mobilização massiva, servindo, também, como contraponto ao movimento crescente das igrejas neopentecostais.

Em nível nacional, o discurso da hierarquia, articulada em torno da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) ainda preserva alguns elementos da ideologia de mudança social e das orientações do Vaticano II e das opções assumidas pelas conferências regionais de Medellín e Puebla, por meio da atuação e posicionamento pastoral de alguns bispos ligados historicamente aos setores progressistas e por incidência de algumas pastorais e organismos sociais identificados com uma Igreja mais comprometida com as questões sociais e políticas. No entanto é no interior de cada igreja particular (diocese) que se manifesta de forma mais incisiva a força desmobilizadora dessas estratégias construídas para conter o processo de radicalização de alguns setores da Igreja.

Sob o comando de bispos identificados com a nova linha pastoral em hegemonia na Igreja Católica, grande parte dessas dioceses, outrora caracterizadas por uma forte atuação no campo da educação e mobilização popular, passa a priorizar questões de natureza mais intra-ecclesial na sua ação pastoral e a estimular e apoiar os novos movimentos religiosos de natureza “espiritualizante” e abrangência massiva e os trabalhos sociais de natureza mais assistencialista e, muitas vezes, desresponsabilização e/ou terceirização do papel do Estado.

Em muitas dioceses esses novos fenômenos pastorais convivem com pastorais e organismos sociais identificados com a teologia da libertação e com as comunidades eclesiais de base. Uma relação que não está isenta de conflitos e disputas das mais variadas formas. Em outras dioceses, essas pastorais e organismos foram praticamente desmantelados, em decorrência dos conflitos diretos de seus agentes com bispos e padres, desencadeando situações de expulsão e/ou demissão de agentes ou de toda a equipe, a suspensão de apoio financeiro, o fechamento de muitas dessas pastorais e organismos sociais ou a sua “adequação” às novas diretrizes pastorais em vigor nessas dioceses.

Esse conjunto de mudanças que se desenvolve no interior da Igreja Católica, cujos efeitos são mais visíveis e mensuráveis nas igrejas particulares (dioceses), traz sérios desafios para a prática político-pedagógica da Cáritas, principalmente pelo seu modelo de organização em rede, em que suas entidades de base (Cáritas Diocesanas) possuem uma relativa autonomia em relação às diretrizes e estratégias definidas

nacionalmente, incorporando-as de acordo com os desafios da realidade local e as opções pastorais assumidas pela diocese.

Dessa forma, por mais que suas diretrizes e estratégias de ação político-pedagógicas sejam definidas pelo conjunto das entidades de base e respaldadas pela Igreja, por meio da CNBB, é no interior de cada igreja particular (diocese) que elas serão efetivadas, desafiando-a a um exercício permanente de negociação dos conflitos e tensões decorrentes entre suas propostas e as mentalidades e opções pastorais dos bispos de cada diocese.

- Acaba que também a Igreja é muito contraditória, porque do ponto de vista da instituição, o grupo que dá a direção para a instituição Igreja, ele não caminha na direção que a Cáritas caminha oficialmente, mas internamente existem posicionamentos proféticos, em defesa da luta dos pobres, em defesa do meio ambiente, que se soma a perspectiva da Cáritas. Então a gente vive, sem dúvida alguma, um processo de contradições, de conflitos e um certo hiato entre teoria e prática. A Igreja por um lado, constrói documentos bastante proféticos, mas toma decisões bastantes conservadoras, e a Cáritas, por outro lado, enquanto instituição da Igreja, ela dialoga com esta instância, ela tem uma posição, mas ela é influenciada por esta perspectiva conservadora e isso acontece muito na chamada igreja particular, que embora a CNBB, os bispos, firme posicionamentos comuns, na igreja particular, que são as dioceses, cada uma acaba tendo a sua autonomia e isso acaba também coincidindo com a estrutura da Cáritas. A gente assume as perspectivas comuns, mas quando você chega numa diocese, que o bispo diz “não é por aí” ou que a diretoria diz “isso não vai caminhar desse jeito”, você também encontra limites institucionais no interior da Cáritas. (Entrevista com Assessora Nacional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Rio Grande do Sul/2008)

Esse relato destaca bem as contradições que marcam a Igreja e como elas afetam o sentido e alcance do trabalho político-pedagógico da Cáritas. Demonstra como as opções assumidas pela Cáritas são apoiadas e identificadas com os posicionamentos políticos e pastorais assumidos pela CNBB. Todavia, a autonomia de cada igreja particular (diocese), em que a tradução e valorização dos posicionamentos assumidos nacionalmente pela Igreja dependem, quase que exclusivamente, da mentalidade e interesses dos seus bispos e padres, que nem sempre coadunam com as opções assumidas pela Cáritas, cria uma série de conflitos e impedimentos para o desenvolvimento do trabalho político-pedagógico das Cáritas Diocesanas, em sintonia com as diretrizes e estratégias assumidas nacionalmente.

Uma situação que exige, muitas vezes, por parte das Cáritas Diocesanas alguns recuos e adequação do seu trabalho social de acordo com as visões e prioridades pastorais da diocese em que se encontra inserida, ocasionando, desse modo, um certo descompasso entre as opções assumidas nacionalmente e as práticas vivenciadas por essas Cáritas diocesanas. Claro que existem outros fatores que também exercem influência no rumo das concepções e finalidades do trabalho social realizado no interior

de cada Cáritas diocesana, como a visão política dos agentes que compõem a equipe de trabalho, a relação com movimentos e organizações sociais, o acompanhamento sistemático por parte dos secretariados nacionais, os espaços de formação regional e nacional, a autonomia financeira, o apoio de padres e religiosos/as, entre outros, mas a mentalidade da autoridade episcopal é determinante para a natureza e o caráter desse trabalho social.

Alguns agentes da Cáritas consideram que esses obstáculos não se dão apenas como limites de uma conjuntura eclesial, a partir de posturas moderadas ou conservadora de maioria dos bispos, ele são expressão da própria estrutura da Igreja e da sua filosofia político-teológica: *“a Igreja, não é que é limitada pelos bispos, é que ela tem um pressuposto filosófico, baseado nas suas concepções cristãs, que tem limites para avançar nas transformações”* (Entrevista com Assessor Nacional da Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional- Brasília/2008). Afirmam que a legitimidade de um trabalho político-pedagógico para além dos limites impostos por essa lógica dá-se no interior da “Igreja-povo-de-Deus”, que ultrapassa a institucionalidade da Igreja, podendo inclusive transformá-la, a partir de uma atuação no interior da própria Igreja institucional:

- Nós temos a Igreja institucional e a Igreja-Povo de Deus. A gente simplifica e isso ajuda. A Igreja povo de Deus não tá na institucionalidade. Isso me permite ter elementos para dizer que estou sendo coerente com a Igreja Povo de Deus, Algumas vezes tendo que enfrentar a institucionalidade. Ou de ver nos espaços da institucionalidade o que se pode fazer para avançar numa concepção da Igreja-povo de Deus. (Entrevista com Assessor Nacional da Cáritas Brasileira- Secretariado Nacional – Brasília/2008)

Os agentes relatam experiências em que a rede Cáritas impulsionada por essa visão de uma Igreja comprometida com a luta do povo, assumiu posições contrárias às assumidas pela Igreja oficial, mantendo-se coerente com as lutas dos movimentos e organizações sociais e exercendo uma pressão para a mudança da própria posição da Igreja institucional, conforme ilustra o relato seguinte:

- [...] mesmo num contexto de posicionamento que a Igreja muitos vezes não toma, a Cáritas tem se colocado ao lado dos movimentos e organizações sociais. Eu colocaria muito para ilustrar isso, a luta contra a transposição do Rio São Francisco. Se você pegar a hierarquia da Igreja e alguns segmentos da Igreja que têm uma maior influencia da hierarquia, esta parte da Igreja tem se posicionado a favor da transposição e nós, como organismo da CNBB, a gente tem se mostrado contrário. A gente explicita isso. Estamos dentro da Frente Cearense por Uma Nova Cultura das Águas e contra a Transposição do Rio São Francisco aqui no Estado do Ceará e temos articulação com outros estados de demarcar publicamente este nosso posicionamento. Isso nos faz estar mais próximos de alguns movimentos e tem vários segmentos da

Igreja que não entram nesta luta e a gente entra. A gente tem conseguido ousar, se colocar junto desses segmentos, eu acho que é uma relação boa do ponto de vista daqueles segmentos que estão mais críticos a este sistema político que nos temos hoje [...] Dentro dos planos de ação da Cáritas tem essa articulação com a Igreja e com as pastorais sociais em particular e, também, isso vai variando de contexto para contexto, tem hora que é possível somar, tem hora que não soma, tem hora que provoca. Agora neste posicionamento em relação à transposição, quando Dom {Luis} Cappio entrou em greve, a própria Cáritas provocou o diálogo com a CNBB, provocou o posicionamento da CNBB, então eu acho que tem assim este papel. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Ceará/2008)

Essa possibilidade de “rebeldia” da Cáritas frente às “posições hegemônicas” assumidas pela Igreja tem maior incidência nos secretariados regionais e no secretariado nacional, que possuem uma maior margem de manobra em relação ao controle da Igreja sobre o conjunto do seu trabalho social. Nas dioceses se torna mais difícil devido o maior controle que os bispos têm sobre o trabalho das Cáritas diocesanas, ainda que esse não seja o único elemento a influenciá-lo, conforme já aludido anteriormente.

A continuidade e ampliação desse modelo hegemônico em desenvolvimento na Igreja é uma ameaça para a caminhada política- pedagógica da Cáritas, podendo inclusive ter que recuar na visão e postura do seu trabalho social, como forma de garantir a sua sobrevivência institucional.

Nesse sentido, o desafio que se coloca para a Cáritas, e para as demais pastorais e organismos sociais identificados com a “Igreja-povo-de-Deus” é a articulação e afirmação de um campo de forças no interior da Igreja institucional, aliando-se a bispos, religiosos, padres e leigos ainda identificados com uma Igreja comprometida com as causas e lutas dos empobrecidos, com o intuito de exercer pressão e sensibilização sobre a hierarquia católica, para que sejam coerentes com as opções assumidas pelo Vaticano II e pelas conferências regionais de Medellín, Puebla, principalmente, assegurando, dessa forma, apoio e legitimidade ao trabalho social que desenvolvem e incidindo, ainda que pontualmente, no retorno da Igreja a sua missão profética e à sua “opção preferencial pelo pobres”.

Alguns esforços têm sido construídos nesse sentido, como as articulações entre as pastorais sociais e a proximidade e apoio estratégicos de um conjunto de bispos e padres, mas essa é uma tarefa que exige, por parte da Cáritas e das outras forças organizadas da Igreja, uma atenção permanente e a elaboração de estratégias bem consistentes, capazes de gerar efeitos a curto, médio e longo prazo.

Isso implica, também, cada vez mais na necessidade de construção de um certo grau de consenso e afinidade político-ideológica entre as diferentes instâncias que formam a rede Cáritas, demandando, nesse sentido, um trabalho intensivo de formação

dos seus agentes e de articulação criativa e fecunda da pluralidade que marca o rosto do seu trabalho social dentro de um marco político-pedagógico comum e que se transforme em força social e eclesial, capaz de exercer um papel qualitativo a partir da “Igreja-povo- de- Deus” no interior da “Igreja oficial”.

4.2- A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A trajetória histórica da Cáritas no Brasil, principalmente a partir da sua fase promocional, caracterizou-se pela sua relação direta com um conjunto de movimentos e organizações sociais do campo popular, que exerceram uma influência determinante na transformação e renovação da sua prática político-pedagógica, como uma pedagogia da participação popular.

Essa relação de apoio e parceria, a partir das diferentes instâncias que compõem a rede Cáritas, junto a esse conjunto de forças sociais populares foi determinante na construção e afirmação de vários instrumentos de organização popular, contribuindo tanto financeiramente como também na dimensão didático-política dos diversos processos de organização, formação e mobilização de vários grupos e categorias sociais ligados ao campo popular.

- Lá no Pará, a Cáritas foi a entidade que contribuiu na formação do MST {Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra} do MAB {Movimento dos Atingidos por Barragens}, do MPA {Movimentos dos Pequenos Agricultores}, dos Catadores {de Materiais Recicláveis}, da PJR {Pastoral da Juventude Rural}. Todos os movimentos passaram pela Cáritas. A Cáritas deu o apoio total para que eles pudessem depois caminhar com suas próprias pernas. (Entrevista com Assessor Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Norte II/2008)

Essa relação trouxe algumas marcas de contradições e ambigüidades, por parte dos sujeitos envolvidos, e que perduram até hoje. Para algumas lideranças e agentes dessas organizações e movimentos sociais, a Cáritas é vista apenas como uma agência de financiamento para apoiar suas demandas de organização, formação, mobilização e articulação política:

-Alguns movimentos sociais vêem a Cáritas apenas como entidade de suporte. Ela não é uma entidade que pode entrar na luta, ela não faz parte deste mundo dos movimentos sociais. Porque quando se fala na relação, se a relação for para dar o suporte, a Cáritas é importante. Agora se for pra gente discutir concepções, lutas, programa, a Cáritas não é importante. [...] Quando

a relação passa a se constituir em uma ação conjunta, aí fica complicado, porque há uma visão que a Cáritas é uma entidade de assessoria apenas, de suporte, de financiamento [...] (Entrevista com Assessor Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Norte II/2008)

Do outro lado, alguns agentes ou instâncias da Cáritas assumem uma postura de disputas e/ ou substituição dos movimentos sociais na execução de ações e na relação direta com os grupos de base, demonstrando uma certa confusão em relação ao papel da Cáritas como entidade de mediação e não de ação direta. Um dos fatores determinantes nessa confusão de papéis é a sua estrutura organizacional, pois, diferente de muitas organizações de assessoria popular, ela possui, além de um secretariado nacional e vários secretariados regionais, encarregados mais da dimensão da articulação, do apoio e da assessoria didático-pedagógica, as entidades de base (as Cáritas diocesanas), que, também, desenvolvem atividades similares às desenvolvidas pelas outras instâncias, mas executam projetos diretamente nas comunidades e grupos apoiados, assumidos, muitas vezes, como bases políticas da própria Cáritas, conforme ilustra o relato abaixo:

- Se a gente se entende como movimento a gente vai para dentro do movimento como grupo de disputa do próprio movimento [...] Fica mais complicado porque aí vou pra dentro dos processos de mobilização meio que disputando o movimento. Olha como acontece no [...] onde o pessoal da Cáritas tem um papel protagonista na reforma agrária, nos assentamentos e a Cáritas tá fazendo a disputa com outros movimentos da reforma agrária, quando deveria estar fazendo a mediação. (Entrevista com Assessor Nacional da Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional- Brasília/2008)

Esse é um desafio que não é exclusivo da Cáritas, apesar da singularidade da sua estrutura organizacional. Muitas organizações de assessoria popular, diante do novo contexto da participação popular, vêm assumindo o papel dos movimentos sociais nos espaços de representação política, principalmente no interior do Estado, que exige cada vez mais que os sujeitos sejam “especialistas”, com capacidade de decodificar a linguagem política, jurídica e orçamentária das políticas públicas. Todavia é necessário que a Cáritas busque cada vez mais a coerência entre sua proposta político-pedagógica, orientada pela ideal de construção do protagonismo popular na garantia e ampliação dos seus direitos, e sua prática social, evitando dessa forma reproduzir a lógica predominante de substituição do papel dos sujeitos das camadas populares nos espaços de discussão e definição das suas necessidades e interesses.

Além desses dois elementos de contradições e ambigüidades, a nova conjuntura da realidade brasileira e mundial traz outros desafios para esse campo de relações. O cenário de fragmentação, divisão, institucionalização e despolitização que

tem afetado parte expressiva dos movimentos e organizações sociais do campo popular é um desses desafios que se coloca para a relação da Cáritas com os movimentos e organizações sociais:

- Então acho que a gente tá enquanto forças populares incapaz de construir um projeto mesmo, de construir um diálogo que nos una, este grande projeto político que nos una. [...] Mesmo que a gente precise fugir daquele modelo, digamos, de “militante universal” porque não dá mais para tratar todos e todas do mesmo jeito, mas a gente não pode perder este fio que nos une. Porque se a gente não conseguir se reconhecer enquanto semelhantes, como vamos fazer um grande enfrentamento a este poder. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Ceará/2008)

A chegada de um partido de esquerda, historicamente ligado aos movimentos e organizações do campo popular, ao comando do país parece tem potencializado ainda mais o contexto de divisão entre as diferenças forças do campo popular, pois a formação de um governo de coalizão com forças políticas conservadoras e adversárias de muitas pautas políticas trazidas pelas forças sociais populares tem provocado diferentes avaliações e expectativas dessas forças com o rumo desse governo. Isso tem provocado o acirramento desse cenário de fragmentação e divisão das forças sociais, que já se encontravam bastante debilitadas pela força das políticas neoliberais aplicadas pelos governos anteriores.

A Cáritas como parte intrínseca desse campo popular e pela proximidade política com o novo governo, encontra-se bastante mergulhada no interior desse labirinto⁷¹, ainda que as iniciativas desenvolvidas em torno de suas linhas de atuação e programas específicos venham apontando algumas luzes, pistas e caminhos que possam contribuir para a superação desse contexto e re-construção da unidade e vitalidade política das forças sociais populares.

Diante desse contexto, permeados de debilidades, incertezas e fragmentação política, ela tem procurado contribuir, a partir do conjunto do seu trabalho social, na (re) construção da unidade política entre o conjunto dos movimentos e organizações sociais, apoiando e participando em diferentes iniciativas de formação, mobilização e articulação políticas que se orientem na perspectiva desse objetivo, como estratégia para

⁷¹ Conforme Streck (2005, p.15) “o que caracteriza o labirinto é a perplexidade diante de caminhos que podem levar a lugar nenhum, quando não ao ponto de partida, num aparentemente infundável andar em círculos. [...] Consiste nesse sentimento de vivermos num mundo e num tempo emprestados, numa realidade opaca em permanente busca de conceitos, na qual as saídas anunciadas dificilmente se transformam em saídas de fato”. Essa situação assemelha-se bastante com a situação em que se encontra parte dos movimentos e organizações sociais, principalmente pela dificuldade de visualizar alternativas ao neoliberalismo, onde as debilidades político-ideológicas dessas forças contam mais do que a própria força do modelo de sociabilidade capitalista.

frear o descenso que afeta essas forças e como caminho político-pedagógico para alterar a correlação de forças sociais em disputa na sociedade brasileira:

- [...] então a Cáritas hoje, tem um outro papel. Se no primeiro momento era apoiar, estando mais junto discutindo estratégias, hoje ela até pode ter este papel em algum momento específico, mas ela é mais apoiadora e construtora de outros processos coletivos com estes movimentos, a exemplo das marchas, a exemplo dos plebiscitos populares, que vem acontecendo, do grito dos excluídos, da discussão da dívida. Então, hoje, os movimentos e Cáritas já têm uma outra perspectiva de ação conjunta. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Rio Grande do Sul/2008)

São várias frentes de mobilização, controle e articulação política que a Cáritas vem apoiando e participando nos últimos anos, visando não apenas pressionar o Estado e sensibilizar a sociedade civil para atendimento das reivindicações e propostas elaboradas por esses espaços de participação, mas, também, vistos como caminhos de reconstrução da unidade política entre as diferentes forças sociais participantes dessas iniciativas. Vem estimulando, também, a articulação entre os espaços de mobilização popular e os espaços de controle social das políticas públicas, como caminhos estratégicos para o fortalecimento da participação popular, para a garantia e ampliação dos direitos e para a construção e disputa de um novo projeto político de sociedade.

-[...] acho que hoje a gente também cumpre este papel enquanto entidade de mediação. Às vezes a Cáritas é a entidade que ajuda inclusive os movimentos a conviverem, como a gente estava avaliando agora no Fórum de Reforma Agrária: ela acaba sendo a que consegue ajudar a ter um mínimo de relação entre todas estas diferenças de posições, de visões, destes grandes grupos e movimentos que se juntam, mas que ao mesmo tempo não conseguem realmente trabalhar conjuntamente. E a gente tem o papel aí de ficar mediando estas relações. (Entrevista com Assessora Nacional da Cáritas Brasileira - Secretariado Nacional- Brasília/2008)

Esse novo direcionamento político-pedagógico que vem marcando a relação da Cáritas com os movimentos e organizações sociais, enquanto mediação das diferenças e sectarismos que marcam a prática política de parte dessas forças, não é algo simples diante do acentuado nível de fragmentação e divisão que vem afetando o agir político desse campo popular. A fragmentação impede, muitas vezes, que as estratégias de formação, mobilização e articulação política atinja um caráter massivo no interior da sociedade, ficando muitas vezes restritas às lideranças e agentes coordenadores desses movimentos e organizações sociais, sem uma participação efetiva de suas bases.

Exemplos disso têm sido as “Assembléias Populares”⁷², resultado da articulação de duas grandes iniciativas de mobilização popular: as Semanas Sociais Brasileiras, mobilizadas, em grande parte, pelos setores organizados da Igreja Católica (organismos, pastorais, paróquias, etc.) e a Rede Jubileu Sul/Brasil, que articula várias forças organizadas do campo popular. A Cáritas, a partir da sua rede, assumiu as Assembléias Populares como um espaço estratégico de construção da unidade e de mobilização massiva. Todavia, o principal resultado dessa proposta deu-se apenas em torno de um grande encontro nacional com mais de cinco mil participantes, de várias partes do Brasil, não se desdobrando em um compromisso efetivo dessas diferentes forças sociais nas suas regiões e no interior do seu trabalho de base, não configurando como um instrumento capaz de superar o processo de fragmentação, setorialização, divisão e desmobilização que afeta o campo popular.

Isso ilustra bem o desafio que se coloca para a Cáritas e para o avanço do seu trabalho político-pedagógico, por ser uma entidade que organiza e dinamiza o conjunto das suas ações orientadas pelo alcance desse objetivo, de re-construção de uma unidade política entre as diferentes forças sociais, que integradas aos diferentes espaços de participação popular (mobilização popular e controle social) sejam capazes de alterar a correlação de forças existente, disputando e construindo um novo projeto político para o Brasil, a partir da participação popular.

4.3 - A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS E A REFUNDAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Todo esforço de democratização, de refundação da esfera pública, da própria ressignificação do agir político na sociedade brasileira deu-se a partir da ação político-pedagógica das forças organizadas do campo popular, mesmo tendo que lidar com mecanismos utilizados pelo próprio Estado e pelas forças políticas e econômicas

⁷² As Assembléias Populares foram constituídas com a finalidade de ser um instrumento de construção da unidade política dos movimentos e organizações sociais, de “reinvenção da democracia” a partir da inovação e mobilização permanente da participação popular e de construção de um novo projeto de sociedade, em que “[...] a articulação desta força social organizada com mecanismos de intervenção no interior do nosso sistema de representação política pode constituir o contrapeso necessário ao poder da burguesia nacional e internacional. Radicalizar a democracia; defender, garantir e conquistar direitos; construir uma nação de acordo com as necessidades e anseios das maiorias populares em nosso país – tudo isso será possível se inventarmos novas formas de participação popular em todo o Brasil”. (REDE JUBILEU SUL/BRASIL, 2005, p. 43-44)

dominantes para silenciar ou roubar a sua fala, como forma de “anulação da possibilidade da reivindicação da parcela dos que não têm parcela, tanto na produção quanto na distribuição do produto social” (OLIVEIRA, 1999, p.64).

As conquistas alcançadas no campo dos direitos civis, políticos e sociais nas últimas décadas são expressão desse processo de luta, resistência e teimosia criativa das camadas populares no interior da arena política, enquanto espaço de disputa dos conteúdos e formas de organização da coisa pública, conforme salientado por Coutinho (2002, p.33):

Houve coisas que vieram de baixo, dos segmentos populares da sociedade civil, do chamado novo sindicalismo, do associativismo crescente das camadas médias, dos setores progressistas da Igreja Católica. Evidentes traços disso são inscritos na Constituição de 1988, que se converteu, precisamente, por isso, num dos alvos preferenciais das forças regressivas do neoliberalismo, de Collor a Cardoso. Todo processo de “reforma constitucional”, já proposto por Collor, mas efetivamente, implementado nos dois governos de FHC, têm uma meta precisa: cancelar a influência que as classes subalternas, os “de baixo”, tiveram no processo de transição.

O contexto atual, conforme já referido pelo autor, ao mesmo tempo em que marca a existência de um Estado de natureza constitucional democrática, com avançados princípios de cidadania, destaca-se, também, pelo ataque direto às conquistas alcançadas pela força da organização e da mobilização popular, a partir da lógica neoliberal. De acordo com Oliveira (1999, p.68), essa lógica define-se como “a privatização do público, sem a correspondente publicização do privado que foi a contrapartida, ou a contradição, que construiu o sistema do Estado Bem-Estar”.

Nesse sentido, o debate e as estratégias de organização e mobilização popular em torno de uma agenda de refundação do Estado brasileiro permanecem como uma das importantes tarefas político-pedagógicas dos movimentos e organizações sociais, ligados ao campo popular e às experiências de educação popular. Expressam-se em uma ação ofensiva e contra-hegemônica a um processo de subjetivação perigosa da vida social que passa pela desregulação do Estado sobre o mercado, pela desuniversalização dos direitos e a transformação da democracia num simulacro, que se expressa na “destruição da fala, do discurso que reivindica e interpela ou outro, para substituí-lo pelo eterno “você me entendeu” de Rancière, que significa que outro não entendeu e não pode entender [...]” (OLIVEIRA, 1999, p.79).

Essa nova ofensiva do modelo de sociabilidade capitalista conduzida pelo projeto neoliberal se beneficia e potencializa com a cultura política patrimonialista e clientelista que marca, historicamente, a prática dos agentes públicos no interior do

Estado brasileiro e suas formas de relação e atendimento às necessidades da população, em especial das camadas populares:

- O estado democrático é o estado neoliberal, estado democrático liberal que tem aqui um peso danado do clientelismo. É o estado cuja cidadania principal está dada pelo voto e está dada por quem é eleito e que ao ser eleito, ele não vai trabalhar por desenvolvimento, por transformação. Ele vai trabalhar garantir a sua possibilidade de ser eleito. Então não tem processos de possibilidade de política integrada, porque cada um que vai a algum espaço do Estado, vai para fazer a sua campanha [...] Nesse campo deste Estado que está aí, o estado cuja concepção de democracia e a democracia liberal do voto, não tem muito que esperar. Não tem muita salvação! (Entrevista com Assessor Nacional da Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional – Brasília/2008)

A atual fase do trabalho político-pedagógico da Cáritas tem uma relação muito direta com essas perspectivas e desafios que se colocam para o processo de refundação do Estado brasileiro. Ao enfatizar como eixo central do seu trabalho social o processo de “mobilização consciente das pessoas para exigir todos os seus direitos, para exigir a existência de políticas públicas que obriguem os governantes a priorizar a vida de todas as pessoas” (CNBB, 2006, p.55), articulando o seu apoio e a sua participação nos espaços de mobilização popular e controle social das políticas públicas, ela traz o debate da refundação do Estado como um elemento central da sua prática político-pedagógica:

Não basta trabalhar em pequenos grupos, mesmo sendo indispensáveis para firmar o trabalho nas bases; não basta avançar na consciência crítica, embora essencial para que as pessoas ajam com liberdade e responsabilidade. Mais do que afirmar a importância da democracia, é urgente lutar por processos democráticos permanentes, construindo espaços e capacidade política para participar das decisões que dizem respeito à vida de todas as pessoas em todos os campos da vida econômica, política, social e cultural. Não basta fazer denúncias públicas, mesmo sendo indispensáveis para expressar a indignação frente à desumanidade reinante: mais importante é desenvolver processos participativos na elaboração de propostas de políticas que resgatem as dívidas sociais. Não basta apresentar propostas aos representantes eleitos para os Poderes Legislativo e Executivo, mesmo sendo necessário para conquistar políticas públicas. Mais importante é colocar a cidadania em movimento permanente para pressionar em favor das propostas, para exigir espaços e instrumentos eficazes e democráticos de acompanhamento e gestão das políticas e dos recursos. E promover, quando necessário, iniciativas de consultas e plebiscitos como instrumentos educativos da cidadania, a quem cabe a soberania numa sociedade democrática, bem como grandes marchas de cidadãos e cidadãs, convocando a população a ocupar estradas, ruas e praças para sinalizar que os governantes só têm legitimidade quando agem em favor da vida de todas as pessoas. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p. 22-23)

Esse novo campo de atuação político-pedagógica que incorpora a refundação do Estado como um caminho possível de alcance amplo da cidadania das camadas populares e democratização radical da sociedade brasileira demanda, conforme a própria fala da Cáritas, uma articulação permanente entre os mecanismos de democracia

representativa e democracia participativa, entre as práticas de denúncias e contestação com as experiências de proposições e negociações políticas, entre os espaços de participação institucionalizados de controle social das políticas públicas e os espaços e práticas não institucionalizados (os fóruns, as redes, as mobilizações populares etc.), como instrumento de garantia dos interesses públicos e sob o controle das camadas populares.

A incorporação e desenvolvimento dessas estratégias e formas diretas de ações político - pedagógicas no interior da Cáritas não têm sido um caminho fácil, isento de conflitos, contradições e ricos aprendizados, tanto no seu interior como na sua relação com os movimentos e organizações sociais e com o próprio Estado. Internamente, a Cáritas enfrenta algumas questões que se traduzem em limites ou obstáculos para o desenvolvimento da sua agenda de intervenção e refundação do Estado brasileiro. Uma delas é a necessidade de um maior debate e aprofundamento do que a Igreja Católica, a qual a Cáritas faz parte como organismo social, entende e defende como “coisa pública” ou Estado e as influências e limites dessa concepção para o avanço político-pedagógico das suas entidades de mediações na reconstrução do público.

O papel da Igreja no Brasil confunde-se, em vários períodos históricos, com o papel do Estado, ocorrendo fases que ela foi parte do próprio Estado.

A Igreja, durante o longo reinado de Pedro {II}, não era nada mais do que um departamento ordinário do governo. Mediante, o padroado ele nomeava bispos e outros membros importantes, interpretando como bem queria a extensão de sua jurisdição. Também mediante o padroado, ele recolhia os dízimos e pagava o clero que era tratado como se fosse um grupo qualquer de funcionários públicos [...]. (BRUNEAU, 1974, p.52)

Em outros momentos históricos ela exerceu, também, papel de oposição e de enfrentamento à própria estrutura estatal, motivada pela necessidade de construção de novas estratégias de manutenção do seu poder de influência no interior da sociedade, pois de acordo com Bruneau (1974, p.145) sempre existiu “uma grande correlação entre a reação da Igreja em direção à mudança social e as ameaças de natureza política à geração e exercício da influência”.

Partindo, também, dessa constatação, Romano (1979) vai afirmar que os nexos dessa relação não se explicam apenas nas posições de bispos, padres e leigos católicos, correndo o risco de cair numa análise descritiva, sem captar os fundamentos teológico-políticos dessa relação. Refuta, também, as teses que buscam explicar os sentidos dessa

relação no papel da Igreja como um aparelho ideológico do Estado, deixando de lado o peso próprio da Igreja no desenvolvimento da sociedade e da luta política no Brasil.

Ele parte da análise dos fundamentos político-teológicos como referência para compreender os nexos relacionais entre a Igreja e o Estado, seja em contextos de confrontos ou de conciliações:

Partiremos de uma constatação de uma atitude soteriológica fundamental no interior da Igreja. Esse anseio de salvação não se esgota nas situações meramente conjunturais, mas se inscreve no contexto mais amplo de luta entre a Igreja e os demais poderes positivos da ordem social capitalista – o Estado, a ordenação ético-jurídica da sociedade, a afirmação das classes e de suas associações – cuja tendência geral, desde o último século, foi completar o movimento de negação de toda transcendência e liquidar a religião católica como fonte de legitimidade do poder. (ROMANO, 1979, p.22-23)

Segundo o autor é a partir dessa finalidade soteriológica da Igreja, que se expressa em discursos e projetos político-teológicos onde “cada ato humano é transfigurado pela interpretação teológica, que lhe atribui sentido dentro do plano divino para a História” (ROMANO, 1979, p.23) que se explicam as opções e ações da Igreja, seja a partir de indivíduos ou de segmentos como, também, na sua totalidade, em relação ao Estado. Compreender os nexos político-teológicos que fundamentam e orientam a relação da Igreja com o Estado exige a capacidade, segundo o autor, de apreender as diferentes interpretações desse compromisso divino em determinados contextos sócio-históricos e político-culturais.

Ainda que essa análise não esgote todas as questões e interesses que caracterizam a relação da Igreja com o Estado, ela coloca em evidência um elemento central na prática político-teológica da Igreja e que influencia de forma bastante direta a natureza e o alcance do trabalho político-pedagógico das entidades encarregadas de fazer a mediação da sua missão salvífica no mundo, que podem se expressar, de acordo com cada contexto específico, em posturas mais radicais e avançadas no campo da contestação do Estado ou mais moderadas e de conciliação, conforme o poder de influência exercido pela Igreja na sociedade e necessário para o cumprimento da sua finalidade político-teológica.

A relação da Cáritas Brasileira, como parte dessa instituição e, portanto, comprometida com esse compromisso divino e com a garantia das condições históricas necessárias para o seu desenvolvimento no interior da sociedade, sofre a influência dessa visão e das estratégias que orientam o projeto político-teológico da Igreja, em cada contexto sócio-histórico, convivendo com situações de ambigüidades e contradições no seu interior.

Exemplos concretos são as posições assumidas pela Igreja frente à questão da laicidade do Estado, dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres e a defesa das suas instituições privadas de educação, como campos importantes na difusão e consolidação da sua visão de mundo e da sua missão salvífica da humanidade. Posições essas que entram, muitas vezes, em contradição com as opções e compromissos político-pedagógicos assumidos por parte das suas pastorais e organismos sociais, dentre os quais a Cáritas, como decorrência da sua relação com outras forças sociais organizadas e como horizonte da transformação social que se pretende alcançar.

São questões que limitam bastante o comprometimento dessas pastorais e organismos sociais no interior da sociedade civil e do Estado, pois se chocam com questões de ordem moral e de interesse político da própria Igreja, ocasionando um certo enquadramento da posição dessas entidades de acordo com os interesses e estratégias político-teológicas existentes na Igreja Católica.

Enfim, são impasses e tensões que na Igreja local assumem conotações mais fortes, pois lá é maior o controle e a vigilância das hierarquias da Igreja sobre a ação político-pedagógica da Cáritas, seus posicionamentos e enfrentamentos com o poder público local, e dependendo das mentalidades e opções pastorais assumidas pelos bispos, padres e leigos, essas ações tanto podem ser assumidas e/ou apoiadas pela Igreja como, também, questionadas e, até mesmo, proibidas por ela, de acordo com as interpretações que se dá ao seu compromisso divino.

Outro elemento de ordem interna da própria Cáritas e que pode interferir no sentido e alcance do seu trabalho político-pedagógico na perspectiva de refundação do Estado é a redução cada vez mais crescente dos recursos oriundos da cooperação internacional, que tem demandando a construção de novas parcerias com o poder público, em vista da garantia da continuidade e ampliação do trabalho desenvolvido e da própria manutenção da sua estrutura institucional:

- Eu acho que a gente já tem essa iniciativa dessa relação com o governo e neste contexto de redução do apoio da Cooperação Internacional há uma tendência da gente aprofundar e intensificar essa outra relação. Ela não tá dada. Ela está sendo construída. Eu acho que essa perspectiva ela pode potencializar nossa ação e o próprio destino do recurso público, se nós conseguirmos trilhar este caminho sem assumir o papel do Estado, mas garantindo que os grupos e comunidades acessem esses recursos que são públicos para garantia dos seus direitos. Isso é uma possibilidade que eu acho que é bacana. Porém tem esse outro lado que é a da autonomia, porque é uma relação que não vamos definir exclusivamente, mas um governo que tem um poder em relação a nós, um poder bem maior. Essa relação vai ser construída desse momento de negociação, de embate. Então eu acho contraditório e isso pode comprometer a nossa autonomia como também pode nos fazer como mera extensão dos órgãos governamentais na implementação de políticas

sociais, de políticas públicas. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Ceará/2008)

Esse novo contexto de diminuição crescente do apoio financeiro das agências de cooperação internacional para o trabalho social realizado pela Cáritas traz, conforme a leitura da agente da Cáritas, tanto a possibilidade de garantia e acesso de recursos públicos destinados às demandas das camadas populares, a partir da intermediação da própria Cáritas, como também representa uma ameaça real à sua própria autonomia, pela dependência dos recursos públicos não só para realização das suas ações como também para a própria sustentação da sua estrutura institucional. Pode ocasionar um inverso no exercício do controle social, que passa a ser exercido pelo próprio Estado, já que a continuidade e o alcance das ações desenvolvidas dependem em grande parte do seu interesse e sua disposição em apoiá-las financeiramente.

- Eu acho que ela vive este constante dilema, como qualquer outra organização hoje, do movimento social, a gente enfrenta esta situação de escassez de recursos. Por outro lado, ao mesmo tempo, a Cáritas é uma das poucas organizações neste país que está em muitos lugares, tem uma capilaridade imensa. Por outro, ela tem todas as condições legais, necessárias, para está fazendo acordos, convênios com o governo. Acaba sendo uma entidade que é muito visada pelo governo, no sentido de ser uma organização possível de desenvolver as políticas que o governo vai criando. E também, por um outro lado, os movimentos e as organizações sociais, que muitas vezes dependem da Cáritas para desenvolverem as suas ações, buscam a Cáritas, em muitos momentos, para ajudar a acessar recursos públicos. Eu acho que a gente vem tentando se equilibrar nisso aí. [...] Mesmo assim, a forma hoje como está estabelecida as relações de convênios, de parcerias com o governo, elas também quase que inviabilizam estas relações. Então assim, às vezes a gente se vê amarrada dentro desta parceria com o próprio governo [...] Hoje a gente já tem dialogado que algumas ações, que hoje estão colocadas aí como possibilidade por parte do governo é melhor que a gente não assuma, mesmo que esteja dentro das prioridades da Cáritas, porque elas na realidade não nos possibilitam desenvolver a ação, o trabalho e a gente tem tentado fazer esta leitura para não cair nesta armadilha, que é simplesmente assumir ações por existir um recurso e porque esse recurso vai resolver a nossa situação imediata. (Entrevista com Assessora Nacional da Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional- Brasil/2008)

Essa perspectiva de execução de programas apoiadas com recursos públicos tem se intensificado ainda na nova conjuntura política, onde várias lideranças e agentes oriundos dos movimentos e organizações sociais, inclusive da própria Cáritas, têm ocupado funções estratégicas em órgãos governamentais. Eles vêm inclusive demandando a Cáritas para assumir a execução de programas sociais com recursos públicos, como forma de fugir da burocracia e morosidade do Estado e visando garantir, também, uma concepção e metodologia de gestão mais afinadas com a dinâmica dos movimentos e organizações sociais, potencializando esses programas em ações de fortalecimento da organização, da formação e da mobilização popular. Uma relação

também marcada pela ameaça a sua autonomia político-pedagógica e pelas disputas de poder, concepções e interesses existentes nos grupos envolvidos na coordenação desses órgãos estatais:

- [...] os lugares em que os governos assumem uma perspectiva de esquerda, democrática e popular, a Cáritas é uma parceira no sentido de dialogar, de está pautando questões, de estabelecer convênios, de está incidindo também nas políticas locais, porém, por vezes, a Cáritas também nesta relação muito próxima, ela tende a perder a sua autonomia. Esse é um outro risco que a gente percebe. [...] É importante considerar que há ritmos diferenciados da Cáritas com o poder público, metodologias de trabalho, instrumentos, perspectivas, isso depende muito das assessorias que estão no local. Às vezes, a Cáritas tem uma boa parceira com governos populares, numa determinada gestão, com um determinado grupos de assessores, às vezes continua o mesmo governo, mas dependendo da disputa de poder, de concepções, de tendências, assume uma outra perspectiva e a Cáritas tem dificuldade de se relacionar. Isso a gente viveu na época do convênio estadual, não foi aprovado porque existia um conflito de tendências internas do partido e este dinheiro foi direcionado para outras áreas. Nós ao mesmo tempo em que somos parceiros, corremos risco de nos tornarmos reféns e de sermos um pouco instrumentalizados, seja por governo democráticos, populares como também por governos de direita. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Rio Grande do Sul/2008)

As mudanças ocorridas no apoio da cooperação internacional e as novas demandas trazidas pelos governos de esquerda, nos diferentes níveis do Estado, têm impulsionado na Cáritas um processo sistemático de reflexão sobre as parcerias e convênios realizados com o Estado, levando-a a analisar em que medida eles potencializam ou criam obstáculos para as suas estratégias político-pedagógicas de refundação do Estado como condição e horizonte na construção de um projeto político de sociedade.

Algumas diretrizes e metodologias têm sido assumidas e até mesmo implementadas como resultado desse processo sistemático de reflexão, como referenciais comuns no processo de parcerias e convênios com o Estado brasileiro. São algumas estratégias construídas para tentar lidar com as armadilhas existentes no processo de terceirização das responsabilidades do Estado, orientando-se por uma intencionalidade e prática político-pedagógica comprometida com o fortalecimento dos processos de organização, formação e mobilização dos movimentos sociais:

1-Garantir que os princípios e identidade da Cáritas, em especial sua missão e eixos estruturantes estejam preservados nos Convênios; 2-Atuar em programas afinados com as linhas de ação e prioridades da Cáritas; 3-Deve ser complementar e não substitutiva, sobretudo quando tratar-se de ação cuja obrigação de execução direta é do governo; 4-Deve estar garantida a participação popular e estar respaldada e articulada a um ou a alguns movimentos sociais, evitando o isolamento e a cooptação; 5-Quando não existir, é fundamental construir Fórum Popular de Controle Social sobre as propostas, programas e execução das ações conveniadas; 6-Garantir a

transparência da aplicação correta de recursos que são públicos, em qualquer governo; 6-Esclarecer, desde o início, os papéis e as responsabilidades através de formulação de convênios firmados entre os envolvidos; 6-Garantir um suporte de assessoria jurídica para acompanhar/assessorar os aspectos legais, principalmente os casos de impasses como, por exemplo, o desvio dos objetivos. 7-É preciso cuidar para não se absorver demais em execução de convênios. Nosso papel é contribuir pressionando o governo para dar uma nova direção à política macro-econômica, e ao mesmo tempo fortalecer a sociedade civil. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2005c, p.3-4)

Outra estratégia que vem sendo implementada pela rede Cáritas é a negociação do apoio financeiro da cooperação internacional para garantir a manutenção da sua estrutura administrativa e político-pedagógica, proporcionando-lhe uma margem de autonomia financeira, fundamental para a sua autonomia política no processo de negociação e parceria com o Estado:

- Eu penso assim que a partir da construção que a gente tá fazendo no regional, nós temos dito nos nossos processos de articulação, enquanto Cáritas, que é importante fazer convênios com órgãos públicos. É importante investir também neste espaço, mas entendendo que não é o único espaço [...] Embora a cooperação internacional esteja gradualmente reduzindo a capacidade de apoio, ainda é um apoio que a gente precisa manter para garantir uma certa relação política, não se submetendo as exigências do Estado, mas tentando dialogar numa relação de parceria que vai além do recursos financeiros. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Rio Grande do Sul/2008)

A Cáritas tem assumido juntamente com outras organizações e movimentos um processo de discussão e intervenção nos marcos regulatórios existentes no Estado e que orientam suas relações de parceria com setores da sociedade civil. Consideram que essas legislações além de engessar o processo de execução dos programas e projetos financiados com recursos públicos, eles não dão conta das dinâmicas e metodologias próprias utilizadas nos processos de gestão de programas por parte dos movimentos e organizações sociais. É um processo que não deixa, também, de ter suas contradições, pois ao mesmo tempo em que pode facilitar o desenvolvimento de novas parcerias e convênios entre esses setores com o Estado, pode, também, estimular e legitimar, cada vez mais, o processo de terceirização do Estado, reproduzindo a lógica neoliberal do Estado mínimo para os interesse das camadas populares.

Outra questão, de ordem mais externa, que também repercute no sentido e alcance da prática político-pedagógica da Cáritas frente à tarefa de refundação do Estado brasileiro é a sua relação com o conjunto dos movimentos e organizações sociais e as diferentes leituras e estratégias que permeiam o agir político dessas forças sociais populares na perspectiva de reconstrução do público. No artigo sobre a “a educação

popular e a reconstrução do público” Streck (2005, p.10) destaca um estudo realizado por Margarita Bonamusa⁷³ sobre as tendências predominantes na relação da sociedade civil com o Estado:

A primeira delas enfatiza o fortalecimento das organizações, especialmente aquela de caráter popular, sem necessariamente uma referência ao Estado. A democracia realiza-se e esgota-se dentro das organizações. Bonamusa chama essa tendência de sociocêntrica. Talvez encontrássemos dentro dessa categoria muitos dos empreendimentos de economia solidária. A outra tendência pauta suas ações em relação com o Estado, visto como o principal ator e representante do público. Bonamusa denomina essa tendência de estadocêntrica ou neocorporativista. O objetivo prioritário da ação educativa e das práticas sociais seria o de gerar capacidade de interlocução especializada com o governo que tem a prerrogativa de interpretar o que seria o interesse público. A especialização dos movimentos sociais para criar mecanismos de intervenção é um desses desdobramentos. Uma terceira tendência relaciona o fortalecimento da sociedade civil com o fortalecimento do público. O público não se confunde com o estatal, mas refere-se a uma esfera de negociação do interesse coletivo entre diversos grupos e com os governantes. Conforme Bonamusa (*idem*, p. 78), "a relação entre governo e organizações da sociedade civil se coloca como uma intermediação mediada pela multipolaridade do espaço público, superando a relação bipolar e direta da segunda tendência". Parte essencial dessa concepção é a "concertação" entre diferentes atores da sociedade civil e do governo em espaços públicos abertos, com controle dos cidadãos.

A ampla capilaridade social e espacial da Cáritas traz para o seu campo de relações essas diversidades de posições dos movimentos e organizações sociais na relação com o Estado, criando fortes obstáculos no desenvolvimento dos seus objetivos e estratégias de refundação do Estado e na construção de uma agenda unificada de lutas, orientada por um horizonte comum de transformação social. Como já referido anteriormente, um dos impactos dessas diferentes posturas na relação com o Estado é a permanência de uma certa dicotomia dos espaços de participação popular, entre aqueles que reconhecem apenas os espaços de mobilização popular como autêntico lugar de construção da participação popular, recusando-se a negociar ou ocupar os espaços de participação institucionalizados, garantidos pelo Estado; e os setores do campo popular que têm priorizado apenas os espaços institucionalizados como único espaço de construção e defesa do interesse público.

A estratégia política e metodológica da Cáritas em articular os espaços de controle social institucionalizados das políticas públicas com as práticas de mobilização popular remete à terceira tendência levantada pelo autor, que é de articular o fortalecimento da sociedade civil. No caso aqui, trata-se mais especificamente das

⁷³ BONAMUSA, Margarita. Qué es la sociedad civil? Una mirada a Colombia. In: LONDOÑO, Juan Fernando; RESTREPO, Luis Alberto; VILLEGAS, Mauricio García *et al.* *Sociedad civil, control social y democracia participativa*. Bogotá: Fundación Friedrich Ebert de Colombia, 1997. p. 65-88.

organizações e movimentos sociais do campo popular, com o fortalecimento do espaço público, que não se encerra no Estado, mas que encontra nele um papel fundamental na universalização da cidadania, na repartição justa da riqueza social produzida coletivamente:

- A Cáritas conseguiu fazer o que outros grupos/organizações sociais não fizeram, que foi permanecer nas lutas dos Movimentos Sociais, nas mobilizações e ao mesmo tempo engajou-se nas ‘ações cidadãs’, concretizando ganhos conquistados na Constituição Federal de 1988. A Cáritas colocou como eixos: a) - o controle social do Estado e demais instâncias públicas de poder e b)- as mobilizações cidadãs, pois acredita que estes são processos que interagem e se fortalecem mutuamente. Especialmente, com as práticas que mostram a dificuldade de controlar o Estado e a máquina governamental, evidenciaram a importância das mobilizações como modo de pressionar, denunciar, conquistar, abrir diálogos. (Entrevista com Assessora Nacional da Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional – Brasília/2008)

O novo modelo de associativismo que vem ganhando destaque no interior da arena pública, favorecido pelo contexto de crise e descenso que tem afetado os movimentos e organizações sociais tradicionais do campo popular, tem criado novos desafios. O enfraquecimento das forças populares e o seu distanciamento ou desinteresse em ocupar as esferas de participação institucionalizada tem possibilitado a ocupação crescente desses espaços pelos “novos” movimentos e organizações que são mais afinados com a tendência “*estadocêntrica ou neocorporativista*” e orientam a sua prática político-pedagógica, geralmente, pela lógica dos interesses corporativistas, pela terceirização da esfera estatal e pela políticas sociais de natureza compensatória:

A política de atenção é dirigida aos mais pobres, a unidade do atendimento passa a ser o indivíduo ou a família; quebra-se a unidade e a força da mobilização em termos de direitos sociais e políticos, enfatiza-se o lado dos deveres do cidadão, usualmente, reduzido a um cidadão cliente consumido de um serviço público (GOHN, 2007, p.34).

Articulado pelas políticas de identidades ou pela transformação das demandas dos sujeitos em categorias que recortam e enfraquecem a sua identidade de classe, e estimuladas e apoiadas, inclusive financeiramente, por organismos multilaterais (BID, FMI, ONU etc.), pelas fundações sociais dos grupos empresariais e pelo próprio Estado, esse novo modelo hegemônico do associativismo no Brasil traduz-se, em grande parte, como uma prática educativa para a construção do “consenso sobre os sentidos da democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses privados do grande capital nacional e internacional” (NEVES, 2005, p. 15).

Esse cenário traz alguns obstáculos e problemas para a Cáritas construir com o conjunto das forças sociais populares uma incidência maior sobre o Estado, sobre a natureza e o alcance das suas políticas públicas, ao mesmo tempo em que cria algumas dificuldades em garantir uma interação entre as forças que atuam apenas nos espaços de controle social com as forças que atuam nas agendas de mobilizações populares, sem falar no controle que o próprio Estado exerce sobre essas novas forças associativas, que dependem quase exclusivamente dos recursos públicos para garantia da sua manutenção institucional e desenvolvimento do seu trabalho político pedagógico:

- As ONGs para sobreviver, elas vão cada vez mais se especificando, como as empresas de mercado. Elas também escolhem um nicho e para sobreviver e elas vão depender de recursos externos ou internos. O acesso a estes recursos internos, a gente tem observado, comprometem sobremaneira a autonomia destas organizações, da atuação destas organizações. Em momentos de decisões, de grandes definições políticas, em que a gente percebe que o governo está ameaçando ou reduzindo diretamente os nossos direitos, que a gente mais sente, têm organizações que não vão reagir porque estão recebendo alguma subvenção, porque estão acessando determinados recursos. Então isso está comprometendo a autonomia. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Ceará)

Enfim, são vários os desafios, de ordem interna e externa, que a prática político-pedagógica se depara frente à proposta de refundação do Estado brasileiro. Todavia, essa não tem sido uma caminhada em vão, pois são vários os exemplos em que o trabalho social da Cáritas conseguiu incidir diretamente no caráter das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, mobilizando uma ampla participação popular e conquistando ações políticas estruturantes. O seu campo de contribuição, nesse sentido, é continuar incidindo no interior da Igreja para que seus objetivos político-teológicos estejam em coerência com as necessidades e interesses do povo e articular as diferentes forças populares organizadas para uma ação integrada de democratização e refundação do Estado e da sociedade brasileira:

-Eu acho que o elemento da garantia dos direitos para nós tem servido como elemento motivador e diferenciador dessa relação de algum grupo de organizações que se prestam ao papel de braço do Estado, de braço do capital, de braço de alguns governos, no sentido de contribuir para favorecer a implantação dos “grandes projetos”. O grande lance que temos utilizado, o grande elemento diferenciador é a luta pela conquista e garantia dos direitos, garantindo a dignidade das pessoas. (Entrevista com Assessor Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Maranhão/2008)

4.4 - A PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA CÁRITAS E A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO DE SOCIEDADE

As mudanças ocorridas na trajetória de luta e articulação das forças sociais populares a partir da década de 90, além de fragmentar e desmobilizar a sua ação política, trouxeram uma crise sobre os paradigmas e horizontes de emancipação humana que orientavam o agir político dessas forças e sua unidade em um campo político comum.

No bojo dessa crise, a consistência e o alcance político dos debates e iniciativas práticas desenvolvidas pelos movimentos e organizações sociais como um projeto societário alternativo e contra-hegemônico ao modelo de sociabilidade neoliberal, são afetados em cheio pelas debilidades políticas e ideológicas do próprio campo popular, confirmando a análise feita por Sader (2005, p16) sobre a força do modelo hegemônico: “[...] não decorre da sua própria força, mas das debilidades dos que se lhe antepõem em se constituir como força alternativa, que canalize e catalise a suas fraquezas”.

A prática político-pedagógica da Cáritas Brasileira, como parte desse conjunto de forças sociais e políticas do campo popular, está mergulhada nesse contexto de crise e impasses que se coloca para a construção de um projeto político alternativo, capaz de resgatar a unidade política esfacelada e potencializar a ofensiva contra-hegemônica. Ela expressa e reproduz, tanto internamente como externamente, os dissensos, disputas e tensões que marcam esse debate e, também, os esforços e iniciativas de construção de convergências e confluências acordadas em torno de um horizonte comum de transformação social, “enquanto poder para determinar o indeterminado e para ultrapassar situações dadas, compreendendo e transformando o sentido delas” (CHAUI, 2006, p.127).

Portanto, conseguir apreender os sentidos e o alcance histórico de um possível projeto político que orienta, articula e potencializa o trabalho político-pedagógico da Cáritas só é possível quando refletidos como parte e resultados desse contexto que caracteriza o debate e a ação política das forças populares na perspectiva de construção de um projeto político alternativo, não deixando de levar em consideração, também, a influência das concepções e estratégias do projeto político-teológico que predomina no interior da Igreja Católica, conforme já citado nesse texto.

A convivência diária com pessoas e comunidades que vivem em diferentes situações de exclusão social, reforçada pelas experiências das forças que se opõem e impedem a realização de políticas que criem possibilidades de saírem dessas situações, tem levado a Cáritas a perceber a necessidade de um *projeto popular* para o Brasil.[...] Não se trata de um projeto elaborado por especialistas para a cidadania. Pelo contrário, o que se busca é um projeto assentado sobre as lutas, as práticas bem sucedidas nos diferentes campos da vida econômica, cultural, ecológica e social, consolidado pelo trabalho de pesquisa. O projeto popular tem como sujeito as pessoas e movimentos, as pastorais e organizações sociais que há muitos anos lutam com o povo em favor de transformações profundas e estruturais da sociedade brasileira. (CNBB, 2006, p.57-58)

O debate da prática político-pedagógica da Cáritas como mediação na construção de um projeto popular faz-se presente desde a sua fase promocional, em que passou a orientar e a articular o conjunto das suas ações em torno dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Eles eram representados como instrumentos de organização e mobilização popular na perspectiva de um desenvolvimento comunitário e que, gradualmente, foram se impregnando da ideologia “alternativa” que caracterizava o discurso e práticas das forças sociais populares, em oposição ao modelo de desenvolvimento autoritário, concentrador e excludente. Esses discursos e práticas presentes na “ideologia alternativa” visavam

[...] transformar o povo (parte dele) em “sujeitos da própria história”, pelo projeto futuro de sociedade a ser construído, pelo conteúdo democrático e popular de suas reivindicações e falas, pela inovação de suas práticas que pode ser simbolizadas na democracia participativa e pela solidariedade presente nos momentos necessários. Sua cotidianidade, apesar das ambigüidades, das incoerências, divergências, era demarcada pelo conteúdo integrador da linguagem, pelas motivações do fazer junto e pela luta dos direitos que se apresentavam sob a forma de reivindicações políticas, com maior participação e igualdade perante a lei de oportunidades; sociais, como melhoria nas condições de produção e reprodução das classes populares; e pelas lutas, como anistia, diretas, liberdade e autonomia sindical, direitos trabalhistas. (PALUDO, 2001, p. 63-64)

No interior dessas convergências viabilizadas, principalmente, pelas questões conjunturais que se colocavam na época, a Cáritas foi orientando o rumo do seu trabalho social como uma contribuição político-pedagógica a serviço da construção desse projeto político popular. Dessa forma, ela vivenciava no interior do seu trabalho social as tensões e contradições que permeavam as relações das forças articuladas nesse campo político comum e suas visões e expectativas com um projeto político popular a ser construído.

As transformações ocorridas a partir da década de 90 e a quebra da unidade política dessas forças em torno de um horizonte comum de transformação da sociedade

brasileira passam a demandar um debate mais aprofundando sobre os significados e as mediações práticas que se colocam para a construção de um projeto político popular. Paludo (2001, p.106), a partir de entrevistas realizadas com lideranças e agentes pertencentes ao campo popular, aponta o surgimento de três questões centrais no processo de atualização e aprofundamento desse debate:

- *de identidades*: o que está acontecendo? Quem somos? Para que existimos? No que acreditamos?
- *de projetos*: onde queremos chegar? Quais os parâmetros? O que propomos?
- *de estratégias*: Como intervir ? Por quais caminhos? (grifo nosso)

Também envolvida com essas questões, seja do ponto de vista da sua identidade institucional seja da sua relação com o conjunto de movimentos e organizações sociais, a Cáritas Brasileira vai realizando, gradualmente, um processo de debate sistemático sobre a(s) proposta(s) de projeto(s) político(s) que serve(m) de alicerce e direção para a pluralidade das ações e parcerias que marcam a natureza do seu trabalho social.

Esses processos de debate, suas conclusões e os encaminhamentos parciais são desenvolvidos a partir de uma interação dialética entre as discussões internas, realizadas nas suas diferentes instâncias, e as discussões externas, com diversos movimentos e organizações sociais parceiros e apoiados por seu trabalho político –pedagógico: “[...] digamos que há um empenho para ir concretizando valores, experiências, relações que indiquem elementos para a construção deste projeto, que deverá ser construído coletivamente com as forças sociais que buscam a transformação” (Entrevista com Assessora Nacional da Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional – Brasília/2008).

Algumas iniciativas, articuladas a esse debate, trouxeram importantes contribuições teóricas e práticas para o movimento de reflexão e sistematização da rede Cáritas sobre os elementos centrais que garantem unidade ao conjunto das suas ações político-pedagógicas e, também, sobre o seu papel como entidade de mediação, na animação, mobilização e articulação desse debate no interior dos movimentos e organizações sociais.

Uma dessas experiências foi a sua participação ativa na organização e mobilização das Semanas Sociais Brasileiras⁷⁴, uma iniciativa articulada pela CNBB e

⁷⁴ A 1ª Semana Social Brasileira foi realizada em 1991, no centenário da encíclica papal Rerum Novarum e tinha como tema central “os desafios do mundo do trabalho”. Em 1993-1994 foi realizada a 2ª Semana Social Brasileira com o tema: “Brasil: Alternativas e Protagonistas” traduzida em termos populares na expressão “O Brasil que queremos”. A 3ª Semana Social Brasileira ocorreu no período de 1997-1999 e tinha como tema “A Dívida Externa e o Resgate das Dívidas Sociais” e a 4ª Semana Social Brasileira no período de 2004 a 2006 com o tema “Mutirão por um Novo Brasil”. Pensada inicialmente dentro de um espaço de tempo de uma semana, esse tempo vai sendo alargando, possibilitando a transformação das

suas pastorais e organismos sociais, em parcerias com outras forças sociais organizadas (movimentos sindicais, populares, partidos políticos de esquerda etc.). A finalidade das Semanas Sociais era realizar um mutirão, com ampla participação popular, de discussão dos problemas da realidade brasileira e de construção das alternativas para sua superação.

A partir da 2ª Semana Social (1993- 1994) o debate sobre a construção de um projeto político popular foi sendo assumido como eixo central desse processo de mobilização, desafiado pelo avanço do projeto neoliberal na sociedade brasileira e pela crise e fragmentação política que afetava parcelas significativas das forças organizadas do campo popular. Elas foram se transformando, a partir daí, em iniciativas “catalisadoras e geradoras de iniciativas inovadoras para estimular o protagonismo de setores sociais em processo de exclusão na sociedade brasileira” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006, p.10).

Esse processo de mobilização em torno das Semanas Sociais desdobrou-se em novos espaços de mobilização popular, ancorado nos objetivos de recompor e/ou atualizar os elementos que garantem a unidade de ação política dos movimentos e organizações sociais do campo popular, e, concomitantemente, aprofundar o debate sobre um projeto popular, a partir de uma ação permanente de formação, mobilização e articulação das camadas populares. Destacam-se entre essas iniciativas o Grito dos Excluídos, os Plebiscitos Populares da Dívida Externa e da ALCA, a própria Articulação Jubileu Sul, a Consulta Popular e as Assembléias Populares.

A ampla capilaridade geográfica e social do trabalho político pedagógico desenvolvido pela Cáritas e, também, o apoio financeiro da cooperação internacional e a liberdade que tinha para manejar esses recursos de acordo com as demandas conjunturais de luta e mobilização dos movimentos e organizações sociais, possibilitaram o envolvimento da Cáritas com esse conjunto de iniciativas, tendo um papel bastante ativo no apoio, tanto financeiro quanto político, e também nos espaços de formação e mobilização das camadas populares em torno dessas iniciativas.

O apoio e a participação ativa nessas agendas de lutas e mobilização popular⁷⁵ articulados por uma diversidade de movimentos e organizações sociais

Semanas Sociais em espaços de ampla participação e mobilização popular, articulando de forma democrática e descentralizada os níveis de discussão local e regional com os espaços nacionais.

⁷⁵ Outra iniciativa que também vem contribuindo no rumo desse debate no interior da Cáritas é o Fórum Social Mundial, nas suas diferentes instâncias (locais, nacionais, continentais, mundiais, etc.) ou modalidades (temático ou geral). A participação ativa da Rede Cáritas Internationalis tem proporcionado

exerceram um papel determinante no rumo e na qualidade do debate realizado internamente na rede Cáritas, tanto sobre a sua identidade e organização institucional como também sobre o sentido e comprometimento do seu trabalho social com a construção de um projeto político popular e alternativo.

Os congressos e assembleias nacionais da Cáritas passaram a se ocupar com o aprofundamento desse debate, garantindo o máximo de participação dos agentes das suas diferentes instâncias nos espaços de reflexão e decisão sobre as estratégias a ser assumidas frente a essa questão, trazendo, também, as experiências desenvolvidas como ricos subsídios nesse processo de debate.

O I Congresso e XII Assembleia Nacional da Cáritas, realizado em 1999, em Fortaleza, com o tema “construindo um novo milênio solidário” foi um dos primeiros momentos em que o conjunto da sua rede e os movimentos e organizações parceiros presentes realizaram uma discussão aprofundada sobre a relação do trabalho político-pedagógico da Cáritas com a construção de um novo projeto societário. A criação de programas específicos de Economia Solidária, de Políticas Públicas, de Convivência com o Semi-Árido, entre outros, a partir desse evento nacional, são resultados importantes desse processo de debate e indica um avanço da natureza do seu trabalho político-pedagógico: “Cabe à Cáritas animar e estimular a prática da solidariedade coerente com uma alternativa de desenvolvimento humano, sustentável e solidário” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.94).

Desafiada em assegurar o desenvolvimento das suas diferentes linhas de ação e programas específicos a partir de princípios e diretrizes comuns, que deviam servir como direção e orientação na construção de uma proposta comum de um projeto político como referência para o seu trabalho social, a Cáritas elabora alguns eixos estruturadores, traduzidos como

[...] opções estratégicas que expressam a identidade, metodologia, a mística e as propostas contidas na missão. São dimensões referencias que servem de indicadores para medir a qualidade do conjunto das ações estruturadas em linhas e programas. Enquanto opções estratégicas indicam também a

um rico diálogo entre as diferentes Cáritas de vários continentes sobre as perspectivas de transformação social que suas práticas político-pedagógicas vem apontando, desencadeado, também, algumas iniciativas de articulação por zonas, regiões, continentes e entre continentes como garantia da continuidade do aprofundamento desse debate e da construção de estratégia de intervenção comuns entre as diferentes Cáritas, como contribuição e envolvimento com as lutas dos movimentos e organizações altermundialistas frente à ofensiva globalizante do modelo de sociabilidade capitalista. A Cáritas Brasileira, beneficiada pela realização da maioria dos eventos do FSM em terras brasileiras e pela expressão do seu trabalho social, tem trazido uma contribuição destacada no interior desses debates realizados pela Cáritas Internationalis, enriquecendo-se, também, com as diferentes experiências trazidas pelas Cáritas de outros tantos países.

identidade, a metodologia e a mística para todos/as os/as agentes da Cáritas Brasileira. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006b, p.20)

Como resultado desse processo de reflexão e como contribuição das suas diferentes instâncias, foram escolhidos cinco eixos estruturadores que deveriam servir como princípios e orientações políticas e metodológicas a serem assimilados pelo conjunto da rede Cáritas, a partir das suas linhas de ação e programas específicos: Mística e Espiritualidade; Cultura da Solidariedade, Relações Igualitárias de Gênero, Protagonismo dos Excluídos e Participação na Construção de um Projeto Alternativo de Sociedade. Pode-se dizer que eles representaram um primeiro esforço de sistematização dos princípios gerais que qualificariam o conjunto do seu trabalho social em torno de uma proposta de um projeto político diferenciado.

Desafiada a aprofundar melhor os conteúdos e formas como cada um desses cinco eixos estruturadores interagiam com o conjunto das suas ações, garantindo, dessa forma, uma unidade política e metodológica nas suas diferentes linhas de ação e programas específicos, a Cáritas realizou, a partir de diferentes comissões e grupos de trabalhos nacionais, um processo de reflexão, intercâmbios e sistematização sobre alguns desses eixos⁷⁶. Essas atividades foram realizadas, também, no interior de algumas linhas de ação e programas específicos⁷⁷.

Todo esse processo de reflexão, além de significar a construção de um amplo processo formativo para o conjunto dos agentes da Cáritas nas diferentes instâncias que formam a sua rede, representou também um espaço sistemático de debate sobre

⁷⁶ Além das reflexões sobre os eixos realizados pelas linhas e programas existentes na rede Cáritas e, também, nos fóruns nacionais de planejamento e avaliação do conjunto das suas ações, ela realizou nesse período duas pesquisas-participantes: uma sobre a *Mística e Espiritualidade* dos agentes Cáritas e outra sobre as *Relações Sociais de Gênero* vivenciados pelos agentes da Rede Cáritas. Os resultados das duas pesquisas e os seus encaminhamentos transformaram-se em referências políticas e metodológicas para o conjunto do trabalho social desenvolvido pela Cáritas frente a esses dois eixos estruturadores. Cf. Cáritas Brasileira, *Mística e Espiritualidade da Cáritas Brasileira*, 2003c e Cáritas Brasileira, *Relações Igualitárias de Gênero*, 2004d.

⁷⁷ O Programa de Economia Solidária realizou um rico processo de reflexão do(s) projeto político(s) que orienta o trabalho da Cáritas a partir da análise da trajetória dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários) à EPS (Economia Popular Solidária) no interior da Cáritas. Cf. *Cáritas Brasileira*, “20 anos de Economia Popular Solidária...”, 2003. O Programa de Convivência com o Semi Árido realizou, também, um trabalho de sistematização sobre a transformação das suas ações de emergências em uma proposta política de convivência com o semi-árido, dentro da perspectiva de desenvolvimento regional e sustentável. Cf. *Cáritas Brasileira*, “Semi- Árido Brasileiro: das ações emergenciais a uma política de convivência...”, 2002c.

os eixos que qualificam e orientam o seu trabalho social na perspectiva de um horizonte comum de transformação social.

Um dos desdobramentos desse processo de reflexão e sistematização sobre os elementos centrais que dão unidade política e metodológica ao seu trabalho social, orientado por uma proposta de um novo projeto societário, foi a realização de uma avaliação institucional, durante o ano de 2003, nas diferentes instâncias da sua rede. A avaliação culminou com a organização de mini-congressos realizados nos regionais, como etapa de preparação para o II Congresso e XIII Assembléia Nacional, cujo tema foi “Cáritas e a Construção de Um Novo Projeto de Sociedade Solidária”.

O processo de avaliação institucional e os mini-congressos como espaços de socialização e aprofundamento das questões nele suscitadas visavam “construir um “novo” olhar sobre a Cáritas a partir das “bases” dialogando com outras instâncias regionais e nacionais” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003b, p.8), subsidiando dessa forma a avaliação e as decisões tomadas pela rede Cáritas durante o congresso e assembléia nacional, organizados com a finalidade de se “compreender o momento conjuntural da realidade brasileira e os desafios para ação da Cáritas {e} identificar e fortalecer práticas que apontem para a construção de um novo projeto societário” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003b, p.6), além do objetivo de avaliação e atualização das linhas de ação e programas específicos da Cáritas Brasileira.

O desenvolvimento desse debate durante o congresso e assembléia nacional perdeu espaço diante da grande expectativa e interesse que o conjunto dos participantes tinha para avaliar os primeiros meses do governo Lula, seus significados, possibilidades e desafios na construção de um projeto societário diferenciado do modelo neoliberal predominante na realidade brasileira e o debate sobre a autonomia e parceria dos movimentos e organizações sociais na relação com o novo governo. Não são questões diferenciadas, mas que estão diretamente inter-relacionadas, entretanto, o “atropelo” do momento conjuntural não possibilitou que a rede Cáritas e seus parceiros realizassem um debate mais estratégico sobre a sua prática político-pedagógica, a partir das contribuições trazidas do processo de avaliação institucional, podendo identificar melhor os elementos que constituem e qualificam o projeto político que orienta o seu trabalho social.

Ainda que “atropelado” pela força desse debate conjuntural durante o congresso e assembléia nacional, a Cáritas conseguiu realizar importantes discussões e encaminhamentos em torno das suas linhas e programas específicos e, também, sobre os cinco eixos estruturadores, que permaneceram os mesmos, sofrendo apenas algumas

alterações nas suas formulações: Mística e Espiritualidade Ecumênica e Libertadora⁷⁸, Relações Igualitárias de Gênero, Raça, Etnia e Geração⁷⁹; Cultura de solidariedade⁸⁰; Protagonismo dos Excluídos e Excluídas⁸¹ e o Projeto Alternativo de Sociedade Solidária e Sustentável⁸², concebidos novamente como orientações estratégicas e

⁷⁸ Na reflexão consolidada pela Cáritas sobre a *Mística e Espiritualidade Ecumênica e Libertadora* ela afirma que esse eixo constitui o cerne da sua identidade, que qualifica e distingue o seu ser e agir político na relação com os demais movimentos e organizações sociais. A mística é “a força, a motivação, a razão das escolhas, a raiz da paixão que nos leva a estar com os excluídos e excluídas e com eles ter certeza, na esperança, de que um outro mundo é possível e está sendo construído” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003c, p.6) e a espiritualidade tem “a ver com os caminhos escolhidos e trilhados para alimentar este espírito, esta força que nos faz viver e agir em favor das outras pessoas” (p.6). O caráter ecumênico da sua mística e espiritualidade busca dar conta da diversidade que marca as origens culturais e as experiências religiosas dos seus agentes e dos grupos e comunidades em que ela desenvolve a sua ação político-pedagógica. A dimensão libertadora significa a vivência de uma mística e espiritualidade encarnada na vida e que para ser autêntica precisa se relacionar com todas as dimensões dessa vida humana (econômica, política, cultural, pedagógica, ecológica etc.) em seus diferentes contextos históricos sociais e deve “provocar mudanças nas relações entre as pessoas e o ambiente (natureza e cosmos) superando as dominações: de classe, de gênero, etnia, de gerações e ecológicas” (p.37).

⁷⁹ A partir das *Relações Igualitárias de Gênero, Raça, Etnia e Geração*, a Cáritas se propõe a “superar as dominações presentes nas questões de geração (infância, adolescência, fase adulta e velhice), raça e etnia (respeitando e valorizando as diferentes raças e culturas), e, fundamentalmente, superar as dominações de classe social, contribuindo na consolidação de práticas que estabeleçam uma nova relação de co-responsabilidade e cooperação entre capital e trabalho” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006b, p.42). São relações que devem ser vivenciadas no cotidiano da sua estrutura organizacional e da sua prática político-pedagógica com os grupos e comunidades, demandando, inclusive, processos educativos específicos que possam colaborar na desconstrução das diferentes formas de dominação sócio-cultural, “sem as quais não será possível alcançar um novo projeto de sociedade e desenvolvimento fundado na democracia, na justiça e na solidariedade” (p.42).

⁸⁰ A *Cultura da Solidariedade* para a Cáritas se baseia “numa ética solidária onde é bom tudo o que nos ajuda a compartilhar os dons da natureza e os bens socialmente produzidos com vistas à realização de todas as pessoas [...] Isso exige a prática de novas relações em que o individual não sufoque o coletivo e ambas as dimensões se fortaleçam reciprocamente, de modo a potencializar um círculo virtuoso” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006b, p. 40). Os seus diferentes programas de ação político-pedagógica, baseados na atuação em redes, tanto internamente como externamente e na força da organização popular não têm um fim em si mesmos, “embora tragam sempre resultados imediatos em termos de re-inserção social e ampliação da cidadania. Eles constituem, sobretudo, uma mediação educativa para a solidariedade, fortalecendo o protagonismo dos excluídos” (p.40-41).

⁸¹ O *Protagonismo dos Excluídos e Excluídas*, enquanto um eixo estruturante da ação político-pedagógica da Cáritas “caracteriza-se por uma construção da compreensão da realidade a “partir de baixo”, das pessoas rejeitadas, dominadas e/ou exploradas socialmente. [...] Descartados pelo mercado capitalista, tornam-se referência ética, lugar de gestação de novas relações de vida solidária. [...] Como resultado da injustiça social, trazem, no seu interior, um potencial transformador. O objetivo é alcançar a autonomia e soberania popular, resgatando, revitalizando o trabalho de base, favorecendo seu envolvimento na organização e participação na luta como agentes da própria transformação” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006b, p.44). Isso pressupõe que toda e qualquer ação educativa da Cáritas deve estar imbuída dessa perspectiva emancipatória, traduzindo-se como contribuição político-pedagógica nos processos de construção e fortalecimento do protagonismo das camadas populares.

⁸² O *Projeto Alternativo de Sociedade Solidária e Sustentável* se insere como uma contribuição da prática político – pedagógica no interior dos processos de debate e luta dos conjuntos das forças sociais comprometidos com um projeto alternativo de sociedade. É assumido como uma alternativa capaz de “reverter a lógica da exclusão, tendo em vista consolidar gradativamente um modelo alternativo de

metodológicas para o conjunto do trabalho realizado no interior da rede e como indicadores da perspectiva de transformação social que plasma a sua prática político-pedagógica.

Procurei analisar, a partir das entrevistas realizadas com assessores nacionais e regionais e nas fontes documentais selecionadas, os significados, conteúdos e mediações político-pedagógicas utilizadas pela Cáritas em torno do último eixo: Projeto Alternativo de Sociedade Solidária Sustentável, que, de certa maneira, dialoga e, também, manifesta em si, parte dos elementos e questões trazidas pelos demais eixos estruturadores. Tentei identificar os acúmulos, entraves, tensões e sínteses construídas pela Cáritas em torno de um possível projeto político de transformação social.

Em grande parte dos documentos selecionados e na fala do conjunto dos seus agentes (assessores nacionais e regionais) há uma afirmação contundente de que a prática político-pedagógica da Cáritas procura contribuir na construção de um novo projeto societário solidário e sustentável:

- [...] nas diferentes áreas com os diferentes públicos, ela {a Cáritas} tem afirmado a perspectiva de construir um projeto diferente de sociedade, um novo projeto de sociedade, a partir de um desenvolvimento que seja solidário, que seja sustentável e que de fato materialize a justiça social. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Rio Grande do Sul/2008)

A Cáritas, segundo os documentos e entrevistas, reconhece e destaca que o conteúdo e a forma desse projeto não é algo definido a priori, como um receituário a ser aplicado no conjunto do seu trabalho social, reproduzindo de forma linear e automática os resultados planejados e esperados. É apenas uma contribuição parcial a uma proposta de projeto político que se manifesta no interior da sua práxis social e em interação e aprendizado permanente com as visões e agir político de diferentes movimentos e organizações sociais:

- Não um projeto político que dê conta de tudo, mas se você pegar as experiências da Cáritas Brasileira, por exemplo, vai encontrar iniciativas no campo da saúde, da segurança alimentar, etc. [...] que em alguns aspectos, eu acho que a gente conseguiu avançar do ponto de vista de definir referenciais para este projeto. Eu acho que a experiência com a Economia Popular Solidária, a própria experiência com Segurança Alimentar e Nutricional, a experiência da Convivência com o Semi-Árido, o que se conseguiu discutir

sociedade” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006b, p.46-47), em que “a grande meta da humanização do nosso planeta passa pela formação de laços sociais de solidariedade, onde o significado da cidadania vai do grau mínimo de satisfação das necessidades básicas- condição para participação cidadã- até a realização completa dos humanos-seres-solidários” (p.47). A Cáritas acredita ser esse o caminho para se alcançar uma autêntica democracia, que se expressa como “superação de todas as formas de discriminação e dominação: de classe, de raça, etnia, de gênero e geração [...] concretizando, passo a passo, em parceria com outras organizações, os referenciais de um modelo alternativo de sociedade” (p.47).

do ponto de vista da biodiversidade, do acesso a água... Então eu acho que a gente tem referenciais que confirmam este projeto. E aí eu falo da confirmação deste projeto, não do ponto de vista de algo que está para acontecer no futuro, mas de coisas que já acontecem, do ponto de vista da discussão da sustentabilidade ambiental dos grupos, do ponto de vista da autonomia política.[...] Não é uma coisa linear, não é uma coisa uniforme dentro da Cáritas, mas você encontra experiências que confirmam este projeto. A própria compreensão das políticas públicas, do controle social, a compreensão dos direitos, a consciência dos seus direitos, então é esse projeto que hoje é vivenciado na Cáritas com suas contradições, com suas variações. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Ceará/2008)

É um projeto que se manifesta tanto como horizonte utópico quanto como experiência histórica no cotidiano do fazer político-pedagógico da Cáritas, no interior da pluralidade política e metodológica que marca o trabalho da sua organização em rede e das suas relações de apoio e parcerias. É um ideal de projeto que ainda está no

- [...] horizonte como força e meta utópica para as práticas, mas que também expressa “um empenho de ir concretizando valores, experiências, relações que indiquem elementos para a construção desse projeto, que deverá ser construído coletivamente com as forças sociais que buscam a transformação. (Entrevista com Assessora Nacional da Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional- Brasília/2008)

A primeira referência que serve de base e exerce uma importante influência no sentido e alcance da contribuição teórico-prático da Cáritas para a construção de um novo projeto societário é a sua identidade eclesial, que vincula seus objetivos aos objetivos teológico- políticos da Igreja Católica, conforme explicitado na formulação da sua missão definida para o quadriênio de 2004-2007:

A Cáritas anuncia e testemunha o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo a vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora, participando da construção de uma nova sociedade com as pessoas em situação de exclusão social, a caminho do Reino de Deus. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2004c, p.5)

Na definição da sua missão, a Cáritas incorpora a dimensão redentora e transcendental da relação da Igreja com o mundo, pois a nova sociedade a ser construída pela sua ação, como expressão histórica do Evangelho de Jesus Cristo que a Cáritas anuncia e testemunha em interação com o protagonismo dos excluídos sociais, não se encerra nesse mundo, mas é expressão e caminho para a construção do Reino de Deus. Dessa forma os princípios e diretrizes que orientam o seu projeto político são influenciados pelas concepções teológicas, filosóficas e ideológicas que caracterizam a missão evangelizadora da Igreja e suas formas hegemônicas de representação e manifestação histórica em cada contexto social:

- Eu defino a Cáritas como um organismo ligado a Igreja Católica, preocupada com a questão da solidariedade e aí qualificando este termo solidariedade, que foi ultimamente foi tão banalizado no Brasil. Eu acho que é uma solidariedade que de fato se coloca junto com as pessoas em situação de exclusão social, inspirada no Evangelho de Jesus e a partir disso pegando a solidariedade como uma dimensão forte de amor, de se juntar, de transformar a realidade, de mergulhar a cabeça neste evangelho. Eu vejo a Cáritas assim, tendo a questão da solidariedade como uma grande espiritualidade da sua prática. (Entrevista com Assessor Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Maranhão/2008)

Como já aludido anteriormente essa interação entre as concepções hegemônicas da Igreja e o horizonte político-pedagógico do trabalho social da Cáritas não é algo linear e automático. Está permeada de conflitos, contradições e disputas, principalmente diante da nova conjuntura em que se encontra a Igreja e os novos significados que ela vai dando a categorias históricas que, antes asseguravam uma significativa identificação dos seus pressupostos teológicos, filosóficos e ideológicas com os dos movimentos e organizações sociais do campo popular. Essas categorias possibilitavam que a ação desenvolvida pela Cáritas, e outros organismos e pastorais sociais, representassem uma síntese fecunda e harmônica entre os pressupostos da Igreja e as visões e interesses das forças sociais populares.

A nova conjuntura, além de dificultar esse exercício de síntese, desencadeia, muitas vezes, um descompasso entre os objetivos e estratégias político-teológicas definidas pela Igreja e as opções e vivências político-pedagógicas existentes no interior da Cáritas e de outros organismos e pastorais sociais. Essa situação implica no exercício permanente de diplomacia com a hierarquia da Igreja e, muitas vezes, no próprio recuo político dessas organizações, para assegurar a legitimidade do seu trabalho social como parte da ação evangelizadora da Igreja, garantindo as condições de apoio, político e material, necessário para o desenvolvimento da sua prática político-pedagógica.

Alguns agentes consideram que o fato da ação da Cáritas ser bastante difusa, em termos de temáticas e da abrangência geográfica, não favorece condições para a afirmação e radicalização em torno de um projeto político próprio. Isso lhe possibilitaria uma relação menos conflituosa com a hierarquia da Igreja, assegurando-lhe condições tanto para o exercício da diplomacia como margem para algum tipo de subversão, conforme relata a fala de um dos seus agentes entrevistados:

-No ponto de vista de apontar um projeto [...] não sei, porque a gente não apontou isso. Ela {a Cáritas} não se manifestou. Talvez no momento que se apontar um projeto, como a CPT {Comissão Pastoral da Terra} fez, teve gente que teve que sair da Igreja mesmo. No momento que ela apontar uma proposta pode ser mais forte, mas como ela não apontou a Igreja ainda não interferiu. Eu não vi reação da Igreja no sentido de tolher a ação da Cáritas.

Por exemplo, no nosso regional, quando a gente se mete em alguma ocupação ou alguma ação de esquema mais “pesado”, quando na Igreja a gente não tem consenso, o que é que os bispos falam: “você falam que estão em nome da Cáritas e não em nome da CNBB”. Tipo assim, nós assinamos o manifesto em apoio à ocupação do MST, em nome da Cáritas Brasileira, aí não cria problema. Agora se assinar CNBB, aí cria problema. (Entrevista com Assessor Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Norte II/2008)

Do outro lado, o debate e a prática da Cáritas como contribuição na construção de um novo projeto societário tem também a influência das questões e opções teórico-práticas trazidas pelo conjunto de movimentos e organizações sociais com as quais trilha um caminho de apoio, parceria e aprendizagem mútua. Uma trajetória de reciprocidade e complementaridade que para a Cáritas é condição determinante para a elaboração e realização histórica de um novo projeto político alternativo:

Não se trata de um projeto elaborado por especialistas para a cidadania. Pelo contrário, o que se busca é um projeto assentado sobre as lutas, as práticas bem sucedidas nos diferentes campos da vida econômica, política, cultural, ecológica e social, consolidado pelo trabalho de pesquisa. O projeto popular tem como sujeito as pessoas e os movimentos, as pastorais e organizações sociais que há muitos anos lutam com o povo em favor das transformações profundas e estruturais da sociedade brasileira. (CNBB, 2006, p.58)

Nesse sentido, os conteúdos e as formas existentes na(s) proposta (s) de um novo projeto societário como decorrência da relação política e pedagógica da Cáritas com o conjunto dos movimentos e organizações sociais vão expressar elementos de disputas, dissensos e divisões que passam a caracterizar esse campo de forças sociais no contexto atual.

- Quando a educação popular falava da transformação social, sobretudo da organização das classes populares era porque tava muito bem definido quem tava expropriado da riqueza e quem tava com a riqueza. Hoje não, a gente volta pra constituição, tudo que foi conquistado em termo de marco legal, ela foi apropriada. Então na época da ditadura você falar em participação, era você estar contra ordem, então só falava em participação quem de fato estava contestando. E aí os segmentos conservadores, elitistas, em particular os militares, então, tinham aversão a esta palavra. Com um avanço no marco legal do ponto de vista democrático, tudo mundo que ser democrático, não existe governo que não diga que não seja participativo. Então pelas gestões mais sacanas, mais centralizadas, mais autoritárias, mas corruptas, este discurso é reproduzido. Então é um chamado geral. Hoje em dia está na moda a história da responsabilidade social, então é todo mundo praticando a “cidadania”. [...] Então tinha uma bandeira de luta que unifica que agregava os segmentos e era um divisor de águas, hoje não tem isso. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Ceará/2008)

O debate entre a ação direta dos movimentos e o papel da institucionalidade no processo de transformação social; a linha tênue que distingue o papel das entidades de mediação e autonomia dos movimentos e grupos populares; os sectarismos, os vanguardismos, os entrismos e os personalismos que marcam o agir político de parte dos agentes e organizações populares; a relação entre a perspectiva de classe e as outras lutas de emancipação (gênero, raça/etnia, geração, ecológica etc.); a articulação do local com o territorial e com o global; as polarizações entre reformas e revolução, entre o tático e o estratégico, são algumas das questões presentes no agir político desse conjunto de forças organizadas e que representam fortes desafios para a construção de um projeto de transformação social comum.

A prática político-pedagógica da Cáritas se dá no interior desse mosaico de visões e posições bastante plurais, e até mesmo contrastantes entre si, que demarcam a expectativa de transformação social e o agir político dos movimentos e organizações sociais, que em décadas anteriores se identificavam e se somavam em um campo político comum e cujas estratégias e ações político-pedagógicas amalgamavam-se pelas identidades de pertencimento e comprometimento com a construção de um projeto alternativo de sociedade.

Nesse sentido, a substância, o rumo e o alcance da proposta de projeto político da Cáritas, que se expressa como resultado praxiológico da pluralidade do seu trabalho social, além de sofrer os impactos de uma conjuntura de recuo e conservadorismos da Igreja Católica, é bastante influenciado pelos impasses, debilidades e complexidades que afeta a relação e o agir político desses movimentos e organizações sociais. Apesar da complexidade desse labirinto, onde as respostas e as apostas anunciadas como saídas nem sempre se transformam em saídas de fato, levando a uma permanente andar em círculos, é possível detectar, a partir da práxis político-pedagógica Cáritas, alguns elementos que vão se afirmando como tendências⁸³ no interior do seu trabalho social e que, de certa forma, podem ser representados como contribuições efetivas na construção de uma proposta de um projeto societário alternativo.

⁸³ A afirmação desses elementos como tendência significa que por mais que eles se expressem como resultados da prática político-pedagógica desenvolvida pela rede Cáritas, a sua representação, os seus conteúdos e significados e a identificação com eles se dão mais no âmbito dos espaços nacionais da Cáritas, principalmente pelos agentes do secretariado nacional e dos secretariados regionais, não atingindo, muitas vezes, o mesmo nível de clareza teórica, política e metodológica nas instâncias de base (Cáritas Diocesanas). Importante situar que as entrevistas que estou utilizando para analisar o sentido e alcance do trabalho político-pedagógico da Cáritas foram realizadas com parte desses agentes, localizados nos secretariado nacional e secretariados regionais, que também são responsáveis pelos trabalhos de sistematização e organização dos documentos analisados.

O primeiro elemento que aparece como um conteúdo forte nos discursos e também nas práticas político-pedagógicas da Cáritas é a ênfase no papel protagonista das camadas populares, nos espaços de debate, definição, execução e avaliação das estratégias e ações assumidas como caminho para a construção e permanente desenvolvimento de um novo projeto societário.

A Cáritas levou a sério a perspectiva da democracia, onde todas as pessoas têm direito a uma vida digna e decente. Na verdade elas são os sujeitos dos direitos, inclusive da participação igualitária que constitui a democracia. Por isso, cabe-lhes construir condições de luta para fazer valer seus direitos. [...] Em vez de distribuir bens materiais, previamente doados por pessoas ou instituições, para pessoas que deles têm carência, o que cabe a Cáritas é despertar as pessoas em relação aos seus direitos e apoiar sua organização para exigir sua realização. Mesmo quando a necessidade extrema exige distribuição de alimentos ou outros bens indispensáveis, essa prática também deve ser explicitamente realizada anunciando às pessoas que isso não é favor, e sim realização de um direito. E não podem ser iniciativas sem continuidade, pois é fundamental que as pessoas socorridas participem da reconstrução das condições de vida, destruídas ou danificadas, e cresça, a partir dessas práticas, a consciência da sua cidadania. (CNBB, 2006, p.54)

Essa opção pela construção e fortalecimento do protagonismo popular parte de uma concepção da identidade social dos sujeitos para além do fator meramente econômico, vinculando-a a outros elementos de exploração e dominação (gênero, raça/etnia, geração etc.), que não anulam uma perspectiva de classe, ainda que bastante difusa, mas revelam novas facetas da desigualdade e da opressão a qual estão submetidos os setores das camadas populares:

- [...] estas desigualdades, elas não podem, a meu ver, perder a dimensão da classe, porque a gente vive num país capitalista, que ele é determinante. Então não dá para você pensar relações de gênero, relações étnicas, raciais e tantas outras que você queira relacionar, não dá para você descolar da base econômica que a sociedade está estruturada. Seria ilusório.[...] Eu acho que o que nos une sobremaneira é uma questão de classe e ela não pode ser deixada de lado. Agora ela sozinha, a meu ver, não dá conta, eliminá-la não significaria eliminar também outras desigualdades. Você pode imaginar, por exemplo, se você pegar o desemprego, a questão do grau de instrução, a faixa salarial, então você vai ver que as pessoas pobres ganham um determinada faixa renda ou não ganham nada, mas se você fizer uma leitura do ponto de vista das relações de gênero ou das relações étnico-raciais são diferentes. Não dá pra deixar de perceber que de cada dez pessoas pobres, seis ou sete são negras. Não dá para você pensar que de cada dez pessoas pobres sete são mulheres. Esta pobreza e esta desigualdade incidem de forma diferente. A forma de estar no mundo. [...] Não dá pra você descolar estas outras questões. Eu acho que elas agregam e ressignificam este fazer político. Agora não dá pra deixar de lado o grande inimigo, que é o capitalismo. (Entrevista com Assessora Regional da Cáritas – Secretariado Regional Ceará/2008)

Indicam, também, que o modelo de democracia representativa hegemônico em nossa sociedade por si só não é capaz de garantir o protagonismo das camadas populares, pois a “matriz do clientelismo, do personalismo, e do patrimonialismo”

(BAQUERO, 2007, p.77) nela existente como caldo histórico da nossa cultura política continua mantendo o povo fora da arena pública, aparecendo apenas como figurante em cada período eleitoral, transformando a democracia em apenas um arcabouço jurídico-político formal, pois esse processo de socialização da política não implica na socialização dos bens produzidos socialmente e dos mecanismos de poder.

Frente a esses desafios, a Cáritas vem debatendo e desenvolvendo no interior da sua rede e na parceria com outros movimentos e organizações novas estratégias e metodologias de atuação junto às camadas populares que possam contribuir efetivamente na construção do protagonismo desses sujeitos como expressão concreto-histórica de uma ação cidadã ativa. Uma metodologia em que os sujeitos sejam capazes de recriar e ressignificar a arena pública e alterar o processo de despolitização que tem afetado a sociedade civil, incluindo os segmentos ligados ao campo popular. Exemplos concretos dessas estratégias e metodologias têm ocorrido nas experiências dos plebiscitos populares, das diferentes abrangências e modalidades dos fóruns sociais mundiais, das assembléias populares, no incentivo e apoio para a participação do povo nos espaços de orçamento participativo, nas audiências públicas, nos conselhos de co-gestão das políticas públicas, nos fóruns e redes de articulação da sociedade civil e nas diferentes formas de marchas e manifestações públicas:

- [...] isso tá na fala dos grupos, quando esta aproximação possibilita a ampliação da possibilidade da conquista de direitos, a própria compreensão das políticas públicas, do controle social, a compreensão dos direitos, a consciência dos seus direitos. Então é esse projeto que hoje é vivenciado na Cáritas com suas contradições, com suas variações. (Entrevista com Assessora Regional Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Ceará/2008)

Esse envolvimento da Cáritas com diferentes iniciativas de qualificação e fortalecimento da participação popular, como um elemento central do projeto político que orienta e potencializa a sua prática político-pedagógica, além de ser um desafio diante do conteúdo e a forma que a democracia tem no interior da sociedade brasileira, questiona a sua própria história, estrutura e identidade institucional, exigindo uma postura de auto-avaliação e autocrítica permanente:

- A Cáritas tem uma contribuição nos processos de formação crítica, na formação de cidadania, das políticas públicas, na área das mobilizações sociais, dos movimentos sociais, acho que a Cáritas tem este papel fundamental, tanto dos movimentos do campo como os movimentos da cidade, mas ela, ao mesmo tempo, vive o conflito de uma matriz, de uma raiz conservadora, não dá pra se negar. E isso também se expressa em algumas práticas, às vezes acontece práticas ainda fragmentadas que gera dependência, concentração de poder e então a Cáritas ela precisa estar vigilante à sua metodologia de trabalho e à sua organização. (Entrevista com

Outro elemento que tem assumido uma centralidade nos seus espaços de debates e no interior das suas práticas político-pedagógicas é a construção de uma perspectiva de desenvolvimento alternativo orientado pelos princípios da sustentabilidade e da solidariedade, como contraponto ao modelo capitalista hegemônico, que se caracteriza pela concentração da renda, do conhecimento e do poder, pela apropriação privada e injusta dos bens produzidos socialmente, pelo uso depredatório e irracional da biodiversidade e pela padronização e “mercantilização” da diversidade cultural, das subjetividades, das identidades e relações sociais.

A concepção de sustentabilidade que orienta o conjunto do trabalho social da Cáritas traz no seu bojo uma reflexão crítica dos limites, equívocos e armadilhas que fazem parte do processo de incorporação desse eixo nos discursos e práticas de parte dos movimentos e organizações sociais, dos setores empresariais e das políticas públicas estatais. Uma visão da sustentabilidade que procura se distinguir dos mecanismos e das estratégias utilizadas pelo capitalismo para apropriar e ressignificar os sentidos e usos dessa nova categoria, desvelando, dessa forma, o caráter econômico e ideológico que fundamenta parte do discurso ecológico, assumido por esses segmentos, enquanto expressão de uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável:

- [...] o verde se torna moda, se tornou o argumento do consenso. Aí se criou o boi verde, a soja verde, tudo verde. Quer dizer que o boi verde não desmata, continua desmatando, mas é difícil dizer “não, eu sou contra o boi verde”, porque há um consenso na sociedade de que o verde não mata, é ecologia! (Entrevista com Assessor Regional da Cáritas Brasileira – Secretariado Regional Norte II/2008)

Dessa forma, a sua visão de sustentabilidade passa pela vinculação da questão ambiental com a justiça social e a democracia, orientando-se por um modelo de desenvolvimento sustentável que articule “a produção ambientalmente sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e o fortalecimento da democracia com a equidade entre gêneros, a erradicação da pobreza e o respeito aos direitos humanos” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.77).

Essa nova visão da sustentabilidade, construída na interação com diferentes movimentos e organizações sociais exige um permanente trabalho político-pedagógico de “reconstrução de valores, princípios e prioridades que orientem novas concepções de desenvolvimento sustentável” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2002c,

p.16), demandando o desenvolvimento de novas estratégias e metodologias de intervenção social capazes de proporcionar uma articulação fecunda entre

[...] as ações localizadas com a construção de alternativas de políticas públicas, isto é transformando o *alternativo* em *alterativo*, disseminando as ações, dando visibilidade e publicizando os resultados e impactos, e atuando na democratização das políticas públicas. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2002c, p.23)

A dimensão da solidariedade parte da sua tradição cristã, mas é influenciada, também, pelos diferentes significados e usos que vários movimentos e organizações sociais parceiras foram estabelecendo no decorrer da sua práxis política. A solidariedade, muitas vezes interpretada e praticada como uma mera “caridade cristã”, alheia ou carente de horizontes mais definidos no âmbito da emancipação popular e da transformação das relações e estruturas sociais, foi se expressando, no decorrer do percurso histórico do trabalho social da Cáritas,

[...] em uma ética em que é bom tudo o que nos ajuda a compartilhar os dons da natureza e os bens socialmente produzidos com vistas a realização de todas as pessoas. Todos e todas somos co-responsáveis por cuidar desses bens para que frutifiquem e beneficiem a todos/as em iguais condições. Isso exige uma nova relação humana em que o individual não sufoque o coletivo e ambas as dimensões se fortaleçam reciprocamente, em uma dinâmica cumulativa. Percebe-se a *quase* impossibilidade de que esses postulados sejam plenamente exercidos na ótica capitalista. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.78)

É uma perspectiva de solidariedade que está de acordo com a doutrina social da Igreja e que assume parte dos elementos presentes nos discursos e práticas dos movimentos e organizações sociais, denunciando, dessa forma, uma certa incompatibilidade entre esses valores e princípios ordenadores de um novo modelo de vida individual e coletiva com os valores e interesses do modelo de sociabilidade capitalista. Anuncia que “um desenvolvimento verdadeiramente humano e solidário precisa construir uma nova relação entre três dimensões reconhecidas da vida social-Estado, mercado e sociedade” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.79). Ela indica, portanto, que nesse novo modelo de desenvolvimento solidário e, também, sustentável, a “sociedade deve assumir o poder de mudar o tipo de mercado e aparelho estatal para que respondam ou viabilizem seus interesses” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.80).

A solidariedade e a sustentabilidade são traduzidas pela Cáritas como caminhos político-pedagógicos que, orientados por uma metodologia que articule dialeticamente a teoria com a prática, o local com o global, o indivíduo com o social, o cotidiano com a história, apontam e colaboram no processo de construção de um novo modelo de desenvolvimento, como expressão da superação de toda a forma de exploração e

dominação. Por isso, “a Cáritas se coloca nesse processo permanente de construção coletiva da cidadania solidária, concretizando, passo a passo, em parceria com outras organizações, os referenciais de um modelo alternativo de sociedade”. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006b, p.47).

São diversas as mediações político-pedagógicas que a Cáritas vem desenvolvendo e apoiando, enquanto contribuição no processo de construção e afirmação dessa perspectiva de desenvolvimento solidário e sustentável, em parceria com vários movimentos e organizações sociais e, também, com o Estado brasileiro. Destacam-se as experiências de convivência sustentável com o semi-árido, o apoio à organização dos catadores de materiais recicláveis, os programas segurança alimentar e nutricional desenvolvidas em áreas de reforma agrária, o apoio aos projetos produtivos autogestionários, a organização e articulação da participação popular nos espaços governamentais (conselhos, audiências, orçamentos etc.) e não- governamentais (redes, fóruns, articulações etc.), elaborando e negociando propostas de políticas identificadas com essa perspectiva de desenvolvimento e participando em diferentes espaços de debate, aprofundamento, intercâmbios e mobilização da sociedade brasileira (fórum social mundial, grito do excluídos, semanas sociais brasileiras, plebiscitos populares, marchas etc.).

A Cáritas vem procurando, principalmente nas últimas décadas, orientar e articular o conjunto dessas iniciativas em torno de uma proposta concreta de desenvolvimento econômico e social: a Economia Popular Solidária. Ela tem sido assumida e construída por diferentes movimentos e organizações sociais, enquanto alternativa de inclusão econômica e social das camadas populares, a partir do desenvolvimento de iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas nos princípios da autogestão e da cooperação solidária. Traduz-se em uma nova aposta política diante dos desafios trazidos pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, como consequência das mudanças ocorridas nos padrões de produção e acumulação capitalista.

No interior dos movimentos e organizações sociais e também nos espaços acadêmicos, não existe uma posição consensual em torno dos significados e alcances da Economia Popular Solidária como uma aposta alternativa de desenvolvimento ao modelo capitalista. Alguns interpretam essas iniciativas apenas como experiências residuais, toleradas e até mesmo incentivadas no interior do capitalismo, por não representar uma ameaça real à hegemonia do seu modelo de desenvolvimento. Outros consideram que essas iniciativas contêm os germes e a potência necessária para

construção de um novo modelo de desenvolvimento, podendo configurar-se como um novo campo da contra-hegemonia popular frente ao modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico⁸⁴.

A visão que predomina no interior do programa nacional de Economia Popular e Solidária da Cáritas Brasileira identifica-se bastante com esse segundo campo de reflexão sobre o papel desse novo modelo de organização da produção econômica e social como alternativa ao modelo capitalista hegemônico. A própria Cáritas tem dado uma importante contribuição nesse debate, principalmente a partir da diversidade de empreendimentos solidários que vem apoiando junto as comunidades e grupos organizados.

O ponto de partida dessa contribuição deu-se, principalmente, a partir dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários), implementados desde o final dos anos 70 como propostas alternativas de desenvolvimento comunitário que no decorrer do tempo vão alargando os seus objetivos, formas e conteúdos, transformando-se em propostas de desenvolvimento solidário e sustentável, articuladas com outras iniciativas existentes no cenário brasileiro e incidindo no rumo das políticas de desenvolvimento executadas pelo Estado brasileiro.

No final da década de 90, a Cáritas fortaleceu alguns processos de reorientação dos Projetos Alternativos Comunitários no sentido de aperfeiçoá-los enquanto instrumento de apoio às iniciativas sustentáveis de desenvolvimento. O fértil debate vivido na Cáritas Brasileira a partir das modificações ocorridas nos Fundos de Apoios aos PACs fortaleceu a idéia de que esses fundos eram importantes, mas não tinham um fim em si mesmos e que se pretendia com a ação da Cáritas era, na verdade, fortalecer as iniciativas solidárias protagonizadas pelos excluídos, rumo à construção de novas relações econômicas, políticas e sociais. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.91)

⁸⁴ Segundo Singer (2005, p.14) a Economia Solidária pode ser pensada como um modo de produção ideado para superar o capitalismo, pois “a Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela”. Os sujeitos participantes nos empreendimentos solidários recuperam e vivenciam a experiência do trabalho e da (re) criação social nele envolvida como um elemento de humanização e emancipação política e econômica, diferenciando-se dos elementos de exploração e desumanização presente no modelo de produção capitalista: “A Economia Solidária desconstrói esse conceito de trabalho e promove o trabalho humano como ser, saber, criar e fazer, ou como toda ação transformadora do mundo da natureza em mundo humano, ou ainda como toda ação em que, ao transformar o mundo, o ser humano constrói a si mesmo” (ARRUDA, 2005, p.34).

As transformações ocorridas no seu modelo de trabalho político-pedagógico e, influenciada também, pelas reflexões que se faziam sobre o potencial econômico e político de diferentes empreendimentos solidários em várias partes do Brasil e em outras regiões do mundo, possibilitaram à Cáritas uma nova avaliação das experiências desenvolvidas em torno dos PACs. Mesmo reconhecendo que eles traziam elementos iniciais de um nova perspectiva de desenvolvimento comunitário e alternativo, eles careciam de uma maior articulação entre si e incidência no rumo das políticas públicas. Diante disso, optou-se pela construção de um programa nacional de Economia Popular Solidária com a finalidade de apoiar politicamente e metodologicamente as diferentes iniciativas de desenvolvimento comunitário na perspectiva da economia popular solidária, garantindo uma maior articulação entre as diferentes iniciativas no interior da Cáritas e entre as redes e fóruns de economia popular solidária com outros movimentos, organizações sociais e governos populares.

[...] É por isso, que tendo aprendido muito com a avaliação das práticas apoiadas pelos PACs, por exemplo, ela passa a ser uma força dedicada à promoção da Economia Popular Solidária. Não como uma simples estratégia de sobrevivência. Vai se explicitando toda uma proposta de vida, de trabalho, de relações amorosas com a Terra, de intercâmbios, sempre assentada na busca da solidariedade, da cooperação, da democracia vivida desde o cotidiano, do amor entre as pessoas, do cuidado com toda a Criação. (CNBB, 2006, p.55)

Nos últimos anos as experiências desenvolvidas na perspectiva de construção e fortalecimento da Economia Solidária no interior da rede Cáritas, como respostas às novas exigências e necessidades colocadas pela realidade dos grupos e comunidades apoiados pelo seu trabalho social, articulam-se em torno das seguintes propostas estratégicas e metodológicas:

a) articulação com atores que vem amadurecendo propostas práticas no campo da Economia Popular Solidária e que podem vir a tomar maior fôlego a partir da discussão de projetos demonstrativos de Economia Popular Solidária; b) Inserção cada vez mais profunda da Cáritas no tema das políticas públicas relacionadas à EPS, através do acompanhamento e da animação de atividade de monitoramento em nível estadual e em alguns municípios ou regiões, favorecendo a alavancagem de outros recursos para a melhoria da produção e das condições de vida dos participantes; c) consolidação de alternativas econômicas populares e solidárias e conquista de cidadania na perspectiva do desenvolvimento integral e solidário; d) garantia de acompanhamento e monitoramento sistemático das experiências de desenvolvimento de programas permanentes de formação/capacitação para contribuir nas diversas dimensões humanas: sócio, organizativa, político, técnica, mística, relação de gênero; e) continuidade do processo de investigação e sistematização das experiências vivenciadas na Cáritas, disseminando seus resultados e desafios. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p.98-100)

O último elemento que é, também, parte de uma proposta de conteúdo comum que orienta e articula o trabalho político-pedagógico da Cáritas em torno de um projeto político de transformação social é a perspectiva da solidariedade internacional, estimulada, primeiramente, pela sua identidade de organização vinculada a uma rede internacional de solidariedade e potencializada na relação com os diferentes movimentos e organizações, que em torno de redes, articulações e mobilizações de cunho internacional vêm construindo caminhos alternativos ao modelo de globalização neoliberal e re-construindo novos referenciais para a unidade e intercâmbios das camadas populares em torno de lutas e projetos de transformação global.

A sua condição de organização vinculada a uma rede internacional possibilita-lhe um rico espaço de trocas e intercâmbios com outras realidades, em especial dos países do Sul, das regiões subdesenvolvidas e de inserção precárias dentro do sistema de desenvolvimento capitalista, suscitando uma visão mais abrangente dos mecanismos comuns utilizados pelo projeto neoliberal e seus efeitos perversos na soberania nacional desses países e nas condições de vida das camadas mais empobrecidas:

De fato, os encontros com os latino-americanos, com africanos e com outros povos passaram a revelar que países capitalistas centrais haviam passado a mesma receita para todos os povos do Sul. Sempre em nome do desenvolvimento econômico, da recuperação do atraso, impuseram – e para isso usaram o autoritarismo do FMI e a mão lisa do Banco Mundial – um pacote de medidas que agravaram o endividamento externo e interno, colocando os governos e seus povos na dependência do capital financeiro internacional. A partir daí, usaram a sua própria fragilidade como estratégia para impedir que buscassem alternativas. (CNBB, 2006, p.68)

Esses novos olhares e percepções da ação global do projeto neoliberal e dos seus impactos na realidade dos povos proporcionados pelo encontro de diferentes realidades e das alternativas que têm sido construídas pelas diferentes Cáritas de cada país ou em nível zonais e/ou regionais (continentais) como contribuição às lutas de resistência e enfrentamento dos povos ao modelo hegemônico excludente vem possibilitando, principalmente nos últimos anos, uma maior articulação entre as ações desenvolvidas pela Cáritas Brasileira com as demais Cáritas que fazem parte da rede internacional.

Essa articulação ainda se dá, predominante, em torno de encontros e oficinas temáticas com o objetivo de garantir um espaço de intercâmbios das suas realidades e das experiências desenvolvidas, aprofundando as causas e consequências comuns e específicas de cada uma dessas realidades e construindo propostas comuns e específicas de intervenção sobre essas realidades, mas que têm também se desdobrado no desenvolvimento de ações comuns de caráter internacionalizado.

Exemplo concreto é a articulação da Economia Solidária em nível do Cone Sul, que vem alcançando um importante grau de debate e visão comum, proliferando-se em diferentes iniciativas de economia popular, apoiadas e articuladas pelas Cáritas dos diferentes países, em parceria com outros movimentos e organizações sociais. E que nos últimos anos, vêm participando de forma ativa e articulada na Feira de Economia Solidária do Cone Sul, realizada em Santa Maria- Rio Grande do Sul. Outro exemplo, de alcance mais mundial, tem sido a própria participação das Cáritas de diferentes continentes no Fórum Social Mundial.

[...] A Cáritas Brasileira, confirmando sua história de conversões permanentes, abriu-se para essa iniciativa proposta por outros {movimentos e organizações sociais} e fez dela um caminho de renovação também para a Rede Cáritas. Com seu testemunho e estímulo, vieram pessoas das Cáritas das Américas, depois as de outros continentes. Na medida em que se compreendeu o *espírito do Fórum*, que articula sem donos nem adesões institucionalizadas, a Cáritas, a Campanha Jubileu e tantas outras iniciativas passaram a ter presença ativa, propositiva, criando espaços de intercâmbios e de articulação (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006, p.72)

A relação com diferentes movimentos e organizações levou a Cáritas a incorporar, na sua agenda de trabalho social, o apoio e a participação nas diferentes formas de organização e mobilização das agendas de luta altermundialistas, entre as quais o Fórum Social Mundial, nos últimos anos, representa uma das iniciativas de maior envergadura e visibilidade nacional e internacional. A Cáritas Brasileira teve e tem um papel ativo nos processos de organização e mobilização nos diferentes níveis de encontros (Fóruns Mundiais, Fóruns Continentais, Fórum Pan-Amazônica, Fóruns nacionais etc.). Além dessas diferentes formas de apoio e participação da Cáritas Brasileira no Fórum Social Mundial, atuou de forma efetiva na organização e mobilização continental da Campanha Jubileu Sul⁸⁵, do Grito dos Excluídos Continental, no apoio às atividades internacionais da Via Campesina e outras redes e articulações ligadas às diferentes temáticas com as quais trabalha.

A incorporação e mediação político-pedagógicas desses conteúdos no conjunto do seu trabalho social não é algo simples, pois como sempre afirmo nesse texto, a Cáritas é marcada por uma grande complexidade interna, seja em nível da sua rede

⁸⁵ A Campanha Jubileu iniciou-se como uma articulação continental em defesa do cancelamento das dívidas externas e internas dos países pobres do continente, e que defendia a realização de uma auditoria popular dessas dívidas, aprofundando o que há de legal e legítimo nessa sangria de recursos desviados para o pagamento dessa dívida e que implica na redução da capacidade desses Estados em assegurar políticas sociais básicas para o conjunto da população. Essa campanha desdobrou-se em torno da luta contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

como também na sua relação com a Igreja Católica, e externa, na sua relação com o conjunto dos movimentos e organizações sociais. Isso implica a existência de um campo de permanentes desafios para a efetivação desses conteúdos e afirmação, teórica e prática, como uma alternativa de um novo projeto político de sociedade.

Diante disso, é possível afirmar que a Cáritas vem estabelecendo internamente e na relação externa com outros sujeitos sócio-políticos um movimento de reflexão e de construção de estratégias e metodologias que possam contribuir na construção de um novo projeto societário. Um movimento permanente de re-criação e ressignificação da sua prática político-pedagógica como uma pedagogia da participação popular e na perspectiva de transformação substancial das estruturas de opressão e dominação existentes na sociedade, e que atinge, sobretudo, as camadas populares:

- Entendo que isso é a grande utopia nossa, de um projeto dos projetos, de um projeto de sociedade. O nosso desejo e a nossa luta é que a nossa ação possibilite ir apontando elementos para este projeto. São pelas experiências concretas, no diálogo sobre e com estas experiências, que a gente vai tendo elementos que possam ajudar indicar este projeto de sociedade que a gente quer construir. Com certeza, a Cáritas sozinha, ela não vai construir nenhum projeto, mas eu acho que ela, hoje, é um ator importante nesta construção. (Entrevista com Assessora Nacional da Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional – Brasília/2008)

REFERÊNCIAS

1-Livros:

ANDERSON, Perry. Balanços do Neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. **Pós Neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995;

ARROYO, Miguel. Educação e Exclusão da Cidadania. In: BUFFA, E. ; ARROYO, M.; NOSELLA; P. **Educação e Cidadania**: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 2007;

ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. In: **Economia solidária e educação de jovens e adultos** / Sonia M. Portella Kruppa, organização – Brasília: Inep, 2005;

BAQUERO, Marcello. Obstáculos formais à democracia social. poliarquia, Cultura política e capital social no Brasil. In: GONZALÉS, Rodrigo Stumpf. **Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007;

BEISIGIEL, Celso Rui. **Estado e Educação Popular**. São Paulo, Pioneira, 1974;

_____. **Política e Educação Popular:** a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. Brasília: Líber Livro, 2008;

_____. **A qualidade do ensino na escola pública.** Brasília: Líber Livro, 006;

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. **A cidadania Ativa:** Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular. São Paulo: Ática, 1991;

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na Escola Cidadã.** Petrópolis: Vozes, 2002;

_____. (org.) **A questão política da educação popular.** São Paulo, Brasiliense, 1986;

_____. **A Educação como Cultura.** Campinas, Mercado de Letras, 2002b;

_____. **“Da educação fundamental ao fundamental da educação”.** São Paulo: Cortez, 1987;

BRUNEAU. Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição.** Tradução Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1974;

CHAUÍ. Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico político. In: BORON, Atílio A.(org.). **Filosofia política contemporânea:** controvérsias sobre civilização, império e cidadania. Tradução: Maria Encarnación Moya. São Paulo: Departamento de Ciência Política- FFLCH-USP, 2006;

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FÁVERO, O. ; SEMERARO, G. (Orgs.). **Democracia e Construção do Público no pensamento Educacional Brasileiro.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002;

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da Participação Popular-** Análise da Prática Educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados, 2005;

FERNANDES, Florestan. **A Constituição Inacabada.** Vias Históricas e Significado Político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2005;

_____. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2007;

_____.; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando:** Conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis. Tradução Vera Lúcia de Melo Josceline. São Paulo: Vozes, 2003;

GOHN, Maria da Glória. **Educação não – formal e cultura política.** São Paulo: Cortez Editora, 2001. (Coleção Questões da nossa época; v.71);

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania:** a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2003;

_____. **Movimentos Sociais e Educação.** São Paulo: Cortez Editora, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época; v.5);

_____. **O protagonismo da sociedade civil.** Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez Editora, 2005b (Coleção Questões da nossa época; v.123);

_____. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica.** São Paulo: Cortez Editora, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época; v.84);

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2008;

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia da prática social.** Petrópolis: Vozes, 1992;

LUCA, Tânia Regina de. Direitos Sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003;

MACHPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke.** Tradução Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979;

MANHEIM, Karl. A Educação como técnica social. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M.(org.). **Educação e Sociedade** (Leituras de sociologia da Educação). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970;

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Labor, 1967.

NASCIMENTO, Cláudio. Educação como elemento estruturante da economia solidária. In: **Economia solidária e educação de jovens e adultos** / Sonia M. Portella Kruppa, organização – Brasília: Inep, 2005;

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.** São Paulo: Cortez Editora, 2007,4^a (Coleção Questões da Nossa Época; v.20);

NEVES, Maria Vanderley Neves (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005;

_____; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Maria Vanderley Neves (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005;

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global.** Petrópolis: Vozes, 1999;

ORSO, Paulino José. A Educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In: ORSO, Paulino José et al. **Educação e Lutas de Classe.** São Paulo: Expressão Popular, 2008;

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o Campo Democrático Popular.** Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001;

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Tradução Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977;

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra o Estado**. São Paulo: Kairós, 1979;

SADER, Emir. A Hegemonia neoliberal na América Latina. In: SADER, E; GENTILI, P. **Pós Neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995;

_____. Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECENÁ, A. E. (org.). **Hegemonias e Emancipações no século XXI**. Tradução Encarnación Moya. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Ariovaldo. Mundialização, educação e emancipação humana. In: ORSO, P. J; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. **Educação e Lutas de Classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2008;

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER - WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. **Uma Revolução no Cotidiano?** Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987;

SCHMIDHALTER. Matthias. **La historia de la Cáritas Internationalis**. Roma: Cáritas Internationalis, 2007;

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: **Economia solidária e educação de jovens e adultos** / Sonia M. Portella Kruppa, organização – Brasília: Inep, 2005;

SILVA, Tomas Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI; P. A. A; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995;

TELLES, Vera da Silva. Movimentos Sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, I. & KHISCHKE, P. **Uma Revolução no Cotidiano?** Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987;

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

2- Periódicos, Teses e Artigos:

FLEURY, Reinaldo Matias. **Intercultura, Movimentos Sociais e Educação no Brasil**.(2005). Disponível em www.ipf.gov.br, acessado em 05 de julho de 2009;

HURTADO, Carlos Nunez. Contribuições para o debate latino-americano sobre a vigência e a projeção da Educação Popular. In: CEALL. **Educação Popular na America Latina: Desafios e Perspectivas**. Brasília: UNESCO, MEC, CEALL, 2005 (Coleção Educação para todos, n.4);

JARA, Oscar. Ressignifiquemos as propostas e práticas de educação popular perante os desafios históricos contemporâneos. In: CEALL. **Educação Popular na America**

Latina: Desafios e Perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, CEALL, 2005(Coleção Educação para todos, n.4);

PALUDO, Conceição. O debate latino-americano sobre a Educação Popular. In: CEALL. **Educação Popular na America Latina: Desafios e Perspectivas.** Brasília: UNESCO, MEC, CEALL, 2005 (Coleção Educação para todos, n.4);

PONTUAL, Pedro. Educação Popular e democratização das estruturas políticas e espaços públicos. In: CEALL. **Educação Popular na America Latina: Desafios e Perspectivas.** Brasília: UNESCO, MEC, CEALL, 2005 (Coleção Educação para todos, n.4);

SOUZA. Dilenio Dustan Lucas de. **Organizações Não-Governamentais: Um estudo de caso da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional.** 2005. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005;

STRECK, Danilo R. **A Educação Popular e a reconstrução do Público: Há fogo sobre brasas?**(2006) Disponível em www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a06v11n32.pdf. Acessado em 12 de janeiro de 2009;

REDE JUBILEU SUL/BRASIL. **Assembléias Populares Reinventando a Democracia:** estudar junto, lutar junto... São Paulo, 2005 (Para entender a ALCA, 3);

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Conselhos de Políticas Públicas: Efetivamente uma nova institucionalidade participativa? CARVALHO, Maria do Carmo A. A; TEIXEIRA, Ana. Claudia C.(orgs.): **Conselhos Gestores de Políticas Públicas.** São Paulo: Pólis, 2000. (Publicações Pólis, 37).

3- Documentos referentes à Cáritas Brasileira:

CÁRITAS BRASILEIRA. **Revista Cáritas Nº 3**, Junho/1994;

_____. **Sobrevivência e Cidadania:** Avaliação Qualitativa dos Projetos Alternativos da Cáritas Brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995;

_____. **Revista Cáritas nº 4**, Julho/1995b;

_____. **Informativo Cáritas nº 66.** Outubro a Dezembro/1996;

_____. **Revista Solidariedade nº 67.** Janeiro a abril/1997;

_____. **Revista Solidariedade nº 68,** Janeiro a Abril/1998;

_____. **Revista Solidariedade nº 70,** Janeiro a Junho/1999

_____. **Revista Cáritas nº 71,** Junho/ 2000;

_____. **Relatório Anual de Atividades da Cáritas,** 2000;

_____. **Revista Cáritas nº 72,** Julho/2001;

- _____ **Relatório Anual de Atividades da Cáritas**, 2001b;
- _____ **Revista Cáritas nº 73**, Agosto/ 2002;
- _____ **Relatório Anual de Atividades da Cáritas**, 2002b;
- _____ **Semi- Árido Brasileiro**: das ações emergenciais a uma política de convivência: a trajetória recente da Cáritas no semi-árido brasileiro. Organizador: Roberto Marinho. Brasília: Cáritas Brasileira, 2002c;
- _____ **20 anos de Economia Popular Solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACS à EPS. Ademir de Andrade Bertucci, Roberto Marinho Alves da Silva (orgs.). Brasília: Cáritas Brasileira, 2003;
- _____ **Cáritas e a construção de um novo Projeto de Sociedade Solidária**: instrumento de avaliação institucional e preparação do 2º Congresso e da 14ª Assembléia. Elaborado por Roberto Marinho. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003b;
- _____ **Mística e Espiritualidade da Cáritas Brasileira**. Organizado por Ivo Poletto. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003c;
- _____ **Revista Cáritas nº 74**, Setembro/2003d
- _____ **Relatório da Reunião da Comissão Nacional de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira**. Brasília, 10 a 11 de agosto, 2003e
- _____ **Relatório Anual de Atividades da Cáritas**, 2003f
- _____ **Relatório da Reunião da Comissão Nacional de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira** Brasília, 16 a 17 de fevereiro/2004;
- _____ **Relatório da Reunião da Comissão Nacional de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira**. Brasília, 12 a 13 de fevereiro, 2004b;
- _____ **Revista Cáritas nº 75**, Outubro, 2004c;
- _____ **Relatório da Reunião da Comissão Nacional de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira**. Brasília, 21-23 de novembro, 2004d;
- _____ **Relatório Anual de Atividades da Cáritas**, 2004e;
- _____ **Relações Igualitárias de Gênero**. Organizadora: Maria Sueli Rodrigues de Sousa, Brasília: Cáritas Brasileira, 2004d;
- _____ **Relatório das Comissões Nacionais de Gestão dos Programas da Cáritas Brasileira**. Brasília, 15 a 16 de fevereiro, 2005;
- _____ **Relatório do Seminário Nacional de Intercâmbio de Experiências em Políticas Públicas**, maio/2005b;

_____**Relatório da Oficina Nacional “A Cáritas Brasileira e a Mobilização de Recursos Públicos e Privados”**, junho/2005c;

_____**Relatório da Reunião da Comissão Nacional de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira**. Brasília, 13 de junho, 2005d;

_____**Revista Cáritas nº 76**, Julho/ 2005e;

_____**Relatório Anual de Atividades da Cáritas Brasileira**, 2005f;

_____**Políticas Públicas: controle social e mobilizações cidadãos**. Telmo Adams e Dalila Maria Pedrini (orgs.) (Cadernos Cáritas, v.7). Brasília: Cáritas Brasileira, 2006;

_____**Política de Formação**. Organização e texto final de Telmo Adams. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006b;

_____**Relatório da Reunião da Comissão Nacional de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira**. Brasília, fevereiro, 2006c;

_____**Revista Cáritas nº 77**, Agosto/ 2006d;

_____**Relatório da Reunião Nacional do Grupo Gestor do Programa de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira**. 16 a 17/junho, 2006e;

_____**Relatório do Fórum Nacional de Avaliação Cáritas Brasileira**. Brasília, 12 a 14 de dezembro, 2006f;

_____**Relatório da avaliação do Plano Operativo Anual -2006 do programa nacional de Políticas Públicas**. Dezembro/2006g;

_____**Relatório Anual de Atividades da Cáritas**, 2006h;

_____**Revista Cáritas nº 78**, Julho, 2007;

_____**Relatório Anual de Atividades da Cáritas Brasileira**, 2007;

_____**A Cáritas e o novo governo**. Ademar Bertucci (sistematização). maio, 2007b;

CARITAS BRASILEIRA REGIONAL CEARÁ. **Projeto Trienal de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária e Intervenção popular nas Políticas Públicas**, 2000;

CNBB. **Cáritas Brasileira: 50 anos promovendo solidariedade** (Coleção Estudos da CNBB, 92). São Paulo: Paulus, 2006;

INTITUTO AGOSTIN CASTEJÓN. **Relatório de Resultados do Programa de Formação Continuada: Capacitação em Políticas Públicas e Orçamento**, 2003.